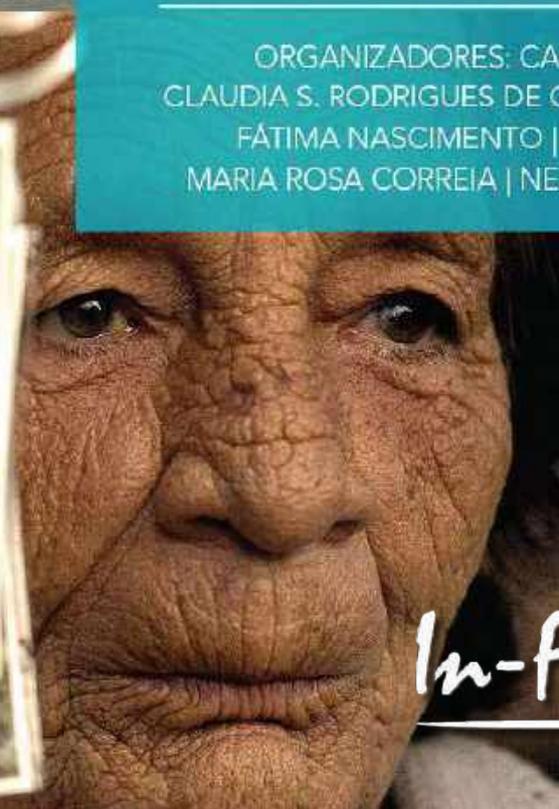




# OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE

2011 ... 2014

ORGANIZADORES: CARMEN SILVIA MACHADO  
CLAUDIA S. RODRIGUES DE CARVALHO | CRISTINA COELHO  
FÁTIMA NASCIMENTO | MARCOS JOSÉ PINHEIRO  
MARIA ROSA CORREIA | NEZI HEVERTON C. DE OLIVEIRA



*In-Fólio*



OLHARES SOBRE O  
PATRIMÔNIO FLUMINENSE

# SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

## INSTITUIÇÕES ORGANIZADORAS

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - Aperj  
Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz  
Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB  
Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Inepac/Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro  
Museu de Astronomia e Ciências Afins - Mast  
Museu do Meio Ambiente/Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - Iperj  
Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro - MN/UFRJ  
Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro - Iphan-RJ

## APOIADORES

Aguardente Engenho D'Ouro - 2014  
Casa Ateliê Carlos Scliar - 2012  
Casa da Cultura de Paraty - 2014  
Centro Cultural Justiça Federal - 2013 e 2014  
Fórum de Arte e Ciência Palácio Itaboraí/Fiocruz - 2013  
Museu Imperial - 2013  
Museu de Arte Sacra de Paraty/ Instituto Brasileiro de Museus - 2014  
Senai-RJ - 2014  
Universidade Severino Sombra - 2012

## PATROCINADORES

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) - 2013  
Sesc-Paraty - 2014  
Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) / Programa de Fomento à Cultura da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Lei do ISS) - 2014

## GESTÃO CULTURAL

Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz (SPCOC) - 2014

## PRODUÇÃO EXECUTIVA E ARTÍSTICA

Centro Afro Carioca de Cinema - 2014

# OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE

ORGANIZADORES:

CARMEN SILVIA DE LEMOS MENEZES MACHADO

CLAUDIA S. RODRIGUES DE CARVALHO

CRISTINA COELHO

FÁTIMA NASCIMENTO

MARCOS JOSÉ PINHEIRO

MARIA ROSA CORREIA

NEZI HEVERTON C. DE OLIVEIRA

*In-Fólio*

RIO DE JANEIRO  
EDITORA IN-FÓLIO  
RIO DE JANEIRO - 2015

# OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE

© 2015 **Semana Fluminense do Patrimônio**

ISBN 978-85-86062-44-5

Foi feito o Depósito Legal na Biblioteca Nacional

Os artigos desta publicação são autorais e não refletem necessariamente a posição das instituições organizadoras da Semana Fluminense do Patrimônio e dos organizadores desta edição.

Textos atualizados em consonância com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990

Todos os direitos reservados

**Semana Fluminense do Patrimônio**

## PRODUÇÃO EDITORIAL E EDIÇÃO

### **In-Fólio - Produção Editorial, Gráfica e Programação Visual**

Rua das Marrecas, 36 - Grupo 202 - Cep 20031-12 - Rio de Janeiro RJ

Tel. (21) 2533.0068 - 2533.2337 - 2533.2898

in.folio@infoeditora.com.br

## ORGANIZAÇÃO

Carmen Sílvia de Lemos Menezes Machado

Claudia S. Rodrigues de Carvalho

Cristina Coelho

Fátima Nascimento

Marcos José Pinheiro

Maria Rosa Correia

Nezi Heverton C. de Oliveira

## REVISÃO

Maria Helena de Oliveira Torres

Alexandre Rodrigues Alves

## PROJETO GRÁFICO

Silmara Mansur

## AUTORES

André Bazzanella

Carlos Machado de Freitas

Carmen Sílvia de Lemos Menezes Machado

Claudia S. Rodrigues de Carvalho

Cristina Coelho

Cristóvão Fernandes Duarte

Fátima Nascimento

Gilberto Velho (In Memoriam)

Marcos José Pinheiro

Maria Rosa Correia

Nezi Heverton C. de Oliveira

Paulo Knauss

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

Maria Cecília da Silva Fernandes

O45

Olhares sobre o Patrimônio Fluminense / Organizadores: Carmen Sílvia de Lemos Menezes Machado... [et al]. - Rio de Janeiro : In-Fólio, 2015.  
224 p.: il. color. : 28cm.

Reflexões sobre o Patrimônio do Estado do Rio de Janeiro e a trajetória do projeto Semana Fluminense do Patrimônio, de 2011 a 2014.

ISBN 978-85-86062-44-5

1. Patrimônio Cultural - Rio de Janeiro (Estado). 2. Patrimônio Cultural - Proteção - Rio de Janeiro (Estado). I. Machado, Carmen Sílvia de Lemos, org. II. Semana Fluminense do Patrimônio.

CDD - 363.69

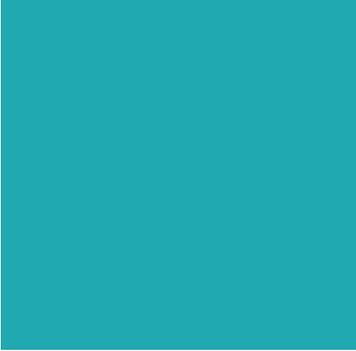
## AGRADECIMENTO

A todas as pessoas que, de alguma forma, colaboraram para a concretização da Semana Fluminense do Patrimônio desde sua criação, bem como, da presente publicação, nossos sinceros agradecimentos:

Alda Heizer, Adriana Baptista, Adriana Nunes, Ana Caroline Alves, Ana Cristina, Ana Lucia Alfaia Lagos, Ana Maria Alves Pereira, Ana Pessoa, Ana, André, Antonio Carlos Moreira, Beth Formaggini, Bruno Goulart Correia, Bruno Silva Alves, Carla Coelho, Carlos Filismino de Oliveira, Carlos Fernando Andrade, Carmen Correia, Chico Cereto, Chico Forlenza, Clara Paulino, Claudia Altschuleu, Claudia Rabelo Lopes, Claudia Rodrigues de Carvalho, Claudia Souza e Silva, Cristina Ventura, Daniela Carvalho Sophia, Daniela Carvalho Sophia, Daniella Martins Costa, Darci Fernandes, Débora Lopes, Denise Barreto, Edmar Moraes Gonçalves, Edna Padrão, Elaine Christina, Elaine Maria Telles, Érika Machado, Éryka Braz Moço, Eryka Motta, Evandro Luiz de Carvalho, Ethel Handfas, Fábio Iglesias, Fábio Daudt, Fátima Souza, Fernanda O. N. Costa, Flavio Ferrato, Gabriela Silgueiro, Geisa Castro, Gisele Sanglard, Glauber Gonçalves, Hélio Lopes, Inês El-Jaick Andrade, Isabel Rocha, Ivy Souza da Silva, Igor Machado, Ivo de Mattos Barreto, Jacqueline Boechat, Janaína Refém, Jeanice Magina, João Baptista Castro, João Leal, João Rabelo, José Emilio, Julio Cesar Dantas, Laryce Silva, Leonardo Ivo, Leticia Von Kruger Pimentel, Lilian Barreto, Lisyane Wanderley dos Santos, Luciane Barbosa, Lucienne Figueiredo, Luciano Zorzanelli, Lucio Enrico, Luis Fernando Donadio, Luiza Andréa Moraes Cardoso, Luiz Gonzaga, Marcondes Mesqueu, Maira Lima, Marcio Ferreira Rangel, Maria Cristina Miranda, Maria Cristina Ventura, Maria das Mercês Navarro Vasconcellos, Maria Lucia de Niemeyer, Matheus Loureiro, Maria Luiza Ferreira Vianna, Mary, Mônica da Costa, Monica Rocio Neves, Patrícia Cordeiro, Patricia Romeu, Paulo Knauss, Paulo Roberto Tavares Bellinha, Paulo Vidal, Regina Lamenza (Reca), Regina Mattos, Renata Boher, Rita Carino, Rodrigo Monteiro, Rozangela Silva, Sandra Feijó, Sergio Linhares Miguel de Souza, Tatyana de A. Maia, Taynara Alice, Túlio Saeta, Vera Pinheiro, Waldemir S. Junior, Wanderson Coutinho dos Santos, Ygos Barros

# SUMÁRIO

CAMINHOS DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE Paulo Knauss	08	
SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO Marcos José Pinheiro	22	
CONCURSO CULTURAL OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE Cristina Coelho	32	
APRESENTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS NA SFP Cristina Coelho e Nezi Heverton C. de Oliveira	42	
MOSTRA DE FILMES "MEMÓRIA EM MOVIMENTO" Nezi Heverton C. de Oliveira	52	
<b>I SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO 2011</b>	68	
A DIVERSIDADE DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE Fátima Nascimento	72	
MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADES: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA Gilberto Velho	86	
<b>II SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO 2012</b>	94	
PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE Cristina Coelho e Maria Rosa Correia	100	
DECLARAÇÃO DE VASSOURAS SOBRE PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE	122	
PRESERVAR O PASSADO OLHANDO PARA O FUTURO: CONSERVAÇÃO/ RENOVAÇÃO SUSTENTÁVEL DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS Cristovão Fernandes Duarte	128	
<b>III SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO 2013</b>	136	
PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES EM RISCO Claudia Suely Rodrigues de Carvalho e Carmen Sílvia de Lemos Menezes Machado	140	
MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E RISCOS LOCAIS: PATRIMÔNIO CULTURAL E VALORES EM RISCO Carlos Machado de Freitas	160	
<b>IV SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO 2014</b>	166	
PATRIMÔNIO CULTURAL E GRANDES INTERVENÇÕES Nezi Heverton C. de Oliveira	170	
PARATY, TERRITÓRIO: MITO OU REALIDADE André Bazzanella	196	
A SEMANA EM NÚMEROS	202	
QUEM É QUEM	210	



**PAULO KNAUSS**

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense e diretor do Museu Histórico Nacional.

# CAMINHOS DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

O Estado do Rio de Janeiro que conhecemos hoje possui história inusitada do ponto de vista da sua definição político-administrativa na ordem nacional. Esse fato tem desdobramento que marca o entendimento da construção de seu patrimônio cultural.

O fato de a cidade do Rio de Janeiro ter-se constituído como importante centro político desde o período colonial ou, mais precisamente, desde sua fundação no século XVI, fez com que a presença de estruturas abrangentes de Estado fosse determinante em sua história, bem como da região.

Dessa origem, como centro militar e político do poder metropolitano de controle dos domínios coloniais lusitanos na América entre as regiões de Cabo Frio e o contexto do rio da Prata, o Rio de Janeiro foi afirmando sua importância histórica. Isso quer dizer que sua dimensão histórica ultrapassava o alcance de sua vida social local, o que se vai aprofundar ainda mais com a instalação da sede do governo-geral e do vice-rei do Estado do Brasil na cidade em 1763, depois como Corte imperial, no século XIX após a Independência do Brasil, e, finalmente, como Distrito Federal, no contexto republicano entre 1889 e 1960, antes da transferência da capital para Brasília.

Essa condição da cidade do Rio de Janeiro condicionou igualmente a construção da ordem institucional regional. Assim, o tempo da capitania subordinava seus destinos ao controle de

Estado exercido a partir da cidade. No tempo da ordem centralizadora do Império, a antiga província fluminense afirmou-se inicialmente como única administração provincial subordinada diretamente à autoridade do governo central, para só depois de 1835 se definir como estrutura autônoma de administração, igualando-se às outras províncias. A partir de então, essa mesma ordem estabelecida no século XIX perdurou ao longo do período republicano, inaugurado em 1889, e que transformou as antigas províncias em estados, definidos a partir de então como unidades federativas.

A transferência da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, em 1960, deu origem ao Estado da Guanabara, única experiência histórica de cidade-estado no Brasil. Isso constituiu uma região com marcas profundas de integração econômica e social caracterizada pela repartição do corpo político em duas unidades federativas: o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro.

A fusão dos dois estados, em 1975, veio rever esse quadro e estabelecer uma redefinição política da região, comprometendo a organização política com a integração regional. A posição de centro político nacional da cidade do Rio de Janeiro durante muitos anos hierarquizou politicamente a relação com a região. Ao se tornar o centro da política regional a partir da fusão, a cidade ganhou novo papel político, que não permitiu a rejeição do aprofundamento nas estruturas regionais, acompanhando, assim, o movimento da história econômica e demográfica regional.

Contudo, essa marca histórica da construção política do Rio de Janeiro como cidade e região delimita o campo dos dilemas para a definição de uma política para o patrimônio fluminense decorrente da própria complexidade histórica que se coloca entre o nacional, o regional e o local.

O melhor exemplo que serve para ilustrar essa complexidade é a história do pico do Dedo de Deus como símbolo regional. Na atualidade, pós-fusão, a concorrência com o Pão de Açúcar é quase desleal, pela superexposição do morro carioca. Contudo, é a montanha fluminense que persiste na bandeira e no brasão estadual, mas a cada dia é mais visto como símbolo local dos municípios de Teresópolis ou Guapimirim, que disputam sua apropriação exclusiva. Essa disputa despreza até o fato de o pico de ser um ícone estadual oficialmente estabelecido. Fato é que o morro do Pão de Açúcar possui apenas 396m de altura, e o pico do Dedo de Deus, 1.692m. Simbolicamente, porém, parecem possuir estaturas invertidas, mesmo nas páginas oficiais de governo.

## PATRIMONIALIZAÇÃO

Conforme anota Dominique Poulot (2001, p.5), o patrimônio tem a ver com interpretação e, desse modo, é concebido como elaboração de significados. Nesses termos, a história do patrimônio cultural pode ser caracterizada como um inventário de sentidos da noção de patrimônio (Babelon, Chastel, 1994). A consequência disso é reconhecer que o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica.

No Brasil da atualidade, a política de promoção do patrimônio cultural se renovou com a novidade da política cultural nacional, o registro de bens imateriais, que foi estabelecido pelo decreto 3.551, de 2000, e a criação do Inventário Nacional de Referências Culturais. Como indica Antonio Augusto Arantes Neto (2005), ex-presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e a implementação das ações que o constituem tiveram como ponto de

partida uma redefinição da missão institucional do Iphan, provocada pela Constituição de 1988 e que leva a redefinir também a natureza e o valor dos objetos a preservar em relação aos agentes da sociedade envolvidos. Isso se associa, por certo, à afirmação dos movimentos sociais no Brasil a partir do processo de redemocratização e à luta pela afirmação dos direitos culturais e intelectuais desde a década de 1980, chamando atenção para grupos sociais marginalizados ou discriminados e colocando em pauta o debate sobre a diversidade e a desigualdade social. O argumento sublinha as conexões entre patrimônio e sociedade na atualidade.

No campo da ação patrimonial, o intangível demanda antes ação de salvaguarda que de proteção, pois não deve induzir a fixação de formas. Essa é sua novidade e seu desafio. A salvaguarda, assim, serve para desencadear a produção de novos sentidos patrimoniais, o que pode acarretar mudanças por si mesmo e precisa estar previsto. De outro modo, pode-se considerar que o reconhecimento oficial dessa nova forma de patrimônio cultural favorece a retomada de políticas de identificação de bens culturais, fazendo com que o Estado nacional reconheça a diversidade cultural do Brasil, o que corresponde a uma mudança de como o Estado percebe a cultura brasileira e os processos de construção de identidades contemporâneas. Ocorre, portanto, uma articulação entre tradições locais e a constituição de direitos culturais, estruturantes de processos de produção de novas identificações locais.

Como afirma Antonio Augusto Arantes Neto (2005, p.10), “o ponto-chave desta nova política de patrimônio encontra-se, portanto, na natureza e qualidade da articulação que os agentes oficiais estabelecem com as agências e os atores políticos locais”. Acompanhando o autor, pode-se considerar que o registro busca identificar e salvaguardar processos de produção em comum

acordo com seus produtores; o tombamento, por sua vez, serve à conservação de produtos do engenho humano, muitas vezes contrariando os interesses de seus proprietários. Há, assim, duas situações distintas que se colocam diante dos bens culturais que se tornam objeto da política pública. Uma, em que o Estado se coloca ao lado dos detentores do bem cultural, e outra, em que o Estado se impõe ao interesse particular do dono do bem cultural. Evidencia-se que o patrimônio imaterial serve para aproximar o Estado de agentes do mundo da cultura, enquanto, no caso do patrimônio material, o Estado se identifica com os objetos da cultura. Em seu desdobramento, isso significa tratar a noção de patrimônio de modo distinto. Em primeiro lugar, o registro do patrimônio imaterial define processos culturais, enquanto o tombamento define produtos culturais.

Entre processos e produtos fica demarcada a ambigüidade do mundo do patrimônio. Os instrumentos jurídicos do *tombamento* e do *registro* definem os dois mundos patrimoniais dos bens tangíveis e intangíveis, dos bens materiais e imateriais. No entanto, é preciso considerar que não há produto sem processo, assim como não há processo sem produto no mundo da cultura. É evidente que um acarajé servido se define como produto de dimensão temporal efêmera, enquanto a pedra e a cal possuem natureza que permite atravessar os tempos. Mas nem por isso, o edifício de uma igreja colonial é sempre o mesmo. Os sentidos do espaço eclesiástico são provavelmente quase tão diversos quanto os sentidos do acarajé, ao longo do tempo. No contexto da sociedade escravista, o prédio da igreja e o acarajé tinham sentidos muito distintos dos que têm nos dias de hoje. Por sua vez, o sentido turístico do acarajé é, certamente, muito próximo do sentido da igreja colonial no bairro do Pelourinho da cidade de Salvador, nos dias de hoje. A distância dos produtos diminui muito diante dos processos sociais, no caso dos dois bens

culturais mencionados.

Como produto ou como processo, o patrimônio é, sobretudo, resultado de um processo de patrimonialização dos bens culturais, o que faz com que eles assumam um estatuto especial protegido pelo Estado em nome de direitos coletivos. No entanto, se a patrimonialização se consagra pela ação do Estado, ela é resultado, sobretudo, de ações que envolvem a sociedade civil. Importa, nesse sentido, destacar que o Estado não é o único agente do patrimônio cultural. A definição do processo de patrimonialização implica, portanto, enfatizar que o patrimônio é construção social.

## O PATRIMÔNIO ANTES DO PATRIMÔNIO

O órgão responsável por conduzir a política federal de patrimônio cultural no Brasil é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), criado em 1937, no contexto da mudança política que instaurou o regime do Estado Novo. À época, o atual instituto foi criado como serviço, ficando conhecido simplesmente por sua sigla, Sphan. A história desse órgão tem sido a referência principal da historiografia do patrimônio e das políticas de defesa do patrimônio cultural no Brasil. Não há dúvida quanto à importância do órgão oficial, de seus agentes e do pensamento que envolveu o Sphan desde sua origem. Cabe, aliás, observar que o sentido da palavra “patrimônio” no vocabulário corrente do meio profissional se tornou sinônimo do serviço oficial de promoção do patrimônio, confundindo o geral com o particular. É comum usarmos a expressão “o patrimônio” para designar o Sphan ou Iphan, como se fossem termos intercambiáveis, subsumindo suas especificidades. Contudo, a partir da centralidade

do Sphan no pensamento do patrimônio cultural, a memória e a história do patrimônio no Brasil se confundem frequentemente.

Em estudos recentes, observa-se um esforço no sentido de construir uma abordagem da história do patrimônio antes do patrimônio, ou seja, uma história do pensamento e de práticas patrimoniais antes da criação do Sphan. O que chama atenção nessa bibliografia recente é a diversidade de personagens, agências, ideias e iniciativas que envolveram o patrimônio cultural no Brasil, destacando-se abordagens regionais. Nunca é demais lembrar que o próprio Rodrigo Mello Franco de Andrade gostava de citar a lembrança do antigo governador-geral das Minas Gerais, no período colonial, que manifestou sua atenção à preservação do patrimônio cultural, ao qual atribuía valor de antiguidade. Não se pode dizer que se trata da única manifestação colonial atenta ao patrimônio cultural. Para o caso fluminense, destaca-se a conhecida obra de monsenhor José de Souza Pizarro e Araújo, *Memórias históricas do Rio de Janeiro e províncias anexas à jurisdição do vice-rei do Estado do Brasil*, publicada originalmente entre 1820 e 1822, e que pode ser considerada uma expressão sistematizadora da investigação sobre o patrimônio cultural naquela altura da história do patrimônio, ainda que faltasse o conceito em sua análise. Monsenhor Pizarro com seu trabalho não apenas chamava atenção para a preocupação com o patrimônio, mas anunciava uma metodologia para a identificação dos objetos do patrimônio cultural, tendo como foco os bens eclesiásticos. Sua obra é na verdade um grande inventário geral que trata do patrimônio imóvel e móvel da Igreja, que mantém sua atualidade para a investigação dos bens culturais. Recentemente o Instituto Estadual de Patrimônio Artístico e Cultural (Inepac) do Estado do Rio de Janeiro valorizou também os documentos das visitas pastorais de monsenhor Pizarro e Araújo, destacando na publicação dos documentos o inventário detalhado

de peças de prata, imaginária e do mobiliário interior, para buscar sua identificação no acervo ainda existente. Desse modo, a obra do clérigo colonial se torna referência fundamental para o trabalho do patrimônio atual. Sem dúvida, trata-se de fonte que também foi valorizada pelas personalidades da geração heróica do Sphan, que dominava também outras fontes de referência clássicas, como o Santuário Mariano, de 1723 e também reeditado recentemente pelo Inepac. Não se reconhecia nessas obras, contudo, e talvez não seja demais dizer que ainda não se reconhece, a expressão de uma preocupação histórica com a preservação do patrimônio cultural, antes mesmo da afirmação do conceito contemporâneo.

No século XIX, a constituição do Estado nacional e a formação de pensamento nacional, sem dúvida, inspiraram o estudo sobre o patrimônio cultural. Nesse sentido, é que se destacam os ensaios pioneiros de história da arte nacional de Manuel Araújo Porto-Alegre, “Iconografia brasileira” e “Antiga escola fluminense de pintura”, produtos de sua intenção de fornecer uma cartografia da história da pintura e dos pintores no Brasil. Mas especialmente o estudo sobre a escola fluminense de pintura, além de reconhecer a importância da criação artística colonial, valoriza o enfoque regional para seu estudo, seguindo a tradição da crítica de arte de seu tempo, que combinava a classificação de escolas nacionais e regionais. É, contudo, em “Fragmentos de notas de viagem de um artista brasileiro”, publicado em 1843, em *Minerva Brasiliense*, que uma ideia de patrimônio que caracteriza seus elementos fica mais evidente. Na sua esteira, mais tarde, pode-se citar ainda o trabalho de Gonzaga Duque, especialmente seu livro mais conhecido, *Arte brasileira*, de 1888; de Antonio da Cunha Barboza, que escreveu ensaio que marcou época, *Aspectos da arte brasileira colonial*, publicado em 1898; e de Ernesto da Cunha Araújo Vianna, *Das artes plásticas no Brasil em geral e da cidade do Rio de Janeiro em particular*, publicado em 1915. Pode-se dizer a respeito desses

trabalhos, que fundaram as balizas de uma história da arte no Brasil. Não há dúvida de que em todos esses estudos o enfoque que valoriza a criação artística na cidade do Rio de Janeiro ofuscava o olhar sobre o que acontecia em outras partes do país, confundindo o nacional e o local.

Constata-se, igualmente, que a preocupação com o patrimônio cultural era extensa e pretendia divulgar uma consciência difusa preparando os cidadãos comuns (não profissionais, não estudiosos) para sua compreensão. Assim, observa-se que a crônica jornalística permitiu a criação de um gênero particular de estudo histórico voltado para a construção de uma sensibilidade difusa e coletiva. É nesse sentido, que Joaquim Manoel de Macedo com *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, publicado entre 1862 e 1863, e depois com *Memórias da rua do Ouvidor*, de 1878, inaugura e estabelece um gênero historiográfico que se difundiu e construiu uma linhagem particular na história das letras brasileiras. Seu primeiro discípulo manifesto foi Moreira de Azevedo, que em 1877 publicou o livro que ficou conhecido pelo título *Rio de Janeiro, sua história, seus monumentos, homens notáveis, usos e costumes*. Essa linhagem de crônica de memória urbana, porém, se estendeu ao longo do século XX, ao menos até Luiz Edmundo e Vivaldo Coaracy. Não há como negar também a referência dessas obras para os primeiros guias de cidades históricas publicados pelo Iphan, como de Manuel Bandeira para Ouro Preto, por exemplo.

O que fica evidente nesses trabalhos, porém, é que o conceito de monumento presidia o estudo do patrimônio cultural. Desse modo, há um sentido seletivo e hierarquizador em relação aos vestígios do passado que merecia ser mais atentamente esmiuçado.

Cabe mencionar, ainda, que Maria Inez Turazzi publicou recentemente livro importante sobre

a iconografia brasileira a partir do Catálogo da Exposição de História do Brasil, de 1881, sublinhando suas conexões com a construção da ideia de patrimônio cultural. A profusão de imagens e sua difusão identificam, assim, mais do que uma operação artística no campo das artes do século XIX no Brasil e podem ser vistas como parte de uma memória documental do patrimônio nacional. Sem dúvida, a construção do patrimônio no Brasil é tributária também da construção de uma certa cultura visual que observa as cidades e a paisagem a partir de seus monumentos.

Essa produção oitocentista, contudo, não se restringia apenas a uma história de publicação de livros e da escrita de determinados autores. Há uma história institucional do patrimônio que também precisa ser revista. Como aponta Gustavo da Rocha-Peixoto, em importante ensaio de referência, conforme textos de época, a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ocorrera, entre outras coisas, para que “principalmente se ocupe em centralizar imensos documentos preciosos, ora espalhados pelas províncias, e que podem servir à História e Geografia do Império, tão difícil por falta de um tomo um prontuário”. Nessa passagem se destaca a preocupação com o patrimônio documental, mas as missões científicas do IHGB vão-se encarregar de reunir um rico acervo representativo do Brasil. Assim, formou-se o museu do IHGB que reunia desde peças mineralógicas a obras de arte ou peças históricas. Do mesmo modo, a biblioteca e o arquivo deram também caráter à instituição como centro de pesquisa. Cabe, porém, destacar que a revista do IHGB se constitui em importante fórum de expressão da preocupação com o patrimônio. Vários dos autores e trabalhos citados acima foram publicados pelo IHGB, bem como examinados em suas sessões de pesquisa. Assim, não seria demasiado identificá-lo como o órgão da sociedade nacional que mobilizou e capitaneou a

atenção sobre o patrimônio cultural no Brasil do século XIX. Evidentemente, o patrimônio nesse caso era tratado como objeto da alçada da sociedade civil e não do Estado. Na sequência dos anos, já no século XX, não se pode deixar de citar a experiência da Inspeção Nacional de Monumentos, estudada em dissertação de mestrado por Aline Montenegro Magalhães.

Há, portanto, uma longa história do patrimônio ainda a ser contada.

## USOS DO PASSADO

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) é um marco na história das políticas culturais no Brasil. Sua criação foi acompanhada, no mesmo ano, pelo decreto-lei n. 25/37, de 30 de novembro de 1937, que definiu a moldura legal de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

A afirmação dessa moldura legal demarca a construção de uma política oficial sistemática de proteção ao patrimônio cultural. Certamente, ela pode ser entendida também como o resultado de um processo anterior que envolveu a sociedade civil e a sociedade política com a preocupação de promover a memória nacional por meio da proteção patrimonial. Foram, aliás, algumas iniciativas que antecederam o Sphan, como, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), no século XIX, ou da Inspeção de Monumentos Nacionais, do início da década de 1930, que consagraram no país o conceito de *monumento nacional* para pensar a promoção da memória nacional no Brasil. Essa forma de tratamento, do passado da sociedade, foi redefinida a partir do marco estabelecido por meio do decreto-lei 25/37, que afirmou o conceito de *patrimônio histórico e artístico nacional* e a figura jurídica do *tombamento*

como instrumento tutelar (Fernandes, 1995). Assim, ao se falar na atualidade em patrimônio no Brasil, está-se tratando de fato da história da afirmação do conceito de patrimônio no Brasil.

Como todo instrumento legal, o decreto-lei 25/37 definiu, no país, não apenas o que é admitido pela sociedade, mas, igualmente, o que é ilegal e não pode ser admitido pelas instituições da ordem social. Em seu capítulo III, que trata dos efeitos do tombamento, fica explícita a intenção de controlar os usos sociais dos bens culturais, caracterizando as condições de transferência, alienabilidade, deslocamento, circulação, responsabilidades pela conservação e se define a proibição da exportação de bens culturais tombados. É evidente que o mercado de bens culturais é o alvo do controle de Estado e, nesse sentido, se entende que o mesmo decreto nomeie o Sphan como o órgão de vigilância do patrimônio histórico e artístico nacional. Em décadas posteriores, a moldura legal inicial foi reforçada ainda por outros instrumentos jurídicos.<sup>1</sup> Cabe destacar, especialmente, a lei 4.845, de 19 de novembro de 1965, que proíbe a saída de obras de arte e ofício produzidas no país até o fim do período monárquico, e, instrumento mais recente, a instrução normativa n. 1, de 11 de junho de 2007, que regulamenta o cadastro de negociantes de obras de arte de qualquer natureza, antiguidades, manuscritos, livros e outros documentos antigos ou raros. Esses instrumentos de ordem legal revelam como o Estado se respalda para intervir no mercado de bens culturais, a fim de garantir o patrimônio cultural como direito coletivo dos cidadãos.

O que se evidencia, portanto, no processo histórico de patrimonialização de bens culturais no Brasil é a importância da preocupação com o controle da ação de mercado. Mário de Andrade (1981, p.75), já em carta de 1937, escrevia a Rodrigo Melo Franco de Andrade para dar a notícia de que se falava, na época, que o bispo de Diamantina, para a reconstrução da Sé Catedral da cidade

histórica mineira, procurava vender oito altares de talha, caracterizado pelo intelectual paulista como “obra preciosíssima”. Isto é apenas um exemplo de como a origem do serviço oficial de patrimônio no Brasil se relaciona com a questão da preocupação com os efeitos do mercado de bens culturais. A patrimonialização se definiu, assim, historicamente no Brasil como um processo que envolve a ação do Estado em oposição ao mercado. Atualizar a relação do Estado com o mercado, no Brasil, poderia reorientar o mercado no sentido de qualificar os atores sociais comerciais e reconhecer valores agregados aos bens culturais. Isso significa reconhecer que o mercado qualificado também é uma instância de valorização dos bens culturais e pode tornar-se campo do processo de patrimonialização.

De todo modo, verifica-se que a necessidade da ação de Estado revela os percursos sociais do patrimônio como instituição social, ao mesmo tempo que demonstra a diversidade de sentidos atribuídos aos bens culturais pela sociedade. Esses sentidos, que implicam usos sociais do patrimônio, nem sempre estão em sintonia com os preceitos da ordem social instituída e nem sempre se baseiam nos valores coletivos hegemônicos. Na história do patrimônio cultural no Brasil, a necessidade de um órgão técnico especializado e de uma moldura legal específica expressa contraditoriamente a diversidade de usos do passado pela sociedade que nem sempre caminham no sentido da patrimonialização – e que, no limite, chegam, em alguns casos, a transformar o patrimônio em caso de polícia.

Cabe apontar, ainda, que o patrimônio também se define como uma construção intelectual particular. Entre outras coisas, essa construção implica uma operação temporal particular, que atualiza o valor de bens do passado. Uma arca de sacristia que em seu tempo tinha sentido utilitário, pelo processo de patrimonialização perde sua razão

prática e passa a ser um vestígio do passado. Para efeitos de preservação, com frequência, é condição não ser mais usada, para ser apenas admirada. Contudo, essa definição do passado é marcada pela leitura do presente que se projeta sobre gerações vindouras. Assim, o patrimônio longe de ser apenas uma construção acerca do passado é também uma elaboração do presente que se relaciona com o legado que se quer deixar para o futuro. Portanto, no objeto protegido por sua condição de patrimônio cultural há uma carga de tempo que o afirma por sua historicidade, mas igualmente por seu valor extemporâneo, que o valoriza diante de qualquer tempo, para além de seu próprio tempo. Há um anacronismo produzido na proteção do bem histórico a partir da construção intelectual que o envolve.

Outra dimensão dessa construção intelectual está nas articulações entre o nacional e o regional. Genericamente, podemos ressaltar que mesmo sendo um serviço nacional, o Sphan como escola de pensamento terminou por estabelecer parâmetros de conhecimento do patrimônio cultural também com marcas regionais. Emblemático é o caso da ação do Sphan em São Paulo, no período de Luis Saia. A preservação e a promoção da Casa do Bandeirante como monumento nacional implica uma articulação entre a história paulista e a história da casa no Brasil, realizando uma operação original entre o nacional e o regional. Evidentemente, a valorização da casa como objeto de trabalho e estudo por parte do Sphan paulista decorre do fato de a história colonial regional não ser marcada por grandes empreendimentos de engenharia e arquitetura. Contudo, na ausência de obras de caráter excepcional, coube a Luis Saia (1972) liderar o estudo da arquitetura prosaica de moradia, fazendo do caso paulista o conhecimento da casa no Brasil. Não sem razão, diversos foram os estudos subsequentes sobre arquitetura residencial no Brasil produzidos no âmbito da historiografia paulista da arquitetura. Do mesmo

modo, pode-se dizer que o caso dos estudos da arquitetura religiosa em Minas Gerais levou ao desenvolvimento de uma historiografia acerca da particularidade histórica mineira. Nos dois casos, a construção intelectual em torno do patrimônio cultural de marca regional fez com que o conjunto de bens simbólicos se valorize como patrimônio nacional no âmbito da ação do Sphan.

Ora, em torno do Rio de Janeiro, porém, a produção do Sphan não conseguiu produzir essa mesma leitura articuladora do local-regional-nacional. Cabe considerar também que, em sendo a sede nacional do serviço no Rio de Janeiro, foram produzidos trabalhos de perspectiva muitas vezes abrangente do ponto de vista nacional, como o caso do famoso ensaio de Lúcio Costa, publicado, em 1941, na *Revista do Sphan*, sobre a arquitetura jesuítica no Brasil, definindo padrões gerais identificados em todo o território nacional. Ao lado disso, nesse periódico, foram publicados também estudos de caso pontuais sobre monumentos da cidade do Rio de Janeiro ou de municípios do interior do estado. Os estudos sobre a pintura colonial no Rio de Janeiro constituem exceção. Hannah Levy (1978) produziu ensaio clássico sobre a pintura colonial do Rio de Janeiro, que apresenta tratamento abrangente da produção local, revisitando o célebre estudo de Araújo Porto-Alegre sobre a escola fluminense de pintura. Mas no caso dos estudos de arquitetura religiosa do Rio de Janeiro sob influência do pensamento do Sphan, por exemplo, tanto no livro de Silva Telles (1969) sobre a Igreja de Nossa Senhora da Glória do Outeiro quanto no livro de Mario Barata (1975) sobre a Igreja da Ordem Terceira da Penitência, o que se revela é o interesse em integrar o acervo da arquitetura religiosa da cidade do Rio de Janeiro na tradição lusitana.

No caso da igreja do Outeiro, Silva Telles a insere num quadro comparativo de igrejas borromínicas luso-brasileiras, estabelecendo relações antecipadoras com os edifícios religiosos de São

Pedro dos Clérigos do Recife, Porto e Rio de Janeiro, além de frisar que é contemporânea das igrejas do Aveiro e Menino Deus de Lisboa. E em seu último parágrafo a referência destacada é com Rosário de Ouro Preto e São Pedro dos Clérigos de Mariana, como eventual produto de influência da igreja carioca. Sobre o caso da Ordem Terceira da Penitência, Mario Barata termina por destacar na conclusão que sua talha “parece ser mais erudita que a da famosa Igreja de São Francisco da Bahia”, sublinhando a influência italiana de sua concepção e “a situação artística de unidade com a Metrópole, que merece literalmente a designação de arte luso-brasileira”. Chama atenção, ainda, o fato de concluir afirmando que se trata de “uma unidade formal e espiritual extremamente rara no país”. Desse modo, a importância da igreja carioca para a arquitetura é definida por um padrão não local. Só na década de 1990, num quadro de produção acadêmica universitária, é que os estudos de Sandra Alvim apresentaram uma abordagem do conjunto das igrejas coloniais do Rio de Janeiro, sem desprezar as conexões com o contexto geral da arquitetura religiosa luso-brasileira, mas destacando as próprias articulações com o conjunto da cidade buscando caracterizar suas tendências.

Assim, a historiografia produzida no âmbito do Sphan sobre o patrimônio cultural do Rio de Janeiro enredou-se no dilema regional, na dificuldade de ser bairrista e na imposição de ser sempre nacional ou até mesmo universal, esquecendo a máxima de que ser local pode ser a melhor via para se afirmar como universal.

## PATRIMÔNIO FLUMINENSE

Há uma história do patrimônio cultural fluminense a ser construída e contada a partir da história

dos governos estaduais. Dito de outro modo, sabemos que os governos empreendem inúmeras obras públicas, que se traduzem em construções diversas que ao lado de suas funções específicas se tornam marca da capacidade de sua realização. Nesse sentido, elas traduzem seu sentido político.

Contudo, à medida que são apropriados socialmente se tornam efetivamente patrimônio público. Assim, o sentido político se mescla com o sentido público dessas obras concebidas como governamentais. O sentido político original da obra se transmuta em sentido comum, dissolvendo a marca particular em construção coletiva. Portanto, se as obras públicas inscrevem na paisagem e no cotidiano a identidade de ação de um governo, terminam projetando a construção da identidade de um território. Ao se completar plenamente essa operação é que as obras públicas podem se abordadas como expressão de uma época e justificar sua afirmação como bem cultural a ser preservado.

No Brasil, não há dúvida de que Brasília é a melhor tradução dessa operação política que transmuta a identidade de um governo em bem simbólico de marca coletiva. No caso de Brasília, isso fica ainda mais claro pelo destino que assumiu como bem protegido pelo patrimônio cultural desde cedo, invertendo a lógica tradicional do patrimônio de preservar a presença do passado para perpetuar o futuro da cidade nascente.

Há, portanto, uma ordem do patrimônio cultural que se confunde com a ordem da história política, a partir das obras públicas.

Entre os bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) é possível reconhecer alguns exemplos que se integram nessa proposição.

No conjunto dos monumentos hidráulicos, destaca-se, por exemplo, o reservatório de Rio d'Ouro, em Nova Iguaçu, de 1879, que integrava

as várias iniciativas em torno do abastecimento de água realizadas na província fluminense no século XIX. Nesse universo oitocentista se inclui ainda o reservatório da Correção, em Niterói. No município do Rio de Janeiro há vários exemplares dessa categoria como os reservatórios do Morro do Pinto, do Livramento, Morro de São Bento, do Morro do Inglês, no Cosme Velho, da Quinta da Boa Vista, dos Macacos, do Morro da Viúva e da Caixa Velha da Tijuca, todos do século XIX, além de vários outros do século XX.<sup>2</sup> Poder-se-iam incluir ainda nessa categoria os chafarizes existentes em várias cidades, como o chafariz da Saudade e o da Carioca, ambos no município de Angra dos Reis, ou o chafariz de Itaguaí, todos do século XIX também.

Há ainda os monumentos viários, entre os quais se pode mencionar como dos mais antigos a ponte de Paraíba do Sul, cuja solução existente foi dirigida pelo barão de Mauá e criada por um engenheiro inglês, sustentada em cinco pilares de alvenaria sobre o rio, e um sistema de viga metálico. Entre os exemplares de arquitetura de ferro, mais propriamente dito, se pode citar a ponte metálica sobre o rio Paraíba do Sul, tombada em 2002 e que serve como ligação entre a sede do município de São Fidélis e o distrito de Ipuca. Com 500m de extensão, trata-se construção para o transporte ferroviário de minério de ferro, sendo um exemplar de engenharia de ferro, de fabricação inglesa, constituída de treliça metálica contraventada por tirantes roliços, apoiados por pegões de alvenaria de pedra. A data de construção é divergente, mas caracteriza obra da virada do século XIX para o XX. De tipo similar, é a ponte Velha de Resende, chamada também de Ponte Metálica ou ponte Nilo Peçanha, inaugurada em 1905 pelo próprio, quando era presidente da República, depois de seu primeiro governo estadual, e tombada originalmente em 1979. Não se pode esquecer o Canal Campos-Macaé, uma das maiores obras públicas do século XIX,

que deveria favorecer a circulação hidroviária, e cujos vestígios foram tombados em 2002. Nem tampouco as três pontes de Petrópolis, tombadas em 1978.<sup>3</sup> Do mesmo modo, seria importante lembrar as estações ferroviárias.

Fica evidente no caso desses conjuntos que houve uma iniciativa organizada do órgão responsável pela promoção do patrimônio cultural fluminense em proteger a memória do abastecimento de água e dos transportes, por exemplo.

Entre as obras públicas, porém, a lista do Inepac inclui igualmente várias edificações públicas, o que poderia estender a lista de modo mais alargado. Contudo, fica evidente nesse caso que os exemplares tombados são valorizados por suas qualidades artísticas. Observa-se isso no caso da prefeitura e Câmara Municipal de Sapucaia ou na sede da Câmara Municipal de Valença, magníficos exemplos de arquitetura neoclássica do século XIX. Dentre os edifícios escolares se destacam, em meio a outros, o Instituto de Educação Rangel Pestana, em Nova Iguaçu, exemplar de arquitetura neocolonial do período do Estado Novo. Como obra de arquitetura modernista, pode-se citar o Teatro Armando Gonzaga, em Marechal Hermes, no Rio de Janeiro, que surgiu da prancheta do arquiteto Affonso Eduardo Reidy, com paisagismo de Burle Marx, e foi construído em 1950.

## O PATRIMÔNIO DOS GOVERNOS ESTADUAIS

Ainda são muitas as possibilidades de se inventariar a presença das obras públicas entre nós. No que se refere ao governo estadual muito é possível fazer. Nos fundos documentais do Arquivo Público do Estado se podem encontrar muitas pistas. Na documentação da presidência de província se

observa o predomínio de certas obras públicas como pontes, estradas de ferro, obras de abastecimento de água, cemitérios, igrejas e casas de câmara. Na arquitetura há a tendência para afirmar o gosto pelo estilo neoclássico, tão típico do período de governo imperial. No acervo de documentos especiais se encontram fotografias que documentam o mundo das obras públicas em diferentes épocas. Para a época mais contemporânea se destaca a coleção do serviço de comunicação social, composta pelas fotos do serviço fotográfico de governo. Há aí uma vasta documentação sobre as obras públicas. Contudo, a título de ilustração se podem fazer algumas anotações.

O primeiro governo de Nilo Peçanha no antigo Estado do Rio, além de sua importância política por ter reafirmado Niterói como capital do estado, foi marcado pelo esforço de ordenar a administração pública. A sede do governo foi instalada em casa de 1860 no bairro do Ingá, adquirida e adaptada para suas novas funções. Foi, entretanto, na rua Marechal Deodoro que se construiu edifício para servir de centro administrativo governamental, abrigando as principais repartições públicas. É evidente que a arquitetura eclética marcava o gosto da época. Mas não se observa aí um padrão homogêneo. Esse gosto pela arquitetura eclética vai ser confirmado em Niterói nos anos 20, com a inauguração da praça da República e suas edificações, na época do governo Feliciano Sodré, mas novamente sem marca homogeneizadora de governo.

No período de governo do interventor Ary Parreiras, no início da década de 1930, é que se observa uma tendência para a afirmação do *art déco* como estilo para a arquitetura dos prédios públicos construídos pelo governo estadual. Há que estudar mais a coleção.

O que esses exemplos evidenciam é que existe uma história estética das obras públicas, que

são expressão de uma época que se identifica pela sua associação com a história dos governos estaduais.

## PATRIMÔNIO EM CAMPO AMPLIADO

Ainda que a atualidade esteja marcada por esses fatos recentes, roubos e furtos de bens culturais não são propriamente uma novidade. A história do patrimônio pode ser contada por muitos casos de “crime” contra o patrimônio histórico e artístico nacional. Mas o universo do crime tem história e nem sempre se roubou das mesmas formas e pelos mesmos motivos. Em 9 de setembro de 1942, por exemplo, o Diário de Minas anunciou em suas páginas “O misterioso caso da caixinha de rapé” que desaparecera de uma vitrina do Museu Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora. O objeto todo em ouro e trabalhado em relevo havia pertencido ao imperador D. Pedro I, e reapareceu dentro de um livro enviado pelo correio, com suas páginas recortadas para caber a caixa, com um bilhete: “Desculpe esta estúpida brincadeira, resultado de uma estúpida aposta de estudantes. Mil perdões pelos aborrecimentos. Rafles em férias.” O bilhete indicava o furto como brincadeira de jovens, nada integrada ao mercado de bens culturais. Certo é que a mesma caixa de rapé foi roubada outra vez nos anos 70 e jamais foi reencontrada. O mesmo objeto, portanto, foi alvo de furto duas vezes, mas em cada uma delas os sujeitos e as condições do furto que se evidenciaram foram diferentes, demonstrando a distância do tempo e a historicidade do crime.

Assim, não há como deixar de perceber que o universo de bens culturais, valorizado pela sociedade, envolve não apenas a concepção histórica do patrimônio histórico e artístico

nacional, marcado pela excepcionalidade da peça, por suas qualidades plásticas e autorais ou pelo inusitado dos fatos históricos, mas convive com a importância do patrimônio documental e bibliográfico, os objetos múltiplos, as obras de arte internacional incorporadas às instituições nacionais e as peças artísticas de mercado.

Além disso, na atualidade, o patrimônio deixou de ser um campo de predomínio da esfera federal para envolver todas as esferas governamentais, incluindo as instituições estaduais e municipais, e aponta para a necessidade, cada dia maior, de definir a ação integrada das instâncias de Estado. O quadro atual sinaliza, igualmente, a necessidade de se definir a participação dos atores da pesquisa científica e dos atores privados do mercado de bens culturais. Especialmente no caso destes últimos, qualificá-los significa definir, de modo geral, as bases do mercado de bens culturais no país e no Rio de Janeiro, no sentido de qualificar a atividade econômica,

bem como garantir a valorização simbólica dos bens culturais. Para o patrimônio não se reduzir a caso de polícia, evidencia-se a necessidade da articulação das instâncias públicas competentes para garantir a salvaguarda do patrimônio cultural em sua diversidade, valorizando não apenas o patrimônio de “pedra e cal”, mas igualmente o universo dos objetos móveis e múltiplos, o patrimônio científico, o patrimônio documental e bibliográfico, sem esquecer do imaterial, que atrai atenções em tempos recentes. Nesse sentido, é preciso conceber a política de patrimônio cultural integrada com outras políticas públicas, como ambiental, urbana, de educação, leitura, promoção das artes criativas em sua relação com a afirmação de direitos que caracterizam a cidadania de nossos tempos, como os direitos culturais, da memória, da informação, autorais, para citar apenas alguns exemplos.

Fundamentalmente, nota-se que, nos dias de hoje, o patrimônio se coloca num campo ampliado. ■

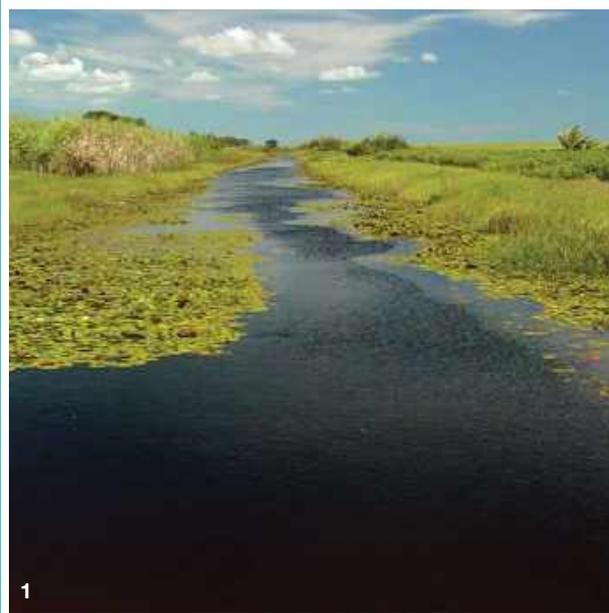
---

#### NOTAS

1. Outros instrumentos podem ser listados: decreto legislativo n. 71, de 28 de novembro de 1972 – aprova o texto da Convenção sobre as medidas a adotar para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais aprovada pela XVI sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas; decreto-lei n. 72.312, de 31 de maio de 1973 – Convenção sobre as medidas a adotar para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais; portaria n. 262, de 14 de agosto de 1992 – Veta a saída de obras de arte e outros bens tombados sem a prévia autorização do IBPC.
2. Os reservatórios do Cantagalo, Monteiro de Barros, no Engenho de Dentro, da Penha, no bairro de mesmo nome, os da Caixa Nova da Tijuca, Francisco Sá, em Vila Isabel, de Paquetá, de Vitor Konder, no bairro de Campo Grande, o reservatório do Tanque, além das represas do rio Cabeça, no Jardim Botânico, a represa e açude de Camorim e represa do Pau da Fome, todos em Jacarepaguá.
3. Ponte Presidente Kennedy; Ponte de Ferro; Ponte entre as ruas Padre Siqueira e Alfredo Pachá.

#### BIBLIOGRAFIA

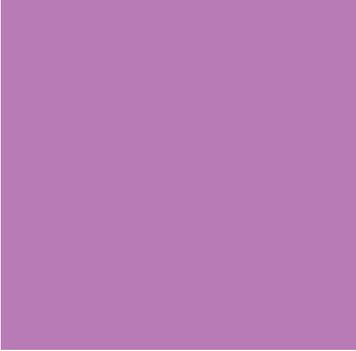
- ANDRADE, Mário. Mário de Andrade: cartas de trabalho. Correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília, Sphan/Fundação Pró-Memória, 1981.
- ARANTES NETO, Antonio Augusto. “Apresentação”. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.32, p.5-11, 2005.
- BABELON, J.-P.; CHASTEL, André. La notion de patrimoine. Paris: Liana Levi, 1994.
- BARATA, Mario. Igreja da Ordem Terceira da Penitência do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Agir, 1975.
- COSTA, Lúcio. A arquitetura jesuítica no Brasil. In: Arquitetura religiosa. Rio de Janeiro: MEC-IPHAN, 1978.
- COSTA, Lucio. Arquitetura dos jesuítas no Brasil. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 5, 1941.
- FERNANDES, José Ricardo Oriá. O direito à memória: a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro. Dissertação [Mestrado em direito]. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1995.
- LEVY, Hannah. A pintura colonial no Rio de Janeiro. In: Pintura e escultura I. Rio de Janeiro: MEC-IPHAN, 1978.
- POULOT, Dominique. Patrimoine et musées: l’institution de la culture. Paris : Hachette, 2001.
- SAIA, Luis. Morada paulista. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- TELES, Augusto da Silva. Nossa Senhora da Glória do Outeiro. Rio de Janeiro: Agir, 1969.



**1.** Canal Campos Macaé. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac. | **2.** Chafariz de Itaguaí. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac. | **3.** Sede da Prefeitura e Câmara Municipal de Sapucaia. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac.



1. Câmara Municipal de Niterói, na Praça da República. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac. | 2. Reservatório Rio D'Ouro em Nova Iguaçu. | 3. Ponte Nilo Peçanha, também conhecida como ponte velha de Resende. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac. | 4. Ponte metálica sobre o rio Paraíba do Sul, em São Fidelis. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac.



MARCOS JOSÉ PINHEIRO

Vice-diretor de Informação  
e Patrimônio Cultural da Casa  
de Oswaldo Cruz/Fundação  
Oswaldo Cruz.

# SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

A Semana Fluminense do Patrimônio (SFP) agrega anualmente várias atividades culturais e científicas, em todo o Estado do Rio de Janeiro, voltadas para a valorização do patrimônio cultural fluminense com o objetivo de despertar na sociedade fluminense maior interesse sobre sua própria cultura e, com isso, reforçar seu sentimento de pertencimento e o respeito à diversidade ambiental, cultural, social, étnica e religiosa do estado. A Semana pretende, assim, estimular e tornar cotidiana a prática (individual e/ou coletiva) da preservação em todas as camadas e grupos da sociedade.

A SFP tem acontecido sempre em agosto, na semana em que se comemora o Dia Nacional do Patrimônio Cultural (17 de agosto), assim eleito em homenagem ao aniversário de nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi o primeiro presidente do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), e dele esteve à frente por seguidos 30 anos – de 1937 a 1967.

Organizada por várias instituições científicas e culturais presentes no Estado do Rio de Janeiro,<sup>1</sup> ela vem conquistando paulatinamente empresas e instituições que apoiam<sup>2</sup> e patrocinam<sup>3</sup> seus eventos. Isso tem possibilitado o alcance cada vez maior – em quantidade de participantes e abrangência no território – de suas ações que, por sua vez, também se diversificam cada vez mais, atraindo diferentes públicos.

A SFP abarca eventos promovidos por seus organizadores e também eventos inscritos por adesão, que passam a integrar a programação geral da Semana, depois de submetidos ao crivo de uma comissão que avalia sua adequação aos objetivos e princípios da SFP.

Além da Abertura, que acontece na cidade do Rio de Janeiro, os eventos promovidos pela Organização da SFP são o Encontro do Patrimônio Fluminense, principal fórum de debates que acontece de forma itinerante no estado; a Mostra de filmes Memória em Movimento; o concurso cultural de fotografia e poesia Olhares sobre o Patrimônio Fluminense; oficinas técnicas e lúdicas voltadas para a educação patrimonial; além de exposições e manifestações culturais do patrimônio imaterial.

## FAZENDO HISTÓRIA

Neste ano de 2015, a SFP completa seus primeiros cinco anos de vida e para entender o que é essa Semana Fluminense do Patrimônio e o que pretende, é preciso que se façam a retrospectiva de alguns fatos e o retorno a um momento em que ela nem sequer era imaginada. Essa história começa em 2006, na realização de um evento concebido apenas como comemorativo de uma instituição, e que se tornou inspiração para outra ação que posteriormente viria a fazer parte do calendário fluminense e constituir inovadora iniciativa de valorização do patrimônio cultural no Estado do Rio de Janeiro. Esse evento fazia parte da comemoração dos 20 anos de existência da Casa de Oswaldo Cruz (COC), uma das unidades da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), que conta entre suas responsabilidades institucionais a preservação do patrimônio cultural e da memória da Fiocruz e das ciências da saúde. Para tanto, a COC deparou-se desde sempre com uma questão que

se impunha dia a dia: a preservação e a valorização da memória, da identidade e dos valores que constituem uma instituição, ou uma comunidade, ou mesmo uma parcela da sociedade, não são e nem podem ser encargos de um único ente, e sim de todos nela representados e com ela envolvidos. A partir dessa reflexão, aproveitando-se daquela data comemorativa, foi realizada uma série de atividades envolvendo grande parcela da Fiocruz na sensibilização da importância de divulgar e valorizar a memória e o patrimônio dessa instituição centenária, além de corresponsabilizar as ações de preservação. O resultado foi tão significativo internamente, que a iniciativa passou a ocupar regularmente a agenda institucional como Semana do Patrimônio da Fiocruz.

Em todas as edições do evento, as atividades e seminários foram tão exitosos e de tamanha qualidade, que suscitaram nova inquietação, a de que a ação não poderia estar restrita aos muros institucionais e, sim, ser realizada com maior abrangência de público e também em conjunto com outras instituições. Afinal, as questões constituintes da Semana da Fiocruz eram comuns àqueles que atuam na preservação patrimonial, seja de forma regulatória seja como produtores e/ou mantenedores de acervos.

Com esse propósito, a COC procurou tanto o Iphan-RJ como o Inepac, e juntos formularam a primeira proposta de um evento que envolvesse o Estado do Rio de Janeiro como um todo, ampliando os limites de uma ideia que antes envolvia tão somente a cidade do Rio de Janeiro. Vencidos os argumentos logísticos e de governança, prevaleceram o bom senso, a ousadia e a solidariedade de abranger todo o estado fluminense.

Então, durante a cerimônia de encerramento da V Semana do Patrimônio da Fiocruz, realizada de 17 a 20 de novembro de 2010, foi lançada a Semana Fluminense de Patrimônio (SFP)<sup>4</sup>. No ano seguinte foram realizadas reuniões envolvendo

também a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e a Fundação Casa Rui Barbosa com o objetivo de concretizar parcerias e formular ações. Ainda na organização da primeira edição da SFP, juntou-se a nós o Museu Nacional, representando a UFRJ, e o Museu do Meio Ambiente passou efetivamente a representar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro (JBRJ).

A organização ficou, assim, caracterizada por ser composta por diversas instituições científicas e culturais ligadas a diversos ministérios do governo federal e a diferentes secretarias estaduais, com sede na cidade do Rio de Janeiro e reconhecidas por seu zelo e atuação no campo do patrimônio cultural. Essa composição expressava, portanto, a dimensão mais abrangente e plural do patrimônio que se manifestava até então de forma segmentada, mas que vinha sendo proclamada em alguns fóruns.

Na evolução das discussões relativas à proposta e ao formato da Semana Fluminense de Patrimônio, definiu-se, além do período de realização do evento abrangendo o Dia Nacional do Patrimônio Cultural (17 de agosto), que a Semana teria como base o tripé composto pelas áreas sobre as quais a ação de preservação se apoia atualmente, ou seja, patrimônio material; arqueologia e patrimônio imaterial.

Antes de tudo, porém, era importante que o evento não se caracterizasse como um espaço de discussão das instituições organizadoras e seus pares sobre as questões relativas ao patrimônio cultural, mas como oportunidade única de construção coletiva e participativa de novos sentidos e significados da noção de patrimônio, em que diferentes segmentos da sociedade fluminense fossem tão protagonistas quanto essas instituições.

A organização do evento ficou dividida em

grupos temáticos de trabalho com coordenações específicas, numa tentativa de contemplar os eventos de abertura, encontro e encerramento, as iniciativas individuais de cada instituição organizadora,<sup>5</sup> o concurso de fotografia, o desenvolvimento de um sítio na web, a seleção dos eventos por adesão e a comunicação do evento e seu acompanhamento junto à mídia.

Além da organização compartilhada, entretanto, outra característica inovadora, e sempre um exercício, é a não existência oficialmente de uma coordenação geral, mas sim a prática de decidir coletiva e democraticamente em reuniões presenciais ou virtuais os rumos a trilhar. Relacionada a essa particularidade destaca-se a ideia de desconstruir o caráter oficial do evento, embora todas as instituições organizadoras se caracterizem por serem órgãos públicos das esferas federal e estadual de governo. Dessa forma, sempre se buscou evitar o formato-padrão de cerimônias de abertura com a presença e fala, à mesa, de representantes de todas as instituições organizadoras. Esse espaço foi reservado aos anfitriões dos eventos, independentemente de serem organizadores.

Todas essas medidas, por assim dizer, foram significativas para balizar o tom que acreditávamos naquele momento que o evento devia ter, e temos cada vez mais clareza de que essas questões são relevantes para o alcance dos objetivos da Semana, em que a voz que deve sobressair é da sociedade em sua totalidade e em suas particularidades.

A primeira edição da SFP foi realizada em 2011 durante nove dias, sendo sua abertura e o Encontro do Patrimônio Fluminense, que a seguiu, realizados no Museu Nacional, na Quinta da Boavista, e seu encerramento na Casa de Rui Barbosa, em um simpósio temático, o Simpósio Fluminense de Patrimônio Cultural-científico. Além do fato de ser iniciativa inusitada na época no que tange ao patrimônio cultural, o evento ficou marcado por

seu êxito e repercussão em diversos municípios do estado, abrangendo a participação de grupos culturais, associações locais e ações comunitárias e institucionais em iniciativas próprias, bem como as participações individuais no concurso de fotografias promovido pela organização do evento e de agentes individuais e coletivos nos seminários supracitados. Após sua conclusão, a sensação de que aquele evento havia sido e poderia ser uma iniciativa importante para a valorização do patrimônio cultural do estado parece ter contaminado os organizadores, já que prontamente se disponibilizaram para reuniões de avaliação e organização de nova edição. Outro aspecto considerado foi o da oportunidade, que a organização do evento propiciava, de congregação e aproximação das instituições organizadoras.

No balanço feito pela comissão organizadora sobre as atividades que realizara na primeira SFP, concluiu-se que, na próxima Semana, deveria ser abreviado o tempo reservado aos seminários, mantendo-se apenas o Encontro do Patrimônio Fluminense, que deveria ocorrer a cada ano em uma cidade fluminense a ser escolhida pela organização e ter formato menos acadêmico e institucional, devendo visar a maior integração das populações locais e a sua participação mais intensa. Esse deveria vir a ser o principal momento de reflexão e discussão pública da Semana Fluminense do Patrimônio, um espaço e tempo de encontro e diálogo entre o público, os acadêmicos, as instituições e todos os atores envolvidos com a questão do patrimônio. Naquele momento havia duas cidades que se credenciavam fortemente e por motivos bastante diferenciados à sede do Encontro. A Região dos Lagos tivera expressiva participação na SFP em 2011, muito pelo envolvimento do Escritório Técnico do Iphan localizado em São Pedro da Aldeia. Assim, nada mais justo do que reconhecê-la como possível sede ao Encontro, e também como estratégia de consolidação da Semana Fluminense a partir de uma dada região. Por outro lado, no simpósio que encerrou a primeira SFP, evidenciou-se a

necessidade de algo ser realizado em Vassouras, em face da fragilidade em que essa cidade e seu valioso patrimônio se encontravam. A solução encontrada pela organização foi realizar a abertura da II SFP em Cabo Frio e o Encontro do Patrimônio Fluminense em Vassouras.

Outro ponto então suscitado foi o de que a SFP necessitava ter temas centrais que traduzissem os problemas atuais e assim aproximassem as questões relativas à memória e ao patrimônio àquelas relacionadas a nossa contemporaneidade. A partir disso, a segunda edição alinou-se à proposta da Rio+20, a ocorrer em 2012, que seria a de avaliar decisões passadas e renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável local, incluindo a preservação e a reabilitação dos acervos culturais como tema emergente e fundamental para a criação de novos comportamentos. Essa segunda edição talvez tenha sido um ponto de inflexão na organização e realização da Semana Fluminense, conseguindo maior aproximação com diversos segmentos das populações das regiões dos Lagos, por conta da cerimônia de Abertura, e do Médio Vale do Paraíba, pela realização do Encontro,<sup>6</sup> o que nos remetia mais profundamente à proposição original da Semana. As escolhas dos palestrantes para esses eventos foram muito acertadas, bem como a dinâmica das palestras e sua mediação, permitindo a ampla participação do público presente e a apresentação, por atores locais, de casos exemplares do modo local de apropriação da memória e do que se interpretava como patrimônio naquelas regiões. Isso porque foi premissa para a composição de mesas-redondas a presença de representantes de diferentes segmentos da sociedade, como do público, da academia e, principalmente, da população. Talvez, como melhores traduções do ocorrido possamos listar uma diretriz e três episódios. A diretriz foi a de incrementarem-se as ações de captação de recursos para a realização dos eventos de modo a que a SFP não ficasse limitada exclusivamente aos

orçamentos das instituições organizadoras, como ocorria até então, e a tornasse mais independente e sustentável. Como estratégia foi definido um grupo de trabalho específico para tal, e adotados dois caminhos, um de propor aos órgãos de fomento a realização das atividades relativas ao Encontro, e outro de enquadramento da SFP na Lei Rouanet e em outras leis de incentivo fiscal, como a do ISS no município do Rio de Janeiro.

O primeiro episódio está ligado a movimentos de resistências de preservação do conhecimento tradicional frente às diversas transformações culturais e sociais por que passou a Região dos Lagos, historicamente marcada em sua origem pela pesca e pela extração do sal e mais recentemente por ciclos econômicos de expansão e de retração que envolveram o início e o término das operações da Companhia Nacional de Álcalis; o crescimento exponencial do turismo e o consequente abandono das atividades pesqueiras locais. Uma das mesas-redondas realizadas no evento de abertura realizado na Casa Ateliê Carlos Scliar, em Cabo Frio, teve como tema a “A Escola Naval Artesanal do Mestre Chonca na Praia Grande, em Arraial do Cabo/RJ” e foi composta pelo sociólogo Paulo Sérgio Barreto Santos e pelo Mestre Chonca, que evidenciaram fortemente a lacuna causada por esse abandono nos ambientes sociais da região, mas que também foram capazes de mostrar como um evento da natureza da Semana Fluminense pode deixar pequenos legados importantes para diferentes segmentos da sociedade e de sua memória. Dando prosseguimento àquela mesa-redonda, à Escola Naval Artesanal e ao engajamento à proposta das Semanas Fluminenses que se seguiram, Paulo Santos e Mestre Chonca desenvolveram posteriormente outros projetos, tais como a “Exposição Mestres Sabedores da Cultura Popular” e a “Oficina de Carpintaria Naval Tradicional”, que tratam de constituir, organizar e dar visibilidade à documentação audiovisual das narrativas e da transmissão do saber fazer reparos por Mestre

Chonca, outros mestres e por seus aprendizes. Esse fato é exemplar para reafirmar o propósito de a SFP não ser tão somente um evento sobre patrimônio, mas sim um potencial fomentador de ações mais permanentes de valorização de diferentes memórias e identidades fluminenses.

Outro episódio tradutor da segunda edição da SFP ocorreu em Vassouras, quando se tornou evidente o embate invisível entre duas culturas que, para sua subsistência, adotaram o caminho do não reconhecimento da memória do outro e da impossibilidade do diálogo. Assim convivem lado a lado uma parte da população que se movimenta pelas tradições do passado pujante daquela região enquanto centro produtor cafeeiro e do presente decadente, e outra que se move pelas tradições e costumes das comunidades rurais e de afrodescendentes. A SFP se apresentou a essa sociedade partida em sua memória e identidade como um espaço de interlocução e diálogo, de possibilidade de transformação sociocultural, e ficou evidente, para quem estava presente ao evento, a ausência de lugares e oportunidades naquela região, em que as comunidades populares pudessem expressar-se a outros extratos da sociedade local. Isso culminou no terceiro episódio, quando houve a redação coletiva e participativa da “Declaração de Vassouras” a partir das reflexões geradas sobre as relações entre o cotidiano das cidades, sua história, memória, cultura e a sustentabilidade. A íntegra dessa declaração de valores e diretrizes para a preservação do patrimônio cultural integra essa publicação está também disponível no site da SFP. Essa declaração foi formulada com vistas a sua maior fruição presente e futura, de modo a gerar desenvolvimento sustentável capaz de fortalecer ainda mais os traços identitários da cultura fluminense.

A terceira edição da Semana Fluminense do Patrimônio ocorreu no ano seguinte com o tema

“Patrimônio cultural: valores em risco”, muito voltado a dar continuidade ao tema do ano anterior e pelo fato de a região serrana escolhida para o III Encontro do Patrimônio Fluminense haver sofrido em 2011 um dos maiores desastres climáticos do país. A proposta era debater com as populações locais as ameaças resultantes do crescimento urbano desordenado, da obsolescência atribuída a valores e costumes tradicionais, e aos efeitos causados pelas mudanças climáticas que colocavam em condição de risco suas memórias e seu patrimônio cultural e natural. A organização da III SFP em 2013, assim como nos anos anteriores, foi precedida por uma avaliação da edição anterior. Nessa avaliação a organização constatou que havia sido exaustiva e dispendiosa a escolha de dois municípios longe da cidade do Rio de Janeiro, onde estão sediadas todas as instituições organizadoras, além do distanciamento de uma capital tão rica em suas manifestações culturais e em suas representações de memória, o que estrategicamente era contrário ao objeto de valorização e reflexão da noção de patrimônio cultural no estado. A partir dessa ponderação, foi estabelecido o formato que desde então vigora na realização da SFP, ou seja, a cerimônia de abertura passou a ocorrer sempre na cidade do Rio de Janeiro, o Encontro sempre em uma cidade diferente do estado, respeitando a ideia de itinerância, e as diversas atividades organizadas pelos diferentes atores sociais em diferentes municípios do estado, como desde a primeira edição do evento. No que se refere à realização do Encontro, entretanto, foi sugerido nas reuniões de organização que ele acontecesse – diferentemente do que ocorrera nos anos anteriores, quando acontecera em dias de semana – em um fim de semana para possibilitar maior participação da população. A partir dessas definições, a cerimônia de abertura foi realizada naquele ano no Centro Cultural da Justiça Federal, localizado na Cinelândia, fato que se repetiria no ano seguinte e se prevê também para 2015. A terceira Semana Fluminense do Patrimônio trouxe como inovação de si mesma não só a invenção da

‘nova tradição’ de estrear a cada ano na Cidade Maravilhosa em plena Cinelândia, mas também a de lançar uma mostra de filmes de curta, média e longa-metragem voltados para a memória e o patrimônio cultural brasileiro, com ênfase no que ocorre no território fluminense. A expectativa era a ampliação de todas as formas de interlocução e aproximação com diversos segmentos de nossa sociedade, e juntos explorar novos sentidos, representações e significados do que procuramos traduzir pela noção de patrimônio cultural.

Enquanto a avaliação da cerimônia de abertura foi a de consolidação e maturidade da SFP, com a identificação do público presente e seus propósitos, o Encontro realizado no Palácio Itaboraí em Petrópolis durante três dias que incluíram o fim de semana, apesar da excelente qualidade da conferência e das palestras, ao contrário do que havia ocorrido em Vassouras, pareceu não ter mobilizado a população local, exceto pela presença maciça de estudantes no primeiro dia, uma sexta-feira, e da presidente da associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico da Cidade Imperial de Petrópolis (AMA) no último dia, um domingo, para apresentar e entregar uma carta de reivindicações e sugestões para a preservação do patrimônio cultural e natural da cidade, assinada também por outras associações e instituições locais. O ápice desse distanciamento foi dado no contexto de entrega dessa carta, e, a despeito da possibilidade de a SFP ser reconhecida como lugar de interlocução e aproximação com as questões locais por meio desse ato, a impressão é de que ela serviu mais como oportunidade e instrumento para dar voz a posicionamentos já consolidados. O fato de o evento em Petrópolis ter contado muito mais com pessoas não residentes naquela região, e não ter sido aproveitado como espaço para um debate crítico, para construção de proposições e para dar maior visibilidade às questões locais pertinentes revelou que aquele distanciamento era fruto de algo que a organização não havia captado e precisava

ser avaliado. A verdade é que não havíamos conseguido o diálogo desejado com as populações locais. As razões encontradas perpassam diferentes argumentos de naturezas completamente diversas e que vão desde falhas na comunicação do evento na cidade e na mobilização de líderes comunitários até a exaustão do tema naquela região serrana, que desde o desastre ocorrido em 2011 não debatia outro assunto. Outro ponto que, na avaliação da comissão de organização, colaborou para essa pouca participação da população foi a escolha dos dias para a realização do Encontro que, incluindo integralmente um fim de semana, ao contrário do que se pensava, não foi atrativo.

A IV Semana Fluminense do Patrimônio, em 2014, organizou-se em torno do tema “Patrimônio cultural e grandes intervenções” que buscava discutir os efeitos dos megaeventos esportivos e culturais – como, por exemplo, a Copa do Mundo, as Olimpíadas e a Flip – e de grandes intervenções – como o projeto Porto Maravilha<sup>7</sup> e grandes obras de infraestrutura viária – no patrimônio natural e cultural. Assim, a IV SFP realizou sua cerimônia de abertura no Centro Cultural da Justiça Federal, na cidade do Rio de Janeiro, como já mencionado, e o IV Encontro do Patrimônio Fluminense na cidade de Paraty, onde os referidos efeitos são visíveis. Essa edição mais do que abalizou a consolidação do evento na agenda cultural da capital e do estado, como ficou marcada por sua maior autonomia financeira graças aos esforços de captação de recursos plantados nos anos anteriores, e também por retomar a alma militante de envolver diferentes segmentos sociais, culturais e econômicos no debate e no embate de diversos argumentos e olhares sobre o que se constitui como patrimônio, identidade e memória; sobre quais valores os edificamos; e sobre quais motivações e propósitos os mantemos vivos. O mote central e mais sensível no evento ocorrido em Paraty, com base em diferentes falas dos palestrantes, fossem eles secretários do governo municipal, quilombolas,

caciques, caiçaras, representantes de instituições de preservação patrimonial ou ambiental, artistas, professores ou pesquisadores, foi o debate a partir dos significados de território e das questões de identidade, memória e imaterialidade do patrimônio que deles emergiam marginalmente. A partir disso, avalia-se como possibilidade o fato de o patrimônio cultural não ter valor intrínseco aos diferentes ambientes sociais constituídos em torno das categorias socioculturais de um lugar e de suas práticas e costumes, e de só adquirir alguma apreensão e significado se incorporado e relacionado a termos como território, identidade, memória e outros de maior significância e compreensão pela população em geral, que se constitui como público-alvo desse tipo de evento.

Outro ponto relevante da quarta edição da SFP se constituiu dos novos apoios e parcerias estabelecidos, destacando-se a associação com o Senai-RJ para realização de oficinas temáticas na Escola de Construção da instituição, localizada na Zona Portuária do Rio, e com o Sesc-Paraty que abrigou parte da mostra de cinema e colaborou com a realização da festa de encerramento do Encontro.

Feita essa retrospectiva, vale destacar alguns aspectos mais do que outros na tentativa de dizer o que é ou o que poderia ser essa Semana Fluminense do Patrimônio. Um é o fato de que, a partir de um nada concebido a priori, se estruturou uma modalidade de organização interinstitucional de grandes eventos na qual não há protagonistas e, que segue rumo a sua quinta edição, preservando-se os valores e princípios constituintes, e cada vez maiores profissionalização e sustentabilidade de recursos, que possibilitou em 2014, entre outras coisas, maior participação de grupos culturais tradicionais no evento.

Manteve-se e aprimorou-se a capacidade de lidar com as diferenças tanto das instituições organizadoras como, principalmente, dos

participantes, sejam eles indivíduos ou organizações públicas, privadas ou da sociedade civil. E algo muito especial é que ao se optar pela interiorização das atividades, capitaneadas pelo Encontro do Patrimônio Fluminense e por temas centrais, acabou-se por se constituir uma série bem encadeada de debates extremamente contemporâneos a respeito do patrimônio cultural, da memória, das identidades e alteridades e de suas relações com questões que passam pelo cotidiano das cidades; por desenvolvimento sustentável e sustentabilidade – conceitos tão suscetíveis a constantes reflexões e transformações sociais de interpretação quanto à noção de patrimônio cultural; por cidadania e território; por mudanças climáticas e por sociedades multiculturais. Desse mosaico de atividades e potencialidades atribuídas à SFP, sobressaem ainda algumas questões não resolvidas. Como exemplo, podem ser citadas o ainda baixo envolvimento do público infantil e juvenil; as frágeis estratégias de articulação com as escolas municipais, estaduais e federais; a ausência de indicadores que apontem a real efetividade dos eventos correlacionados à SFP e o mapeamento das ações fomentadas e dos efetivos legados, principalmente nas cidades-sede

das edições anteriores. Poucos são os registros que nos chegam desse legado, como é o caso do desenrolar do projeto *Mestres Fazedores*, criado na Região dos Lagos no contexto da II SFP e que ganhou vida envolvendo vários artífices e artesãos da região na realização de uma exposição e do projeto de um livro ainda em busca de financiamento para sua concretização.

Na mesma direção, o concurso cultural e a mostra de filmes promovidos pela Organização da SFP, embora cumpram a função de atrair público diversificado, ainda são atividades com poucas visibilidade e participação popular.

O importante é que, ano a ano, o movimento cíclico de planejar, realizar, avaliar e reformular se mantém e cada vez se intensifica mais, agregando novas pessoas que se interessam e reconhecem a importância do evento, na direção dos objetivos iniciais que, com o tempo e o amadurecimento dos envolvidos na organização, vão sendo lapidados e aprimorados para estimular cada vez um número maior de pessoas na missão de preservar o patrimônio cultural fluminense. ■

---

#### NOTAS

1. O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (Aperj), a Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz), a Fundação Casa de Rui Barbosa, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac/Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro), a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro (Iphan-RJ), o Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), o Museu do Meio Ambiente/Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro e o Museu Nacional (MN/UFRJ).
2. As instituições que abrigam os eventos são apoiadoras em potencial, como a Casa Ateliê Carlos Scliar, que sediou a cerimônia de abertura da II SFP em 2012, em Cabo Frio; a Universidade Severino Sombra, que sediou o II EPF, em 2012, em Vassouras; o Centro Cultural da Justiça Federal, que desde 2013 sedia a cerimônia de abertura da Semana na cidade do Rio de Janeiro e parte da mostra de filmes *Memória em movimento*; o Fórum de Arte e Ciência Palácio Itaboraí/Fiocruz, que em 2013 sediou o III EPF; o Museu Imperial, que nesse mesmo ano sediou a I Mostra de filmes *Memória em Movimento*; a Casa da Cultura de Paraty, que em 2014 sediou o IV EPF; o Instituto Brasileiro de Museus, representado pelo Museu de Arte Sacra de Paraty, que abrigou atividades culturais do IV EPF; o alambique Aguardente Engenho D'Ouro, que apoiou a abertura do IV EPF, e o Senai-RJ, que sediou as oficinas promovidas pelas instituições organizadoras da IV SFP. Em 2015, a SFP conta com novas parcerias em Quissamã, cidade que sediará o V EPF, como o Instituto Federal Fluminense, o Espaço Cultural José Carlos Barcelos e a Prefeitura Municipal de Quissamã.
3. A SFP, em sua trajetória, reúne patrocínios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) em 2013; do Sesc-Paraty e da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (Fiotec) em 2014, esta por meio do Programa de Fomento à Cultura Carioca da Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (Lei do ISS) e gestão cultural da Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz.
4. Nesse momento como um compromisso interinstitucional entre Fiocruz, Iphan e Inepac, mas com a proposta de agregar várias outras instituições tanto no desenvolvimento da ideia quanto na própria organização, contou com a presença dos dirigentes do Iphan-RJ e do Inepac, além da então superintendente do Iphan-SP e dos diretores à época do Departamento Material e Fiscalização do Iphan e do Departamento de Popularização e Difusão da Ciência e Tecnologia, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
5. Importante se faz, neste momento, abrir um parêntese para ressaltar que a criação da SFP não constituiu a substituição de um evento menor e restrito a uma única instituição – a Semana do Patrimônio da Fiocruz – por um evento maior que agrega várias instituições, mas uma ampliação, senão ramificação da primeira a partir da realização, dentro dela, das Semanas do Patrimônio de cada instituição organizadora.
6. Realizada em um dos edifícios históricos da Universidade Severino Sombra.
7. Projeto de revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro.



Chafariz da Praça Barão de Campo Belo com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição ao fundo, Vassouras.  
Foto: Cristina Coelho



**1 e 2.** Ruas de Cabo Frio. Fotos: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac. | **3.** Rua da Imperatriz, Petrópolis. Foto: Pedro Oswaldo Cruz/Acervo Inepac.



## FOTOS E POESIAS



### CRISTINA COELHO

Coordenadora do Núcleo  
de Educação Patrimonial do  
Departamento de Patrimônio  
Histórico/Casa de Oswaldo Cruz.

# CONCURSO CULTURAL OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE

Criado no âmbito da SFP, tem a intenção de estimular novos olhares seja pela descoberta de outras formas de ver o patrimônio, seja pelo despertar das pessoas para as quais o patrimônio presente em seu cotidiano passa muitas vezes despercebido. Vale ressaltar que o objetivo do concurso, além de divulgar e valorizar o patrimônio fluminense reconhecido oficialmente por meio de tombamento ou outros instrumentos de proteção, é também possibilitar às instituições organizadoras da SFP conhecer o patrimônio eleito pela população, já que o concurso não restringe a abordagem, por fotos e poesias, ao acervo dotado de proteção legal.

Assim como a Semana Fluminense do Patrimônio nasceu como evolução da Semana do Patrimônio da Fiocruz, o concurso cultural fluminense também foi inspirado nos concursos de fotografia realizados nessa instituição com a finalidade de atrair a atenção da comunidade Fiocruz para o patrimônio historicamente por ela constituído e divulgá-lo mais amplamente em âmbito institucional. A incorporação dessa ação, já na primeira edição da Semana Fluminense do Patrimônio, deveu-se a seu sucesso no âmbito da Fiocruz e como forma de atrair diferentes públicos e seus olhares para o patrimônio cultural, natural e científico fluminense, já que a SFP visa ampliar o debate para toda a população fluminense e, assim, estimular atitudes mais sustentáveis do ponto de vista da preservação.

Diferentemente da premiação realizada na Fiocruz,<sup>1</sup> no concurso fluminense a proposta de premiação foi, na sua primeira edição, a publicação das obras ganhadoras em livro, a ser lançado na edição seguinte do evento, além de sua utilização no material de divulgação da II SFP e da criação de galeria virtual com todas as obras (inscrites e premiadas) no site da Semana. Acreditava-se naquele momento que seria viável angariar recursos financeiros para viabilizar a publicação em curto prazo, o que não aconteceu, gerando a necessidade de adiar sua concretização. Esse fato sinalizou a necessidade de modificar, senão simplificar, a forma de premiação, o que não eliminava, porém, a intenção de realizar publicações de registro das edições do evento e de valorizar o patrimônio fluminense por meio da inclusão das obras premiadas, que só agora, quatro anos depois, é possível.

Outra questão que permeou a premiação, em sua primeira edição, foi a manifestação de alguns fotógrafos profissionais do Estado do Rio de Janeiro contra a não premiação em dinheiro, alegando criação gratuita de acervo fotográfico para as instituições organizadoras, o que não procedia. O que se percebia com esse fato era a incompreensão quanto à finalidade do concurso no âmbito da SFP, que visava em primeiro lugar valorizar o patrimônio fluminense, estimulando na população novos olhares, e a inclusão de novos atores na produção de imagens dos bens culturais, esperando que a população possa cada vez mais neles se reconhecer e, com isso, se tornar cada vez mais sujeito na necessária preservação desse patrimônio. Dessa forma, e para evitar novas manifestações, definiu-se que as obras premiadas só poderiam ser utilizadas nos materiais de promoção e publicações da SFP e devidamente identificadas quanto a título, autor e classificação no concurso a que tinham sido submetidas. Para quaisquer outras formas

de utilização, os autores das obras deverão ser previamente consultados.

Ainda, de modo a colaborar para o alcance desses objetivos, por meio da divulgação e promoção do patrimônio fluminense, oferta-se aos premiados produtos relacionados ao patrimônio cultural – como livros, materiais educativos, DVDs com filmes, entre outros – fornecidos pelas instituições organizadoras da SFP ou parceiras.<sup>2</sup> A entrega desses produtos aos premiados acontece por ocasião da cerimônia de premiação do concurso, que ocorre sempre como evento de encerramento do Encontro do Patrimônio Fluminense e com público geralmente diferenciado daquele que participa do Encontro. Esse momento se configura, assim, como revelador dos diferentes públicos da Semana Fluminense do Patrimônio.

Na primeira edição da Semana, em 2011, o concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense premiou apenas fotografias. A partir de 2012, a poesia entrou como segunda modalidade que poderia revelar, com mais ênfase, os sentidos que o patrimônio cultural desperta nas pessoas. No entanto, ainda é por meio da fotografia que o patrimônio fluminense vem sendo mais abordado pelos participantes do concurso. Acredita-se que isso se deva às cada vez maiores facilidade e rapidez de produção das fotografias, em função dos avanços tecnológicos e da maior acessibilidade aos equipamentos disponíveis no mercado, em detrimento da ação cognitiva que a criação de uma poesia requer. Acredita-se também, entretanto, que com a maior adesão dos setores da educação e da área social nas atividades da SFP, a participação nessa ação em todas as suas modalidades (fotografia, poesia e outras que possam surgir) seja mais efetiva. Enfim, esse é o foco de atenção dos organizadores da SFP neste momento em que o evento completa seus primeiros cinco anos de vida.

No que se refere ao público, acreditava-se, por ocasião da primeira edição em 2011, que o estabelecimento de categorias etárias bastante definidas poderia indicar quais grupos etários eram mais ou menos sensíveis ao patrimônio. Dessa forma, foram premiadas fotos nas categorias infantil (até 11 anos); infanto-juvenil (de 12 a 14 anos); juvenil (de 15 a 17 anos); adulto (de 18 a 64 anos) e idoso (acima de 65 anos). A separação por faixas etárias, porém, não se mostrou adequada para a dinâmica da Semana e optou-se, a partir da segunda edição, simplificar para duas categorias apenas: infanto-juvenil (até 17 anos) e adulto (a partir de 18 anos). De qualquer modo, após quatro edições, o que se verifica é que o público adulto é, sem comparação, o mais participativo.

Mas, ao contrário da SFP, que na primeira edição não teve tema específico senão o patrimônio fluminense como um todo, o concurso cultural já nasce com temas elaborados para caracterizar grupos (tipos) que reúnem as diferentes dimensões – material e imaterial – e abrangem bens protegidos nas diferentes instâncias de proteção – municipal, estadual, federal ou mundial – e também os não tutelados. Os títulos e as

abrangências são elaborados coletivamente de forma a atrair, informar e orientar os participantes. Assim, o estabelecimento de temas diferenciados, além de divulgar os diferentes acervos, nos possibilita um diagnóstico sobre o conhecimento e o reconhecimento desse patrimônio por parte de uma parcela, ainda que pequena, da população fluminense.

Associando os temas às categorias, são selecionadas três obras em cada tema/categoria, além de eventuais menções honrosas. A escolha das obras, para premiação, é feita por júri formado por representantes dos órgãos de proteção do patrimônio cultural estadual (Inepac) e federal (Iphan-RJ) além de profissionais atuantes no campo das artes e do patrimônio cultural.<sup>3</sup> A partir de 2012, o voto popular virtual foi incorporado ao concurso, como mais uma forma de estimular os olhares para o patrimônio, alcançar uma parcela maior da população e também possibilitar análises complementares sobre os resultados.

Nessa direção e como descrito abaixo, em 2011, os temas do concurso abrangeram o patrimônio ferroviário; as manifestações culturais; o patrimônio da saúde e a paisagem cultural.

## CAMINHOS DE FERRO

Qualquer elemento que tenha relação com o transporte ferroviário fluminense tradicional de cargas e/ou pessoas, em funcionamento ou não, desde as ferrovias e suas

estações; as locomotivas, os vagões e suas composições; os objetos e os instrumentos relacionados, o trabalho e a vida que acontecem nesses ambientes.<sup>4</sup>

## EXPRESSÕES DA TRADIÇÃO

Manifestações culturais tradicionais que acontecem no território fluminense, desde festas religiosas e populares, tradições folclóricas,

referências às expressões artísticas regionais (música, dança, escultura, pintura etc.) e aos modos de fazer humanos e hábitos tradicionais.<sup>4</sup>

## MEMÓRIA DA SAÚDE

Qualquer elemento – material ou imaterial – que remeta à história da saúde no Estado do Rio de Janeiro, desde hospitais, colônias, institutos

de pesquisa e de saúde pública, objetos e instrumentos relacionados, trabalho e vidanesses ambientes.<sup>4</sup>

## PAISAGEM VIVENCIADA

Todas as paisagens, naturais ou construídas, referenciais da memória e da identidade fluminense – florestas, montanhas, praias, rios,

parques, praças, jardins, mirantes, vistas de cidades e áreas históricas etc.<sup>4</sup>

Nesse momento a ideia era, a cada edição da SFP, abordar três ou quatro grupos diferentes e, com isso, ir contemplando todo o universo do patrimônio fluminense, como ocorreu também em sua segunda

edição (2012), que abrangeu, por meio dos temas descritos adiante, o patrimônio marítimo e fluvial; o patrimônio religioso e as expressões populares tradicionais do folclore e do artesanato.

## MEMÓRIA DAS ÁGUAS

Todo e qualquer elemento (material ou imaterial) que tenha relação com o patrimônio cultural marítimo, fluvial e lacustre fluminense, desde as embarcações; os portos e cais de atracação; as estações de barcas e gares marítimas; os

estaleiros; os faróis; os reservatórios, aquedutos e chafarizes; os objetos relacionados, a vida e o trabalho que acontecem nesses ambientes; o artesanato e o modelismo naval; as práticas da navegação e da pesca, e suas tradições.<sup>5</sup>

## REGISTROS DE FÉ

Todo e qualquer elemento (material ou imaterial) que tenha relação com o patrimônio religioso fluminense, desde as edificações (igrejas, capelas, paços, casas paroquiais, templos, terreiros

de candomblé etc.); o trabalho e a vida que acontecem nesses ambientes; o mobiliário, objetos e vestuário relacionados; as manifestações de fé; os rituais, as práticas e as festas religiosas.<sup>5</sup>

---

## LENDAS E RENDAS

Todo e qualquer elemento (material e imaterial) que tenha relação com o folclore e o artesanato fluminense, desde as manifestações e os rituais folclóricos; o vestuário e os adereços relacionados; os lugares tradicionais de manifestações

folclóricas; o trabalho e a vida nesses ambientes; as práticas de artesanato; o artesanato tradicional em suas diversas expressões; os instrumentos, as ferramentas e os objetos relacionados à produção do artesanato tradicional.<sup>5</sup>

No concurso realizado em 2011, o que se verificou, por meio dos participantes e das obras inscritas, foi a maciça inscrição de obras no tema *Paisagem vivenciada* e na categoria *adulto*, em comparação com os demais temas e categorias dessa edição.<sup>6</sup> Já em 2012, houve participação bastante equilibrada entre os três temas propostos, mas a faixa etária que mais inscreveu trabalhos ainda foi a adulta.<sup>7</sup> Um ensaio reflexivo dos resultados dessas duas edições aponta para a maior adesão aos temas que permeiam com mais intensidade o cotidiano das pessoas de maneira geral. O tema *Paisagem vivenciada*, embora se alinhasse com o fato de que a cidade do Rio de Janeiro estava naquele momento concorrendo ao título de paisagem cultural da humanidade junto à Unesco (ganho em 2012) e apesar de essa cidade figurar em aproximadamente 50% das obras nele inscritas, não parecia ser o mote a que os participantes se apegaram. O que parece ter feito

desse tema o mais representado em 2011 é o fato de que a paisagem é o invólucro da vida humana, e, portanto, sua presença e a sua capacidade de emocionar são imperativas a qualquer nível de compreensão. No que se refere ao patrimônio ferroviário representado pelo tema *Caminhos de ferro*, com a introdução das rodovias e maior estímulo a esse tipo de transporte seja de cargas seja de pessoas, o abandono e sucateamento de grande parte da rede ferroviária fizeram com que esse tema fosse paulatinamente sendo eliminado da dinâmica da vida urbana e rural, a não ser pelas linhas de trens urbanos, que no Estado do Rio de Janeiro se concentram na região metropolitana e convergem na Central do Brasil; pelo Sistema de Bondes de Santa Teresa<sup>8</sup> – que se encontra paralisado desde 2011 em decorrência de grave acidente que expôs mais intensamente os problemas então existentes tanto na infraestrutura ferroviária quanto nos bondes propriamente ditos,

que não atendiam às atuais normas de segurança – e pelas poucas ferrovias que resistiram ao tempo e pelas quais se transportam majoritariamente cargas. Já com relação ao patrimônio da saúde, a fraca adesão pode refletir o baixo potencial de adaptação das antigas estruturas arquitetônicas, dos instrumentos e dos métodos científicos às atuais necessidades dessa área que gerou, com isso, o paulatino abandono desses elementos no dia a dia da assistência à saúde no Brasil e conseqüentemente a redução do contato direto da população com esse patrimônio. O patrimônio imaterial representado em 2011 pelo tema *Expressões da tradição* e em 2012 pelo tema *Lendas e lendas* apresentou significativo aumento de sua representatividade no concurso de um ano para o outro, mas ainda está entre os temas com menor número de inscrições. Esse aumento pode ter decorrido da forma de apresentação dos temas, no que se refere à linguagem e/ou maior exemplificação contida no texto de 2012, e foi potencializado se considerarmos que esse campo (o imaterial) permeia com propriedade os temas *Registros de fé e Memória das águas*. Já a relativa baixa adesão a esse tema, em relação aos demais, se assenta no fato de que as manifestações culturais, de modo geral expressas pelas artes e práticas populares tradicionais – as tradições religiosas em menor grau –, se vinham

apagando pela perda paulatina de seus principais atores e pelo pouco interesse verificado nas novas gerações por mantê-las vivas. Com o advento do Registro de bens culturais de natureza imaterial<sup>9</sup> no Brasil e do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI)<sup>10</sup> por ele criado, essas manifestações vêm sendo aos poucos reavivadas.

Em 2013, a partir de uma reflexão da comissão de organização da SFP sobre os resultados dos concursos anteriores e a importância de ampliar o conhecimento da população sobre os bens protegidos, surgiu a proposta de que um dos temas do concurso se relacionasse diretamente com o patrimônio legalmente protegido da região que estaria sediando o Encontro, de modo a promover maior envolvimento da população nos eventos e ações da SFP nessa região, e de que os demais temas do concurso espelhassem o tema da Semana de cada ano<sup>11</sup> de modo livre no que se refere aos elementos neles inscritos. Com isso, a lógica de definição dos temas foi alterada e assim se mantém até o momento.

Assim, em 2013, o concurso passou a se articular com o tema da III SFP que nesse ano foi Patrimônio Cultural: valores em risco e com a região que sediou o III EPF, a Região Serrana, por meio dos temas apresentados a seguir.

## O PATRIMÔNIO DA REGIÃO SERRANA DO RIO DE JANEIRO

Todo e qualquer bem material tombado ou imaterial registrado, pelas esferas nacional (Iphan) e estadual (Inepac) de proteção, da Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

A lista desses bens está disponível no anexo 01 deste edital. Qualquer outro bem retratado na região que não conste da referida lista deve ser enquadrado em outro tema deste concurso.<sup>12</sup>

## FRAGMENTOS DE MEMÓRIA

Todo e qualquer bem, material ou imaterial, que se apresente fragmentado, incompleto ou com risco a sua permanência no cotidiano. Esse

tema também inclui objetos ou expressões fora de seu contexto original.<sup>12</sup>

---

## MEMÓRIA PRESERVADA

Todo e qualquer bem cultural – protegido ou não pelas esferas de proteção –, material ou

imaterial, que seja exemplo de boa ação de preservação.<sup>12</sup>

O que se pretendia com os temas Fragmentos de memória e Memória preservada era precisamente chamar a atenção para o contraste, expresso no patrimônio cultural, do grau de integridade dos bens, referenciais da identidade cultural fluminense, provocado pelos riscos ou cuidados a que esses bens estão expostos. Acreditamos, pelo número de obras inscritas no concurso<sup>13</sup> em que esses temas obtiveram maior número de inscrições com destaque para Fragmentos de memória, que esse objetivo tenha sido de alguma forma alcançado. Por outro lado, no que se refere ao patrimônio tombado da Região Serrana, o baixo número de inscrições poderia demonstrar pouco conhecimento ou interesse da população sobre

seu patrimônio se não fosse a invasão que o site da SFP sofreu no mês que antecedeu a realização da III SFP, que o tirou do ar e prejudicou tanto as inscrições no concurso quanto o voto popular. Esse fato dificulta uma análise mais acurada.

Em 2014, seguindo as diretrizes de 2013, os temas do concurso (apresentados abaixo) giraram em torno do tema da IV SFP, que nesse ano foi *Patrimônio Cultural e Grandes Intervenções*, abordando a relação da preservação do patrimônio cultural – material ou imaterial – com a realização tanto de grandes eventos quanto de grandes intervenções no território, e da região da Costa Verde, onde aconteceu o IV EPF.

## O PATRIMÔNIO DA COSTA VERDE FLUMINENSE

Todo e qualquer bem material tombado ou imaterial registrado, pelas esferas nacional (Iphan) e estadual (Inepac) de proteção, presente na região da Costa Verde do Estado do Rio de Janeiro. A

lista desses bens está disponível no anexo 01 deste edital. Qualquer outro bem retratado na região que não conste da referida lista deve ser enquadrado em outro tema deste concurso.<sup>14</sup>

## FATOS E FEITOS

A relação entre os feitos humanos, expressos pelos bens culturais materiais e/ou imateriais, e os fatos, expressos pelos eventos realizados, associados de alguma maneira com esses bens culturais. As obras inscritas neste tema devem abranger simultaneamente os fatos e os feitos buscando ressaltar a relação entre eles. Os fatos

incluem todo e qualquer evento realizado em contexto histórico material ou imaterial. Podem ser eventos culturais, esportivos, acadêmicos, de negócios etc. Os feitos incluem todo e qualquer bem cultural material ou imaterial, protegido ou não oficialmente, presente em qualquer região do Estado do Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

---

## MEMÓRIA TRANSFORMADA

A relação entre o patrimônio cultural fluminense, material e/ou imaterial, e seu contexto (físico, econômico e/ou sociocultural) em transformação. As obras inscritas neste tema devem apresentar os reflexos das transformações (físicas, econômicas e/ou socioculturais) no patrimônio

cultural fluminense buscando ressaltar a relação, direta ou indireta, que existe entre eles. O tema inclui todo e qualquer tipo de intervenção, direta ou indireta, sobre o bem cultural, material ou imaterial, presente em qualquer região do Estado do Rio de Janeiro.<sup>14</sup>

A edição do concurso de 2014 foi a que apresentou maior equilíbrio entre o número de inscrições de cada tema,<sup>15</sup> mas, da mesma forma que em 2013, o tema que aborda o patrimônio legalmente protegido ainda foi o que recebeu o menor número de inscrições. Apesar da lista dos bens tombados e registrados da região abrangida em cada ano ser disponibilizada no site da SFP e este apresentar uma galeria de imagens desse acervo, o que explicaria esses resultados? Mais do que respostas,

esta pergunta suscita outras tantas perguntas que permeiam o universo de pesquisas que relacionam identidade e patrimônio cultural. Provocar a reflexão, não só da comunidade científica e acadêmica, mas também e principalmente da sociedade, e colaborar para a mudança desse cenário é o principal objetivo da SFP e, nesse contexto, o concurso cultural, que a partir de 2015 passa a ter o caráter de mostra, se apresenta como potencial ferramenta que pode ser explorada e reinventada continuamente. ■

---

### NOTAS

1. A premiação dos concursos realizados na Fiocruz consistiu na publicação das fotografias premiadas nos calendários anuais da Casa de Oswaldo Cruz (2010 e 2011) e da Fiocruz (2013), além de exposições virtuais e presenciais.
2. Como o Sistema de Bibliotecas do Estado do Rio de Janeiro que, em 2013, doou diversos livros.
3. Em 2011, a comissão para escolha das obras vencedoras, que se restringiu a fotografias, foi composta por Fernando Fernandes de Mello (PCRJ/SMC/SubPC), Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha (Iphan), Zé Alailton (TV Globo e Olhar do Mangue) e Beth Formaggini (Inepac). Em 2012, a comissão para a escolha das fotografias foi composta por Cêça Guimaraens (UFRJ/Fau e IAB-RJ), Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha (Iphan) e Maria Cristina Coelho Duarte (COC/Fiocruz) e para escolha das poesias, a comissão foi composta por Gisele Sanglard (COC/Fiocruz), Antônio

Secchin (ABL e UFRJ) e Lêdo Ivo (ABL). Em 2013, a comissão para a escolha das fotografias foi composta por Cêça Guimarães (UFRJ/Fau e IAB-RJ), Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha (Iphan) e Carlos Terra (EBA/UFRJ) e a escolha das poesias foi feita por Aline Leal (PUC-Rio). Em 2014, a comissão para a escolha das fotografias foi composta por Maria Rosa Correia (Iphan-RJ), Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha (Iphan) e Maria Cristina Coelho Duarte (COC/Fiocruz) e para escolha das poesias, a comissão foi composta por Stella Maris Mendonça (Inepac), Maria Rosa Correia (Iphan-RJ) e Flávio Corrêa de Mello (Escritor).

4. Trecho extraído do Regulamento do concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2011, disponibilizado no site da Semana Fluminense do Patrimônio 2011 ([patrimonioufluminense.temp.br](http://patrimonioufluminense.temp.br)).

5. Trecho extraído do Regulamento do concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2012, disponibilizado no site da II Semana Fluminense do Patrimônio 2012 ([patrimonioufluminense.rj.gov.br](http://patrimonioufluminense.rj.gov.br)).

6. Em 2011, o concurso cultural recebeu ao todo 66 inscrições. O tema Caminhos de ferro recebeu 11 inscrições, sendo duas na categoria infanto-juvenil e nove na categoria adulto. O tema Expressões da tradição recebeu cinco inscrições, sendo quatro na categoria adulto e uma na categoria idoso. O tema Memória da Saúde recebeu cinco inscrições, sendo uma na categoria juvenil, três na categoria adulto e uma na categoria idoso. O tema Paisagem vivenciada recebeu 45 inscrições, sendo uma na categoria infantil, duas na categoria infanto-juvenil, 36 na categoria adulto e seis na categoria idoso.

7. Em 2012, o concurso cultural recebeu ao todo 108 inscrições. O tema Memória das águas recebeu 46 inscrições, sendo duas poesias e 42 fotografias, todas na categoria adulto. O tema Registros de fé recebeu 39 inscrições, sendo quatro poesias – uma na categoria infantil e três na categoria adulto – e 35 fotografias na categoria adulto. O tema Lendas e lendas recebeu 23 inscrições, sendo duas poesias e 21 fotografias, todas na categoria adulto.

8. Conhecido popularmente como Bondinho de Santa Teresa, foi criado em 1896 e é o último remanescente de uma rede que abrangia outros locais da área central da cidade como Praça XI, rua Gomes Freire, rua Riachuelo e Largo da Lapa. Fonte: [pt.wikipedia.org/wiki/Bonde\\_de\\_Santa\\_Teresa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Bonde_de_Santa_Teresa).

9. Instituído pelo decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro do patrimônio imaterial é a forma de salvaguarda exercida pelos órgãos de proteção do patrimônio cultural para os bens de natureza imaterial e é feito por meio da inclusão desses bens nos seguintes livros: I – Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; II – Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; III – Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; IV – Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (Parágrafo 1º do art. 1º) A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência à continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira. (Parágrafo 2º do art. 1º) Fonte: [planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm).

10. Instituído pelo decreto n. 3.551, de 4 de agosto de 2000, viabiliza projetos de identificação, reconhecimento, salvaguarda e promoção da dimensão imaterial do patrimônio cultural, com respeito e proteção dos direitos difusos ou coletivos relativos à preservação e ao uso desse patrimônio. É um programa de apoio e fomento que busca estabelecer parcerias com instituições dos governos federal, estaduais e municipais, universidades, organizações não governamentais, agências de desenvolvimento e organizações privadas ligadas à cultura e à pesquisa. Fonte: [portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/761).

11. Embora em 2012 a SFT tenha tido como tema Patrimônio e sustentabilidade, os temas do concurso desse ano não o espelharam de forma direta.

12. Trecho extraído do Regulamento do concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2013, disponibilizado no site da III Semana Fluminense do Patrimônio 2013 ([patrimonioufluminense.rj.gov.br](http://patrimonioufluminense.rj.gov.br)).

13. Em 2013, o concurso cultural recebeu ao todo 68 obras. O tema O patrimônio da Região Serrana do Rio de Janeiro recebeu 11 inscrições, sendo nove fotografias – uma na categoria infanto-juvenil e oito na categoria adulto – e duas poesias na categoria adulto. O tema Fragmentos de memória recebeu 32 inscrições, sendo 27 fotografias e cinco poesias, todas na categoria adulto. O tema Memória preservada recebeu 25 inscrições, sendo 23 fotografias e duas poesias, todas na categoria adulto.

14. Trecho extraído do Regulamento do concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2014, disponibilizado no site da IV Semana Fluminense do Patrimônio 2014 ([patrimonioufluminense.rj.gov.br](http://patrimonioufluminense.rj.gov.br)).

15. Em 2014, o concurso cultural recebeu ao todo 58 inscrições. O tema O patrimônio da Costa Verde Fluminense recebeu 16 inscrições, sendo 13 fotografias e três poesias, todas na categoria adulto. O tema Fatos e feitos recebeu 20 inscrições, sendo 17 fotografias na categoria adulto e três poesias – 2 na categoria adulto e uma na categoria infanto-juvenil. O tema Memória preservada recebeu 22 inscrições, sendo 19 fotografias e três poesias, todas na categoria adulto.



1 e 2. Cerimônia da premiação no Museu Nacional, Rio de Janeiro (agosto/2011). Foto: Oscar Liberal.



1



2

1 e 2. Cerimônia de premiação em Paraty (agosto/2014). Foto: Oscar Liberal.



CRISTINA COELHO

Coordenadora do Núcleo  
de Educação Patrimonial do  
Departamento de Patrimônio  
Histórico/Casa de Oswaldo Cruz.

NEZI HEVERTON

C. DE OLIVEIRA

Assessor técnico da vice-diretoria  
de Informação e Patrimônio  
Cultural – Casa de Oswaldo Cruz/  
Fundação Oswaldo Cruz.

# APRESENTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS NA SFP

Desde a criação da Semana Fluminense do Patrimônio, seus organizadores vêm buscando realizar ações voltadas à promoção do patrimônio imaterial fluminense. Essas ações se propõem a divulgar e valorizar práticas, representações, expressões, saberes e técnicas que dão corpo a esse patrimônio, e contribuir para a continuidade e o fortalecimento das identidades culturais no território. Entretanto, os poucos recursos disponíveis para a realização das primeiras edições da Semana impossibilitaram a plena concretização dessa proposta. Na segunda edição da SFP, as apresentações de grupos culturais tradicionais, estimuladas pelo Iphan-RJ e Inepac, aconteceram exclusivamente sob a forma de adesão. Na terceira edição, algum recurso financeiro foi disponibilizado pelas instituições organizadoras para viabilizar apresentações na cerimônia de abertura da SFP na cidade do Rio e durante o Encontro do Patrimônio Fluminense em Petrópolis. Essa ação foi fortemente intensificada na quarta edição da SFP (2014), graças ao patrocínio da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, por meio do Programa de Fomento à Cultura Carioca da Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro.

Esse patrocínio permitiu um apoio financeiro para a participação de um maior número de artistas e grupos culturais tradicionais, ampliando a programação e abrangência da Semana nesse sentido. O apoio

ocorreu de duas formas: por contratação direta para apresentação no contexto dos principais eventos da IV SFP, cerimônia de abertura da Semana no Centro Cultural da Justiça Federal no Rio de Janeiro e IV Encontro do Patrimônio Fluminense em Paraty, e por meio de uma chamada pública que contemplou 12 apresentações.

A chamada pública procurou garantir a distribuição democrática dos recursos disponíveis, com reserva de número mínimo de vagas para cada região fluminense, por meio da adoção de critérios de seleção bem definidos:

**a) cada região do território fluminense seria contemplada com o mesmo número de apresentações culturais;**

**b) para ser habilitada, a apresentação cultural deveria ser representativa do patrimônio imaterial fluminense;**

**c) a apresentação cultural deveria ser realizada na região onde o artista ou grupo cultural é radicado.**

Além desses, também foram considerados no processo de avaliação dos artistas ou grupo culturais inscritos e respectivos projetos os seguintes critérios:

**a) a contribuição do proponente, artista independente ou grupo cultural, e do projeto para a preservação da memória das culturas populares;**

**b) o tempo de atuação do artista independente ou de existência do grupo cultural;**

**c) a capacidade do proponente em realizar a apresentação cultural;**

**d) a contribuição sociocultural do proponente, artista independente ou grupo cultural, e do projeto para a(s) comunidade(s) em que se insere e**

**e) a transmissão de aprendizado entre diferentes gerações na trajetória do artista ou do grupo cultural proponente.**

A chamada previa inicialmente contemplar 16 apresentações, mas embora tenham sido inscritas 31, apenas 12 foram habilitadas pela comissão de seleção.<sup>1</sup> O número de apresentações selecionadas por região foi diferente do previsto, sendo algumas regiões contempladas com mais apresentações do que outras. Isso ocorreu visto que algumas regiões não receberam número suficiente de inscrições para preencher as vagas a elas destinadas. Houve casos, também, de projetos que não atenderam aos critérios estabelecidos para habilitação.

A avaliação da organização da SFP e também da comissão de seleção dos grupos culturais concluiu que a iniciativa foi no geral muito exitosa e que deveria se repetir nas próximas edições da Semana. Fomentar, por meio de apoio financeiro, atividades culturais tradicionais representativos do patrimônio imaterial fluminense para compor a programação da SFP, serve tanto aos objetivos do evento, que é divulgar e valorizar o patrimônio, quanto à preservação de seus protagonistas, que agora conta com mais esse apoio.

Em 2015, a previsão é realizar 23 apresentações no contexto da V SFP, cuja escolha seguirá os mesmos critérios adotados em 2014. Espera-se, assim, o aprimoramento dessa experiência de valorização do patrimônio cultural fluminense.

# GRUPOS QUE SE APRESENTARAM NA II SFP 2012

## CABO FRIO

### **Cia Teatral Curare**

Com direção de José Antônio Mendes, a companhia tem especial preocupação com bons textos em seu trabalho de divulgação de dramaturgos e poetas.

Contato: (22) 2645.5121

Endereço: Rua Alita Do Vale, 01, Apto. 209, Algodão, Cabo Frio/RJ

### **Companhia de Dança Rosa Demarchi**

Rosa Demarchi iniciou suas atividades na dança clássica aos 5 anos de idade na academia Rotima de Ballet com a professora Fatima Cruz em Petrópolis, RJ. Graduiu-se como Bailarina Clássica em 1978, quando começou a ministrar aulas de Ballet Moderno e Clássico. Com cursos de aperfeiçoamento em Dança de Salão, vem participando de vários programas de TV, festivais e apresentações.

Contato: Rosa Demarchi (22) 99918.3838  
9819.1234 | rosademarchi@hotmail.com  
ciadedancarosademarchi.xpg.uol.com.br/  
DadosRosa/RosaDemarchi.htm

### **Coral Despertar do Clube da Melhor Idade Alegria de Viver**

Fundado por D. Laís Massa com o objetivo de propiciar aos seus componentes um clima musical, artístico e lúdico, que ampliasse a criatividade, a sociabilidade e a alegria. Atualmente, o Coral está aberto a qualquer idade e regido pelo Maestro Francisco Silgueiro, que é espanhol e morador de Cabo Frio desde 2002. Professor de trompete e de linguagem e teoria musical, tem diversos cursos de aperfeiçoamento musical nos Conservatórios

de Bayonne (França) e Madrid (Espanha). Como trompetista atuou em várias orquestras sinfônicas espanholas e francesas.<sup>2</sup>

Contato: Marta Aparecida Gomes da Mata (presidente) - (22) 8803.7013

Endereço: Igreja N. Sra. dos Anjos, Largo de Santo Antônio, s/n, Centro, Cabo Frio/RJ.

## VASSOURAS

### **Abadá Capoeira - Associação Brasileira de Apoio de Desenvolvimento da Arte - Capoeira**

Criada em 1955 por José Tadeu Carneiro Cardoso, conhecido como Mestre Camisa. Nascido em Jacobina, na Bahia no ano de 1955, iniciou-se na Capoeira nos anos 60, com seu irmão mais velho, Camisa Roxa. Em seguida mudou-se para Salvador, indo morar na Lapinha, onde continuou a praticar Capoeira e treinou na academia de Mestre Bimba onde se formou. Rodou todo o Brasil fazendo demonstrações de Capoeira na equipe de seu irmão. Em 1972, com 16 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro e começou a dar aulas em academias. No Rio de Janeiro, Camisa se dedicou a pesquisa da Capoeira, desenvolveu seu próprio método de ensino, seguindo os conceitos inovadores de Mestre Bimba. Passou a ensinar capoeira pelo grupo Senzala. Por volta de 1988 separou-se deste grupo e fundou a Associação Brasileira de Apoio e Desenvolvimento da Arte-Capoeira (Abadá-Capoeira).<sup>3</sup>

Contato: Leonardo (Boiadeiro) (21) 99663.5685  
Patrícia (Indaê) (21) 99949.1976 | Xanda (21) 97454.0798 | comite.eventos@abadacapoeira.com.br | facebook.com/abadacapoeirainstitucional

### **Associação Afro - Jongo Caxambu Renascer de Vassouras**

Criado por Luis Carlos Rodrigues, o Cacalo, em 1998, quando descobriu que seu avô paterno foi um grande jogueiro. O grupo vassourense é composto por aproximadamente 50 integrantes,

que desenvolvem atividades em escolas para difundir a cultura negra. As mulheres usam saias rodadas, floridas e enfeitadas com fitas; blusas brancas de algodão com mangas bufantes; e chita ou turbante colorido na cabeça. Os homens envergam calças e batas brancas, com flores ou fitas aplicadas, e, na cabeça, o bioco, um tipo de chapéu. Com suas guias de orixás no pescoço, eles formam uma roda, e os atabaques dão o ritmo para o casal que vai para o centro, dançar e cantar.<sup>4</sup>

Contato: Luis Carlos Rodrigues,  
o Cacalo - (24) 9249.0930

Endereço: Esporte Clube 15 de Novembro - Rua João XXIII, 310, bairro Residência, Vassouras/RJ

### **Banda Sinfônica Jovem Regional do Ponto de Cultura/PIM - Programa Integração pela Música**

Criado pelo maestro Cláudio Moreira, em 2000, no município de Vassouras, o PIM (Programa Integração pela Música) foi idealizado para oferecer à população local vivências cooperativas em torno do acesso à cultura, educação e cidadania por meio do estudo musical, que requer necessariamente o compartilhamento de informações e o trabalho em equipe. Atende a cerca de 700 integrantes com idade entre 6 e 88 anos, num sistema multiplicador, onde os alunos mais adiantados são os professores dos iniciantes.<sup>5</sup>

Contato: [pim-org.com/pim.php](http://pim-org.com/pim.php)

### **Caninha Verde do Morro da Vaca**

Uma modalidade de dança de pares de origem portuguesa. O grupo é comandado pelo cozinheiro aposentado Manoel João dos Santos, o Manoel de Ferreiras, que herdou a tradição da família. O apelido vem do fato de que Seu Manoel organizou, por 20 anos, uma cana verde em Ferreiros. Ele e se apresenta acompanhado pelo sanfoneiro José Carlos Nascimento, o Manjica, e um grupo infantil de oito meninos e meninas, entre 12 e 13 anos, que orienta com a ajuda de José Luis Tavares. Em roda, com o sanfoneiro no meio comandando o

canto do calango, os participantes - todos usando chapéu de palha - viram de um lado para outro, batendo pedaços de madeira de 1,4 metro que representam a cana-de-açúcar.<sup>6</sup>

Contato: Manoel João dos Santos (24) 2471.8731 e (24) 9261.7830 | José Luis Tavares (24) 2471.6458

Endereço: Rua do Bingue, 1321, Morro da Vaca, Vassouras/RJ.

## GRUPOS QUE SE APRESENTARAM NA III SFP 2013



### **RIO DE JANEIRO**

#### **Grupo cultural Jongo da Serrinha**

Criado nos anos 1960, no Morro da Serrinha em Madureira, por Mestre Darcy Monteiro e sua família, que convidaram as antigas jogueiras Vovó Teresa, Djanira, Tia Maria da Grota e Tia Eulália para formar o grupo artístico Jongo da Serrinha para manter a tradição que vinha se perdendo e quebrar o tabu que impedia as crianças de participarem do jongo. O grupo atua pesquisando e criando produtos culturais (livros, filmes, espetáculos, discos, exposições etc.) para divulgar o jongo pelo mundo.<sup>7</sup>

Contato: (21) 2437.5546

Endereço: Rua Balaiada - Madureira,  
Rio de Janeiro/RJ



### **PETRÓPOLIS**

#### **Grupo Zé Mussum**

Fundado em 1988, atualmente é Ponto de Cultura que oferece a cerca de 400 alunos aulas de capoeira, pintura, música, jongo, percussão e canto. Desde 1996, o Zé Mussum produz o

musical "Cantos Que Encantam, um Passeio pelo Brasil", que inclui danças e músicas das tradições brasileiras. A companhia hoje tem 60 integrantes em diferentes atividades - ciranda, grupo de bailados populares, como maculelê, guerreiros, mineiro-pau e lambe-sujo (uma antiga tradição de negros e índios), capoeira, jongo e samba de roda. Zé Mussum era o apelido de José Nunes da Conceição, antigo pescador da região.<sup>8</sup>

Contato: Mestre Paulo Cesar (21) 2631.5273 | Mestre PC (21) 9863.6266 | mestrepaulocesar@yahoo.com.br

Endereço: Rua Roberto Silveira, Praia de Mauá, Magé. Rio de Janeiro/RJ

### **Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí (OCPI)**

A Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí, criada em fevereiro de 2013, é um projeto sociocultural, voltado para a profissionalização na área musical de jovens instrumentistas de famílias de baixa renda, residentes em Petrópolis ou arredores. Os integrantes frequentam aulas de teoria e percepção musical, instrumentos, formação de orquestra e história musical.

Contato: (24) 2246.1430

Endereço: Rua Visconde de Itaboraí, 188, Valparaíso/Centro, Petrópolis/RJ.

## GRUPOS QUE SE APRESENTARAM NA IV SFP 2014



### **RIO DE JANEIRO**

#### **Coletivo Rainhas Negras**

O grupo trabalha artisticamente a cultura afro brasileira, dando visibilidade e empoderamento às mulheres negras, ocupando espaços sociais

onde negras e negros estejam excluída(o)s ou sub-representada(o)s. O coletivo visa também, promover a união de alguns trabalhos de referência em relação a cultura negra, fortalecendo as iniciativas que cada integrante já desenvolve e principalmente formulando novas ações coletivas, sempre na perspectiva de criações e intervenções com artes negras integradas, reflexivas e politicamente orientadas, com forte viés feminista. Mulheres negras atuando como protagonistas, levando sua arte, cultura e valorização étnica.<sup>9</sup> Contato: facebook.com/Coletivo-Rainhas-Negras-Art epoliticafeministanegra-258153984374535/timeline/



### **PARATY**

#### **Bonecos de Paraty -**

##### **Bloco Assombrosos do Morro**

Os artistas paratienses Lúcio Cruz, José Luis Cananéa (Biba) e Isaac Pádua confeccionam bonecos gigantes em papel machê e saem pelas ruas ao som de marchinhas de Carnaval, impressionando crianças e adultos.<sup>10</sup>

Contato: (24) 3371.6082

Endereço: Av. Princesa Isabel, s/n, Pontal, Paraty/RJ

#### **Cia. Imperial de Paraty**

A Companhia faz teatro de rua para contar a história da cidade. Um espetáculo itinerante, com texto de Diuner Melo, que mistura personagens que viveram em Paraty do século XVII ao início do século XX e que são interpretados por pessoas da região. De forma lúdica e didática, eles encenam as raízes culturais de Paraty. Ao som de flauta doce e percussão.<sup>11</sup>

Contato: (24) 9954.1561 | 3371.8209

ciaimperial.com.br

#### **Grupo de Cirandeiros "Os Caiçaras"**

Criado em 1993, por Leônidas Passos, o grupo Os Caiçaras é conhecido também como o grupo do Seu Amélio, pandeirista e um dos cirandeiros

mais respeitados em Paraty. O grupo se apresenta nas festas oficiais de Paraty e visitam outras cidades.<sup>12</sup> O seu surgimento foi importante para dar continuidade a ciranda da cidade, que vinha perdendo seus componentes, e colaborar para a valorização da cultura local.<sup>13</sup>

Contato: Leônidas Passos (24) 9913.0851

### **Jongo do Campinho da Independência (Paraty)**

Tradicionalmente, o Jongo é uma dança de roda realizada à noite em terreiros e quintais, que se movimenta no sentido lunar, isto é, em sentido contrário aos ponteiros do relógio (direção característica encontrada nas danças de roda de origem africana). O Jongo no Campinho foi resgatado por ocasião de uma oficina dentro do Ponto de Cultura em 2004, realizada por Délcio Bernardo<sup>14</sup>, jornalista, jongueiro e pertencente do Movimento Negro de Angra dos Reis (Grupo Ylá- Dudu).<sup>15</sup>

Contato: (24) 9988.8943 | 9931.6875 | 9844-1385  
turismoquilombocampinho@gmail.com

### **Laura Maria dos Santos**

Coordenadora do Núcleo de Educação e Cultura da Comunidade Quilombola Campinho da Independência (Paraty), que já foi um quilombo e hoje é um Ponto de Cultura que busca manter viva a cultura negra, com atividades como capoeira, jongo, percussão e artesanato. Foi no Campinho da Independência que, no fim do século 19, com a abolição da escravatura, os negros que ficaram em três fazendas da região se organizaram em torno de três líderes, as ex-escravas Vovó Antonica, Tia Marcelina e Tia Luiza, para preservar suas raízes culturais. Em 1999, os descendentes dos quilombolas ganharam o título de propriedade da terra.<sup>16</sup>

Contato: (24) 3371.4866  
quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br/

Endereço: Rodovia Rio -Santos, Km 584

## GRUPOS QUE SE APRESENTARAM NA IV SFP 2014

SELECIONADOS POR MEIO DA “CHAMADA PÚBLICA PARA SELEÇÃO DE APRESENTAÇÕES CULTURAIS”



### GRANDE RIO

#### **Capoeira Cidadã**

Atua desde 2005 com a inclusão social por meio da salvaguarda da Capoeira e demais manifestações da cultura popular. Vencedora dos prêmios Capoeira Viva 2008/Petrobrás e Atitude Cidadã 2010 e 2012-Casa da Moeda do Brasil.<sup>17</sup>  
Contato: Associação Civil Capoeira Cidadã  
(21) 2424.5398 | contato@capoeiracidada.org.br  
capoeiracidada.org.br

#### **Folia Três Reis do Oriente Filha**

Criada em 1988, por iniciativa do Sr. Juarez Batista de Jesus, presidente e contramestre da Folia, e seus familiares, na localidade de Venda das Pedras (Itaboraí).<sup>18</sup>

Contato: Juarez Batista de Jesus / Fundação Cultural de Itaboraí (21) 3639-2022  
casaheloisaalbertotorres@itaborai.rj.gov.br  
itaborai.rj.gov.br/novosite/homegov/fci/

#### **Grupo Aquilah**

Composto por mulheres de diversas faixas etárias, pertencentes às comunidades de Madureira e adjacências, que realizam um trabalho de resgate, preservação e perpetuação das tradições e manifestações populares do Brasil. Jongo, Maracatu, Coco, Baião, Samba de Roda, Samba Reggae, Samba de Enredo entre outros são apresentados de forma criativa com intuito de propagar a cultura.<sup>19</sup>

Contato: Hosania Nascimento de Almeida  
(21) 7712-2186 | hosanianascimento@bol.com.br  
grupoaquilah.wix.com/aquilah

### **Ierê Ferreira**

Fotógrafo desde muito jovem, utiliza a fotografia em projetos sociais, principalmente de identidade negra. Seu acervo refere-se ao cotidiano e manifestações das comunidades negras, em especial o mundo do samba. Produziu fotos, capas de CDs, bem como Exposições.<sup>20</sup>

Contato: Ierê Ferreira – (21) 99771.6052  
ierefoto@hotmail.com | ierefoto.wordpress.com



## **MÉDIO PARAÍBA E CENTRO SUL**

### **Associação Cultural Sementes D'África**

Fundada em 2007, suas atividades estão relacionadas à prática do jongo com o objetivo de preservar, revitalizar e divulgar este patrimônio cultural afro descendente na cidade de Barra do Piraí, por meio de festas, apresentações culturais e oficinas em escolas e centros culturais, nas quais ensinam um pouco da tradição do jongo para crianças, jovens e adultos.<sup>21</sup>

Contato: Cosme Aurélio Medeiros (24) 2443.1397  
jongosementesdafrica@gmail.com | mapadecultura.rj.gov.br/manchete/associacao-cultural-sementes-dafrica



## **REGIÃO DOS LAGOS**

### **Centro Cultural SENZALA de Capoeira**

Fundado por mestre Peixinho (Grupo Senzala), que começou a treinar a capoeira no ano 1964 com Paulo e Rafael Flores. Em pouco tempo já era um pequeno grupo de adolescentes que se reunia frequentemente, para treinar golpes e aprender a tocar berimbau, que deu origem ao GRUPO SENZALA.<sup>22</sup>

Contato: Bruno Ricardo Ferreira da Silva ( Prof Aranha) (22) 99717-9033 | aranha\_121@hotmail.com | eraeuerameumano.webnode.com/

### **Instituto Cultural Carlos Scliar**

Com 10 anos de funcionamento recém completados, a Casa Ateliê Carlos Scliar cumpre o desejo do artista que a nomeia e desenvolve atividades de pesquisa e divulgação no âmbito das artes plásticas e visuais, além de visitas abertas ou guiadas, atendendo a turistas, grupos de alunos e professores de todo o Brasil. A Casa recebeu o prêmio Estácio de Sá de Artes Plásticas (2005), o Diploma Cristo Redentor da ALERJ (2013), e o Prêmio de Cultura do Estado do Rio de Janeiro 2014.<sup>23</sup>

Contato: Regina Maria Bastos Lamenza (22) 98157.4100 | institutoscliar@gmail.com  
carlosscliar.com

### **Willian Nunes de Andrade – Centro Cultural Geribá Capoeira**

Formou-se mestre em 2012 na AACF com o Mestre Bócka (angonal) e com Mestre Léo Pivete (capoeira Brasil). Atualmente é presidente-fundador do Centro Cultural Geribá Capoeira. Realiza ação social a dez anos na comunidade Manoel Correa, na periferia de Cabo Frio, onde fica a sede do Centro Cultural Geribá Capoeira que oferece aulas gratuitas.<sup>24</sup>

Contato: Willian Nunes de Andrade (22) 2644.8132 99902.9841 | mestrewillianccgc@gmail.com | facebook.com/Mestre.Willian.geribacapoeira?fref=ts



## **NORTE E NOROESTE FLUMINENSE**

### **Banda Musical União Quissamaense**

Fundada em 18 de julho de 1915, a centenária Banda Musical União Quissamaense, era dirigida e formada por músicos operários do Engenho Central de Quissamã, um grande condomínio de usinas de açúcar formada por produtores de cana. Este Engenho empregava grande parte da população do então 4º Distrito da cidade

de Macaé/RJ, hoje município de Quissamã/RJ, emancipado há exatamente 25 anos. Atualmente, a banda está sob a regência do maestro Edmilson Azevedo de Barcelos.<sup>25</sup>

Contato: Marcelo Pereira das Chagas (relações públicas da Banda) (22) 98111.2898  
mp-chagas@hotmail.com | bmuq.blogspot.com.br/

### **Boi Malhadinho de Machadinho - Quissamã**

É considerado uma variação das diversas danças dramáticas que ocorrem em todo o país, onde o boi é o personagem central, junto com séquito de personagens que o acompanha. Em Quissamã, o Boi Malhadinho acontece durante o período do carnaval. A brincadeira é composta pelo Boi, a Boneca, a Mulinha, Pai João e Mãe Maria e alguns mascarados. Os mascarados provocam os espectadores fazendo palhaçadas e dando sustos.<sup>26</sup>

Contato: Jovana de Azevedo (22) 99932.2694  
escolatommacae@gmail.com

### **Grupo de Fado de Quissamã**

A dança do Fado Angolano é uma manifestação cultural popular típica do Rio de Janeiro, que só permanece preservado no município de Quissamã. Essa tradição é uma das poucas heranças

culturais do período açucareiro, que retrata uma época de prosperidade econômica, e persiste até hoje graças a um grupo de descendentes de escravos. Recentemente, o Fado de Quissamã recebeu o prêmio de Cultura do Estado do RJ.<sup>27</sup>

Contato: Marta de Oliveira Chagas Medeiros (22) 99932-2694 | escolatommacae@gmail.com

### **Grupo de Jongo Tambores de Machadinho**

É um dos grupos mais tradicionais de Quissamã, que dança em terreiros normalmente ao redor de uma fogueira, evoluindo ao canto de pontos pelos chamados mestres de jongo.<sup>28</sup>

Contato: Jovana de Azevedo (22) 99932-2694  
escolatommacae@gmail.com

### **Q' Batuque**

É um projeto da Prefeitura de Quissamã que teve início em 2005 no bairro de Santa Catarina. Atualmente, também faz parte das oficinas que o Centro Cultural Sobradinho oferece. Este projeto tem como objetivo integrar e valorizar as crianças e os adolescentes deste bairro periférico do município.<sup>29</sup>

Contato: Necy Gomes da Silva Filho (22) 99932.2694 | escolatommacae@gmail.com  
facebook - Escola Tom Macaé. ■

---

#### NOTAS

1. A comissão de seleção foi composta por Ricardo Lima (Uerj), Luciane Barbosa (Inepac) e Clara Paulino (Iphan-RJ) e coordenada por Cristina Coelho (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz).
2. Fonte: [cartaovermelhotv.com.br/2011/03/ines-de-sa-em-dicas\\_26.html](http://cartaovermelhotv.com.br/2011/03/ines-de-sa-em-dicas_26.html)
3. Disponível em [pt.wikipedia.org/wiki/Mestre\\_Camisa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mestre_Camisa). Acessado em 05/10/2015.
4. Fonte: [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/associacao-afro-jongo-caxambu-renascer](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/associacao-afro-jongo-caxambu-renascer). Acessado em 29/09/2015.
5. Disponível em [pim-org.com/pim.php](http://pim-org.com/pim.php). Acessado em 29/09/2015.
6. Disponível em [mapa.de.cultura.rj.gov.br/manchete/caninha-verde-do-morro-da-vaca](http://mapa.de.cultura.rj.gov.br/manchete/caninha-verde-do-morro-da-vaca). Acessado em 29/09/2015.
7. Disponível em [jongodaserrinha.org/o-jongo-da-serrinha/](http://jongodaserrinha.org/o-jongo-da-serrinha/). Acessado em 29/09/2015.
8. Disponível em [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ze-mussum](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ze-mussum). Acessado em 29/09/2015.
9. Disponível em [facebook.com/258153984374535/photos/a.259193287603938.1073741826.258153984374535/259193290937271/](https://www.facebook.com/258153984374535/photos/a.259193287603938.1073741826.258153984374535/259193290937271/). Acessado em 29/09/2015.
10. Disponível em [flipinha.org.br/noticias/imprime.php?id=192](http://flipinha.org.br/noticias/imprime.php?id=192) e [viverparaty.com.br/carnaval-em-paraty/](http://viverparaty.com.br/carnaval-em-paraty/). Acessados em 29/09/2015.
11. Disponível em [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/companhia-imperial-de-paraty](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/companhia-imperial-de-paraty). Acessado em 29/09/2015.
12. Disponível em [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/grupo-de-cirandeiros-os-caicaras](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/grupo-de-cirandeiros-os-caicaras). Acessado em 30/09/2015.
13. Disponível em [cirandasdeparaty.com.br/tradicional/os-grupos-2/os-grupos-3](http://cirandasdeparaty.com.br/tradicional/os-grupos-2/os-grupos-3). Acessado em 29/09/2015.
14. Délcio Bernardo, de família jogueira de Angra dos Reis, é militante do Movimento Negro e atua fortemente na resistência do Jongo. Em suas oficinas trata das desigualdades sociais e o racismo, buscando a construção da imagem positiva do negro. Fonte: PINHEIRO, Thais Rosa. Processo de Reconstrução da Identidade Quilombola no Quilombo do Campinho da Independência através do Turismo. Disponível em [anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=8774&Itemid=459](http://anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8774&Itemid=459). Acessado em 29/09/2015.
15. Disponível em [quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br/p/fale-com-o-quilombo.html](http://quilombocampinhodaindependencia.blogspot.com.br/p/fale-com-o-quilombo.html).
16. Disponível em [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/comunidade-quilombola-campinho-da-independencia](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/comunidade-quilombola-campinho-da-independencia). Acessado em 29/09/2015.
- 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25. Informações extraídas do formulário de inscrição na Chamada pública para seleção de apresentações culturais da IV SFP.
26. Disponível em [oturista.net/jornal55.htm](http://oturista.net/jornal55.htm). Acessado em 29/09/2015.
- 27, 28 e 29. Informações extraídas do formulário de inscrição na Chamada pública para seleção de apresentações culturais da IV SFP.



1. Grupo Aquilah em apresentação no Parque de Madureira/Rio de Janeiro, durante a IV SFP. Foto: Ierê Ferreira. | 2. Apresentação da Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí (OCPI) no Palácio Itaboraí, em Petrópolis durante a III SFP. Foto: Maria Rosa Correia. | 3. Apresentação da Cia. Imperial de Paraty, na Casa da Cultura de Paraty durante a IV SFP. Foto: Oscar Liberal. | 4. Apresentação da Banda Sinfônica Jovem Regional do Ponto de Cultura/PIM - Programa Integração pela Música na praça de Vassouras durante a II SFP. Foto: Maria Rosa Correia.



1. Jongo do Campinho da Independência no Largo de Santa Rita, em Paraty, durante a IV SFP. Fotos: Oscar Liberal. | 2. Grupo Abadá Capoeira em apresentação na Praça de Vassouras/RJ durante a II SFP. Foto: Maria Rosa Correia. | 3. Grupo de Cirandeiros "Os Caiçaras" na Casa da Cultura de Paraty durante a IV SFP. Foto: Oscar Liberal. | 4. "Bonecos de Paraty (Bloco Assombrosos do Morro)" na Casa da Cultura de Paraty durante a IV SFP. Foto: Oscar Liberal.



NEZI HEVERTON

C. DE OLIVEIRA

Assessor técnico da  
vice-diretoria de Informação  
e Patrimônio Cultural – Casa  
de Oswaldo Cruz/Fundação  
Oswaldo Cruz.

## MOSTRA DE FILMES “MEMÓRIA EM MOVIMENTO”

A mostra de filmes “Memória em Movimento” integra a programação da Semana Fluminense do Patrimônio desde 2013 e foi concebida a partir de uma parceria entre o Inepac e a Casa de Oswaldo Cruz, com o intuito de divulgar e promover o patrimônio cultural brasileiro por meio da exibição de filmes de curta, média e longa-metragem, realizados em diferentes regiões do país.

Para compor a programação da Mostra, são selecionadas obras de ficção, animação e documentários que registram reflexões sobre a memória e sobre a diversidade de expressões e manifestações do patrimônio material e imaterial brasileiro.

Por influência de instrumentos elaborados pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), o conteúdo da expressão “patrimônio cultural” sofreu mudanças nas últimas décadas, deixando de estar associado apenas a obras monumentais e coleção de objetos (patrimônio material móvel e imóvel). Nesse novo contexto, patrimônio cultural passou a contemplar os bens tangíveis ou imateriais, compreendendo um leque variado de manifestações e expressões que incluem tradições orais, artes do espetáculo, rituais, atos festivos, saberes, técnicas, crenças e habilidades, transmitidos de geração a geração e que instauram o sentimento de identidade e pertencimento.

Dessa forma, passam a ser considerados bens imateriais os

conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades, as manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas, audiovisuais e lúdicas, os rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social, além dos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços em que se concentram e se reproduzem práticas culturais.

Os filmes selecionados buscam captar a variedade desse patrimônio, de forma a revelar a mescla de origens e influências que constituíram nossa multifacetada identidade cultural. Ainda que o

foco central seja o patrimônio cultural fluminense, são incluídos na programação filmes oriundos de diferentes cantos do país.

Há sessões exclusivas para alunos do ensino médio (Sessão Escolas), sendo as demais abertas ao público em geral com entrada sempre gratuita.

Além da divulgação e promoção do patrimônio cultural e natural brasileiro, outro objetivo da Mostra é dar maior visibilidade a produções que encontram pouco espaço nos circuitos habituais de exibição.



## 44 FILMES EXIBIDOS

### PETRÓPOLIS

(Palácio Itaboraí e Museu Imperial)

### RIO DE JANEIRO

(Centro Cultural da Justiça Federal e Museu do Meio Ambiente)



## I MOSTRA DE FILMES

# “MEMÓRIA EM MOVIMENTO” (2013)

A I Mostra “Memória em Movimento”<sup>1</sup> exibiu ao todo 44 filmes de curta, média e longa-metragem, com ênfase em animações e documentários. Essa programação procurou contemplar um leque variado de expressões e manifestações do patrimônio cultural brasileiro, incluindo filmes sobre cultura indígena e afro-brasileira, música popular (sobretudo o samba carioca), artesanato, crenças

e ritos religiosos, culinária, além de reflexões sobre a memória.

Em destaque, uma retrospectiva de filmes sobre a arquitetura moderna brasileira (Mestres da Arquitetura Moderna Brasileira), focalizando três de seus principais expoentes: Lúcio Costa, Heide e Niemeyer. A Mostra também incluiu uma seleção

de vídeos do projeto Etnodoc, criado pelo Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (ao qual pertence o Museu de Folclore) em parceria com o Iphan para apoiar a produção de documentários etnográficos sobre patrimônio cultural imaterial. Completando a programação, foi exibida uma seleção de filmes da série Mesa Brasileira.

Essa série, dirigida por Ricardo Miranda e originalmente veiculada pela TV Cultura em 2002, nasceu da ideia de contar a história do Brasil de maneira diferente. Percorrendo o país, de norte a sul, registrando como se alimenta o brasileiro, o que come e os processos que usa para preparar e temperar seus pratos, Mesa Brasileira buscou traçar um painel extremamente revelador de nossas origens e de nossa cultura. Realizando uma arqueologia da cozinha brasileira, radicalmente diferente de estado para estado, de região para região, os dez episódios da série buscaram captar uma faceta original, mas pouco conhecida, da cultura brasileira. Para essa mostra, foram selecionados três episódios.

## ALMA NO OLHO

Direção: Zózimo Bulbul, documentário, 1973, 11min

Metáfora sobre a escravidão e a busca da liberdade pela transformação interna do ser, num jogo de imagens de inspiração concretista com música de John Coltrane.

## AS BENZEDEIRAS DE MINAS (SELEÇÃO ETNODOC)

Direção: Andréa Tonacci, 2008, 26min

Por meio de depoimentos, três reconhecidas benzedeadoras católicas do Estado de Minas Gerais dão uma visão de sua história e práticas, expondo e revelando uma tradição de medicina popular cuja existência e eficácia tende a desaparecer no processo de urbanização e desenraizamento de valores culturais e religiosos tradicionais.

## AS BICICLETAS DE NHANDERU (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Ariel Duarte Ortega, Patricia Ferreira Keretxu, documentário, 2011, 48min

Uma imersão na espiritualidade presente no cotidiano dos Mbya-Guarani da aldeia Koenju, em São Miguel das Missões, no Rio Grande do Sul.

## BANIWA

Direção: Stella Oswald Cruz Penido, documentário, 2005, 53min

As práticas tradicionais de cura estão no cerne da cultura Baniwa, povo indígena do Alto Rio Negro (AM). São os saberes míticos dos Baniwa que

orientam suas concepções de saúde e doença e que direcionam as ações de cura dos conhecedores de plantas, dos pajés e dos benzedores. Qual é o espaço de reconhecimento desses saberes hoje? O documentário busca o sentido de permanência dessas práticas no atual contexto do contato.

## CAÇADORES DE SACI (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Sofia Federico, ficção, 2005, 13min

A chácara da pacata família de Onofre vem sendo assombrada por um grupo de sacis: a pipoca não arrebenta, o ovo não choca, o leite sempre azeda, o feijão vive queimando na panela, entre outros estranhos acontecimentos.

## CARTOLA: MÚSICA PARA OS OLHOS

Direção: Lírio Ferreira e Hilton Lacerda, 2007, 88min

História de Angenor Oliveira, mais conhecido como Cartola, um dos mais importantes compositores da música brasileira de todos os tempos. Os diretores mostram a importância de Cartola para a música brasileira, traçando um painel do autêntico samba de origem e seus principais expoentes.

## CHRISTO REDEMPTOR

Direção: Bel Noronha, 2005, 29min

Por relatos de pessoas que viveram na época da construção do monumento e pelo diário do brasileiro que idealizou e executou a obra, o engenheiro-arquiteto Heitor da Silva Costa, o filme retrata o processo de concepção do projeto do

Cristo Redentor e o envolvimento da sociedade carioca em sua construção.

## CIDADES INVISÍVEIS

Direção: Beth Formaggini, documentário, 2009, 32min

Foi realizado nas ruínas de quatro cidades extintas do Estado do Rio de Janeiro: Santo Antônio de Sá, São João Marcos, Vila de Iguassú e Vila de Estrela. Produzido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac, o filme percorre os vestígios do que um dia foram residências, igrejas, pontes, ruas, e prédios públicos, ouvindo os antigos moradores e seguindo o rastro dos cronistas que por ali passaram, as pegadas daqueles que por ali viveram, amaram, trabalharam e ajudaram a construir uma cultura rica como a nossa.

## CORUJA

Direção: Márcia Derraik, Simplício Neto, documentário, 2001, 15min

Mostra a relação de Bezerra da Silva com seus compositores, anônimos, garimpados por ele "onde a coruja dorme", nos morros cariocas e na baixada fluminense. Daí surgem sambas feitos por trabalhadores, crônicas cáusticas, mas bem-humoradas de gente simples que mora na favela e conta seu dia a dia nas músicas.

## CORUMBIARA

Direção: Vicente Carelli, 2009, 117min

Em 1985, o indigenista Marcelo Santos denuncia um massacre de índios na Gleba Corumbiara (RO), e Vincent Carelli filma o que resta das evidências.

Bárbaro demais, o caso passa por fantasia e cai no esquecimento. Marcelo e sua equipe levam anos para encontrar os sobreviventes. Duas décadas depois, Corumbiara revela essa busca e a versão dos índios.

## ESTRADA REAL DA CACHAÇA

Direção: Pedro Urano, documentário, 2008, 98min

Trata-se de uma investigação histórica, antropológica, socioeconômica e poética que procura, ao longo da chamada Estrada Real, articular fragmentos significativos da trajetória da nação. O filme propõe a reatualização de um percurso ancestral com o objetivo de mapear a presença da cachaça na cultura brasileira.

## FOLIA NO MORRO

Direção: Arthur Omar, 2008, 26min

Acompanha a folia de reis no Morro de Santa Marta, bairro de Botafogo, ao longo de 13 anos (de 1995 a 2008), mostrando suas variações e a permanência de seu imaginário. Investigação essencialmente audiovisual e sensorial sobre o arquétipo da folia e sua função na comunidade de uma favela do Rio de Janeiro. Destaque para a atuação do grande palhaço Ronaldo Silva, artista dramático popular.



Fuloresta do samba

## FULORESTA DO SAMBA

Direção: Marcelo Pinheiro, documentário, 2004, 26min

Mostra a trajetória de Siba Veloso e integrantes dos mais tradicionais maracatus e cirandas da região da Zona da Mata pernambucana, músicos que saíram do corte da cana para se tornar artistas "pop".



## GUILHERME DE BRITO

Direção: André Sampaio, documentário, 2008, 20min

Passeio cinematográfico nas memórias e no universo de Guilherme de Brito, poeta, compositor, cantor e artista plástico, um dos maiores nomes da nossa música popular, autor de clássicos como "A flor e o espinho", "Quando eu me chamar saudade", entre tantos outros.

## L.A.P.A.

Direção: Cavi Borges e Emílio Domingos, documentário, 2007, 75min

O documentário aborda a Lapa, bairro boêmio do Rio de Janeiro, tradicional reduto de sambistas que hoje é ponto de referência para a cultura do rap carioca. Os diretores entrevistaram Mcs, músicos e compositores, como Marcelo D2, BNegão, Black Alien, entre outros, que refletem ao longo do filme sobre o movimento do rap e importância da Lapa em sua formação.

## MARANGMOTXÍNGMO MİRANG: DAS CRIANÇAS IKPENG PARA O MUNDO (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Kumaré Ikpeng, Karané Ikpeng, Natuyu Yuwipo Txicão, documentário, 2001, 35min

Quatro crianças Ikpeng apresentam sua aldeia, revelando suas famílias, brincadeiras, festas e modo de vida.

## MARÉ CAPOEIRA (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Paolo Barreto Leblanc, 2005, 14 min.

Maré é o apelido de João, um menino de dez anos que sonha ser mestre de capoeira como seu pai, dando continuidade à tradição familiar que atravessa várias gerações.



## MORRO DA CONCEIÇÃO

Direção: Cristiana Grumbach, 2005, 86min

Uma equipe de cinema filmou conversas com oito dos cerca de quatro mil moradores do Morro da Conceição – os mais velhos, com idades que chegam a 97 anos, nascidos ali e filhos de portugueses. Esses senhores e senhoras narram histórias de suas vidas, inevitavelmente atravessadas pelas histórias da cidade e do país.



## NEGROS

Direção: Mônica Simões, documentário, 2009, 52min

Documentário sobre a construção da imagem do negro na Bahia, por meio de filmes e vídeos de arquivo, público e privado, dos anos 20 até 2000. O foco do roteiro não é a grande narrativa e nem a história oficial, e sim as práticas do cotidiano que surgem por meio de uma câmera despreocupada.

## NELSON CAVAQUINHO

Direção: Leon Hirszman, documentário, 1969, 13min

Cenas da vida do sambista em Bangu no subúrbio carioca mesclam-se às memórias e improvisos, compondo um sensível panorama, ao mesmo tempo melancólico e alegre, do compositor e de seu povo à margem da sociedade.

## NIEMEYER – A VIDA É UM SOPRO (SELEÇÃO MESTRES DA ARQUITETURA BRASILEIRA MODERNA)

Direção: Fabiano Maciel, 2007, 90min

O filme aborda a trajetória de Oscar Niemeyer, um dos mais reconhecidos arquitetos brasileiros. De forma descontraída, trata de arquitetura, histórias do arquiteto, luta política e de sua

paixão pelas mulheres. No documentário são mostradas imagens de muitas de suas obras: a Casa das Canoas, o Palácio do Planalto, a Sede do Partido Comunista Francês, a Universidade de Constantine, o MAC Niterói, entre outras.



## NOBREZA POPULAR

Direção: Beth Formaggini, 2003, 48min

Protagonizado pelas congadeiras da comunidade de Chapada do Norte, Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais, que se divertem durante a festa de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, focaliza seus gestos, cantos, danças e rituais ligados à água quando pedem chuva e outras graças à Virgem do Rosário.



## O DIVINO, DE REPENTE (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Fábio Yamaji, animação/documentário, 2009, 6min

Ubiraci Crispim de Freitas, personagem real conhecido como Divino, canta repentes e conta sua vida neste documentário animado com ficção experimental.

## O JAQUEIRÃO DO ZECA

Direção: Denise Moraes, Ricardo Bravo, documentário, 2004, 20min

Para escolher seu repertório, o cantor e compositor Zeca Pagodinho organiza uma grande roda de samba. A reunião é uma grande festa que não tem hora para acabar e serve de deixa para que se conheçam os sambistas que, em parceria com Zeca, ajudam a manter acesa a chama do samba de raiz.

## O MENINO, A FAVELA E AS TAMPAS DE PANELA (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Cao Hamburger, ficção, 1995, 5min

Homenagem poética à favela. Garoto que rouba tampas de panela é perseguido e se esgueira por vielas que conhece muito bem. No final, em um parque de diversão abandonado, surpreende todos.

## O MISTÉRIO DO SAMBA

Direção: Lula Buarque de Hollanda e Carolina Jabor, documentário, 2008, 88min

Retrata o cotidiano e as histórias da Velha Guarda da Portela e a pesquisa que a cantora Marisa Monte realizou recuperando composições dos anos 40 e 50, ainda não gravadas. A poesia, a musicalidade e a intimidade desses senhores e senhoras são desvendadas por meio da vida

simples de um pequeno bairro da Zona Norte do Rio, Oswaldo Cruz.

## O RISCO, LÚCIO COSTA E A UTOPIA ÚRBANA (SELEÇÃO MESTRES DA ARQUITETURA BRASILEIRA MODERNA)

Direção: Geraldo Motta Filho, documentário, 2003, 76min

Narra, através da trajetória do arquiteto e urbanista Lúcio Costa, o processo de "formação" da arquitetura moderna brasileira. O documentário traz cenas raras filmadas em 8mm pelo arquiteto, com depoimentos seus, de familiares e de outras personalidades.



## ORI

Direção: Raquel Gerber, documentário, 1989, 91min

Ori significa "cabeça", "consciência negra", em língua iouruba. O filme documenta os movimentos negros brasileiros entre 1977 e 1988, passando pela relação entre Brasil e África, tendo o quilombo como ideia central de um contínuo histórico e apresentando como fio condutor a história pessoal de Beatriz Nascimento, historiadora e militante, falecida prematuramente no Rio de Janeiro, em 1995.



## OVOS DE DINOSSAURO NA SALA DE ESTAR

Direção: Rafael Urban, documentário, 2011, 12min

Viúva de um colecionador de material paleontológico, a alemã radicada no Brasil Ragnhild Borgomanero, de 77 anos, dedica-se a preservar a memória e o acervo do marido, que reuniu a maior coleção particular de fósseis da América Latina. Autodidata, ela aprendeu a manejar ferramentas tecnológicas para levar adiante sua missão, em torno da qual construiu um poderoso discurso. A obra explora a relação entre memória pessoal e história coletiva.

## PRAÇA WALT DISNEY

Direção: Renata Pinheiro, Sergio Oliveira, documentário, 2011, 21min

Sem diálogos, a obra capta flagrantes do cotidiano da praça localizada no bairro de Boa Viagem, no Recife (PE), traduzindo por meio da poesia visual uma cultura de ocupação urbana que reflete a sociedade brasileira e mundial.

## QUEBRADEIRAS DE COCO-BABAÇU (SELEÇÃO ETNODOC)

Direção: Evaldo Mocarzel, documentário, 2008, 26min

Focaliza as tradições seculares, as estratégias de sobrevivência e a rica cultura das quebradeiras de coco-babaçu da região do Bico do Papagaio, na qual se encontram os estados do Maranhão, Tocantins e Pará.

## REIDY: A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA (SELEÇÃO MESTRES DA ARQUITETURA BRASILEIRA MODERNA)

Direção: Ana Maria Magalhães, 2009, 77min

Nascido em Paris e radicado no Rio, o urbanista Affonso Eduardo Reidy é pioneiro da arquitetura moderna no Brasil. Seus planos para um Rio de Janeiro moderno e amigável tiveram efeito duradouro. O filme apresenta a obra do arquiteto em projetos como o MAM, o Aterro e Parque do Flamengo, o Conjunto Habitacional Pedregulho, com os quais, realizou sua utopia urbana e que permanecem marcos da cidade até o dia de hoje.

## RIO DE MEMÓRIAS

Direção: José Inácio Parente, 1987, 32min

Traz simultaneamente a história da fotografia e da cidade do Rio de Janeiro, de 1840 a 1930 por meio da evolução do ofício mágico dos fotógrafos, os pintores da luz, na sua incansável documentação dos costumes, dos tipos humanos e da arquitetura da época.

## SHOMÖTSI

Direção: Wewito Piyãko, 2001, 42min

Crônica do cotidiano de Shomötsi, um Ashaninka da fronteira do Brasil com o Peru. Professor e um

dos videastas da aldeia, Valdete retrata seu tio, turrão e divertido.

## TERRA DEU, TERRA COME

Direção: Rodrigo Siqueira, documentário, 2010, 88min

Pedro de Alexina, 81 anos, comanda como mestre de cerimônias o funeral de João Batista, morto aos 120 anos. Documentário, memória e ficção se misturam para tecer uma história fantástica que retrata um canto metafísico do sertão mineiro.

## TRANSBORDANDO (SELEÇÃO ETNODOC)

Direção: Kiko Goifman, 2008, 26min

Retrata a vida e a obra da família de bordadeiras Diniz Dumont, integrantes do Grupo Matizes Dumont que é hoje uma referência na região de Pirapora, norte de Minas Gerais, na beira do Rio São Francisco.

## UMA FESTA PARA JORGE

Direção: Isabel Joffily e Rita Toledo, documentário, 2009, 52min

O filme acompanha a trajetória de três devotos de

São Jorge ao longo dos meses de preparação para o 23 de abril, dia do santo. Dona Ana luta para organizar as barracas da festa. Seu Jorge precisa manter a ordem na igreja. Helinho se confronta com os seus orixás. A relação de cada um deles com o evento revela o universo da devoção ao Santo Guerreiro na cidade do Rio de Janeiro.

## VOU RIFAR MEU CORAÇÃO

Direção: Ana Rieper, 2011, 78min

O imaginário romântico, erótico e afetivo brasileiro a partir da obra dos principais nomes da música romântica, também conhecida como brega, cujas letras formam verdadeiras crônicas dos dramas da vida a dois. Os temas das músicas se relacionam com as histórias amorosas de pessoas comuns, que abrem suas casas e corações para contá-las. O filme ainda ouve os principais artistas do gênero.

## YANSAN (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Carlos Eduardo Nogueira, animação, 2006, 18min.

No candomblé, Iansã foi mulher de Ogum (senhor dos metais) com quem teve nove filhos. Porém, mais tarde, se apaixonou pelo irmão mais novo de Ogum, Xangô (senhor dos raios), que foi seu verdadeiro amor.

# SÉRIE MESA BRASILEIRA

---

## O PÃO NOSSO DE CADA DIA

Direção: Ricardo Miranda, documentário, 2002, 50min

A ideia central deste episódio (o primeiro da série) é introduzir o espectador em conceitos e ideias: o que é alimento? o que é comida? o que é cozinha? e o Brasil? e a alimentação? Os nossos hábitos alimentares: em casa, nas ruas, bares, restaurantes, fast-foods. Qual a origem de nossos hábitos alimentares? Mercados e feiras no Brasil e em Portugal e o retrato desse mundo particular e complexo.

## FARNEL LUSITANO

Direção: Ricardo Miranda, documentário, 2002, 50min

Apoiado em extensa entrevista de Maria de Lourdes Modesto, uma das mais importantes conhecedoras da comida regional portuguesa,

este episódio traz imagens sobre os nossos antepassados: a doçaria portuguesa, com os pastéis de Belém, receita secreta dos monges do Mosteiro dos Jerônimos e a doçaria conventual do mosteiro da Conceição, destacando-se as várias regiões e alguns de seus pratos típicos.

## CIVILIZAÇÃO DO COURO

Direção: Ricardo Miranda, documentário, 2002, 50min

Este episódio destaca a particularidade da criação de uma infraestrutura do ciclo do açúcar em que, além do cultivo dos canaviais e do reabastecimento de mão de obra escrava, era necessário buscar os animais para o transporte a tração e para o próprio alimento. Daí surge a prática do uso da carne de bode, carneiro, porco e galinha, com destaque para o preparo da paçoca (farofa de carne-seca), da buchada de bode e dos queijos do sertão.

---

### NOTA

1. Beth Formaggini (Inepac) e Nezi Heverton C. de Oliveira (Casa de Oswaldo Cruz); Produção Executiva: Juliana Machado



## 18 FILMES EXIBIDOS

### PARATY

(Centro Cultural Sesc-Paraty e Cine Clube Paraty - Iphan)

### RIO DE JANEIRO

(Centro Cultural da Justiça Federal e Museu do Meio Ambiente)

### SÃO PEDRO DA ALDEIA

(Cine Estação São Pedro)

### CABO FRIO

(Cine Scliar)



## II MOSTRA DE FILMES “MEMÓRIA EM MOVIMENTO” (2014)

A segunda edição da Mostra de Filmes “Memória em Movimento” exibiu 18 filmes, incluindo o documentário inédito no circuito comercial *O Mestre e o Divino*, que põe em tela a disputa pela representação de imagens sobre uma comunidade indígena do Mato Grosso do Sul. O “Mestre” do título é Adalbert Heid, um alemão apaixonado pela cultura indígena que se estabeleceu numa aldeia Xavante nos anos 50 e, desde então, se dedica a registrar em vídeo as manifestações culturais dessa comunidade. O “Divino” é, na verdade, Divino Tserewahú, jovem xavante e discípulo de Heid, mas que encontra um caminho próprio para documentar seu povo por meio do audiovisual. Ambos são unidos por laços de amizade, cumplicidade e admiração mútua, ao mesmo tempo em que divergem sobre

a forma de registrar o cotidiano e as tradições da comunidade, distanciados pelo enorme abismo cultural.

A programação nesse ano também procurou contemplar a riqueza sonora e a pluralidade de gêneros da música popular brasileira (*Palavra (en) cantada, Tropicália, O milagre de Santa Luzia, O coco, a roda, o pneu e o farol*), dois ícones da cultura popular (*Rita Cadillac, a lady do povo e Mazzaroppi*), o patrimônio ferroviário mineiro e fluminense (*Descaminhos*), os mitos e lendas populares (*O lobisomem e o coronel e Contos da Maré*) e a diversidade lírica, rítmica e melódica (*rap, funk, hip-hop, samba, pagode*) da música produzida nas comunidades cariocas (*Maré, uma história de amor e Fala tu*).

# FILMES



## CONTOS DA MARÉ

Direção: Douglas Soares, documentário, 2013, 18min

Lendas urbanas, memórias de uma família e de seu local de moradia. Uma história de lobos, cobras e porcos para uma complexa Maré.

## DADÁ (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Eduardo Vaisman, ficção/documentário, 2001, 20min

Dilson, Dadá e Denis são três personagens fictícios e amigos inseparáveis. Jonathan, Thaísa e Jésus são três atores que participam de um curta-metragem. Como pano de fundo para ficção e realidade, o morro do Vidigal.

## DESCAMINHOS

Direção: Alexandre Baxter, Armando Mendez, Cristiano Abud, João Flores, Leandro HBL, Luiz Felipe Fernandes, Maria de Fátima Augusto e Marília Rocha, documentário, 2009, 75min

Um road movie sobre trilhos contado em seis episódios ao longo de quatro estados, 55 cidades e 8.000km de linhas férreas. Moradores às margens de ferrovias lembram o passado e comentam o presente a partir de um elemento comum: o trem.

## DESIRELLA

Direção: Carlos Eduardo Nogueira, animação, 2004, 11min

Vivendo num conto de fadas, a velha Desirella obtém um par de sapatos mágicos que a torna jovem e bela. Em sua busca desesperada pela transcendência, essa mulher superproduzida enlouquece os homens e a si mesma, alcançando o auge do sucesso como passista de uma escola de samba.



## FALA TU (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Guilherme Coelho, documentário, 2003, 75min

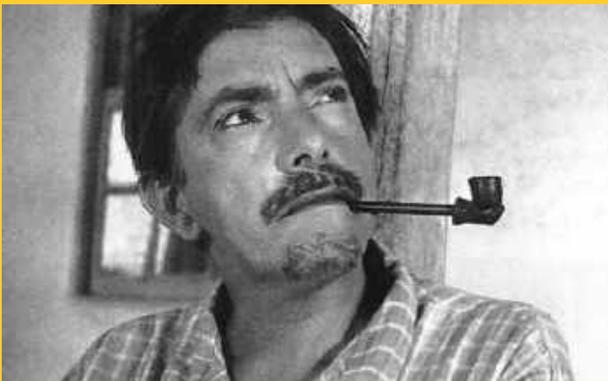
O filme acompanha o cotidiano de quatro moradores da Zona Norte carioca que, em comum, têm a paixão pelo rap. Fala tu é testemunha dos sonhos, dramas e transformações vividas pelos personagens, construindo assim uma crônica do Rio de Janeiro no início do século XXI.



## MARÉ: NOSSA HISTÓRIA DE AMOR (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Lúcia Murat, ficção, 2007, 104min

Livre atualização da tragédia shakesperiana Romeu e Julieta, o filme narra a história do amor proibido entre dois jovens moradores da comunidade da Maré (Analídia e Jonatha), envolvidos na disputa pelo controle do tráfico entre duas facções rivais. Influenciado também pela versão musical de Robert Wise Amor, sublime amor, o filme exhibe o ritmo das favelas (rap, funk, hip-hop, pagode), onde música, dança e sonhos de sucesso contrapõem-se à violência do cotidiano.



## MAZZAROPPI

Direção: Celso Sabadin, documentário, 2013, 97min

A vida e obra de Amácio Mazzaropi, tido como um dos maiores comédicos do cinema brasileiro. Fenômeno de público por mais de três décadas,

que conseguiu ficar milionário fazendo filmes no Brasil e transformou em realidade o sonho da indústria cinematográfica.

## MESTRE ADORCINO E O ESTUQUE ORNAMENTAL

Direção: Cristiana Grumbach, documentário, 2013, 26min

O documentário destaca o legado de Mestre Adorcino Pereira da Silva, mais conhecido como Seu Adorcino, que trabalhou como estucador desde os 19 anos de idade e dedicou seus últimos 25 anos de vida à Fundação Oswaldo Cruz, onde atuou como mestre-estucador em obras de restauração e instrutor na formação de novos artífices.

## O COCO, A RODA, O PNEU E O FAROL

Direção: Mariana Brennand Fortes, documentário, 2007, 80min

O coco, samba de coco ou coco de roda é um ritmo tradicional do Nordeste do Brasil. Sua batida contagiante invade as casas e toma conta das ruas do Amaro Branco, bairro nos arredores de Olinda, Pernambuco, onde há mais de 100 anos, o coco faz história. O filme mostra os personagens, a tradição e a riqueza desse ritmo nordestino.

## O LOBISOMEM E O CORONEL (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Elvis K. Figueiredo e Ítalo Cajueiro, animação, 2002, 10min

Um violeiro cego dedilha um repente e conta uma história passada na fazenda de um rico coronel da região.



## O MESTRE E O DIVINO

Direção: Tiago Torres, documentário, 2013, 83min

Dois cineastas retratam a vida na aldeia e na missão de Sangradouro, Mato Grosso: Adalbert Heide, um excêntrico missionário alemão, que, logo após o contato com os índios, em 1957, começa a filmar com sua câmera Super-8, e Divino Tserewahu, jovem cineasta xavante, que produz filmes para a televisão e festivais de cinema desde os anos 90. Entre cumplicidade, competição, ironia e emoção, eles dão vida a seus registros históricos, revelando bastidores bem peculiares da catequização indígena no Brasil.



## O MILAGRE DE SANTA LUZIA – UMA VIAGEM PELO BRASIL QUE TOCA SANFONA

Direção: Sérgio Roizenblit, documentário, 2010, 105min

Uma viagem pelo Brasil que toca sanfona conduzida por Dominginhos, conhecido sanfoneiro do país. Entre encontros acompanhados de muita música e reunindo depoimentos de diversos sanfoneiros brasileiros, guarda registros de personalidades da música popular brasileira, como o poeta Patativa do Assaré, Sivuca e Mário Zan, falecidos pouco tempo depois de sua participação no filme.

## PALAVRA (EM)CANTADA

Direção: Helena Solberg, documentário, 2008, 84min

Uma viagem na história do cancioneiro brasileiro com olhar especial para a relação entre poesia e música. Dos poetas provençais ao rap, do carnaval de rua aos poetas do morro, da bossa nova ao tropicalismo, o filme traça um panorama da música brasileira até os dias de hoje, costurando depoimentos, performances musicais e rica pesquisa de imagens.



## PARALELO 10

Direção: Silvio Da-Rin, documentário, 2012, 87min

Documentário que registra trabalho pioneiro realizado em uma pequena base da Funai, próxima ao Paralelo 10° Sul, oeste do Acre, na fronteira com o Peru. Em instalações simples, em meio à selva, o sertanista

José Carlos Meirelles leva adiante a difícil missão de proteger os índios isolados da região, contando com o auxílio do antropólogo Terri Aquino. Além de realizarem permanente negociação com as populações ribeirinhas da área, eles também enfrentam traficantes e posseiros que tentam invadi-la.

## PATATIVA (SESSÃO ESCOLAS)

Direção: Ítalo Maia, animação, 2001, 10min

Vida e obra de Patativa do Assaré – a trajetória desse homem, personagem, mito, poeta embevecido pela compreensão crítica do mundo.

## PRETÉRITO PERFEITO

Direção: Gustavo Pizzi, documentário, 2006, 71min

O documentário traz de volta à Casa Rosa, famoso prostíbulo carioca que funcionava num casarão em Laranjeiras, antigos frequentadores e funcionários, como o cartunista Lan, o músico Lobão e Ivanilda, prostituta sexagenária que trabalhou no local durante 15 anos. A partir de suas memórias e impressões, reconstrói-se um tempo que evoca diferentes valores e comportamentos na sociedade carioca.



## RITA CADILLAC: A LADY DO POVO

Direção: Toni Venturi, documentário, 2007, 77min

Revela os momentos mais importantes da carreira de Rita Cadillac por meio de depoimentos e imagens inéditas, além de material de arquivo dos anos de dançarina no Cassino do Chacrinha e de sua carreira no cinema. É mostrado tanto seu lado midiático de símbolo sexual brasileiro quanto o caseiro e cotidiano, numa reflexão sobre a linha que separa o personagem e a pessoa, a celebridade e a mulher falível e humana.

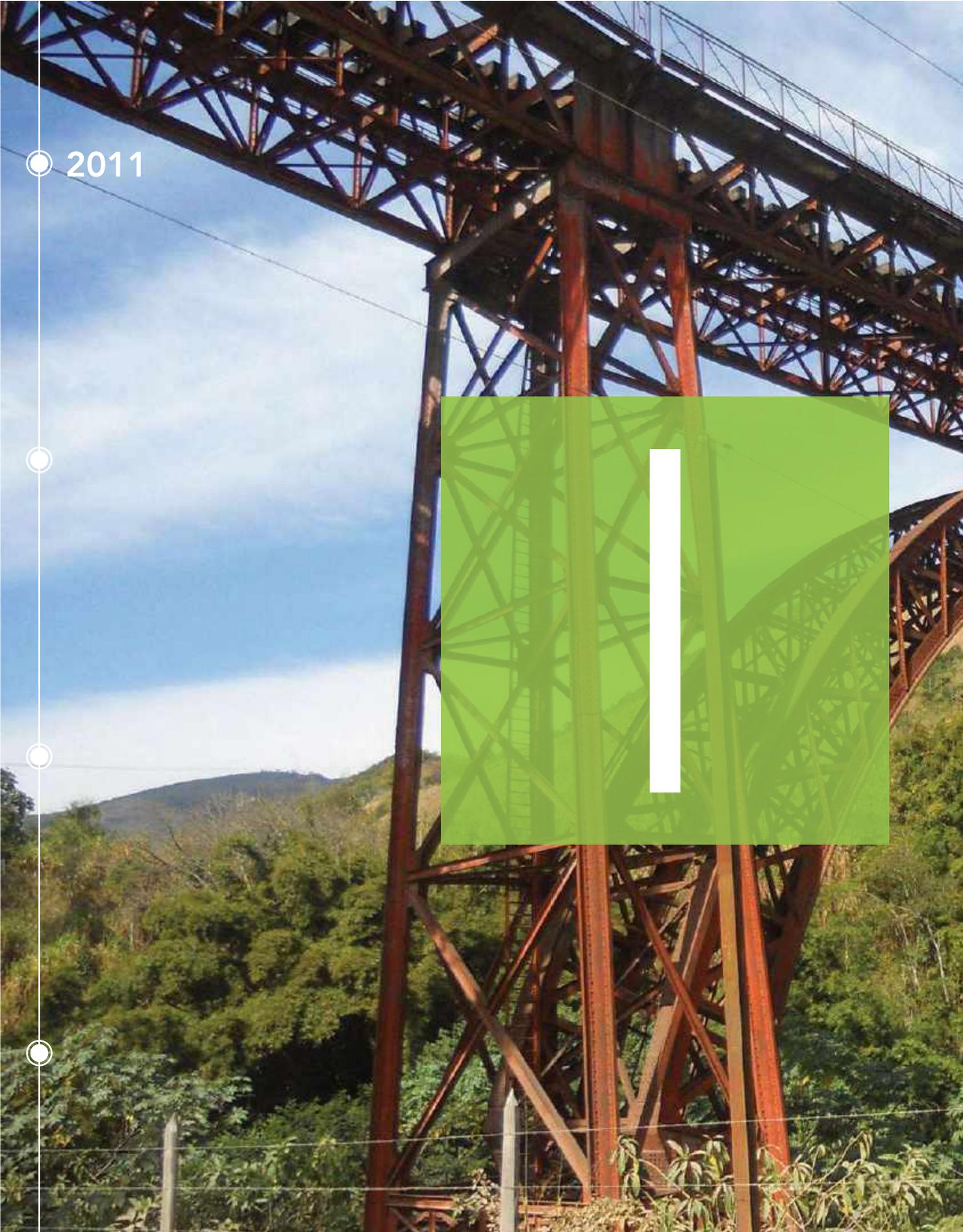
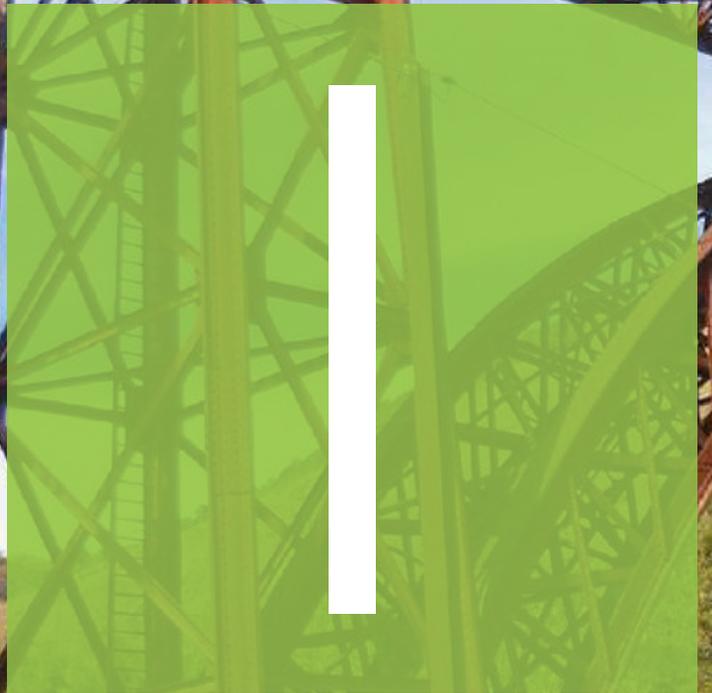


## TROPICÁLIA

Direção: Marcelo Machado, documentário, 2012, 87min

Em plena ditadura militar, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Gal Costa, Arnaldo Baptista, Rita Lee, Tom Zé, entre outros, misturaram desde velhas tradições populares a muitas das novidades artísticas surgidas pelo mundo afora, criando o Tropicalismo. Com depoimentos reveladores, raras imagens de arquivo e canções daquele período, Tropicália nos dá um panorama definitivo de um dos mais fascinantes e influentes movimentos culturais brasileiros.

2011





# SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

15 A 17 DE AGOSTO DE 2011

MUSEU NACIONAL – AUDITÓRIO DA BIBLIOTECA  
CENTRAL – HORTO BOTÂNICO

Quinta da Boa Vista s/n – São Cristóvão – Rio de Janeiro/RJ

PROGRAMAÇÃO

2011

## ABERTURA DA I SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

15 DE AGOSTO – SEGUNDA-FEIRA

**9h** Credenciamento

**10h** Abertura da Semana Fluminense do Patrimônio e do Encontro do Patrimônio Fluminense

*Marcos José Pinheiro (COC/Fiocruz); Maria Regina Mattos (Inepac);  
Claudia Carvalho (MN/UFRJ)*

**10h45** Conferência de abertura: Memória, patrimônio e identidades: uma perspectiva antropológica

*Gilberto Velho (professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ; membro da Academia Brasileira de Ciências)*

*Apresentação: Claudia Carvalho (MN/UFRJ)*

**12h** Almoço

## I ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

**14h** Conferência: Os caminhos do patrimônio do Estado do Rio de Janeiro

*Paulo Knauss (professor do Departamento de História/UFRJ e diretor-geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro)*  
*Apresentação: Paulo Elían (COC/Fiocruz)*



## ABERTURA DA I SFP E REALIZAÇÃO DO I EPF:

Rio de Janeiro

● Cidades onde ocorreram  
eventos por adesão à I SFP



### FÁTIMA NASCIMENTO

Museóloga e antropóloga, com pesquisa na área da formação dos museus e da museologia no Brasil, atuando como assessora da direção do Museu Nacional/UFRJ.

# A DIVERSIDADE DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

A I Semana Fluminense do Patrimônio, realizada de 13 a 21 de agosto de 2011, agregou várias atividades científicas e culturais em todo o estado do Rio de Janeiro, voltadas para a valorização do patrimônio cultural fluminense.

A Semana trouxe a inédita união de instituições de diversos níveis (federais, estaduais e municipais) que, ao se reunir, não tinham necessariamente por objetivo a construção de um projeto ou rede para angariar fundos. O inédito da reunião foi, ao contrário, o fato de que, com seus limitados fundos, as instituições envolvidas propunham a união em favor de um objeto de apresentação e discussão caro a todas elas e à população do Rio de Janeiro: o patrimônio do estado do Rio de Janeiro - patrimônio cujas permanentes construção, manutenção e divulgação fazem parte da ação das instituições envolvidas. A I Semana teve seus custos rateados entre as instituições organizadoras.

A mesa de abertura da Semana, que precedeu o encontro - uma mesa oficial que iniciaria não só as atividades da I Semana, como o compromisso, nos próximos anos, das instituições envolvidas - contou com a presença de representantes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Superintendência do Rio de Janeiro, da Secretaria Estadual de Cultura e de seu Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural, da Casa de Oswaldo Cruz da Fundação Oswaldo Cruz, do Arquivo Público do Estado do Rio

de Janeiro, da Fundação Casa de Rui Barbosa, do Museu do Meio Ambiente, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, do Museu de Astronomia e Ciências Afins e do Museu Nacional da UFRJ, anfitrião da Abertura da Semana e do I Encontro do Patrimônio Fluminense.

Iniciando o encontro, tivemos a conferência do professor Gilberto Velho<sup>1</sup> que, com sua visão abrangente do papel do patrimônio na cultura como um todo e nas relações sociais, chamou atenção para os desdobramentos do tombamento e do conceito de patrimônio. A conferência abriu o tema para palestras fundamentais sobre facetas específicas do patrimônio, como as de Ricardo Gomes Lima (patrimônio imaterial), Paulo Knauss (patrimônio ferroviário), Carlos Fernando de Moura Delphin (patrimônio natural) e Rosana Najjar (patrimônio arqueológico).

Juntando-se ao tom da conferência inicial, as seguintes revelavam participações pessoais na construção e legislação dos diversos tipos de patrimônio abordados, tornando a história de sua entrada na pauta nacional palpável e com personagens reais e presentes, e permitindo perceber a mudança fundamental no conceito de patrimônio nas últimas três décadas, que fizeram a passagem do século XX ao XXI em direção à democratização e ao compartilhamento da cultura. Independente de classificações como erudita ou popular, material ou imaterial, e do uso do patrimônio ou da patrimonialização como ferramenta de democratização, esse movimento inverteu a ordem de sacralização investida no patrimônio nacional até então.

A consolidação dessa democratização foi representada nas mesas, que deram espaço para a divulgação de trabalhos e para atuação direta da população na mesa-redonda: Arquivos, Bibliotecas e Museus Fluminenses com destaque para o relato

do trabalho empreendido pelo Sistema Estadual de Bibliotecas, com a criação da Biblioteca da Maré relatado por Vera Saboya.

A mesa dos escritórios do Iphan, O patrimônio das regiões do estado do Rio de Janeiro, composta por Ivo Matos Barreto Junior (Iphan Região dos Lagos), Erika Machado (Iphan Região Serrana), Paulo Parrilha (Iphan Região do Médio Vale do Paraíba) e Fábio Guimarães Rolim (Iphan Costa Verde Fluminense), trouxe uma nova visão da batalha do patrimônio, com funcionários jovens e dispostos a discutir os problemas de sua ampliação e manutenção junto à população. O apoio obtido junto à população na promoção dos eventos da semana, principalmente na Região dos Lagos, fez com que acreditássemos no sucesso dessa renovação do diálogo, em avanços maiores ou menores, mas sem perder a perspectiva do debate, o que levou, aliás, à escolha do local do encontro da II Semana: Vassouras.

Como ação complementar, foi realizada no saguão de entrada da Biblioteca do Museu Nacional uma exposição temporária do Inepac, divulgando parte do patrimônio tombado pelo órgão no Rio de Janeiro. Numa tela instalada nesse mesmo espaço, foram apresentadas as fotos concorrentes inscritas no concurso fotográfico promovido pela Semana. Assim, esse espaço de convivência permitiu olhar para o patrimônio do Rio de Janeiro através de suas imagens.

Coroando o evento, a premiação das fotografias nos trouxe surpresas e alegrias, como o entusiasmo da vencedora da categoria infantil. Publicações e material de divulgação das instituições participantes compunham os prêmios.

Como avaliação, podemos constatar em primeiro lugar que o esforço da convivência interinstitucional em prol de objetivo comum foi plenamente alcançado. Os objetivos de conquistar

novos parceiros e da divulgação junto à população do estado como um todo foram iniciados com a proposta de deslocamento da Semana da capital do estado para o interior, o que seria empreendido a partir da segunda edição.

Decidiu-se também que os próximos encontros se concentrariam em um tema geral a cada Semana, desdobrado nas conferências e discussões de acordo com os problemas das cidades-sede.

Mudanças - foi essa a tônica da I Semana Fluminense do Patrimônio. Nas conferências e nas mesas constatamos tanto as mudanças já efetuadas como a necessidade de continuar mudando com relação ao tratamento dado pelas instituições ao patrimônio fluminense em diálogo com a população. Verificamos um processo dinâmico, com demandas e ajustes constantes que passaram a influenciar o próprio formato do evento, que segue em movimento ágil e inclusivo. ■

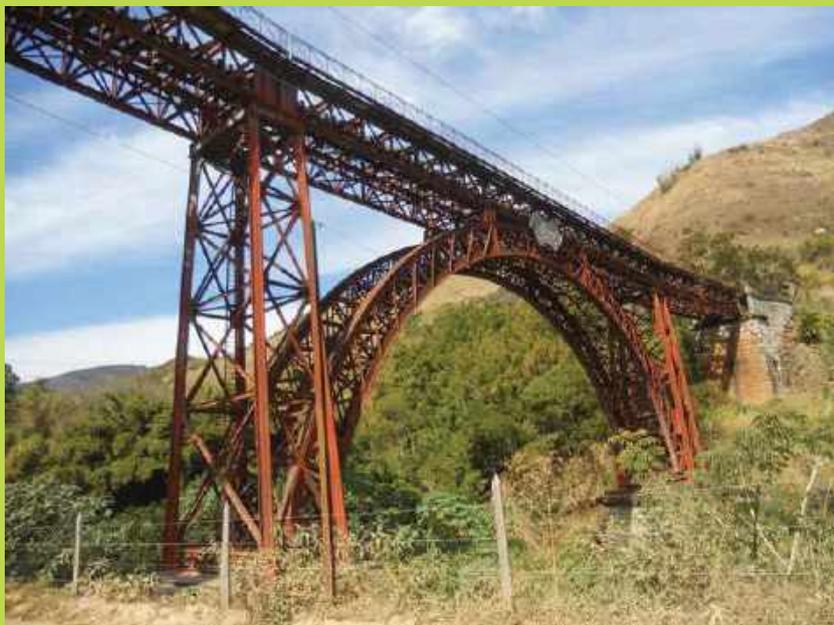
NOTA

1. Gravada e editada em DVD distribuído por ocasião da II Semana Fluminense do Patrimônio.



**1 e 2.** Exposição sobre o Patrimônio Fluminense tombado pelo Inepac. | **3.** Cerimônia de abertura da I SFP no auditório da Biblioteca Central – Horto Botânico/Museu Nacional/Ufrj. Fotos: Oscar Liberal.

# CAMINHOS DE FERRO



Testemunha do Passado por Edna Maria Baptista Padrão. Viaduto Paulo de Frontin (1897), Miguel Pereira - RJ. 1º lugar, categoria adulto.



Invasão das máquinas por Grasielle da Silva Lucena. Trilha férrea em Japeri - RJ. 1º lugar, categoria infanto-juvenil.

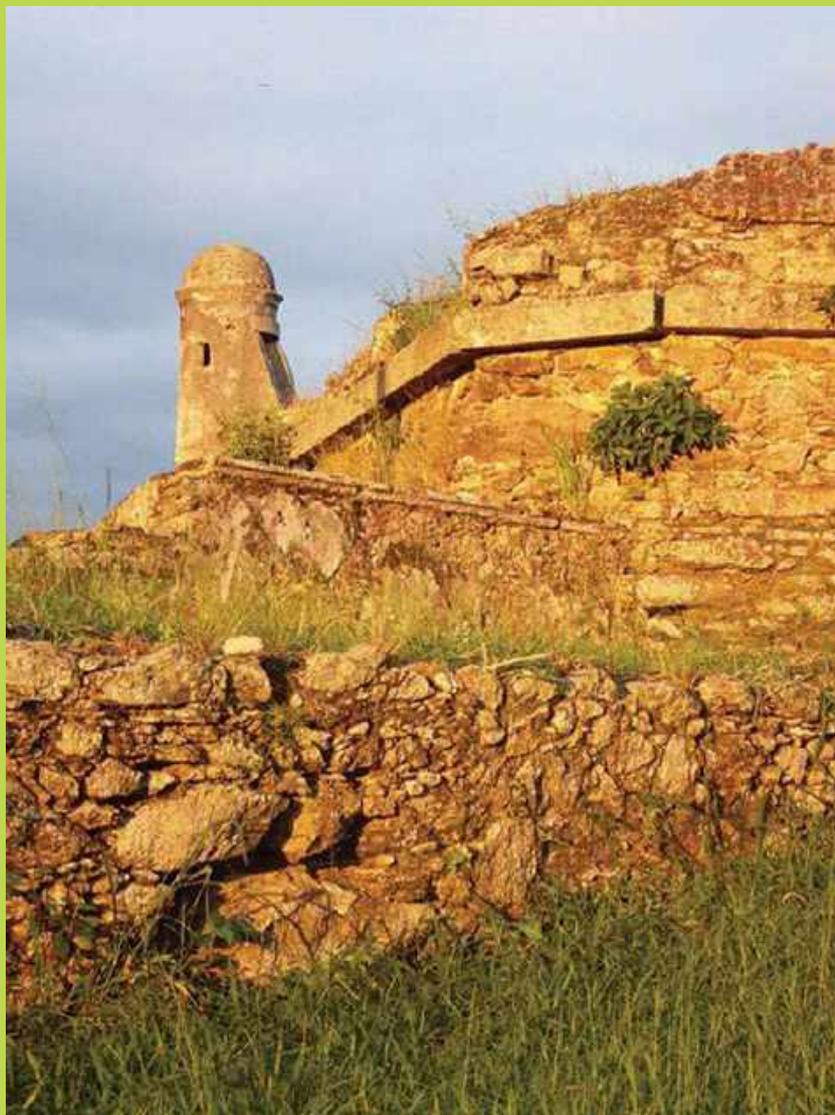


O vai e vêm por Karen da Silva Ávila. Estação ferroviária de Japeri - RJ. 2º lugar, categoria infanto-juvenil.

O bonde amarelo por Rodrigo  
Kunstmann da Cruz.  
Bondinho de Santa Teresa  
sobre os arcos da Lapa - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.

Plataforma por  
Lucia Maria Pacheco.  
2º lugar, categoria adulto.

## PAISAGEM VIVENCIADA



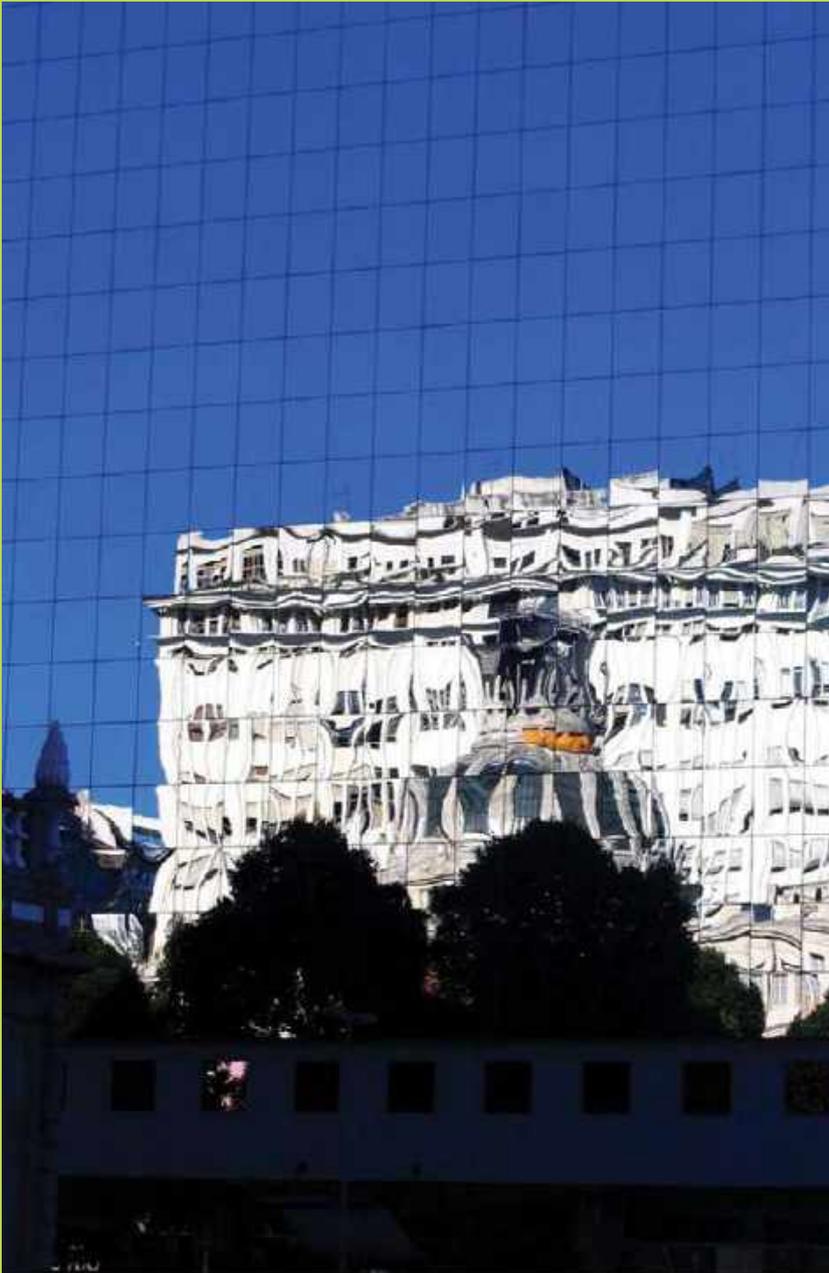
Ruínas por Beatriz Pio de Souza.  
Forte do Pico, Jurujuba - Niterói.  
1º lugar, categoria infantil.



O amanhecer em  
Saquarema por Mariana  
de Lima Soares Barbosa.  
Igreja de Nossa Senhora de  
Nazaré, Saquarema - RJ.  
1º lugar, categoria  
infanto-juvenil.

Outono por Lucas  
Munay Oliveira.  
Itaipuaçu, Niterói.  
2º lugar, categoria  
infanto-juvenil.

Caminhos do Valongo por  
João Maurício Bragança  
Garcia Lopes. Jardins  
Suspensos do Valongo,  
Morro da Conceição - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.



Reflexos por Octávio Augusto Prado de Siqueira Filho. Reflexo do Edifício da Alerj no prédio da Bolsa do Rio de Janeiro - RJ. 2º lugar, categoria adulto.



Sociedade nas águas da restinga de Jurubatiba por Anderson dos Santos Portugal. Restinga de Jurubatiba, Macaé - RJ. Menção Honrosa, categoria adulto.

Bom dia Paraty  
por Vera Didricksson.  
3º lugar, categoria adulto.

Na pedra do Sal por  
Fernando Carvalho. Morro da  
Conceição, Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar, categoria idoso.



Noiva antes da bengalada  
por Rosa da Fonte Pontes.  
Cachoeira Veu da Noiva,  
estrada de Nova Friburgo - RJ.  
2º lugar, categoria idoso.

Castelo da ciência por Amália  
Pinkusfeld Medeiros Bastos.  
Pavilhão Mourisco/Fiocruz,  
Manguinhos, Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar, categoria juvenil.

Renascendo um outro olhar  
por Vitor Gonçalves Pimenta.  
Morador brincando em frente ao  
Pavilhão Agrícola (Colônia Juliano  
Moreira) Jacarépagua,  
Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.

## EXPRESSÕES DA TRADIÇÃO



Alegria compartilhada por  
Fernandes Vicente de Souza  
Neto. Foliões no bloco  
Maracutaia - Santa Teresa,  
Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.

Palhaço de Folia de Reis  
por José Inácio Parente.  
Em Rio das Flores - RJ.  
1º lugar, categoria idoso.



Dueto: som/natureza  
e interferência humana por  
Cristina de Fonte Pontes.  
Sanfoneiro em dueto  
com a cachoeira Véu da  
Noiva, Nova Friburgo - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.





Palhaço de Folia de Reis por  
Bruno Leonardo Gomes Morais.  
Em Valença, Rio de Janeiro - RJ.  
2º lugar, categoria adulto.



## GILBERTO VELHO

Mestre em antropologia social pelo Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ. Especializado em antropologia urbana e das sociedades complexas na Universidade do Texas, em Austin. Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1975). Falecido em 14 de abril de 2012.

# MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E IDENTIDADES: UMA PERSPECTIVA ANTROPOLÓGICA<sup>1</sup>

A grande contribuição da Antropologia para o pensamento moderno contemporâneo passa, entre outras coisas, pela noção de Cultura, pela temática da Cultura, que foi apresentada de várias maneiras. Entre elas podemos citar Kroeber e Kluckhohn<sup>2</sup>, que publicaram uma listagem de mais de cem definições de Cultura. Nós não vamos ter a pretensão de cercar todos os aspectos e as polêmicas em torno da noção de Cultura, que abrange desde as noções mais vastas, mais amplas, de toda a criação humana, até as mais específicas, mais sistemáticas.

Eu, pessoalmente, no meu trabalho em Antropologia Social e Cultural, uso a conceituação de Clifford Geertz, que considera a Cultura como uma rede de significados. Essa definição me parece interessante, útil, e tem se revelado sempre importante, já que o meu trabalho lida com a sociedade e seu sistema de comunicação – de modo que a Cultura não é analisada em separado da sociedade. Cultura e Sociedade são nomes e faces do mesmo fenômeno, que é o fenômeno geral da atividade humana.

Lévi-Strauss considerou uma boa aproximação com a noção de Cultura pensar o conjunto de símbolos que articula, que possibilita a ação social de algum grupo. Dependendo do que você queira definir como Cultura, você vai ter vários tipos de grupo e de possibilidades de articulação, permitindo uma flexibilização do

emprego da noção de "Cultura", até podendo-se falar, em certos contextos, de "cultura familiar", por exemplo; chegando até as "culturas nacionais", e, por certos aspectos, às "transnacionais".

É preciso lembrar que nós estamos discutindo Patrimônio, hoje, aqui, num período de globalização. Não que nós tenhamos inventado a globalização nestas gerações. A globalização pode ser observada, em termos de inter-relacionamento, de contato, de difusão, desde pelo menos o período helenístico. Claro que, se você quiser levar mais longe, você vai chegar até o neolítico, em forma de comunicação, de relações, deslocamentos de populações e contato. No entanto o período helenístico e o Império Romano são marcos de processos de globalização. Sem dúvida, contemporaneamente, as tecnologias de informação, os recursos de meio de transporte, os contatos, os deslocamentos, tornaram-se de tal ordem que a globalização significa uma interdependência de praticamente todo o planeta, em contatos diretos, pessoais, nas formas de comunicação ligadas à era da Informática. Portanto, discutir Cultura nesse mundo globalizado, nesse mundo da informática, é um desafio.

É preciso que a noção de Cultura seja revista constantemente. A Cultura caracteriza um modo de ser. De que grupo? De que grupo estamos falando? Trata-se de uma modalidade; a Cultura tem que ser vista como a modalidade de ser humano, o *modus* de ser humano. Isso foi muito importante desde o início, da implementação da noção de Cultura...

Como vocês sabem – estou revisando coisas que vocês já sabem, já discutiram, já estudaram –, a noção de Cultura teve um relevo especial quando correspondeu a uma reação crítica ao evolucionismo ortodoxo, que via a sociedade sob um prisma único, um modelo único de desenvolvimento, em que se

estabelecia uma hierarquia, da mais avançada, da mais desenvolvida, até a supostamente mais atrasada, inferior. Essa foi uma contribuição da Antropologia, a noção de Cultura foi fundamental, a noção de que era importante, que era fundamental em termos de ciência que cada sociedade fosse entendida em seus próprios termos. Isso foi uma grande conquista, não colocar escadas que permitam subidas e descidas, não ver as sociedades humanas como alinhadas em escadinhas evolutivas, mas entender que cada sociedade tem a sua complexidade própria, tem os seus valores, tem o seu modo de ser, tem o seu ethos, e é importante captar que ethos será esse. Que modo de ser essa sociedade tem? O que a caracteriza? O que a diferencia? O que ela sublinha?

Outra contribuição do pensamento antropológico foi chegar à seguinte posição: nós só podemos descobrir essas coisas humanas se entendermos, se nos aproximarmos do ponto de vista das pessoas que estão dentro de cada sociedade. O famoso "nativo", a pessoa que mora naquele lugar que está sendo estudado, o natural daquela região, o ator que está funcionando no contexto daquele repertório social, ele é a referência, ele é a via da compreensão antropológica. Nunca é o indivíduo isolado, mas sim o indivíduo imerso em um sistema de relações sociais, quem vai nos dar indicações para nós tentarmos entender o que é aquela sociedade.

Então é preciso, inclusive, uma atitude mais modesta para interpretar uma sociedade ou uma cultura. Não pode o antropólogo – ou o cientista social em princípio – chegar e, depois de uma rápida estadia, depois de uma rápida pesquisa, dizer logo do que se trata. É fundamental que haja um trabalho a longo prazo, de contato, de estudo, o famoso trabalho de campo da Antropologia, cuja referência fundamental, fundadora, é a obra de Bronislaw Malinowski, que ficou quatro anos,

por circunstâncias não necessariamente de sua escolha, estudando os trobriandeses. Outros antropólogos famosos também se destacaram por seus trabalhos de campo cuidadosos, sua investigação detalhada, mais ou menos fácil, mais ou menos difícil. É difícil a princípio porque você está lidando com seres humanos, que são complexos por natureza, porque estão sempre em relação, porque não vestem um único uniforme, porque estão sempre envolvidos num sistema de multipertencimento. Nenhum de nós vivencia um só papel. Você pode ser brasileiro, carioca, fluminense; pode ser umbandista, católico, pentecostal; pode ser branco, negro, indígena; pode ser torcedor do Flamengo, do Botafogo – também, vejam, é possível ser torcedor do Botafogo; dou-lhes meu depoimento pessoal ... (*risos*) – ou do Canto do Rio, que nem sei se ainda existe, mas enfim... Nós temos vários papéis: pai de família, filho, profissional; nós circulamos entre esses vários papéis. Ninguém é simples, nenhuma sociedade é simples e nenhum indivíduo é simples – sabemos disso.

Então falemos de complexidade. Uma diferença que se estabeleceu na Antropologia, nas Ciências Sociais em geral, foi a diferença entre sociedades “complexas” e sociedades “simples”. Tem que botar entre aspas esse “complexas” e “simples” porque, num certo sentido, todas as sociedades são complexas. Passou a ser utilizado normalmente esse sistema de classificação, em que a sociedade complexa é a que se apresenta como uma sociedade mais heterogênea. É uma sociedade complexa, evidentemente, em função da sua divisão social do trabalho, dos extratos e classes sociais, do fato de agregar diferentes grupos, de produzir diferentes grupos – porque isso é importante. Uma sociedade é complexa não só porque ela agrega, juntando pessoas que vêm de várias áreas, de diferentes tradições, mas porque ela produz, está sempre produzindo cultura através das interações.

Uma sociedade complexa se distinguiria da sociedade dita simples pelo fato da sociedade complexa, segundo o antropólogo norueguês Frederick Barth, apresentar várias correntes de tradição cultural, “*chains of cultural traditions*”, correntes de tradição cultural. E quanto às sociedades simples? Em princípio, embora se saiba que elas não são simples, porque toda corrente de tradição cultural é densa, complexa, as sociedades simples se caracterizariam por girar em torno de um complexo de valores, de um sistema, que chamamos de “corrente de tradição cultural”. Quanto à sociedade complexa, ela apresenta ao mesmo tempo *n* correntes de tradição cultural.

Não se trata aqui só de distinguir uma corrente, de identificá-la, mas de verificar como elas se comunicam entre si, e esse é um problema de Patrimônio, porque a cultura, quando se aproxima dessa situação problemática, está falando de Memória, de uma visão retrospectiva que a sociedade ou seus indivíduos elaboram, para falar, para pensar sobre si mesma – uma visão retrospectiva, repito.

E tem também outra variável fundamental quando se faz essa avaliação, que é a visão prospectiva: que projetos você encontra nessa sociedade? Para chegar a isso nós temos que entender como os diferentes grupos sociais ou correntes de tradição cultural se relacionam. Como é que funcionam? São relações harmoniosas? Que tipo de diferença pode produzir conflito? Conflito é uma questão fundamental para qualquer estudante, estudioso, pesquisador das Ciências Sociais, porque a diferença constitui a vida social. Não existe vida social sem diferenças. Existe vida social quando as pessoas e os grupos são diferentes uns dos outros, porque trocam: a troca com *b*; se *a* for igual a *b*, não há o que trocar. Então uma sociedade vive de diferenças. As diferenças nem sempre são contornáveis, nem

sempre abrem um espaço possível de diálogo – e essa é uma grande questão.

O Patrimônio de uma sociedade, às vezes, é naturalizado, nós acreditamos saber o que é Patrimônio, mas esse saber é complicado, não é nada simples, é muito complicado. Quem diz que isto deve ser considerado Patrimônio? Quem diz que aquilo deve ser considerado Patrimônio? Quais são as áreas de consenso? Bem, numa sociedade complexa você tem uma multidão de atores interagindo. Quem são os atores que têm voz, que têm possibilidade de falar sobre si mesmos? Eu insisto em que a contribuição da Antropologia é a de tornar fundamental ouvir os diferentes grupos que compõem uma sociedade, abrir um espaço para que esses diferentes grupos – através de seus indivíduos especificamente, é claro – transmitam seus pontos de vista.

Sem dúvida, na história do Patrimônio, no caso brasileiro, a afirmação, a identificação do Patrimônio, está ligada ao Estado, ao Poder Público que se firma de várias maneiras ao longo da história da nação. As origens desse Estado brasileiro são admiravelmente analisadas e descritas por Raimundo Faoro em *Os Donos do Poder*, por exemplo, em que ele recua até a Dinastia de Aviz, no século XIV, em Portugal, para mostrar como vai se constituindo lá um Estado, e demonstrando que um Estado se constitui em uma relação com a sociedade, e que esse Estado desempenha um papel fundador que define a realidade coletiva. Então a capacidade que teve o Estado na sociedade luso-brasileira de definir a vida coletiva, de definir o que deve ser feito, quais são os caminhos, quais são as áreas de aproximação, quais são os valores, demonstra, sem dúvida, que essa capacidade não é igual à de outras sociedades. Toda sociedade tem Estado? Não, nem toda Sociedade tem Estado. Mas, nas que têm Estado, há maneiras diferentes dele lidar com a sociedade, com esse conjunto,

esse agregado de grupos sociais. E é claro que o Estado se manifesta em vários níveis.

O Estado, no caso da nossa sociedade brasileira, apresenta o nível federal, o nível estadual, e ainda o nível municipal – isso em termos oficiais. E os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira? Como se relacionam com esse Estado? Como é que esses diferentes grupos têm possibilidades de manifestar, de se expressar a respeito do que consideram importante, do que consideram bom, do que consideram fundamental?

Eu acho que a nossa experiência de política de Patrimônio é muito rica, e avaliá-la sempre foi uma tarefa importante – é sempre importante repensar a nossa experiência em geral, e tanto mais, especificamente, a experiência em Patrimônio. E é fundamental perceber que nesse campo algumas vezes nos defrontamos com impasses, com situações difíceis de resolver – e que a lição básica que a gente tem é que a nossa concepção de Patrimônio tem que ser dinâmica.

Ser dinâmica não significa abrir mão de seus critérios – e esse é o ponto aonde eu mais queria chegar. É importante que haja critérios sérios, que avaliem o mérito, o valor, de obras de cultura material e imaterial que estejam em pauta. Não é possível ficar a reboque de políticas pontuais, por exemplo; mas isso não significa que você tenha que se fechar numa torre, e se isolar das aspirações coletivas, por mais que essas aspirações possam lhe parecer despropositadas.

Eu fui o relator do tombamento do Terreiro Casa Branca, de Candomblé, na Bahia. Foi o primeiro – isso em 1982, se não me engano – foi o primeiro terreiro de cultura e religião afro-brasileira a ser tombado. Foi muito difícil, muito difícil! Até então, o Conselho do Patrimônio era composto por pessoas prestíssimas, impecáveis, idealistas; porém boa parte dos conselheiros

achava um despropósito fazer o tombamento de um candomblé porque, na concepção de então, não havia ali nenhum monumento. Até então, predominava o tombamento dito “de pedra e cal”, ou seja, igrejas, capelas, prédios públicos, palácios, sedes de administração; e então chegava ali o Terreiro de Casa Branca, um lugar pobre, na periferia de Salvador – agora não é mais tão periferia assim – e eles perguntavam: “O que tem para tombar? Não tem nada!”.

Aí alguns técnicos faziam um esforço, um tour de force, inclusive tinha uma canoa ali, que era uma canoa importante. Eu olhava assim: “Bom, não é muito por aí, mas a canoa tem que ser tombada. Então vamos tombar o terreiro, já que a canoa tem que ser tombada ...” As pessoas não se convenceram muito. Depois surgiu outra coisa: as árvores sagradas; de um terreiro que tem árvores sagradas. Isso aí já deu um pouco mais de margem de manobra. Mas, até então, não se tinha ainda implementada essa noção de cultura imaterial.

Então o que eu procurei explorar foi mais o fato do terreiro ser um lugar de tradição, correspondente a uma corrente de tradição cultural importante. É o terreiro mais antigo da Bahia, possivelmente do país. Esse terreiro corresponde a um modo de ver o mundo, corresponde a uma parcela importante da sociedade brasileira, que nele acredita, que tem valores investidos aqui. Havia interesses de especulação imobiliária na área, queriam tomar a área para construir prédios – e tombar era proteger um lugar da tradição dessa parcela da sociedade brasileira.

O Conselho Federal de Cultura rachou, mas havia um movimento social a favor do tombamento na Bahia, não só de pessoas ligadas aos cultos afro-brasileiros, mas de artistas, intelectuais, que valorizavam e respeitavam o mundo do Candomblé. O que aconteceu foi que, na nossa

reunião em Salvador, a pessoa que realmente teve um papel decisivo (várias tiveram, mas ele teve um papel mais decisivo) – ele é atualmente o presidente da Academia Brasileira de Letras – foi o Marcos Vilaça, que resolveu levar a questão até o fim – e ganhamos! Eu fiz o parecer, um parecer razoavelmente convincente, mas não tão convincente ao ponto de demover pessoas que estavam muito certas de que isso não fazia sentido e que se defendiam dizendo: “Só podemos tombar alguma coisa que tenha algum caráter arquitetônico, que seja arquitetonicamente identificável.” Ganhamos apertadíssimo, numa reunião histórica na Santa Casa da Misericórdia. A Igreja Católica na Bahia não via com simpatia o tombamento de um terreiro de Candomblé; longe disso. Por coincidência, pouco antes da nossa reunião passou por ali para nos ver uma pessoa respeitabilíssima, o Cardeal Primaz do Brasil, para nos dar um recado: a Igreja Católica não estava interessada em que aquele terreiro fosse tombado. Ainda assim conseguimos tombar; mas com muita dificuldade, com muito desgaste. Agora, o que nos apoiava? O que nos amparava? Amparava-nos a percepção de que os cultos afro-brasileiros têm um lugar fundamental na sociedade nacional, que correspondem a uma parcela significativa da sociedade brasileira, que havia um movimento social que defendia uma posição: esse é um lugar sagrado para nós, portanto, é um lugar sagrado para a sociedade.

Nesse lugar sagrado não se pode demolir um terreiro, demolir um casario, por modesto que seja, destruir a canoa pequena e pouco antiga para os padrões do Patrimônio, pois se trata de um lugar sagrado. Conspurar esse lugar sagrado demolindo essas edificações, derrubando as árvores, e construindo prédios, significaria um desrespeito a um sistema de crenças importante na sociedade brasileira. Então a contribuição da Antropologia basicamente foi o quê? Vamos recuperar o ponto de vista, a experiência dessas

pessoas, os seus valores, a sua visão de mundo.

Outra coisa fundamental, outra maneira de vocês discutirem uma sociedade complexa como a brasileira é identificar que visões de mundo se pode identificar como relacionadas com as correntes de tradição cultural? Visões de mundo que se aproximam mais da noção de classe social, de estratificação social: visão de mundo da classe operária, visão de mundo do campesinato etc. Mas, de qualquer forma, visões de mundo e correntes de tradição cultural devem significar que se está desperto para perceber que dentro de uma sociedade existem modos diferentes de construção social da realidade; porque muitas vezes você não percebe isso, você está acostumado com um determinado jeito de fazer as coisas. Ouviu falar do “jeito carioca”? O que é e quais são os jeitos que existem nessa sociedade? Como você pode distinguir essa das outras? É impossível estabelecer fronteiras rígidas entre culturas, entre sociedades, por que elas estão o tempo todo se relacionando. Então para nós isso é fundamental, quando se vai pensar em Patrimônio. Esse Patrimônio está expressando o quê? O que ele representa? O que ele expressa?

Eu acho que nós temos uma experiência brasileira muito importante. Eu não tenho nenhuma visão idílica da sociedade brasileira. É uma sociedade desigual, é uma sociedade violenta. Então não vejo o Brasil como uma democracia racial – coisa que, aliás, Gilberto Freire não falou –, não vejo o Brasil como paraíso tropical, nada disso! Nem tampouco que nós tenhamos encontrado as melhores soluções. É uma sociedade violenta, desigual, em determinados momentos com aspectos racistas. No entanto, essa sociedade tem uma característica que a gente não pode negar: que é o relacionamento intenso entre os diferentes grupos que a compõem. Mesmo que essas relações sejam muitas vezes conflitivas, existe um relacionamento, não existe uma

compartimentação em guetos. Não sei se vocês perceberam ou souberam que esse terrorista norueguês que matou há pouco setenta, oitenta pessoas, ele tem um discurso que foi divulgado na Internet. Ele dedica um espaço para o Brasil, para atacar o Brasil, para dizer que o problema do Brasil, segundo ele, é que está tudo misturado, não pode dar certo. Isso está lá, é o pensamento desse terrorista norueguês contemporâneo – e o que ele representa. Então, atenção: nós temos que reconhecer que existem diferenças, mas é fundamental, ao identificar as diferenças, ser capaz de ver como existe diálogo, como existe comunicação.

Voltamos ao início da minha palestra: “Cultura como Sistema de Comunicação”. É isso que é fundamental o tempo todo, não só ser capaz de perceber características que diferenciam um grupo, uma região de outra, mas como se relacionam; ser capaz de identificar as diferenças, ser capaz de identificar os conflitos, mas ter sempre em mente essas perguntas: como essa sociedade prossegue? Como ela se desdobra? Que processos ela vive? Qual o lugar – pensando em Memória – para realimentá-la, para mantê-la viva, para mantê-la caminhando? E como essa Memória se relaciona com as aspirações dessa sociedade, os projetos dessa sociedade? Então eu creio que nós estamos trabalhando, às vezes com muita modéstia até nas questões de Patrimônio, nós estamos certamente tocando em assuntos fundamentais sobre a vida social. Quando você vai tomar determinado monumento, você está lidando com a Memória de uma sociedade, com a Memória de um grupo, e certamente essa Memória não é homogênea. Essa ideia de que existem muitos pontos de vista, existem muitos atores, é fundamental.

Outra conquista que eu acho importante ao falar dessa diversidade é que a política de Patrimônio Cultural não se resume a tombamentos. Vocês

sabem disso, nós sabemos disso. A proteção de um Patrimônio não significa apenas tomar, significa apoiar, estimular, valorizar bens materiais e imateriais. Acho que é perigoso achar que qualquer proteção deva significar tombamento. Há situações que implicam muitas vezes em você abrir mão ou não levar em conta determinados critérios, pois esses critérios têm que ser revistos e reavaliados, como no caso que eu narrei, do Terreiro de Candomblé de Casa Branca. Quer dizer, ali foi necessário tomar, foi importante tomar, havia uma dimensão simbólica importante: uma manifestação do Estado lidando com a sociedade, dialogando, debatendo com a sociedade, uma manifestação que afirmava ou reafirmava que determinado conjunto social, por determinada experiência, merecia ser valorizada, resgatada. Depois disso, nesse período, nessa época mesmo, o Conselho do Patrimônio acolheu outras iniciativas que foram tomadas, inéditas, como o tombamento de uma casa de chá dos colonos japoneses, como casas de colonos no sul do país; e, depois, outros terreiros.

O tombamento é um instrumento importante, que chama a atenção, que valoriza. Mas a nossa política de Patrimônio não é só uma política de tombamento. Se se achar que só tombando você está fazendo política de Patrimônio, a gente perde oportunidades ímpares de valorizar a nossa cultura ou as nossas culturas na sua diversidade. Então essa ideia do heterogêneo, do complexo, do diversificado, é fundamental. Existem movimentos culturais em que você tem que procurar captar o ponto de vista, a visão das pessoas que estão ali vivendo. E é essencial, básico, crucial, a ideia de resgatar a noção de cidadania com a sua dimensão cultural, pois a cidadania tem um aspecto econômico, político, mas tem também esse fundamental aspecto que é o cultural, que valoriza o pluralismo sociocultural e, sobretudo, valoriza o diálogo entre os diferentes.

Muito obrigado. ■



Conferência de Gilberto Velho na abertura da I SFP.  
Foto: Oscar Liberal.

#### NOTAS

1. Texto transcrito da gravação da conferência do de abertura da Semana Fluminense do Patrimônio realizada no dia 15 de agosto de 2011 no Museu Nacional/UFRJ e revisado pelo professor e antropólogo Luiz Fernando Dias Duarte ([http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/professores\\_luiz.html](http://www.museunacional.ufrj.br/ppgas/professores_luiz.html)).
2. Kroeber, A. e Kluckhohn, C- "Culture: A critical Review of Concepts and definitions: Papers 47(1). Cambridge, Mass.: Peabody Museum of Archeology and Ethnology, 1952.



Ninfas, obra do escultor francês Belleuze, que integram o Reservatório Rio D'Ouro em Nova Iguaçu  
Foto: Acervo Inepac - Fotos: Pedro Oswaldo Cruz.



2012





# SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

# ABERTURA DA II SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

**17 DE AGOSTO – SEXTA-FEIRA**

**MUSEU DE ARTE RELIGIOSA E TRADICIONAL  
DE CABO FRIO (MART)**

Largo de Santo Antônio s/n – Centro – Cabo Frio/RJ

**9h** Apresentações do Coral Despertar do Clube da Melhor Idade Alegria de Viver e do Grupo Teatral Curare, seguidas da abertura da Exposição Inventário da Arte Sacra Fluminense, organizada pelo Inepac/SEC-RJ

**CASA ATELIÊ CARLOS SCLIAR**

Rua Marechal Floriano, 253 e 265 - São Bento - Cabo Frio/RJ

**10h** Abertura oficial da II SFP 2012

**10h40** Conferência: Gilberto Velho: memória e saudade - uma homenagem da I Semana Fluminense do Patrimônio 2011  
*Cláudia Rodrigues Carvalho (MN/UFRJ)*

**11h40** Lançamento do DVD Gilberto Velho: memória e saudade - uma homenagem da I Semana Fluminense do Patrimônio 2011

**12h** Almoço

**14h** Mesa-redonda: Patrimônio - desafios e potencialidades rumo à sustentabilidade

Esforço comunitário pela preservação da Casa da Flor: uma associação civil na luta por vinte e cinco anos

*Amélia Zaluar e Valdevir Soares dos Santos (Casa da Flor/São Pedro da Aldeia)*

A Escola Naval Artesanal do Mestre Chonca na Praia Grande, em Arraial do Cabo/RJ

*Paulo Sérgio Barreto e Mestre Chonca*

Geoparque, costões e lagunas do Rio de Janeiro: uma proposta para o desenvolvimento local

*Katia Leite Mansur*

*Coordenação: João Henrique de Oliveira*

*Christóvão (PMCF)*

**16h30** Debates

**17h30** Encerramento e apresentação de maracatu pela Companhia de Dança Rosa Demarchi e do Boi Rei na Orla Scliar

## II ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

21 A 23 DE AGOSTO DE 2012

### AUDITÓRIO DO MESTRADO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE SEVERINO SOMBRA

Palácio Massambará, rua Barão do Amparo, 34 - Centro - Vassouras/RJ

#### 21 DE AGOSTO – TERÇA-FEIRA

**9h** Exposição virtual das fotografias e poesias inscritas no concurso cultural “Olhares sobre o Patrimônio Fluminense”

Exposição de pôsteres: Patrimônio e Sustentabilidade

**10h** Abertura do Encontro

Mestre de cerimônia: Luiza Andreia (COC/Fiocruz)

**10h30** Conferência: Reabilitação sustentável de sítios históricos

*Prof. Dr. Cristóvão Duarte (UFRJ)*

**14h** Visita à Fazenda Cachoeira do Matto Dentro

#### 22 DE AGOSTO – QUARTA-FEIRA

**9h30** Mesa-redonda: Patrimônio cultural e sociedade – uma relação cotidiana

*Felipe Evangelista Andrade Silva; Lilian Gilson (Fazenda Cachoeira do Matto Dentro); padre Medoro de Oliveira de Souza Neto (ex-pároco da Catedral Diocesana Nossa Senhora da Glória, Valença/RJ).*

*Coordenação: João Henrique Vieira Barbosa (jornalista da USS)*

**10h55** Debate

**14h** Mesa-redonda: Preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável

Inventário das fazendas de café e seus reflexos para a preservação e a economia local

*Adriano Novaes (Inepac); Patrimônio ferroviário no Médio Vale do Paraíba: valores e desafios à preservação - Prof. Antonio Pastori (Coordenador do Grupo Fluminense de Preservação Ferroviária); Rio rural - Rita de Almeida (Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária do RJ).*

*Coordenação: Marcos José Pinheiro (Vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural da COC/Fiocruz)*

**15h25** Debate

**18h** Encontro de Culturas Tradicionais na Praça de Vassouras, em homenagem a Nilton Dias Rosa, seu Filhinho Santana

## 23 DE AGOSTO – QUINTA-FEIRA

**9h30** Plenária com apresentação de resumo da relatoria e proposta de conteúdo da Declaração de Vassouras 2012 para debate

**14h30** Premiação do Concurso Cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2012 - fotografia e poesia

**16h** Encerramento, com a apresentação da Banda Sinfônica Jovem Regional do Ponto de Cultura PIM - Programa Integração pela Música

# PROGRAMAÇÃO DAS OFICINAS

## OFICINA DE CERÂMICA ARQUEOLÓGICA

### EXECUÇÃO DE UM VASO COM A TÉCNICA DE ROLETE.

Objetivo: possibilitar aos participantes vivenciar, por meio da experimentação, a técnica utilizada na maioria dos objetos pré-históricos confeccionados em cerâmica, encontrados na região.

*Instituição Organizadora: Museu Nacional/Ufrj*  
*Instrutora: Simone Mesquita (MN/Ufrj)*

Data: 17 de agosto

Local: Casa Scliar - Rua Marechal Floriano, 253 e 265, São Bento - Cabo Frio/RJ

Horário: 14h e 16h

Vagas: 20 pessoas em cada horário

Inscrições: Distribuição de senhas no local, meia hora antes do começo de cada oficina.

### OFICINA DE CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Procedimentos básicos de preservação em áreas de guarda de acervos bibliográficos e documentais voltada a profissionais de arquivos,

bibliotecas, cartórios, pesquisadores e estudantes interessados pelo assunto.

*Instituição Organizadora: APERJ*

*Instrutora: Ivy Souza da Silva (APERJ)*

Data: 22 de agosto

Local: Palacete Barão de Massambará, sala 01, 1º andar - Rua Doutor Joaquim Teixeira Leite, 53 - Centro - Vassouras.

Horário: 14h às 18h

Inscrições: [isilva@aperj.rj.gov.br](mailto:isilva@aperj.rj.gov.br)

### OFICINAS DE ENCADERNAÇÃO

Transmissão dos conhecimentos básicos e desenvolvimento de habilidades para construção de 2 modelos de livros, a partir de técnicas simples, com o intuito de fornecer ao aluno uma introdução ao assunto e despertar sua vontade de conhecimento pelo universo da encadernação.

Público alvo: Alunos, professores e demais servidores de instituições locais.

*Instituição Organizadora: Fundação Casa de Rui Barbosa*

*Coordenador da oficina: Edmar Moraes Gonçalves (FCRB)*

Data: 21 a 23 de agosto

Local: Mestrado em História, Palacete Barão de Massambará, 1º andar, sala de estudos. Centro, Vassouras/RJ (próximo ao calçadão), na Rua Doutor Joaquim Teixeira Leite.

Horário: 9:30 às 13:30

(3 aulas de 4 horas) - Carga horária total de 12h

Vagas: 10 a 15 alunos

Inscrições: Com Adriana, pelo telefone

(21) 3289-4660 ou pelo e-mail [lacre@rb.gov.br](mailto:lacre@rb.gov.br)

### OFICINA PREPARATÓRIA PARA GESTÃO DE FUNDOS MUNICIPAIS DE CULTURA

O Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, junto com seu respectivo Conselho



#### ABERTURA DA II SFP:

Cabo Frio

#### REALIZAÇÃO DO II EPF:

Vassouras

- Cidades onde ocorreram eventos por adesão à II SFP



#### CRISTINA COELHO

Coordenadora do Núcleo de Educação Patrimonial do Departamento de Patrimônio Histórico/Casa de Oswaldo Cruz.

#### MARIA ROSA CORREIA

Técnica da Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro na área de educação patrimonial.

# PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE

A segunda edição da Semana Fluminense do Patrimônio, em 2012, foi fruto das avaliações que surgiram após a experiência realizada no ano anterior e resultaram em algumas mudanças, a primeira delas, a necessidade de se eleger um tema para cada edição do evento a fim de promover discussões mais direcionadas e sintonizadas com seu tempo. Dessa forma, o tema escolhido para a SFP 2012 foi *Patrimônio e Sustentabilidade*, que se alinhava ao tema da Rio+20,<sup>1</sup> conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, realizada em junho do mesmo ano na cidade do Rio de Janeiro. A segunda mudança importante foi levar o projeto para outras cidades, tornando-o itinerante, com o objetivo de, gradativamente, abranger e levar as discussões para todo o estado do Rio de Janeiro. Assim, foram escolhidas as cidades de Cabo Frio para realizar a Abertura da II SFP e a de Vassouras para abrigar o II Encontro do Patrimônio Fluminense.

Os eventos que marcaram a Abertura da II SFP em Cabo Frio ocorreram no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio – Mart e na Casa Ateliê Carlos Scliar em um único dia. No Museu aconteceram apresentações de música brasileira do Coral Despertar do Clube da Melhor Idade Alegria de Viver e de poesia da Cia Teatral Curare, seguidas da inauguração da exposição do inventário da arte sacra fluminense,<sup>2</sup> que divulgou os dois primeiros volumes do trabalho, em que estão publicados os levantamentos dos objetos e imagens religiosos das regiões Norte, Noroeste do estado e da Baixada Fluminense.

Em seguida, na Casa Ateliê Carlos Scliar, a abertura oficial da

Semana foi precedida pelas falas da presidente do Instituto Carlos Scliar, Regina Lamenza, e da diretora da Casa Scliar, Cristina Ventura, que apresentaram um vídeo sobre o artista plástico; e pela homenagem ao antropólogo Gilberto Velho, conferencista da I SFP, falecido em abril de 2012, realizada pela antropóloga Claudia Rodrigues Carvalho, professora, pesquisadora e diretora do Museu Nacional/UFRJ. A homenagem foi pontuada pela apresentação da trajetória e da personalidade marcante e inovadora de Gilberto Velho, e pelo lançamento do DVD *Gilberto Velho: memória e saudade – uma homenagem da I Semana Fluminense do Patrimônio 2011*.

Nas palestras que se seguiram, foram informados ao público os desafios e potencialidades rumo à sustentabilidade do patrimônio cultural fluminense. Amélia Zaluar, fundadora da Sociedade de Amigos da Casa da Flor,<sup>3</sup> e seu Valdevir Soares dos Santos, sobrinho de seu Gabriel Joaquim dos Santos, criador da Casa da Flor, discutiram sobre a trajetória dos 100 anos da Casa em São Pedro da Aldeia e o esforço comunitário para sua preservação. O senhor Valdevir dedica seus dias a manter vivas a memória e a obra de seu tio, que exprime de forma única a sensibilidade e o talento artísticos em sua forma mais pura e espontânea. Mestre Chonca, carpinteiro naval, e o sociólogo Paulo Barreto apresentaram a canoa de boçarda, característica da região, e abordaram os desafios enfrentados para garantir a perpetuação da pesca artesanal em Arraial do Cabo e a transmissão do ofício tradicional de carpinteiro naval na Região dos Lagos, cujas identidade cultural e organização da vida social, em especial de Cabo Frio, até os anos de 1960 eram centradas no sal e no peixe. A geóloga Katia Mansur abordou as características do solo da região resultantes do fenômeno Gondwana, que marca a separação dos continentes brasileiro e africano; a visita do antropólogo Charles Darwin à Região dos Lagos; as salinas como patrimônio geomineiro; e o sítio

natural, tombado pelo Inepac, destacando a proposta para a criação do Geoparque Costões e Lagunas do Estado do Rio de Janeiro, bem como sua potencialidade para o desenvolvimento local. A sessão de abertura da II SFP foi encerrada com apresentações de maracatu pela Companhia de Dança Rosa Demarchi e do Boi Rei na Orla Scliar.

A SFP inaugurou, assim, sua nova cara e mostrou de imediato que as reformulações propostas em sua organização foram acertadas. Reformulações essas que, além da definição de um tema central e da itinerância dos eventos, incluíram nas mesas os protagonistas do patrimônio, tanto de sua produção quanto de sua preservação, gerando importantes relatos e debates.

Destaca-se, ainda, o fato de que, das reuniões preparatórias realizadas em Cabo Frio para a II SFP, que visavam estimular a participação de atores locais, surgiram eventos que acabaram por ter desdobramentos extrapolando os objetivos iniciais, como foi o caso dos Encontros com os Mestres Sabedores da Cultura Popular,<sup>4</sup> que aconteceram nas cidades de Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios e São Pedro da Aldeia. A partir desses Encontros, novas pesquisas e projetos foram realizados, como a exposição Mestres Sabedores da Cultura Popular,<sup>5</sup> oficinas de capacitação em carpintaria naval com Mestre Chonca para os alunos da Escola Naval Artesanal do IFRJ de Cabo Frio<sup>6</sup> e um projeto de publicação sobre esses mestres e seus ofícios. Esse fato reforça ainda mais a importância da II SFP na aproximação de seu papel de estimular e apoiar ações espontâneas de preservação por parte da sociedade civil.

Dando continuidade à II SFP, o II Encontro do Patrimônio Fluminense ocorreu na cidade de Vassouras, no Palacete Barão de Massambará, da Universidade Severino Sombra (USS), que também abrigou exposição virtual das fotografias e poesias

inscritas no concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense e dos pôsteres submetidos ao evento. A inscrição de trabalhos sob a forma de pôsteres para integrar a programação do II EPF foi outra mudança no sentido de divulgar e estimular o debate sobre o patrimônio cultural fluminense e as ações voltadas para sua preservação, sob a perspectiva da sustentabilidade na interface com as expectativas e necessidades da população fluminense e os desafios socioambientais.

O Encontro foi aberto com a conferência Reabilitação sustentável de sítios históricos,<sup>7</sup> proferida pelo arquiteto, urbanista e professor Cristovão Fernandes Duarte,<sup>8</sup> que abordou os avanços na preservação do patrimônio a partir da redemocratização do Brasil e os desafios de se incluir a sustentabilidade no debate sobre o tema. A abertura do II Encontro também incluiu visitas guiadas ao centro histórico de Vassouras e à Fazenda Cachoeira do Mato Dentro.

O segundo dia foi marcado por mesas-redondas. A primeira, com o tema Patrimônio cultural e sociedade – uma relação cotidiana, abordou o processo de restauração da Catedral de Valença na interface com a comunidade, desenvolvido por padre Medoro de Oliveira, que era pároco na ocasião, bem como processos de patrimonialização e participação comunitária com foco no Programa Pontos de Memória, questão apresentada por Felipe Evangelista Andrade Silva, antropólogo do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram). A restauração da Catedral de Valença, que se encontrava deteriorada nos primeiros anos do século XXI, mobilizou a comunidade negra e pobre de Valença, que padre Medoro considera os verdadeiros protagonistas do ciclo do café. Profundo conhecedor da história de Valença, em sua opinião “a produção cafeeira foi arrancada dos braços escravos. Um projeto econômico homicida jogou fora, nas estradas, homens e mulheres livres e despossuídos que deixaram como herança o

samba. Música genuinamente brasileira que Mário de Andrade provou ter nascido aqui, no que ele batizou de Vale dos Tambores”,<sup>9</sup> denominação que defende para a região, em oposição àquela como é conhecida, Vale do Café. Medoro ressaltou também o forte sincretismo religioso presente em Valença que, apesar de a maioria de sua população ser católica, possui 80 terreiros de umbanda e cinco de candomblé, além de sua contribuição para o resgate da cultura popular e a valorização da diversidade em Valença, levando para o interior da igreja manifestações culturais das mais diversas, como a folia de reis, o jongo e o hip-hop, por exemplo. “Cultura é experiência de vida, tal como se manifesta; é afirmação da vida, da dignidade. Isso é que é patrimônio”, argumenta; e foi com base nesse princípio que ele conduziu as campanhas junto à população visando à captação dos recursos necessários à realização das obras.

O Programa Pontos de Memória, apresentado por Felipe Evangelista Andrade Silva, apoia-se em metodologia participativa e dialógica voltada para a promoção da melhoria da qualidade de vida e do fortalecimento das tradições locais e dos laços de pertencimento da população. Segundo Felipe, além de “educar as pessoas para valorizar seu patrimônio e levá-las a decidir o que deve ser patrimonializado”, os Pontos de Memória também visam impulsionar o turismo e a economia local, contribuindo positivamente para a redução da pobreza e da violência.

A segunda mesa-redonda do dia, com o tema Preservação do patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável, foi marcada pela presença de Adriano Novaes,<sup>10</sup> que abordou o inventário das fazendas de café do Vale do Paraíba do Sul; de Antonio Pastori,<sup>11</sup> que apresentou o patrimônio ferroviário no Médio Vale do Paraíba; e de Rita de Almeida,<sup>12</sup> versando sobre o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias

Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Rio Rural). Segundo Adriano, foram ao todo 233 fazendas inventariadas, e, em sua opinião, “O inventário é um instrumento de preservação, porém não basta preservar, é importante saber como manter o patrimônio e o seu uso”. A manutenção dessas fazendas é muito cara, e, por falta de recursos, elas se transformam em “verdadeiros elefantes brancos”. Para minimizar os problemas, desde a década de 1980, seus proprietários vêm recorrendo ao turismo rural, abrindo as fazendas à visitação, hospedagem e gastronomia, buscando a sustentabilidade desse patrimônio, que ainda corre sérios riscos de perda.

Pastori apresentou um levantamento das estações ferroviárias da região, mostrando fotos desde a época em que os trens circulavam, no auge do ciclo do café, até os dias de hoje, e defendeu os trens como ecologicamente melhores do que qualquer outro transporte. As estações ferroviárias tiveram papel preponderante no país, assim como em todo o mundo. Funcionando como embriões de cidades, centralizaram a vida das povoações, serviram como agência de correios e abrigaram o progresso que chegava pelos trilhos. Hoje, em sua maioria abandonadas, poucas estações permanecem ativas, como algumas que se transformaram em estações de trens metropolitanos, outras que fazem circuitos turísticos e as poucas que são utilizadas como central de recebimento de cargas pelas atuais concessionárias das ferrovias. Pastori defendeu a necessidade do envolvimento da população na recuperação das estações ferroviárias visto que as comunidades tinham com elas forte relação afetiva.

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro (Rio Rural), apresentado por Rita de Almeida, contempla 365 bacias com duas mil nascentes protegidas e busca a melhoria da qualidade de vida no campo, conciliando

o aumento da renda do produtor rural com a conservação dos recursos naturais. Para atingir esse objetivo, o Programa desenvolveu uma estratégia de ação que utiliza a microbacia hidrográfica como unidade de planejamento e intervenção, envolvendo diretamente as comunidades residentes nesses locais, contribuindo para a diminuição das ameaças à biodiversidade, para o aumento dos estoques de carbono na paisagem agrícola e para a inversão do processo de degradação das terras em ecossistemas de importância global da Mata Atlântica. A pesquisadora da Seapec destacou a importância da participação do cidadão nas ações de educação patrimonial ao longo do processo, diferenciando os conceitos de instruir, como prover informações, e educar, como aquele que traz um ser humano para o melhor de sua capacidade.

O último dia do Encontro contou com plenária em que foi apresentada síntese com os principais pontos abordados nas mesas e conferência do evento, seguida de debate para formulação da Declaração de Vassouras 2012,<sup>13</sup> posteriormente aprovada em fórum virtual entre os participantes do Encontro e encaminhada a órgãos públicos e instituições não governamentais atuantes no campo da preservação do patrimônio no estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para a gestão e ações de preservação do patrimônio fluminense.

O encerramento do II EPF contou com a premiação do Concurso Cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense 2012 – fotografia e poesia, seguida da apresentação da Banda Sinfônica Jovem Regional do Ponto de Cultura PIM – Programa Integração pela Música na praça central de Vassouras.

Em paralelo às atividades da Abertura da II SFP em Cabo Frio e do Encontro em Vassouras foram realizadas várias oficinas técnicas e conceituais abrangendo questões relativas à preservação e valorização do patrimônio cultural. ■

## NOTAS

1. A Rio+20 foi assim conhecida porque marcou os 20 anos de realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92). O objetivo da Conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. Disponível em: [rio20.gov.br/sobre\\_a\\_rio\\_mais\\_20.html](http://rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html). Acessado em 17 de junho de 2015.
2. Organizada pelo Instituto Estadual do Patrimônio/Inepac, órgão da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (SEC).
3. Criada com o objetivo de divulgar e preservar a Casa da Flor, conseguiu por meio do Programa Nacional de Incentivo à Cultura do Ministério da Cultura recursos para sua restauração e recebeu, em dezembro de 2000, o Prêmio Estácio de Sá, na categoria Patrimônio, outorgado pelo governo do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente, a Associação foi transformada em Instituto Cultural Casa da Flor, com a finalidade de ampliar e atualizar o trabalho. Disponível em: [casadaflor.org.br/intro.htm](http://casadaflor.org.br/intro.htm). Acessado em 17 de junho de 2015.
4. Pescadores tradicionais, quilombolas, maricultores, rendeiras, rezadeiras, artesãos, trabalhadores do sal, seresteiros e foliões.
5. A exposição abordou a história de vida e os ofícios dos mestres e itinerou pelas quatro cidades dos Encontros. Voltada para estudantes, professores, instituições de ensino e moradores locais, teve por objetivo dar visibilidade a esses mestres, detentores de conhecimentos, habilidades e capacidade de transmitir, através da oralidade e do fazer, suas experiências e vivências em prol do resgate e salvaguarda da memória cultural daquela região. Disponível em: [portal.iphan.gov.br/](http://portal.iphan.gov.br/). Acessado em 17 de junho de 2015.



Praça Barão do Campo Belo, Vassouras. Fotos de Maria Rosa Correia.

## NOTAS

6. O objetivo das oficinas foi ensinar aos alunos como fazer o reparo de canoas de boçarda em Arraial do Cabo através da documentação audiovisual e dos registros de memória oral da história de vida do Mestre Chonca. Disponível em: ifrj.edu.br/. Acessado em 17 de junho de 2015.
7. Essa conferência integra a presente publicação, no texto intitulado Preservar o passado olhando para o futuro: conservação/renovação sustentável de sítios históricos urbanos.
8. Professor adjunto do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ.
9. Trecho de matéria de cobertura da mesa redonda. Disponível em: patrimoniofluminense.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/semana2012.pdf - p. 37. Acessado em 17 de junho de 2015.
10. Professor de história e chefe do Escritório Técnico Regional do Inepac/Médio Paraíba.
11. Consultor e pesquisador ferroviário da Associação Fluminense de Preservação Ferroviária (AFPF).
12. Pesquisadora da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária (Seapec-RJ/RioRural).
13. Disponibilizada no site da Semana Fluminense e constante nos anexos desta publicação.



**1.** Antiga estação de trem de Vassouras. | **2.** Edifício do antigo Paço Municipal de Vassouras. Fotos: Maria Rosa Correia.

## POSTERES APRESENTADOS NO II EPF 2012 - VASSOURAS

As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca.

Autores: Elisama Beliani e Tereza Scheiner.

Cine Vaz Lobo – patrimônio na baixada de Irajá.

Autores: Maria Celeste Ferreira, Karen Barros, Fernanda de Oliveira Nascimento Costa, Ronaldo Luiz Martins Gilson Buarque de Gusmão.

Instrumentos e desafios da conservação e preservação de conjuntos urbanos: o caso de São Francisco do Sul, Santa Catarina.

Autores: Virginia Gomes de Luca e Dafne Marques de Mendonça.

Marina da Glória: argumentos para sua preservação.

Autores: Luiz Felipe Machado, Maria Cristina Cabral e João Paulo Valério.

Patrimônio cultural: a arquitetura eclética de Nova Friburgo como fonte de informação, e conhecimento acerca da memória local.

Autores: Kelly Silva de Freitas e Camila Dazzi.

O Centro de Memória da UFRRJ: preservando a história da instituição.

Autores: Lucilia Augusta Lino de Paula, Kate Hellen Souza Batista, Dylan F. O. da Silva, Melissa Leal da Silva, Jéssica França de Oliveira, Andreza Patrícia Almeida e Osnar O. da Silva Aragão.

O tombamento municipal de cinco geossítios de interesse científico e didático na Bacia Sedimentar de Volta Redonda (Rio de Janeiro).

Autores: Kátia Leite Mansur, Claudio Limeira Mello, Renato Rodriguez Cabral Ramos, André Pires Negrão e Juliene de Paula.

Organização de documentos cartográficos – relato da experiência com o projeto “O Campus da Fundação Oswaldo Cruz: Construções, registros, intervenções”.

Autores: Glauce Ramos Farias, Laurinda Rosa Maciel, Renata Silva Borges e Renato Gama-Rosa Costa.

Saber Cuidar: a conservação para valorizar e preservar o acervo arqueológico.

Autores: Neuvânia Curty Ghetti e Rosana Najjar.

## REGISTROS DE FÉ



Dia de caboclo por Marcellus Rodrigues Pequeno. Em Campo Grande, Rio de Janeiro - RJ. 2º lugar, categoria adulto.

Santo Expedito por  
Peter Cardoso Illiciev.  
Em São Gonsalo - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.

Ad Aeternun por Breno Tomás  
de Aquino Loureiro.  
Cemitério da igreja de  
Saquarema - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.

## Memorial de Manuel Congo ao cadafalso

Rafael Italo Fernandes da Fonseca

Água na tez negra de tanto Cristo escalda,  
Mas não dissolve rubras cascatas da espalda.  
Por maís que tentem e escondam Oxumaré,  
Carregam as crenças meus amigos de fé.  
Houve quem tivesse tentado, sem sucesso,  
Irromper a dança e a boca negra a cantar.  
Calariam meu tambor e o culto de Ifá,  
Não fossem as vezes em que humilde professo.  
A voz recôndita outrora, pois, se calou.  
A cultura, imortal, nem por isso apoucou.  
Do trabalho emana a fé e a força do eu,  
Cria-se a letra latina impressa em brasão.  
O suor que vertera no solo escreveu:  
A mim é devido o progresso da Nação

1º lugar, categoria adulto.

## Membros da terra

Matheus Lucas de Arruda Camara

Sou os jesuítas, os carmelítas.  
E todas as ordens vistas  
Pelo mundo até então.  
Ah! Como é bom dizer: Sou as drogas do sertão.  
Sou os imigrantes  
Nostálgicos, banzeiros  
Que aqui aportaram  
E viraram brasileiros.

1º lugar, categoria juvenil.

Sob as águas de Paquetá  
por Alexandro Ferreira  
Gaudences. Paquetá,  
Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar e voto popular,  
categoria adulto.

Pescadores das  
pequenas comunidades por  
Mariza Versiani Formaggini.  
Jurujuba, Niterói - RJ.  
2º lugar, categoria adulto.



A beleza da história por Sâmara Maria Luciano Santos. Chafariz do Mestre Valentin na Praça XV, Rio de Janeiro - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.

1º lugar, categoria adulto.

## EM RÍVER, SOU RÍO

Katzukí Parajara de Castro

Quando vem e me contorna, água corre;  
Cerca num desenho que a tí sou em porcentagens.  
Carrega os pluralismos totais,  
Se não leva, desprende em outras correntes.  
Se em mína nasce água,  
Imagina seus conjuntos de mares?  
Se tudo se diz feito de água,  
E seu poder da forma e deforma que segrega?  
Mandato do ser humano saber da água.  
Ainda que o ambiente dificulte.  
O corpo pede, conhece.  
Separa, dilui, mastiga, expele.  
Água é vida porque sabe o que é.  
E viver é saber separar.

3º lugar e 1º lugar no voto popular, categoria adulto.

2º lugar, categoria adulto.

Mato minha sede com lágrimas.  
Afogo saudades em meu leito.  
Pedras brotam em meu caminho  
e apesar de tanto bater,  
Não consigo furá-las, em cheio, no peito.  
Ando à procura de minha terceira margem,  
por entre clareiras,  
Enquanto galhos encalham em minhas beiras.  
Precípito, agito, corro, corredeiras.  
Río acima, Río abaixo, grutas, cascatas,  
nascentes, cachoeiras.  
Rodamoínhos profundos, fervimentos,  
marés, correntes, turbilhões.  
Trombas d'água, aguaceiros,  
enxurradas, tempestades,  
Tormentas, torrentes, arrastões.  
Lendas, tesouros, ventos, raios,  
relâmpagos e trovões:  
Num fluxo indissolúvel, quero, logo,  
desaguar no mar!

## LENDAS E RENDAS

Lendas do Cais de Santa Luzia por Christiano Lobão de Carvalho. Em Cais santa luzia, Angra dos Reis - RJ. 1º lugar, categoria adulto.



Capoeira por Alberto Hugo Rojas. Voto popular, categoria adulto.





Arte no Barro por Mariza Versiani Formaggini.  
Atelier do artista em Niteroi - RJ.  
2º lugar, categoria adulto.

Paraty por Letícia Emilia  
Gonçalves Duarte. Aquarela  
de um artista, nas ruas  
de Paraty - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.



## Balancéios

Adriana Mastrangelo Ebecken

Deixei o porto do Rio,  
Corri os olhos ao mar.  
As águas, o vento no rosto, jongo da serra,  
Candongueiro, puíta, cuíca,  
Rosa Morena a dançar.  
Saudade já vinha em terra,  
não precisava em barco pisar.  
Ciranda, ciranda de sentimento, viola, adufe,  
Roda, Maria, sua saia no ar.  
Atraca meu coração,  
atraca bem de mansinho.  
Dá meia volta, volta ao Rio,  
de volta ao píer Mauá.

Voto popular, categoria adulto.



**1.** Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio. Foto: Acervo Ibram. Disponível em: [museus.gov.br/tag/museu-de-arte-religiosa-e-tradicional/](http://museus.gov.br/tag/museu-de-arte-religiosa-e-tradicional/). | **2.** Apresentação do Coral Despertar Melhor Idade durante a cerimônia de abertura da II SFP 2012, em Cabo Frio. Foto: Cristina Coelho. | **3.** Exposição do Inventário de Arte Sacra Fluminense (Inepac/SEC-RJ) no Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio durante a abertura da II SFP. Foto: Cristina Coelho. | **4.** Casa sede da Fazenda Cachoeira do Mato Dentro, Vassouras. Foto: Cristina Coelho.



**1.** Palacete Massambará da Universidade Severino Sombra, em Vassouras. Foto: Cristina Coelho. | **2.** Igreja Nossa Senhora da Glória, Catedral de Valença. Foto: Isabela Kassow/ Diadorim Ideias. Disponível em: [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/catedral-de-nossa-senhora-da-gloria#prettyPhoto](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/catedral-de-nossa-senhora-da-gloria#prettyPhoto). | **3.** Luiz Carlos dos Santos (Grupo de Jongo Caxambu Renascer de Vassouras) | **4.** Apresentação da Banda Sinfônica Jovem Regional do Ponto de Cultura PIM - Programa Integração pela Música, na Praça Barão do Campo Belo, em Vassouras. Foto: Cristina Coelho.



## DESTAQUES DA II SFP

# ESFORÇO COMUNITÁRIO PELA PRESERVAÇÃO DA CASA DA FLOR: UMA ASSOCIAÇÃO CIVIL NA LUTA HÁ 25 ANOS

**AMELIA ZALUAR**  
DIRETORA DO INSTITUTO  
CULTURAL CASA DA FLOR

Conheci seu Gabriel em 1978, quando passava uma temporada em Arraial do Cabo. Entregaram-me um jornal alternativo O Zero que estampava uma reportagem sobre a Casa da Flor. Dirigi-me no mesmo dia até lá. Encantada, ouvi-o falar durante horas: o porquê da construção da casa, que durou cerca de 11 anos; o sonho que detonou todo o seu processo de criação; como escolheu o material que iria utilizar; como o conseguiu; os sonhos e devaneios que se repetiam constantemente. Só omitiu, para mim, como o julgavam os parentes e conhecidos por sua escolha dos materiais para a decoração: cacos de louça, azulejos, bibelôs quebrados, lâmpadas queimadas, conchas, pedrinhas que apanhava no lixo, objetos sem serventia para ninguém, mas que iam ajudá-lo a compor os enfeites, que pregava nas paredes internas e externas de seu lar, no muro que circunda a casa e na escadaria que leva até o imóvel. Começou a busca dos elementos decorativos em 1923, o que explica esse estranhamento geral.

Gabriel sempre teve a vontade de morar sozinho e, em 1912, aos 20 anos, começou a construção de uma pequena casa com quarto, salinha e um depósito. Em 1923, teve um sonho em que viu um enfeite na parede do quarto. Pela manhã, desejoso de concretizar essa visão vinda do inconsciente, tratou de tentar resolver o problema da obtenção do material que ia ser necessário. Muito



Casa da Flor. Foto: Cristina Coelho.

pobre – trabalhava na roça e nas salinas locais –, não tinha recursos para adquiri-lo, Mas encontrou a solução: garimpar em montes de lixo os restos de que ninguém queria saber. Aí começou a criação: são muitos enfeites – bordados – que cobrem as paredes da construção. Mandalas, mosaicos, esculturas, flores em profusão. Daí surgiu o nome de sua moradia: Casa da Flor. No muro e na escadaria criou diferentes esculturas. Levou 63 anos

trabalhando na decoração surpreendente e barroca: não há dois enfeites iguais nem há espaços vazios. Trabalhou até falecer, já quase cego.

Nos primeiros anos, as pessoas olhavam com estranheza sua obra. Alguns o viam até como louco. Mas ele continuava fiel a seu projeto de embelezamento de seu lar. Durante muito tempo, permaneceu isolado no bairro do Vinhateiro,



Detalhe de placa com inscrição na Casa da Flor.  
Foto: Cristina Coelho.

hoje Parque do Estoril, espécie de gueto em que moravam os negros pobres. Alguns pesquisadores da cultura popular o localizaram e, muito pouco a pouco, teve seu trabalho reconhecido como de muito valor. Terminei minha pesquisa independente com ele: centenas de fotografias, oito horas de entrevistas gravadas. Com seu falecimento em 1985, vi-me com esse material tão rico de significados e tão importante para a aceitação da cultura popular em nosso país. Como professora de arte popular brasileira, percebi que Gabriel era um símbolo, um artista a ser respeitado e amado, um modelo a ser imitado. Resolvi, então, apresentar a Casa da Flor ao maior número possível de pessoas através de uma exposição de fotografias, textos, desenhos, um CD com as entrevistas e mais tarde uma maquete, que percorreu em vários estados do país, a partir de 1986 e ainda hoje exibida, 56 espaços culturais. Percebi também que, sozinha, o alcance do projeto seria menor do que ele merecia e resolvi procurar amigos e admiradores para fundar uma associação civil sem fins lucrativos – A Sociedade de Amigos da Casa da Flor – o que foi feito em 1987. A partir daí, conferências, exposições, mesas-redondas,

reportagens em revistas, jornais e entrevistas na televisão, ensaios em livros, documentários tornaram a Casa da Flor mais conhecida.

Recebemos o Prêmio Estácio de Sá na categoria Patrimônio, em 2000, pelo Conselho Estadual de Cultura/RJ. Conseguimos recuperá-la em 2001 com recursos do MinC e da associação, que usou parte do dinheiro recebido como prêmio. A partir de 2001, transformamos a associação numa ONG – o Instituto Cultural Casa da Flor. Outro prêmio nos foi dado pelo MinC/Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. E em 2012 fomos contemplados pela Superintendência de Museus/SEC-RJ com recursos para as obras emergenciais necessárias a sua preservação, ano que também publiquei o livro “A Casa da Flor- Tudo caquinho transformado em beleza”.

Cem anos depois de iniciada sua construção, a Casa da Flor ocupa hoje um espaço respeitável no coração e na alma de todos nós, que vemos Gabriel Joaquim dos Santos como um dos grandes artistas brasileiros, como uma pessoa iluminada, uma alma poética que mostrou a todos que é possível “fazer uma casa do nada”. Ele nem teve a oportunidade de frequentar uma escola, já que, na época, não as havia na região, mas aprendeu sozinho pela observação do que o cercava, pelo inconsciente que o inspirava, por sua extrema sensibilidade e inteligência. Disse-me ele: “Eu não tive escola, eu não tive mestre. Aprendi no ar, aprendi no vento”. Ao criar sua obra-prima, ensinou-nos a obedecer à intuição e a seguir nossos sonhos, mesmo os que parecem impossíveis de realizar. Gabriel, despossuído de tudo, acreditou em si mesmo e realizou obra de beleza invulgar, poética e eterna, símbolo das infinitas possibilidades do espírito humano.

*Texto resumo da palestra ministrada pela autora no evento de abertura da II SFP, em Cabo Frio.*

# A ESCOLA NAVAL ARTESANAL DO MESTRE CHONCA NA PRAIA GRANDE, EM ARRAIAL DO CABO (RJ)

PAULO SERGIO BARRETO  
SOCIÓLOGO

Wilson Luiz da Silva (apelido Chonca) é o único mestre carpinteiro naval de sua modalidade que domina o processo de construção/reforma das canoas de “boçarda” de dois e quatro remos, em Arraial do Cabo. Desde os anos 70, Chonca atua na Praia Grande, em seu estaleiro do Porto das Canoas. Ao longo dos anos essa área de praia foi sendo invadida por quiosques e imóveis particulares, comprometendo os espaços de trabalho da carpintaria naval e dos encontros dos antigos pescadores tradicionais do Pau Mole. Mestre Chonca reforma no máximo uma canoa por ano e constrói, em média, cinco barcos de “caico”. Aprendeu seu ofício observando, escutando e participando dos pequenos restauros, reformas e construções com os mestres mais antigos, como seu Manoel Passarinho e seu Juca Cardoso, de Arraial do Cabo, e com seu João, de Cabo Frio. Não há outro mestre naval atuante, em sua modalidade, na cidade de Arraial do Cabo. Todos os donos das embarcações tradicionais o procuram quando há necessidade de restauro e reforma. Em 2011, ele recebeu o Prêmio Mestres e Grupos das Culturas Populares, pela Secretaria do Estado da Cultura – Chamada Pública n. 027/2010 –, por transmitir a filhos de pescadores o saber fazer canoas, no momento em que a Prefeitura local realizava obras na orla da Praia Grande, criando embaraços, constrangimentos e transtornos operacionais na área do estaleiro naval do Mestre Chonca. Após a premiação, cogitou-se a criação da Escola Naval Artesanal: aberta, pública e de múltiplos usos. Desde a II Semana Fluminense do Patrimônio, em 2012, houve avanços produtivos. A partir de 2013,

liberaram-se recursos do ETRL/Iphan da Região dos Lagos com o objetivo de documentar em audiovisual o processo de reforma das canoas Veada e Índia, na Praia Grande. Ao longo de 2013-2014, estudantes de escola técnica e mulheres do Programa Mulheres Mil (IFRJ) participaram das oficinas intensivas de miniaturas de embarcações, compreendendo os modos de saber-fazer carpintaria naval tradicional, tendo como base a canoa Veada. Desde esse período pesquisadores em etnobotânica, do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro, vêm fornecendo anualmente madeiras caídas do IJBRJ para suprir as necessidades das oficinas.\* Em meados de 2014, por fim, a Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo iniciou as obras de montagem do “escritório” da Escola Naval Artesanal com dois cômodos, banheiro, e sem cozinha, mas que vem possibilitando a guarda dos equipamentos de carpintaria e a estruturação de uma área expositiva. Infelizmente, o projeto construtivo avançou sobre uma área de declive do terreno, de encosta, sem cuidado quanto ao entorno e ao paisagismo. Fomos selecionados para o edital de Ponto de Cultura (Chamada Pública n. 04/2014), mas o “parceiro” convidado para ser proponente do projeto, após a premiação, dele declina, nos obrigando a postergar – sem nos desestimular –, o desejo de construir a Escola Naval Artesanal e o circuito do Ecomuseu do Pescador da Restinga.

*\* O IBAMA ainda não conseguiu apreender troncos de diâmetro médio de 1,30m e de 8m de comprimento, pois as madeiras clandestinas picotam os grandes troncos para facilitar sua retirada.*

# ARQUITETA E URBANISTA FALA SOBRE CANDIDATURA DO RJ A PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO

**MARCIA NOGUEIRA BATISTA**

ARQUITETA E URBANISTA

Entrevista com a arquiteta e urbanista Marcia Nogueira Batista que, entre outras atividades profissionais, é membro da equipe técnica responsável pela elaboração do dossiê Candidatura do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial na categoria Paisagem Cultural, membro do Comitê Gestor responsável pela elaboração do Plano de Gestão Rio Patrimônio Mundial, foi consultora do Termo de Referência para o Projeto de Revitalização e Restauração do Jardim Histórico da Casa de Rui Barbosa e é membro do Grupo Tarefa do Iphan no Programa Monumenta.

Nesta entrevista, Marcia Nogueira Batista fala sobre a candidatura da cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial da Unesco e sobre a formação de arquiteto paisagista para a área de preservação.

## QUAIS AS PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS GESTORES DE PATRIMÔNIO E DA PAISAGEM DIANTE DO TÍTULO DA UNESCO PARA A CIDADE DO RIO DE JANEIRO?

O governo brasileiro, ao encaminhar à Unesco o dossiê da candidatura da cidade do Rio de Janeiro a Patrimônio Mundial, não só descreveu as características de partes da cidade que passaram a compor o Sítio Patrimônio Mundial, como justificou o título solicitado ao comprovar seu excepcional valor universal, comprometendo-se com a conservação e preservação de cada um dos elementos que o compõem. O dossiê foi resultado de um trabalho conjunto dos órgãos das

três instâncias – federal, estadual e municipal – responsáveis pela proteção e conservação desses elementos, e, portanto todos eles compartilham dos compromissos assumidos.

O conceito que norteou a delimitação do Sítio escolhido como Patrimônio Mundial foi a relação da cidade com a montanha, a floresta e o mar, e a forma como seu território, desde o início, foi agenciado pelo trabalho humano. Os valores a ser nele preservados estão na fusão criativa entre a cultura e a natureza na escala macro: os grandes visuais da paisagem da cidade na direção da Baía de Guanabara e o mar, e a maneira como esses terrenos foram agenciados. Estão incluídos no Sítio: o Parque Nacional da Tijuca e o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ambos sob gestão do ICMBio/Ministério do Meio Ambiente; os fortes históricos da entrada da Baía de Guanabara, sob administração do Exército Brasileiro; os morros que compõem o Monumento Natural dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca, Unidade de Conservação subordinada à SMAC – Secretaria Municipal de Meio Ambiente; as bordas d'água agenciadas, incluindo desde o Parque do Flamengo à praia de Copacabana com suas duas pontas (Leme e Forte de Copacabana), áreas essas sob gestão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; a zona de amortecimento, que corresponde à área urbanizada e densamente ocupada, que faz a conexão entre o mar e a montanha, também sob gestão da Prefeitura, que a compartilha com algum órgão da administração federal ou estadual, quando a legislação federal ou estadual, cultural ou ambiental assim o define.

Propomos, portanto, uma experiência de gestão integrada e compartilhada entre órgãos das três instâncias de governo, para preservação de uma área que recebeu a titulação máxima da Unesco. Como grande parte do Sítio é tombada pelo Iphan e está sob sua proteção legal, justifica-se sua atribuição de coordenar a gestão.

*Reprodução parcial da entrevista de Marcia Nogueira Batista para o Site da II SFP realizada em 2012. A versão completa encontra-se no link: [patrimoniofluminense.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/semana2012.pdf](http://patrimoniofluminense.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/semana2012.pdf)*

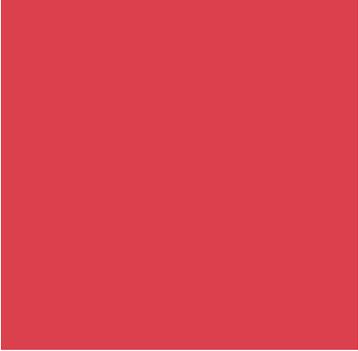
## GEOPARQUE COSTÕES E LAGUNAS DO RIO DE JANEIRO: UMA PROPOSTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

**KATIA MANSUR**  
GEÓLOGA

Desde 2010 vem sendo discutida a criação do Geoparque Costões e Lagunas do Rio de Janeiro. Trata-se de região delimitada com importante registro da evolução geológica da Terra, ou seja, um patrimônio geológico. É desejável que possua em seu território outros tipos de patrimônio, como o cultural, o histórico e o ambiental, por exemplo. A gestão deve apoiar-se em projetos educacionais, geoturísticos e de desenvolvimento local. A proposta envolve os municípios de Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios, Casimiro de Abreu, Rio das Ostras, Macaé, Carapebus, Quissamã, Campos dos Goytacazes, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, constituindo área com cerca de 10.900km<sup>2</sup> e população de 1.585.000 habitantes. É uma região de impressionante beleza cênica e de especial caráter cultural pela presença de sítios históricos, que nos remetem ao descobrimento do Brasil e à passagem de importantes naturalistas, e sítios pré-históricos, como sambaquis e oficinas líticas. Do ponto de vista científico, possui características únicas de interesse internacional, tanto pela presença de flora

e fauna endêmica, como também pela presença de geossítios portadores de informações essenciais para o entendimento da evolução de nosso planeta. Nos costões está registrada a evolução final do fechamento do paleocontinente Gondwana e nas lagunas hipersalinas destaca-se a presença de estromatólitos holocênicos e de dolomita que foi metabolizada por ação microbial. No território estão registradas rochas desde o Paleoproterozoico até o Holoceno. Foram inventariadas cerca de duas centenas de sítios. Ressalta-se a existência de programas de educação ambiental e patrimonial em todos os municípios. Para o Geoparque foram criados mascotes, “Os Superferas”, cujos três primeiros livros foram publicados. Uma logomarca foi criada, e instituições de nível federal, estadual e municipal, empresas privadas, além de ONGs e cidadãos, vêm trabalhando, desde 2011, na organização de informações para submissão de dossiê de candidatura à Rede Global de Geoparques sob os auspícios da Unesco, em 2012. ■

*Texto resumo da palestra ministrada pela autora no evento de abertura da II SFP, em Cabo Frio.*



**CRISTÓVÃO FERNANDES DUARTE**

Ex-superintendente regional da 2ª SR/Iphan. Doutor em planejamento urbano e regional pelo Ippur-UFRJ. Professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da UFRJ.

# PRESEVAR O PASSADO OLHANDO PARA O FUTURO: CONSERVAÇÃO/RENOVAÇÃO SUSTENTÁVEL DE SÍTIOS HISTÓRICOS URBANOS

*Ao contrário do que aconteceu na maioria dos países, no Brasil foram justamente aqueles poucos que lutaram pela abertura para o mundo moderno, os que mergulharam no país à procura de suas raízes, da sua tradição (...), propugnando pela defesa e preservação do nosso passado válido.*

*Lúcio Costa*

A luta pela preservação do patrimônio histórico no Brasil tem longa e memorável história, protagonizada em larga medida pela atuação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan.

Criado pelo decreto-lei 25, de 30 de novembro de 1937, em pleno Estado Novo, o Iphan esteve, desde a origem, associado à vanguarda artística e intelectual do movimento moderno. O ineditismo dessa associação marcou de modo indelével o pensamento preservacionista brasileiro, livrando-o das armadilhas do discurso historicista e conservador tão em voga na época.

Gustavo Capanema foi o nome escolhido por Getúlio Vargas para o Ministério da Educação e Saúde – MES, que englobava as funções hoje desempenhadas pelo Ministério da Cultura. Em torno do ministro aglutinou-se um grupo de intelectuais progressistas interessados em criar uma política para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional capaz de superar o aparente antagonismo entre tradição e modernidade. Participavam desse grupo o genial e multifacetado escritor Mário de Andrade, que, entre muitas outras contribuições importantes, foi responsável pela elaboração do anteprojeto de lei que criou o Iphan; o poeta Carlos Drummond de Andrade, atuante chefe de gabinete do

ministro Capanema e, posteriormente, chefe da Seção de História do Iphan, cargo que exerceu até sua aposentadoria, em 1962; o jurista Rodrigo Melo Franco de Andrade, que assumiu a direção do órgão; o arquiteto e urbanista Lúcio Costa, principal autoridade técnica na condução dos trabalhos do Iphan; o engenheiro Joaquim Cardoso; o poeta Manuel Bandeira, entre tantos outros artistas e estudiosos de nosso passado.

A simples menção de tantos nomes ilustres já nos dá uma ideia da consistência teórica e da grandeza de propósitos com que os artífices da política de preservação no Brasil traçaram os rumos iniciais da trajetória do Iphan. Herdamos, dessa forma e desde o berço, uma concepção da preservação do patrimônio cultural voltada para o futuro, inteiramente comprometida com a construção do novo, sem ranços passadistas ou arroubos nostálgicos.

Muito se passou desde então. Enfrentamos tempos difíceis com a ditadura militar ao longo principalmente das décadas de 1960 e 1970, e com a especulação imobiliária desenfreada que se abateu sobre nossas cidades. Do ponto de vista institucional, o Iphan sofreria ainda um duro golpe na “Era Collor”, com a extinção da antiga Fundação Nacional Pró-Memória (criada em 1979 pelo então diretor do Iphan, Aloísio Magalhães) e com a desorganização administrativa que se seguiu e que se estenderia por todo o governo FHC, cuja tônica foi a ausência de uma política cultural para o país e a subordinação da produção cultural aos interesses de mercado. A partir de 2003, com o governo Lula, assistimos a um período de redobradas expectativas e esperanças. A nomeação de Gilberto Gil como ministro da Cultura representou um avanço incomparável com relação às gestões anteriores. Esboça-se, pela primeira vez, um Projeto Cultural para o país, com a descentralização dos recursos e grande estímulo para a produção

cultural, também no campo da preservação. Na sequência, entretanto, vimos aquelas conquistas esmorecerem e até retrocederem, voltando o Ministério da Cultura a desempenhar um papel subalterno e anódino, manietado pela gradativa redução dos recursos orçamentários.

Reconhecer as nossas mazelas não significa, entretanto, assumir uma perspectiva derrotista. Os obstáculos encontrados pelo caminho não impediram o prosseguimento da luta pela preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Perdemos algumas batalhas ao longo do caminho, mas é forçoso reconhecer que, de cada combate, saímos mais fortalecidos e mais numerosos. Vimos a “causa do patrimônio” prosperar com o aumento sempre crescente da consciência preservacionista por parte da sociedade brasileira. Vimos, com o início do processo de redemocratização na década de 1980, as associações de moradores saírem em defesa da qualidade de vida nas cidades e da preservação da memória coletiva, expressa no acervo edificado. A experiência do Iphan foi replicada pelas administrações públicas estaduais e municipais do país, não apenas descentralizando e capilarizando as ações preservacionistas, como também desenvolvendo novos instrumentos legais de proteção. Alargaram-se enormemente os espaços na mídia (jornais, revistas, rádio, televisão) e nas escolas para a discussão do tema do patrimônio cultural. Até mesmo no setor imobiliário podemos encontrar, hoje, empresários interessados no marketing institucional advindo das ações de preservação, seja através de patrocínios incentivados pela isenção fiscal, seja como empreendedores, diretamente envolvidos com obras de restauração do patrimônio histórico.

Enveredar por um discurso triunfalista, no entanto, seria equívoco igual ou pior do que o derrotismo. Constatar que a semente plantada pelos pioneiros da preservação no Brasil (e regada por seus

sucessores) cresceu e se ramificou nos coloca diante da responsabilidade de cuidar de seus frutos, para que não “apodreçam no pé”. Esse é o grande desafio que se apresenta atualmente para os interessados na preservação de nossa memória cultural.

Destacaremos aqui, dois aspectos desse desafio que nos parecem tão essenciais quanto complementares. São eles, a conservação e a renovação sustentáveis do patrimônio edificado de nossas cidades.

A adequada e criteriosa conservação dos bens e monumentos tombados pelos municípios, estados e União, cuja relação (felizmente) não para de crescer, é certamente uma das tarefas a ser permanentemente enfrentada. Contamos hoje com quadros técnicos competentes, formados no Brasil e no exterior, capazes de atender satisfatoriamente às demandas existentes. Resta priorizar os investimentos públicos e privados necessários para que esses objetivos sejam efetivamente alcançados.

Já não basta, entretanto, uma ação pontual, voltada exclusivamente para a conservação dos prédios históricos. O próprio crescimento da consciência preservacionista por parte da sociedade está a demandar novo posicionamento por parte dos órgãos de preservação. Mais do que nunca é preciso enfrentar o debate acerca dos critérios a serem adotados para a renovação do acervo edificado.

Percebe-se, no entanto, que esse debate tem sido permeado por certa radicalização de caráter reciprocamente defensivo, confrontando de um lado posições conservadoras por parte dos órgãos oficiais de proteção e, de outro, as exigências do mercado por parte dos empreendedores, ambas igualmente dogmáticas e reducionistas. Enquanto isso, antigas e, talvez, incômodas perguntas tais como, o que preservar?, por que preservar?, como preservar? e para quem preservar? continuam sem respostas satisfatórias.

As ações preservacionistas não podem ficar resumidas a uma lista de edifícios e monumentos a serem fetichistamente incensados e protegidos em meio ao caos urbano que se instala em nossas cidades. Isso equivaleria a transformar o patrimônio arquitetônico numa decadente coleção museográfica, dispersa a céu aberto sobre um território erodido; como se estivéssemos apenas lustrando dentes de ouro numa boca banguela e doente.

Há pelo menos cinco décadas, não obstante os esforços preservacionistas, assistimos a uma verdadeira e sistemática destruição da qualidade de vida em nossas cidades. Em nome do progresso tecnológico e do interesse econômico, vimos desaparecer as características estéticas e espaciais que faziam da cidade uma obra humana por excelência, destinada a propiciar o encontro e a convivência entre os diferentes. Reduzida a uma simples mercadoria para compra e venda, a cidade-obra dá lugar à cidade-produto.<sup>1</sup> Trata-se, como se sabe, de uma lógica anticomunitária que solapa as bases de sustentação da vida urbana, constituindo-se, em última análise, na negação da própria cidade.

Nesse sentido caberia perguntar: como falar em conservação e preservação urbana sustentáveis do patrimônio histórico numa cidade insustentável sob todos os pontos de vista? Poderemos pensar nossos centros históricos como “ilhas urbanas” cercadas de destruição por todos os lados? É preciso, portanto, discutir como a preservação poderá contribuir para reverter a lógica da destruição em curso e, simultaneamente, indicar novos caminhos para a reconstrução de nossas cidades.

Não se está propondo, aqui, nenhuma “volta ao passado”. O futuro nunca será igual ao que já foi. Qualquer tentativa em contrário equivaleria a uma utopia regressiva, de matriz conservadora e, por decorrência, fadada ao insucesso como nos comprova a própria história. A preservação de valores culturais não deve (nem pode) ser confundida com

a preservação do passado, posto que o passado é justamente aquilo que não deve ser preservado, mas superado com todas as nossas forças. O respeito pelo passado não significa o embotamento da capacidade de sonhar e desejar o futuro. É para o futuro que devemos olhar, sem qualquer tipo de saudosismo ou nostalgia melancólica.

A preservação da memória urbana não pode prescindir, sob pena de vermos nossas cidades transformadas em ruínas arqueológicas, da dialética entre conservação e renovação, entre tradição e invenção. A cidade é um organismo vivo, em permanente transformação. Precisamos, portanto, de arquitetos e engenheiros capazes de construir um futuro melhor para nossas cidades, com coragem e qualidade, recobrando assim a dignidade milenar de seu ofício.

O modelo da cidade histórica europeia, integralmente preservada como objeto de desejo (e consumo) da indústria do turismo cultural não nos serve, nem pode ser aplicado às nossas cidades. Temos outras prioridades, outras urgências, outro destino. Precisamos descobrir nosso próprio caminho, nosso modo particular de lidar com a herança cultural do passado. Nossa aliança mais promissora não é (nem nunca foi) com o passado, mas com o futuro!

Como afirmava Lúcio Costa, num escrito datado de 1991, “ser moderno é – conhecendo a fundo o passado – ser atual e prospectivo”. Nosso compromisso maior e mais urgente deve ser, portanto, com a cidade de amanhã, a ser construída a partir de hoje, alicerçada nas lições imemoriais que o passado nos legou. ■

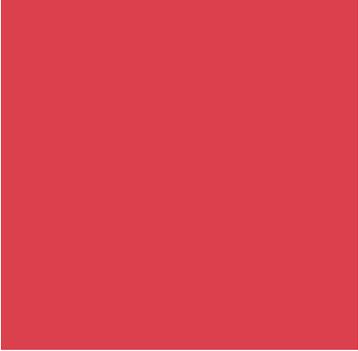
---

NOTA

1. Ideia que perpassa toda a extensa obra de Henri Lefebvre. Ver, por exemplo, O direito à cidade. São Paulo: Ed. Moraes, 1991, p. 16 e 82.



Palácio Gustavo Capanema construído para abrigar o antigo Ministério da Educação e Saúde. Localizado à rua da Imprensa, 16, atualmente é sede do Ministério da Cultura na cidade do Rio de Janeiro. Fotos: Oscar Liberal.



# DECLARAÇÃO DE VASSOURAS SOBRE PATRIMÔNIO E SUSTENTABILIDADE

Reunidos na cidade de Vassouras, estado do Rio de Janeiro, República Federativa do Brasil, em 23 de agosto de 2012, por ocasião do II Encontro do Patrimônio Fluminense, no contexto da II Semana Fluminense do Patrimônio, os presentes buscaram debater e identificar meios sustentáveis de preservação do patrimônio cultural da região do Médio Vale do Paraíba, em particular, e do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de relacionar princípios e diretrizes que possam colaborar, tanto com os órgãos públicos quanto com a população em geral, para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial visando a sua máxima fruição na atualidade e sua transmissão às gerações futuras, de modo a gerar desenvolvimento e fortalecer cada vez mais os traços da identidade cultural fluminense.

## TENDO EM VISTA QUE:

- a Semana Fluminense do Patrimônio constitui evento criado em 2011 a partir da reunião de diversas instituições culturais e científicas para promover atividades de valorização do patrimônio natural e cultural, voltadas para a população em geral e com o objetivo de ampliar os canais de comunicação entre os diversos segmentos da sociedade;
- o acervo que compõe atualmente o patrimônio cultural fluminense reúne desde edificações (urbanas e rurais), sítios arqueológicos, áreas urbanas ou naturais e cidades históricas até objetos do cotidiano, obras de arte, coleções científicas, documentos históricos, expressões do fazer humano tradicional e da arte popular;
- a II SFP teve como tema “patrimônio e sustentabilidade”, e sua cerimônia de abertura ocorreu na cidade de Cabo Frio, estado do Rio de Janeiro;
- as palestras e debates ocorridos em Cabo Frio e em Vassouras suscitaram relevantes reflexões sobre o cotidiano dessas cidades, regiões de abrangência e suas populações, e o modo como se relacionam com sua história, sua memória, sua cultura e com a noção de sustentabilidade;
- as reflexões supracitadas extrapolam o significado local e subsidiaram esta declaração que visa contribuir para uma qualificação conceitual e a elaboração de princípios, diretrizes e práticas que traduzam melhor a relação entre patrimônio cultural e o que é ser sustentável.

## CONSIDERANDO QUE:

- por patrimônio cultural entende-se o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse para a memória dos grupos sociais e de suas correntes culturais formadoras, abrangendo os patrimônios arqueológico, arquitetônico, arquivístico, artístico, bibliográfico, científico, ecológico, etnográfico, histórico, museológico, paisagístico, paleontológico e urbanístico, além do conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos, técnicas e também instrumentos, objetos, artefatos e lugares a eles associados;
- por desenvolvimento sustentável entende-se a plena sintonia entre economia, sociedade e meio ambiente, de tal sorte que o grau de dinamismo da atividade econômica seja suficiente para atender às necessidades atuais da sociedade, sem prejuízo da diversidade ambiental e sem comprometimento do potencial de realização humana e cultural das gerações futuras;
- desenvolvimento sustentável ou sustentabilidade, assim como patrimônio cultural, são conceitos em permanente mudança, já que se encontram sujeitos a constantes reflexões e transformações sociais;
- a maior eficiência no emprego dos recursos naturais, a redução do impacto ambiental e o custeio das áreas revitalizadas ou restauradas são componentes essenciais para construir a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento sustentável;
- o conceito de patrimônio cultural sustentável, entretanto, não pode ficar restrito aos componentes supracitados, mas deve, sobretudo, alinhar a conservação do bem à valorização de seus diversos significados socioculturais e ao reconhecimento das distintas identidades locais, fomentando a promoção da cidadania, a ampliação da equidade social e o aumento da vitalidade socioeconômica da região.

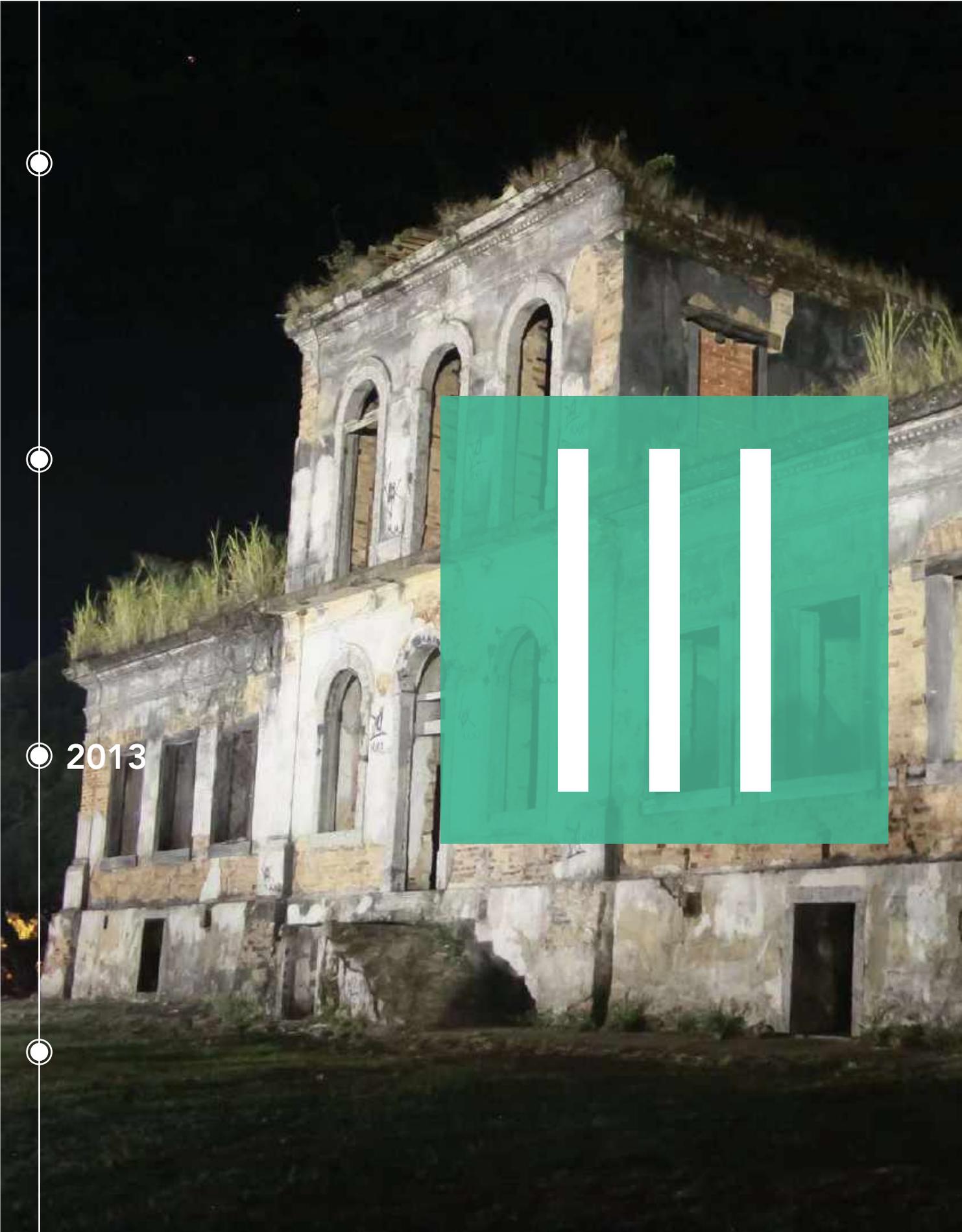
ACORDAM QUE (O  
PATRIMÔNIO CULTURAL  
SUSTENTÁVEL) (E)  
A PRESERVAÇÃO  
SUSTENTÁVEL DO  
PATRIMÔNIO CULTURAL  
DEVE(M) CONSIDERAR AS  
SEGUINTE(S) PREMISSAS.

1. A preservação sustentável do patrimônio cultural deve ser parte integrante do processo educacional e da vida social, e contemplar ações que estimulem a reflexão da sociedade sobre seu patrimônio, o resgate e promoção da diversidade cultural e ambiental, e a valorização das identidades locais.
2. A gestão democrática e o modelo participativo são instrumentos indispensáveis à promoção da dinâmica dos lugares e à preservação de seu patrimônio material e imaterial. Para tanto, devem ser constituídos mecanismos participativos de formulação de políticas, programas e projetos de preservação do patrimônio cultural com a inclusão de representação paritária dos diversos segmentos da sociedade civil e o estabelecimento de fóruns intersetoriais de permanente diálogo com as populações locais.
3. A inclusão da revitalização das áreas histórico-culturais na agenda política para o desenvolvimento dos municípios fluminenses deverá contemplar as demandas de ocupação social, com objetivo de manter as condições de uso e habitação e a recuperação da vida cotidiana desses locais.
4. O planejamento urbano das cidades e áreas históricas deve ter como instrumento central, planos diretores elaborados de modo democrático e participativo.
5. É fundamental a ação articulada entre as três esferas de governo e a sociedade civil na formulação, execução e avaliação de programas e projetos, que visem à preservação do patrimônio cultural e natural.

6. Deve-se fomentar a criação de mecanismos que viabilizem a gestão integrada e compartilhada das ações de preservação do patrimônio cultural e natural.
7. Os projetos de intervenção do patrimônio edificado não devem ter como foco apenas a consolidação estrutural ou a restauração arquitetônica dos imóveis, nem somente a preservação da memória do passado, mas, sobretudo, devem possibilitar a reflexão sobre as diferentes memórias coletivas e, em especial, aquelas esquecidas ou não reveladas em algum contexto espacotemporal.
8. As ações de revitalização das áreas rurais devem incluir a recuperação e preservação do patrimônio ecológico de forma a promover a geração de empregos para a comunidade local.
9. Dado que diferentes culturas expressam diferentes modos de vida em diferentes espaços físicos e tempos históricos, a preservação do patrimônio cultural deve considerar toda essa diversidade e ser compreendida como forma de preservação da vida.
10. O acesso à cultura conformada por especialistas deve ocorrer em plena sintonia com a ampliação da visibilidade e do reconhecimento social dos movimentos culturais em curso.
11. Ações de restauração e conservação do patrimônio cultural material devem fazer uso do conhecimento técnico e das inovações tecnológicas mais atuais, desde que compatíveis com as estruturas e materiais preexistentes, sem prescindir das práticas e conhecimentos tradicionais da cultura popular.
12. As populações locais devem ter acesso à informação e à educação patrimonial, de modo que se tornem atores autônomos e qualificados na reflexão e na preservação de seus acervos culturais.
13. O fortalecimento das manifestações culturais deve ser estimulado como fonte de reafirmação e preservação da identidade cultural local e não apenas como instrumento de turismo cultural ou fonte de renda para as comunidades.
14. As políticas e os programas culturais devem ser formulados, executados e avaliados de forma integrada e complementar, e para tanto hão de considerar organizações em rede e formas cooperativas e solidárias de atuação.
15. O acesso aos bens culturais pode e deve ser valorizado por meio da difusão de políticas afirmativas e da constituição de conselhos consultivos.
16. Nas ações concernentes ao campo da educação patrimonial, devem ser adotadas definições conceituais e práticas pedagógicas flexíveis que possibilitem maior interação e diálogo entre detentores e receptores de conhecimento e prática.
17. A noção de patrimônio cultural sustentável ou a de preservação sustentável do patrimônio cultural só tem significado quando associada ao fortalecimento de uma sociedade multicultural, capaz de reconhecer e valorizar identidades diversas. Para tanto, destaca-se o papel da educação patrimonial como instrumento de valorização e promoção dos diferentes modos do saber e fazer cultural. ■



2013





SEMANA  
FLUMINENSE DO  
PATRIMÔNIO

## ABERTURA DA III SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

### AUDITÓRIO DE CINEMA DO CENTRO CULTURAL DA JUSTIÇA FEDERAL

Av. Rio Branco, 241 – Centro – Rio de Janeiro/RJ

#### 16 DE AGOSTO – SEXTA-FEIRA

**17h** Visita guiada ao CCJF

**18h30** Abertura Oficial da III SFP  
*Mestre de cerimônias: Zezé Motta*

**18h45** Boas-vindas do diretor do CCJF  
*Cícero de Almeida*

**18h50** Projeção do vídeo documentário  
Mestre Adorcino e o estuque ornamental

**19h10** Fala da diretora do documentário

**19h15** Récita de poesia

**19h20** Conferência: A cidade como  
patrimônio – o lugar do urbanismo e dos urbanistas  
*Margareth Aparecida Campos da Silva Pereira*

**20h10** Encerramento das atividades no Auditório de Cinema

**20h20** Apresentação do Jongo da Serrinha no hall do CCJF

**21h30** Encerramento

# III ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

23 A 25 DE AGOSTO DE 2014

## AUDITÓRIO DO PALÁCIO ITABORAÍ

R. Visconde do Itaboraí, 188, Valparaíso, Petrópolis/RJ

### 23 DE AGOSTO – SEXTA-FEIRA

**10h** Apresentação do III Encontro do Patrimônio Fluminense

**10h30** Conferência: Mudanças climáticas globais e riscos locais

*Carlos Machado de Freitas (Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz)*

**11h30** Apresentação da Orquestra de Câmara do Palácio Itaboraí

**12h** Almoço

**14h** Mesa-redonda: Pesquisa e riscos

*Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho (FCRB); Leandro Goulart (chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos); Sílvia Helena Zanirato (professora dos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política da USP) Mediadora: Carla Coelho (arquiteta da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz)*

### 24 DE AGOSTO – SÁBADO

**09h** Conferência:

*Maurício Vicente Ferreira Jr (Diretor do Museu Imperial de Petrópolis)*

**10h** Mesa-redonda: Sociedade e riscos

*Pedro Henry Cross (professor, historiador, voluntário na Associação em Defesa dos Mananciais do Alcobaça); Gina Gomes Machado (consultora e gestora de projetos culturais e representante do Comitê Paulista do Escudo Azul); Maria Regina dos Santos (presidente do Instituto Elpídio dos Santos e*

*do Conselho de Gestão do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga/SP) Mediadora: Cláudia Suely Rodrigues de Carvalho (FCRB)*

**12h** Almoço

**14h30** Mesa-redonda: Cidade e riscos

*Silvia Puccioni (engenheira do Iphan); Raphael David dos Santos Filho (coordenador acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Silva e Souza); Ricardo Gomes Lima (diretor do Departamento Cultural da Uerj e do Ecomuseu da Ilha Grande) Mediadora: Mônica Rocio Neves (JBRJ).*

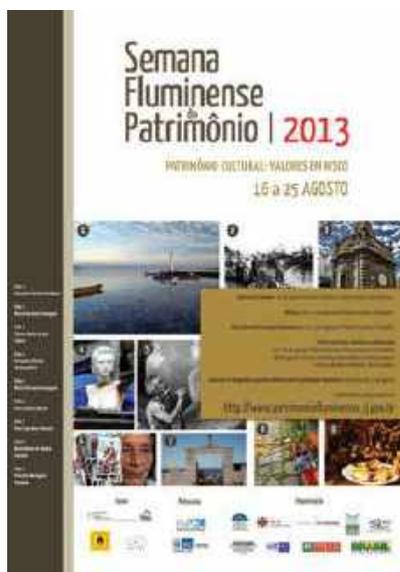
### 25 DE AGOSTO – DOMINGO

**09h** Debate com a população sobre os temas tratados nas mesas

**10h30** Divulgação do resultado do Concurso Cultural de Fotografia e Poesia Olhares sobre o Patrimônio Fluminense

**12h** Almoço

**14h30** Encerramento



Pôster do evento. Criação de Bruno Correia (Mast).



Acesse o site da  
**SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO**  
[patrimoniofluminense.rj.gov.br](http://patrimoniofluminense.rj.gov.br)



#### ABERTURA DA III SFP:

Rio de Janeiro

#### REALIZAÇÃO DO III EPF:

Petrópolis

● Cidades onde ocorreram eventos por adesão à III SFP



#### CLAUDIA S. RODRIGUES DE CARVALHO

Tecnologista sênior da Fundação Casa de Rui Barbosa, na qual coordena as ações para preservação arquitetônica do Museu Casa de Rui Barbosa, no Centro de Memória e Informação.

#### CARMEN SILVIA DE LEMOS MENEZES MACHADO

Analista em C&T sênior no Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, na área de Divulgação Científica do Museu do Meio Ambiente.

# PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES EM RISCO

No Palácio Itaboraí, em Petrópolis, na região serrana do estado do Rio de Janeiro aconteceu o III Encontro do Patrimônio Fluminense, cuja temática versou sobre as ameaças ao patrimônio resultantes de eventos naturais e da ação antrópica. Com o título “Patrimônio Cultural: valores em risco” e por meio de oficinas, exposições, apresentações musicais e culturais, e palestras, o evento buscou ampliar a discussão sobre as ameaças decorrentes do crescimento urbano desordenado e do aquecimento global, que colocam cidades, populações, patrimônios e memórias em situação de risco, bem como as formas de prevenção e combate.

O ponto de partida foi a conferência Mudanças climáticas globais e riscos locais, proferida pelo pesquisador da Ensp/Fiocruz Carlos Machado de Freitas,<sup>1</sup> que relacionou a questão ambiental a um limitador na preservação de bens, uma vez que pode constituir mudanças significativas quanto a perdas de patrimônio tanto material quanto imaterial sujeitos às condições ambientais. Essas mudanças resultam muitas vezes na deterioração de construções, abandono de cidades, perdas do saber fazer local. Em sua opinião, os riscos e danos devem ser enfrentados como produtos de processos sociais, e os desastres não devem ser naturalizados.

Considerando que evitar ou mitigar riscos ao patrimônio é dever de todos e implica garantir a preservação da existência humana, a mesa intitulada Pesquisa e Riscos, com a participação de Claudia

Suely Rodrigues de Carvalho, Leandro Goulart<sup>2</sup> e Silvia Helena Zanirato<sup>3</sup>, apresentou as pesquisas que vêm sendo desenvolvidas para produção de conhecimento nesse campo em diversas escalas: das coleções em museus ao território. Destacam-se, por exemplo, as trilhas que delimitam os Caminhos da Serra do Mar, ação que convida os visitantes a observar a natureza ao longo das várias trilhas que integram os Caminhos e que têm como objetivo “favorecer a preservação das Unidades de Conservação da Serra do Mar e seu entorno, além de seu patrimônio histórico associado”. Esse trabalho visa envolver o poder público, possibilitando infraestrutura básica para o desenvolvimento de estratégias de ação que atraiam a sociedade e contribuam para o entendimento de que o patrimônio natural faz parte tanto da beleza natural de um lugar quanto da qualidade de vida das populações, preservando as condições ambientais necessárias à manutenção de toda a gama patrimonial que hoje nos representa.

No caso das coleções, foi apresentada a utilização da ferramenta do gerenciamento de riscos que fornece uma visão abrangente e simultânea dos diversos tipos de riscos que afetam a preservação do patrimônio, desde eventos emergenciais e catastróficos até os diferentes processos de degradação que ocorrem de forma mais lenta e contínua; ferramenta em fase de aplicação no âmbito da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A iniciativa da Semana em ressaltar os riscos a que todo patrimônio está submetido tem a intenção de evidenciar o fato de que esses riscos, muitas vezes, são próprios da natureza, dos materiais ou do ambiente que ameaçam a integridade, a proteção, a salvaguarda e a manutenção do patrimônio. A fim de que haja um esforço voltado para sua proteção, é primordial o envolvimento da sociedade, bem como, paralelamente, é essencial tornar todos esses

bens visíveis aos olhos da sociedade.

Com essa perspectiva, o evento também suscitou reflexões sobre as grandes áreas e núcleos urbanos que um dia prosperaram e hoje são reconhecidos como “cidades mortas”, cidades que perderam a capacidade de gerar emprego para a população, que então se desloca em busca de colocação no mercado de trabalho. Essas cidades guardam riquíssimo patrimônio em história, arquitetura e memória, que precisa ser resgatado e apresentado não apenas em sua importância contextual, mas principalmente com o intuito de resgatar seu reconhecimento e o sentimento de pertencimento da sobrevivente população local.

Foi discutida a necessidade de estabelecer ação proativa nesse sentido, saindo do lugar da reação, ou seja da intervenção após o dano instalado, para o da prevenção, evitando ou mitigando riscos para que o dano não se instale. Ainda trazendo à luz a questão da proteção de nosso patrimônio, algumas ações foram destacadas como essenciais para promoção e perpetuação na memória da sociedade. Assim, a promoção de eventos em museus, turismo em áreas protegidas e visitas a cidades históricas são algumas das ações desenvolvidas com vistas a divulgar e tornar acessíveis algumas das riquezas patrimoniais do estado do Rio.

Abordando a participação da sociedade, foram apresentadas na mesa Sociedade e Risco, composta por Pedro Henry Cross,<sup>4</sup> Gina Machado<sup>5</sup> e Benito Campos,<sup>6</sup> três iniciativas envolvendo a participação da sociedade na conservação do patrimônio. Versando sobre situações de enchentes em Petrópolis e São Paulo, e abandono em São Luiz do Paraitinga, tomadas como ilustração de áreas que guardam significativa memória histórica e patrimonial da região e que tiveram seu patrimônio ameaçado de

perda em função desses graves acontecimentos. Dependentes do reconhecimento de seu valor por parte da população local, esses são três exemplos, em três estados diferentes, em que a importância da preservação do patrimônio está no reconhecimento por parte da população de seu valor e representatividade para a região. Em alguns locais, especialmente em áreas mais afastadas dos grandes centros e com pouca visibilidade, o que determina a salvaguarda desses bens históricos, arquitetônicos, naturais é a ação dos moradores, que reconhecem seu valor e passam a protegê-lo e a exigir do poder público, ações voltadas para sua proteção.

Destacam-se dentre as discussões na referida sessão, a experiência do Escudo Azul, uma rede internacional criada a partir da Convenção de Haia em 1954, quando surge o primeiro acordo internacional para proteção de bens culturais, móveis e imóveis, o International Comitee of the Blue Shield – ICBS. Esse grupo é representado no Brasil pelo Comitê Brasileiro do Escudo Azul – CBEA, entidade que determina ações para salvaguarda do patrimônio, protegendo-o de catástrofes naturais ou causadas pelo homem. No Brasil, uma das primeiras ações do Escudo se deu a partir de um incêndio em São Paulo em 2007, provocado por um balão que caiu na cobertura do Centro Cultural São Paulo. O Comitê colhe informações sobre a extensão, tipos de deterioração, riscos presentes, infestação, além de um sistema de detecção e supressão de incêndio visando proteger e salvar acervos em caso de emergência.

Já em Petrópolis, a Reserva Alcobaça, localizada em Cascatinha, segundo distrito de Petrópolis, RJ, com área de 2.280.000km<sup>2</sup>, foi criada a partir de pressão da comunidade para proteção dos recursos hídricos ali existentes. A própria comunidade protege o manancial e evita o desmatamento por intermédio de uma equipe de

guardas florestais pagos com recursos próprios.

Na sequência do evento, na mesa que discutiu Cidade e Risco, com a participação de Silvia Puccioni,<sup>7</sup> Raphael David dos Santos Filho<sup>8</sup> e Ricardo Gomes Lima,<sup>9</sup> foram abordados trabalhos que estão sendo desenvolvidos a partir de estudos arqueológicos e que ressaltam aspectos históricos do estado do Rio de Janeiro, como o Cais do Valongo, a geomorfologia em Petrópolis e o Ecomuseu da Ilha Grande. Os trabalhos são desenvolvidos com o intuito de integrar ou reintegrar, por exemplo, o Cais do Valongo ao plano de conservação preventiva e manutenção para valorização e incorporação do sítio ao contexto da cidade. No Ecomuseu, a população se apropriou do espaço e hoje abraça um projeto com o objetivo de lutar pela preservação do patrimônio natural e construído, tendo como foco a biodiversidade e os referenciais históricos locais. Assim também, os projetos de reconstrução de áreas de risco em Petrópolis fazem uso de uma arquitetura adaptada, com vistas a aproveitar espaços e respeitar a geografia do lugar.

As discussões desenvolvidas durante o evento contribuíram para reafirmar o propósito da Semana Fluminense do Patrimônio de enfatizar a necessidade e importância de se estabelecer um diálogo aberto entre os diversos setores da sociedade civil, no sentido de se divulgar, promover e, acima de tudo, preservar o patrimônio natural e cultural, que deve ser considerado em todas as suas especificidades.

Cabe destacar, dentre as reflexões ocorridas durante as mesas do III Encontro, a de que é fundamental garantir o envolvimento da comunidade nas ações de redução de risco, fortalecendo a autoestima, o pertencimento e a cidadania. Políticas de preservação devem ser desenvolvidas no sentido de avançar com ações de inventário, capacitação e educação

patrimonial; e ainda reconhecer o importante papel da pesquisa científica como base de ações consistentes de preservação.

Ao final do terceiro dia do Encontro a AMA Centro Histórico da Cidade Imperial de Petrópolis lançou uma carta sugerindo à Prefeitura, medidas urgentes visando à preservação do patrimônio natural e cultural de Petrópolis.

Entre as medidas propostas salienta-se a adoção de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade, ressaltando a criação de critérios de preservação, sendo a sociedade parte integrante para fiscalização e proteção de seus valiosos bens.

A Associação prevê ainda, a criação de um inventário do patrimônio imaterial e material tombado a ser disponibilizado no Arquivo Histórico da cidade, junto com esse material digitalizado.

As medidas propostas abrangem também planos de uso dos espaços públicos; projetos de mobilidade urbana com o objetivo de minimizar os impactos provocados ao patrimônio natural e edificado; implementação de ações destinadas à educação patrimonial com o intuito de valorizar o patrimônio da cidade junto à comunidade; combate à ocupação irregular em áreas de risco, o que protegeria não apenas o patrimônio, mas a comunidade petropolitana em geral.

A carta apresentada pela Associação demonstra a iniciativa da sociedade no sentido de se colocar como um dos atores junto aos órgãos responsáveis pela salvaguarda dos bens patrimoniais das cidades fluminenses, de forma a contribuir e somar esforços na proteção e divulgação de seu patrimônio material e imaterial.

Ainda durante a III Semana em Petrópolis, vários eventos aconteceram em paralelo e trouxeram à cidade oficinas, filmes, exposições e o concurso cultural Olhares sobre o patrimônio fluminense.



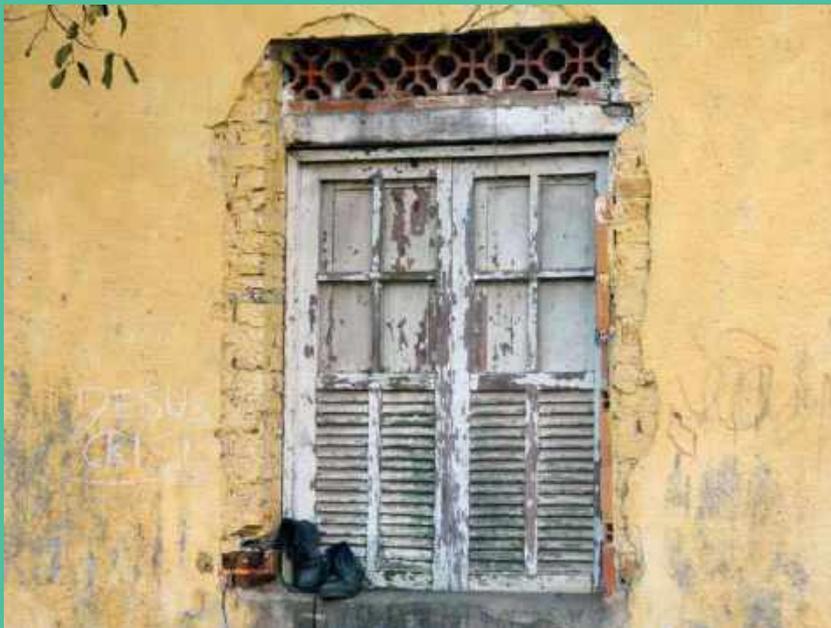
Palácio Itaboraí (Fórum Itaboraí: Política, Ciência e Cultura na Saúde da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ), Petrópolis.  
Foto:Cristina Coelho.

#### NOTAS

1. Pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, com atividades de pesquisa e ensino sobre temas da saúde ambiental.
2. Chefe do Parque Nacional da Serra dos Órgãos.
3. Professora do Curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política, ambos da USP.
4. Professor, historiador, voluntário na Associação em Defesa dos Mananciais do Alcobaca e coordenador do Projeto Histórias da Floresta do Alcobaca: resistência comunitária, autonomia na gestão dos recursos naturais e preservação ambiental.
5. Consultora e gestora de projetos culturais e representante do comitê paulista do Escudo Azul.
6. Atua no resgate da cultura popular, em especial da cultura caipira de São Luís de Paraitinga.
7. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).
8. Coordenador acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Silva e Souza.
9. Diretor do Departamento Cultural da Uerj e do Ecomuseu da Ilha Grande.

Ruínas de São Bernardino  
por Sérgio Ramoz.  
Em Nova Iguaçu - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.

Queda por  
Waldemir Figueiro Júnior.  
Em São Pedro da Aldeia.  
2º lugar, categoria adulto.



Cine memória por  
Beatriz Pacheco Freitas.  
Antigo cinema da Colônia Juliano  
Moreira, Jacarépagua - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.



Olhar com fé por Rosângela  
Alves Batista. Capela do  
Quartel General da PM no  
centro do Rio de Janeiro  
(Rua Evaristo da Veiga) - RJ.  
Voto Popular, categoria adulto.

1º lugar, categoria adulto.

## Pedras de Río

Sônia Díque Fragozo

Quero um rio, pleno de seixos.  
Seixos brancos, lisos e arredondados  
Seixos rolados  
São pedras  
Moldadas pelo rolar  
Pelo bater, pelo chorar  
Pelo sonhar, pelo sofrer.  
São pedras  
Alvas e aveludadas  
Mas são pedras  
Todas moldadas.  
São seixos rolados  
Moldados aos trancos  
São seixos brancos  
São brancos os seixos  
Moldados aos trancos  
Descendo os barrancos  
São trancos os barrancos da vida  
São vida, os seixos brancos.

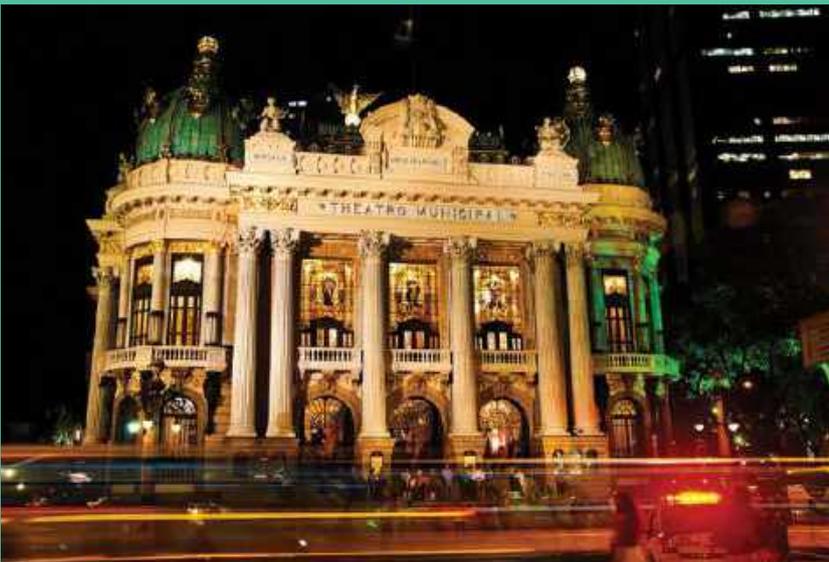
2º lugar e 1º lugar no voto popular, categoria adulto.

3º lugar, categoria adulto.

## MEMÓRIA PRESERVADA



A Moreninha por  
Débora Marques de Araújo.  
Em Paquetá - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.



Municipal RJ por Jeferson  
Mendonça Silva. Teatro Municipal,  
Cinelandia, Rio de Janeiro - RJ.  
2º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto..

Luz da Colônia por Beatriz  
Pacheco Freitas. Igreja Nossa  
Senhora do Rosário, Colônia  
Juliano Moreira, Jacarépagua,  
Rio de Janeiro - RJ.  
3º lugar, categoria adulto.

## Nogueira, um lugar para ser feliz

Paula Xavier dos Santos

Quem disse que o paraíso não existe?  
Ah! Pena daqueles que não sabem  
Que nunca sentiram o ar de Nogueira  
O canto dos pássaros que ali vivem  
A humildade dos que ali convivem  
O cheiro dos manacás e das rosas,  
O balanço das viuvinhas  
A delicadeza da barba de velho  
Dormir com o fogo da lareira,  
Acordar com o silêncio da natureza  
Que sedutora, se enche de névoa  
Revelando aos poucos sua beleza  
Ah! Pobre daqueles  
Que não conhecem Nogueira

1º lugar, categoria adulto.

2º lugar e 1º lugar no voto popular, categoria adulto.

# PATRIMÔNIO DA REGIÃO SERRANA DO RJ



Bucolismo Serrano Fluminense  
por Dan Gabriel D'Onofre.  
Nova Friburgo - RJ.  
Menção Honrosa,  
categoria adulto.



Capela entre o céu e a terra por  
Leonardo Cortazio Viana.  
Capela de Nossa Senhora da  
Conceição, Guapimirim - RJ.  
Menção Honrosa e Voto Popular,  
categoria infante-juvenil.



Palácio Rio Negro por Jeferson  
Mendonça Silva. Petrópolis - RJ.  
Voto Popular, categoria adulto.

1º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto.

## Orgãos dos sentidos meus

Pedro Souza Moreira da Silva

Quando ví esta Serra,  
Com os órgãos de sentidos meus,  
Imaginar outra coisa não pude.  
É tão bela,  
Como um som de alaúde,  
Tocado pelo dedo de Deus.

2º lugar, categoria adulto.

## DESTAQUES DA III SFP

### MESTRE ADORCINO

Adorcino Pereira da Silva, mestre do estuque ornamental, aos 18 anos começou a trabalhar no Rio de Janeiro como servente de pedreiro, vindo de Saquarema, sua cidade natal. Logo iniciou seu aprendizado na arte do estuque, tornando-se meio oficial estucador cerca de um ano depois.

A Oficina-Escola de Manguinhos – COC homenageia em documentário, os 25 anos da trajetória do Mestre, na instituição desde 1987. Contribuiu com sua arte na restauração e manutenção dos prédios do Núcleo Arquitetônico Histórico de Manguinhos do *campus* da Fiocruz, tombados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan) e pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico (Inepac), além, na condição de instrutor nos cursos oferecidos pela Fiocruz, participar da formação de novos artífices, mantendo viva a tradição da arte em estuque.



Mestre Adorcino na Oficina Escola de Manguinhos ministrando curso. Foto: Ruth Martins.

## GRUPO ZÉ MUSSUM

O grupo de cultura popular Zé Mussum apresentou-se no dia 24 de agosto de 2013 no III Encontro do Patrimônio Fluminense.

Fundado em 1988, é Ponto de Cultura que oferece a cerca de 400 alunos aulas de capoeira, pintura, música, jongo, percussão e canto. Quem já aprendeu, participa do espetáculo musical *Cantos que (em)cantam, um passeio pelo Brasil*, que o grupo produz desde 1996 e inclui danças e músicas das tradições brasileiras.

Zé Mussum era o apelido de José Nunes da Conceição, antigo pescador da região. Quem explica é Paulo Cesar de Oliveira da Cunha, o Mestre PC, um dos fundadores do grupo e filho de Isabel Cunha, a dama do jongo da cidade. A companhia hoje tem 60 integrantes em diferentes atividades: ciranda, grupo de bailados populares, como maculelê, guerreiros, mineiro-pau e lambe-sujo (uma antiga tradição de negros e índios), capoeira, jongo e samba de roda.

O grupo mantém ainda uma banda regional, composta por oito músicos. Durante os cerca de 90 minutos de espetáculo, o Zé Mussum mescla todos esses ritmos e inclui ainda dança de quadrilha com sanfona de oito baixos.



Apresentação do Grupo Zé Mussum no Palácio Itaboraí, em Petrópolis durante a III SFP. Fotos: Maria Rosa Correia.

Fonte: [mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ze-mussum](http://mapadecultura.rj.gov.br/manchete/ze-mussum)

## SEM RUMO, CIDADES RECORREM A TOMBAMENTO PARA GARANTIR PRESERVAÇÃO

**MARGARETH PEREIRA**  
ARQUITETA, URBANISTA  
E HISTORIADORA

Em entrevista ao site da Semana, a arquiteta, urbanista e historiadora Margareth Pereira, da UFRJ, diz que o tombamento acaba sendo usado em larga escala para salvar bens que poderiam ser protegidos por ferramentas de urbanismo.

Para Margareth Pereira, o desafio é a integração:

“Precisamos construir pontes entre os serviços de preservação do patrimônio e o urbanismo”.

Na contramão de metrópoles como Roma, Paris, Berlim e Nova York, as grandes cidades brasileiras têm recorrido em grande escala ao tombamento para regular questões que poderiam ser geridas

por instrumentos de urbanismo. O fenômeno é chamado de patrimonialização. Na falta de uma educação patrimonial plena, serviços de urbanismo eficazes e autoridades conscientes de seu papel, tombam-se bens de valor histórico, cultural ou artístico no País como forma de preservá-los. Quem explica o processo é a arquiteta, urbanista e historiadora Margareth Pereira.

“No Brasil, nem consideramos que a cidade é um patrimônio”, analisa ela em entrevista ao site da Semana Fluminense do Patrimônio. Atualmente, Margareth coordena o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Crítica da expansão desenfreada das nossas capitais rumo a novas fronteiras – como o caso da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro -, Margareth defende que sejam priorizados investimentos que aumentem a ocupação de áreas já consolidadas e com acesso a sistemas de transporte como metrô e trem. “Precisamos adensar a cidade e racionalizar os investimentos”, diz a urbanista.

### ESTA EDIÇÃO DA SEMANA TROUXE O TEMA PATRIMÔNIO CULTURAL: VALORES EM RISCO. QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS RISCOS AO PATRIMÔNIO HOJE?

Há riscos de duas naturezas. A primeira vem do momento de grandes transformações urbanas que a cidade está sofrendo, de uma série de acúmulos de iniciativas relativas ao crescimento urbano, que, às vezes, por falta de planejamento ou de uma visão integrada, coloca em risco nossos bens culturais. Essa série de riscos também inclui as mudanças ambientais e climáticas. Uma segunda natureza de riscos advém dos poucos debates que temos tido na academia – e de modo mais alargado (na sociedade) – sobre o que é esse fenômeno de patrimonialização que temos vivido. Precisamos pensar sobre o movimento de cristalização da nossa memória coletiva em

objetos, sob pena de, ao não fazê-lo, não sermos capazes de sensibilizar as nossas autoridades para a salvaguarda desses bens. Talvez o risco do patrimônio seja culpa nossa – academia, gestores de patrimônio, nós, que estamos organizando uma Semana Fluminense do Patrimônio. Temos de apurar mais os nossos instrumentos de reflexão, ação e alerta.

### NOSSAS METRÓPOLES ESTÃO ATENTAS À QUESTÃO DO PLANEJAMENTO URBANO?

Lutamos há 20 anos no nosso programa de pós-graduação para que essa seja uma ideia compartilhada pela sociedade. Podemos planejar cidades melhores hoje; não é para amanhã. Há uma articulação delicada entre urbanismo e preservação. Quanto mais os serviços de planejamento foram eficientes e se consolidaram, mais se gerou a preservação dos sítios históricos e das paisagens culturais. Digo isso porque Roma, Paris, Berlim e Nova York não são tombadas. Madri e Lisboa também não o são inteiramente. São cidades em que não existem leis que congelem o processo de crescimento. Isso porque pouco a pouco a legislação relativa ao planejamento, ao crescimento e ao direcionamento do capital foi sendo modulada pelos serviços de urbanismo através de uma série de instrumentos. Poderíamos dizer que temos outra série de riscos (ao patrimônio) e é aí que entram diversos atores. Às vezes falta às próprias câmaras de cada município uma maior cultura urbanística e patrimonial. Estamos vivendo um momento de construção de guetos, de ambientes fechados de informação.

### COMO É POSSÍVEL ACABAR COM ESSE ISOLAMENTO?

Um dos desafios é construirmos pontes. Precisamos debater com todos os atores envolvidos. O que está acontecendo com frequência no caso do Brasil – não só do Rio – é que os serviços de preservação do patrimônio são

chamados para resolver problemas que deveriam ser regulados na esfera das medidas urbanísticas. Quem vai dar a última palavra sobre uma ação urbanística muitas vezes vem para apagar o incêndio. Autoridades federais, estaduais e municipais são chamadas para resolver questões que são de falta de rumo para onde a cidade cresce. Isso não deve ser decisão de um prefeito ou de um grupo de empresários; tem de ser uma discussão pública consistente.

### HÁ ALGUM EXEMPLO RECENTE DESSA INVERSÃO DE PAPÉIS NO RIO?

São inúmeros. O caso da Aldeia Maracanã (é um deles). Muitas vezes nós acabamos tombando churrascarias, que foi o caso da Plataforma. A Marina da Glória (é outro caso), mas é possível fazer uma lista.

### O INSTRUMENTO DO TOMBAMENTO ESTÁ SENDO USADO DE FORMA EXCESSIVA?

Sim. Mas, enquanto não tivermos uma educação patrimonial plena, serviços de urbanismo reconhecidos, câmaras e prefeitos conscientes do seu papel e da alta responsabilidade pública que possuem, vou ser hesitante (ao apontar o uso excessivo do tombamento). O tombamento é um instrumento que nasceu como uma excepcionalidade, justamente porque os serviços de urbanismo vieram completá-las e ampará-las. Mas nós estamos num movimento contrário. Na medida em que desenvolvimento urbano, transporte, uso do solo e uma série de questões não são regulados, a cidade tem um recuo e uma perda de potência cultural e política de décadas a cada ano que se posterga a tomada de decisões. O Rio, desde o fim do século 19, vem sofrendo com muitas indecisões em relação a sua forma de crescimento. Neste momento em que estamos, de resignificação desse espaço de vida coletiva que é a cidade, podemos errar, como já erramos algumas vezes no passado.

### ALÉM DE AUMENTAR O DIÁLOGO, QUE OUTROS DESAFIOS É PRECISO ENFRENTAR NA QUESTÃO DO PATRIMÔNIO?

Nosso grande desafio é pensar na variedade de situações (relativas ao patrimônio). Que ação um serviço de patrimônio deve ter em uma cidade como Petrópolis? Que ação as autoridades tem de ter numa cidade como Friburgo, que foi violentamente atingida, por conta de mudanças climáticas? Que atenção nós devemos ter em uma grande metrópole como o Rio de Janeiro, onde as forças de inovação e de transformação precisam se coadunar com as de preservação. Veja o que deixamos acontecer em 30 anos com Angra dos Reis, que tem um patrimônio do período colonial maravilhosos. O que fizemos com Cabo Frio? Será que estamos prestando atenção em São Pedro da Aldeia?

### FALTA CONSCIÊNCIA NA SOCIEDADE SOBRE A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO?

Falta e não falta. Na história das cidades, temos momentos de grande resignificação dos pactos da vida coletiva. Estamos vivendo um momento de mudança de ordem sociológica e antropológica nos últimos 30 anos. O papel de certas instituições reguladoras – aquelas que ajudam na construção coletiva – não podem ser falhos. A história da cidade passa por momentos de regulação e de reconstrução do pacto coletivo. A prefeitura, a universidade, as instituições públicas e as não governamentais são uma instâncias reguladoras da vida coletiva. Estamos nesse momento de incerteza, mas sou uma pessoa que tem crença, até porque estudo a história das cidades, que é uma história da conquista do respeito e da liberdade coletiva. Nesse ponto, eu acho que a gente chega lá. ■

*A entrevista completa encontra-se no link: [patrimonioluminense.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/semana2013.pdf](http://patrimonioluminense.rj.gov.br/wp-content/uploads/2014/semana2013.pdf)*

CARLOS MACHADO DE FREITAS

Escola Nacional de Saúde Pública  
da Fundação Oswaldo Cruz –  
Ensp/Fiocruz. Centro de Estudos  
e Pesquisas em Emergências e  
Desastres – Cepedes/Fiocruz.

*As mudanças  
climáticas conduzirão  
à desestabilização  
das condições ambientais  
e sociais atuais,  
comprometendo a  
conservação dos  
ecossistemas naturais  
e a sustentabilidade  
dos sistemas  
socioeconômicos.  
Conseqüentemente  
afetarão a conservação  
dos patrimônios  
natural e cultural, nossas  
heranças e fontes  
insubstituíveis de vida  
e inspiração, nosso legado  
para as gerações futuras.*

*Unesco. Estudios de caso – Cambio  
climático y patrimonio mundial.  
Paris: Unesco, 2009.*

# MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS E RISCOS LOCAIS

## INTRODUÇÃO

Mudanças no clima sempre ocorreram na história de nosso planeta. Agora, porém, estamos tratando de mudanças que vêm ocorrendo com maior velocidade e, com isso, provocando alterações em nossas condições de vida e em tudo que lhe serve de referência, incluindo o patrimônio cultural.<sup>1</sup>

Nesta nova realidade para nós, somos colocados diante de inúmeros e imensos desafios. Trata-se não só de reduzir drasticamente as emissões de gases que contribuem para acelerar essas mudanças. É necessário também gerar simultaneamente condições para que possamos nos adaptar e antecipar os riscos que as mudanças no clima colocam para nossas condições de vida em todas as suas dimensões, incluindo as relativas ao patrimônio cultural.<sup>2</sup>

## AS MUDANÇAS SÓCIO AMBIENTAIS EM NOSSO PLANETA

As mudanças socioambientais em nosso planeta podem ser divididas em duas grandes mudanças sociais e ambientais, as primeiras, com o surgimento da agricultura, há mais de 10 mil anos.<sup>3</sup>

Não podemos desconsiderar o fato de que os processos que levaram à domesticação da natureza e ao surgimento da agricultura ocorreram a partir do fim da era glacial, combinando processos globais e de milhões de anos, com processos regionais e locais de milhares de anos. O mais importante é que passamos gradualmente dos impactos e transformações socioambientais em escala local com as primeiras aldeias e o surgimento da agricultura, para a escala continental com as primeiras civilizações, para a escala intercontinental com a expansão do comércio e da exploração colonial europeia até chegar à situação atual em escala global a partir da Revolução Industrial e constituição da sociedade industrial. Gradualmente ampliamos a escala dos impactos.<sup>4</sup>

O surgimento da agricultura trouxe inúmeras alterações que foram pouco a pouco transformando nosso ambiente, destacando-se: o desflorestamento e a modificação de *habitat* naturais; a ampliação e intensificação das atividades agrícolas e pecuárias; a irrigação e posteriormente construção de represas, alterando os ciclos hidrológicos; a construção de estradas ampliando e intensificando a mobilidade e o acesso às diferentes áreas e regiões; as atividades de extração e mineração de recursos naturais renováveis e não renováveis. Essas transformações estiveram presentes, em maior ou menor grau nos processos que vão das primeiras aldeias, passando pelas primeiras civilizações e impérios, até a exploração colonial europeia.<sup>5</sup>

A sociedade industrial nos últimos 200 anos representou uma segunda grande mudança. Não só por intensificar as transformações vividas nos milhares de anos anteriores, mas também por adicionar outras, como, por exemplo, o crescimento das cidades e a concentração populacional nos ambientes urbanos; a produção de bens industriais e suas formas de apropriação

de energia, matéria-prima e produção de resíduos.<sup>6</sup> O Quadro 1, que tem por base o livro de McNeill *Something new under the sun – an environmental history of the twentieth century world*, demonstra bem a intensidade dessas mudanças, tendo-se com referência o período entre o final do século XIX e o final do XX.

## MUDANÇAS QUE TRANSFORMARAM O MUNDO ENTRE 1890 (=1) E 1990 (QUADRO 1)

Produção industrial	40
Pesca marinha	35
Emissões de dióxido de carbono	17
Uso de energia	16
Economia mundial	14
População urbana mundial	13
Disponibilidade de nitrogênio reativo	9
Produção de carvão	7
Poluição do ar	5
Áreas irrigadas	5
População humana mundial	4
Espécies de mamíferos e pássaros	0,99
Áreas de florestas	0,8
População de baleias azuis	0,0025

Fonte: McNeill, 2000.

Em período mais recente, entre 1960 e 2000, a população mundial dobrou, atingindo seis bilhões, a economia global cresceu mais de seis vezes, a demanda por alimentos aumentou 2,5 vezes, o uso de água dobrou, a extração de madeira triplicou, e a capacidade das hidroelétricas instaladas dobrou.<sup>7</sup>

São mudanças socioambientais intensivas e extensivas que resultam em transformações sociais e ambientais mais rapidamente do que

em qualquer outro período da história, com cerca de 60% dos serviços ambientais degradados ou utilizados de modo insustentável, com custos difíceis de estimar, mas crescentes (por exemplo, regulação do clima e das águas, doenças emergentes e reemergentes).<sup>8</sup> Simultaneamente são produzidas ameaças globais, como as relacionadas às mudanças climáticas, mas que não podem ser dissociadas dos processos sociais em que se inserem, com relação proporcionalmente inversa entre os países e grupos populacionais que concentram riqueza e poder, e a maioria dos países e da população que vivenciam os riscos e danos, com as perdas de muitos resultando em benefícios para poucos.<sup>9</sup>

Ao tomar as teses sobre o conceito de história de Walter Benjamin como referência, podemos considerar que não há monumento da cultura que não seja simultaneamente um monumento da barbárie. Nessa perspectiva, podemos considerar que alguns dos nossos grandes patrimônios culturais não teriam sido possíveis sem que processos sociais envolvendo desde a barbárie social à degradação ambiental estivessem em sua raiz. Ao mesmo tempo, porém, temos também de considerar que esses mesmos processos (a depender da realidade em que se encontram, com um possuindo maior peso do que outro) vêm ameaçando não só a conservação do patrimônio cultural, mas igualmente o que ainda resta do patrimônio natural.

## OS DESASTRES NATURAIS E VALORES EM RISCO

Tendo como referência a definição que consta no glossário da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, desastre natural constitui um evento que apresenta duas características importantes, combinadas ou não: resulta em séria interrupção

do funcionamento normal de uma comunidade ou sociedade, afetando seu cotidiano, através de perdas e danos; excede a capacidade de uma comunidade ou sociedade afetada em lidar com a situação utilizando seus próprios recursos, podendo resultar na ampliação das perdas e danos para além dos limites do lugar em que o evento ocorreu.<sup>10</sup>

Essa definição é muito importante, pois, para que um desastre ocorra, é necessário que ocorram eventos relacionados aos processos naturais geofísicos (um terremoto, a erupção de um vulcão, um tsunami) ou climáticos (furacões, ciclones, chuvas fortes, inundações, entre outros). Eles serão, entretanto, insuficientes para gerar um desastre se não houver condições de vulnerabilidade, que se relacionam às precárias condições de vida e/ou insuficiente capacidade ou medidas para reduzir as consequências negativas e potenciais do risco. Essas condições de vulnerabilidade expressam-se em limitações ou mesmo incapacidades para a prevenção de riscos presentes e futuros, bem como para os processos de preparação, respostas, reabilitação, recuperação e reconstrução de sociedades ou comunidades afetadas.<sup>11</sup>

Na atualidade há indícios suficientes apontando que eventos climáticos vêm contribuindo para aumentar a frequência e gravidade de determinados tipos de desastres naturais sobre as condições de vida de grandes contingentes populacionais. As enchentes afetam mais de 100 milhões de pessoas a cada ano. Os deslizamentos de terra provocados por chuvas fortes afetam mais de 300 mil pessoas por ano. Desde 1980, as secas e estiagens provocaram a perda de 558 mil vidas e afetaram 1,6 bilhões de pessoas no mundo.<sup>12</sup> Os dados, porém, demonstram que a maioria dos expostos e afetados diretamente por esses desastres envolve os países e populações mais pobres, evidenciando a relação

proporcionalmente inversa entre os países e grupos populacionais que concentram riqueza e poder, e a maioria dos países e da população que vivencia os riscos e danos dos desastres.<sup>13</sup>

Se, no entanto, o número de pessoas afetadas e de vidas perdidas em desastres pode ser facilmente mensurável, outros aspectos de nossa vida, assim como os patrimônios natural e cultural também vêm sendo afetados, em alguns casos com custos difíceis de estimar. As perdas e os danos envolvem aspectos que são de imenso valor para nós, como os patrimônios natural e cultural, simultaneamente nossos passado e futuro comuns, nossas heranças das gerações passadas e legados para as futuras.

Desses patrimônios podemos citar como resultado das mudanças climáticas os impactos sobre a biodiversidade com a migração de algumas espécies de plantas e animais e dificuldades de adaptação; os impactos sobre construções e monumentos situados em locais e climas específicos no passado e que hoje, por exemplo, podem estar em áreas costeiras com elevação do nível do mar e erosão ou mesmo em áreas de riscos de desastres; os impactos sobre sítios arqueológicos a partir da elevação da temperatura dos solos, com alterações em seus processos químicos, biológicos e hidrológicos, além de enchentes e deslizamentos de terra provocados por chuvas fortes que os podem transformar completamente; as mudanças na paisagem natural, como as causadas pelo derretimento de geleiras ou em cadeias de recifes de corais.<sup>14</sup>

Considerar esses diferentes patrimônios é de grande importância, pois, de acordo com o relatório da Unesco de 2007, sobre a relação entre o que herdamos e as mudanças climáticas, mais da metade dos sítios afetados pelas mudanças climáticas são naturais, e mais de um terço deles são culturais.

Como exemplos do patrimônio cultural afetado por desastres, temos dois casos recentes. O primeiro relacionado às enchentes de 2009/2010 em São Luiz do Paraitinga, SP.

Essas enchentes afetaram o patrimônio histórico da cidade e com isso sua memória e a economia local.

O mesmo ocorreu em janeiro de 2011, quando o desastre da Região Serrana, no Rio de Janeiro, atingiu a Igreja de Santo Antonio, de 1884, localizada na Praça do Suspiro, em Nova Friburgo.

Se os desastres destroem patrimônios culturais, não podemos deixar de considerar que também é possível produzir patrimônios culturais a partir de desastres, como, por exemplo, o livro *Vidas secas*, de Graciliano Ramos.

A velocidade nas mudanças climáticas que vivemos na atualidade não pode ser dissociada das intensas e extensas transformações sociais e ambientais vividas pela humanidade em seus últimos 10 mil anos e, mais intensamente, em seus últimos 200 anos. Ao mesmo tempo não podemos deixar de considerar que essas transformações resultarão em mudanças na dinâmica da sociedade, demográficas, comportamentais, nos valores sociais, nos modos de ocupação e uso do solo.<sup>15</sup> Afetarão os patrimônios natural e cultural e com isso produzirão efeitos sobre aspectos sociais e culturais na vida das comunidades, transformando o modo como vivem, trabalham, ritualizam e socializam em sítios naturais ou culturais.<sup>16</sup>

No passado recente foram as guerras e seu poder destrutivo que suscitaram respostas globais, como a Convenção de Haia (Convenção para a Proteção de Bens Culturais em Caso de Conflito Armado), reação às destruições do patrimônio cultural que a Segunda Guerra Mundial provocou.<sup>17</sup> Na atualidade, os desastres naturais vêm-se constituindo como uma das grandes ameaças

não só ao patrimônio cultural, mas também ao natural. Como relatam Furtado e Bonazza,<sup>18</sup> a grande inundação ocorrida em Florença, em 1996, demonstrou que era importante a participação mais ativa da comunidade envolvida com a proteção dos patrimônios culturais nos processos de planejamento e enfrentamento dos desastres. Dois anos depois, em 1998, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios – Icomos e o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração dos Bens Culturais – ICCROM publicaram conjuntamente um manual sobre preparação e gestão de riscos para o patrimônio mundial. Além de seus aspectos práticos, esse manual teve grande importância por significar uma transformação paradigmática na teoria da conservação, mudando o foco para a prevenção e considerando os riscos um processo contínuo e relacionado, indo das pequenas fontes de deterioração local e cotidiana dos bens até os desastres e cataclismos globais.

## DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS DE GESTÃO DE RISCOS APROPRIADAS PARA PROTEGER OS PATRIMÔNIOS NATURAIS E CULTURAIS

Se os desastres envolvem como eventos detonadores ameaças resultantes de processos físicos da natureza, sua magnitude e gravidade se encontram diretamente relacionadas às condições de vulnerabilidade e capacidades de respostas. Quando consideramos que os desastres colocam em riscos os patrimônios natural e cultural, nossas

heranças e legados, a gestão dos riscos com focos nesses patrimônios emerge como tema importante na atualidade.

## DUAS INICIATIVAS RELACIONADAS A ESSE TEMA MERECEM DESTAQUE, COMO EXEMPLOS RELEVANTES

### A PRIMEIRA É O PROJETO ARCA DE NOÉ

(Impactos das Mudanças Climáticas Globais no Patrimônio Construído e na Paisagem Cultural), que se deu no âmbito da Comissão Europeia a partir de 2003. De acordo com Furtado e Bonazza,<sup>19</sup> esse projeto foi pioneiro ao enfrentar a lacuna de conhecimento sobre o tema, tendo como objetivos:

1. determinar os parâmetros meteorológicos e mudanças mais críticos para o patrimônio construído;
2. pesquisar e prever os efeitos das mudanças climáticas no patrimônio construído europeu nos próximos cem anos;
3. produzir estratégias de mitigação e adaptação para sítios e edifícios históricos, monumentos e materiais que serão potencialmente mais afetados pelas mudanças no clima e pelos desastres a elas associados”.<sup>20</sup>

EM 2007, A UNESCO empenhou-se em sistematizar na publicação *Climate change and world heritage – report on predicting and managing the impacts of climate change on world heritage and strategy to assist states parties to implement appropriate management responses* um conjunto de processos importantes para gestão de riscos, como:

- Monitorar e avaliar a vulnerabilidade e os impactos das mudanças climáticas sobre o nível local e seus patrimônios
- Planejar medidas de prevenção, respostas e mitigação, bem como de adaptação na gestão de riscos de desastres e seus impactos sobre os patrimônios (formação e treinamento de equipes)
- Estruturar medidas para a recuperação e reconstrução dos patrimônios (formação e qualificação de equipes)
- Estimular o intercâmbio de lições aprendidas

e de promoção das melhores práticas para sensibilizar gestores e o público

- Fortalecimento das parcerias e das associações, estimulando a produção de boletins, guias, manuais, conferências, seminários, oficinas, que permitam disseminar e fortalecer a adoção de práticas de gestão de riscos de desastres voltados para os patrimônios naturais e culturais

Essas iniciativas são importantes e nos servem de referência para enfrentar os desafios de proteger nossos patrimônios natural e cultural, nosso passado, presente e futuro. ■

- 
1. Organização Mundial da Saúde. Mudança climática e saúde humana – riscos e respostas: resumo atualizado. OPS: Brasília, 2008a.; Organização Pan-Americana da Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil. OPS: Brasília, 2008b; Freitas, CM. Um equilíbrio delicado – Crise ambiental e saúde no planeta. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
  2. Organização Mundial da Saúde, 2008a, op. cit.; Unesco. Climate Change and World Heritage – Report on predicting and managing the impacts of climate change on World Heritage and Strategy to assist States Parties to implement appropriate management responses. Paris: Unesco, 2007; Unesco, 2009, op. cit.
  3. McMichael, AJ. Human frontiers, environments and disease – past patterns, uncertain futures. Cambridge: Cambridge University Press, 2001; Ponting, C. Uma história verde do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005; Freitas, 2011, op. cit.
  4. McMichael, 2001, op. cit.; Ponting, 2005, op. cit.; Freitas, 2011, op. cit.
  5. McMichael, 2001, op. cit.; Ponting, 2005, op. cit.; Freitas, 2011, op. cit.
  6. McNeill, JR. Something new under the sun: an environmental history of the twentieth-century world. New York: W. W. Norton & Company Inc., 2001; Ponting, 2005, op. cit.; Freitas, 2011, op. cit.
  7. Millennium Ecosystem Assessment (MEA). Current State and Trends Assessment. Washington: Island Press, 2005.
  8. MEA, 2005, op. cit.
  9. Freitas, 2011, op. cit.
  10. Freitas, CM; Carvalho, ML, Ximenes, EF, Arraes, EF, Gomes, JO. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência – lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(6), p. 1577-1586. 2012.
  11. Freitas e col., 2012, op. cit.
  12. ISDR, 2009 [favor completar a referência]; Freitas, CM; Ximenes, EF. Cidades e sesastres naturais – da vulnerabilidade à resiliência. In: Furtado, Fátima; Priori, Luiz; Alcântara, Ednéa (Org.). *Mudanças climáticas e resiliência de cidades*. Recife: Lepur-MDU-UFPE, Pickimagem, 2015, p. 237-253.
  13. Freitas, Ximenes, 2015, op. cit.
  14. Unesco, 2007, op. cit.; Unesco, 2009, op. cit.
  15. Freitas, Ximenes, 2015, op. cit.
  16. Unesco, 2007, op. cit.
  17. Furtado, Bonazza, 2015, op. cit.
  18. Furtado, Bonazza, 2015, op. cit.
  19. Furtado, Bonazza, 2015, op. cit.
  20. Furtado e Bonazza, 2015, op. cit., p. 139.



# IV

© 2014



# SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

# PROGRAMAÇÃO

2014

## ABERTURA DA IV SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO

**12 DE AGOSTO DE 2014 – TERÇA-FEIRA**

**CENTRO CULTURAL JUSTIÇA FEDERAL**

Rio de Janeiro

**18h30** Abertura com apresentação de vídeo contendo falas dos diretores das instituições organizadoras

**18h45** Apresentação da Semana Fluminense do Patrimônio feita pelo grupo Coletivo de Rainhas Negras

**19h** Mesa-redonda: Patrimônio cultural e grandes intervenções  
*Alberto Silva (presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro e responsável pelo projeto Porto Maravilha); Flávio Ferreira (professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

**20h** Apresentação de espetáculo de dança afro-brasileira com o grupo Coletivo de Rainhas Negras

## IV ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

**13 A 15 DE AGOSTO DE 2014**

**CASA DE CULTURA DE PARATY**

Rio de Janeiro/RJ

**13 DE AGOSTO – QUARTA-FEIRA**

**17h30** Abertura

**18h** Mesa-redonda de abertura: Grandes eventos e sua relação com a vida cotidiana das cidades e os costumes e tradições locais

*Luís Perequê (Movimento do Defeso Cultural);  
Helena Catão Henriques Ferreira (Universidade Federal Fluminense);  
Cristina Maseda (secretária Municipal de Cultura de Paraty)  
Mediador: Luiz Carlos Borges (Mast)*

**20h** Apresentação cultural: ciranda com Os Caiçaras e Os Bonecos de Paraty

#### 14 DE AGOSTO – QUINTA-FEIRA

**9h** Mesa-redonda 1: Grandes eventos e a preservação das tradições culturais  
*Cacique Agostinho (Guarani/Aldeia Araponga);  
Francisco “Ticote” Xavier Sobrinho (caiçara do Pouso da Cajaíba);  
Vagner do Nascimento (Vaguinho do Campinho, Quilombo do Campinho);  
Edmundo Gallo (Ensp/Fiocruz)  
Mediadora: Nilcemar Nogueira (Centro Cultural Cartola)*

**14h** Mesa-redonda 2: Grandes eventos como instrumentos de promoção e valorização do patrimônio material.  
*Mauro Munhoz (presidente da Associação Casa Azul);  
Almir Tã (presidente da Associação dos Moradores do Araújo);  
Alexandre Corrêa (Universidade Federal do Rio de Janeiro);  
Sérgio Linhares de Souza (diretor de Pesquisa e Documentação do Inepac)  
Mediadora: Fátima Nascimento (assessora da Direção do Museu Nacional/UFRJ)*

**18h** Apresentação teatral da Cia Imperial de Paraty com o espetáculo Um Passeio na História

#### 15 DE AGOSTO – SEXTA-FEIRA

**9h** Mesa-redonda 3: Grandes intervenções e seus impactos no território  
*André Bazzanella (doutor em ciências sociais/ Escritório Técnico do Iphan na Costa Verde);  
Amaury Barbosa (conselheiro do Instituto Histórico e Artístico de Paraty);  
Ivo Barreto (superintendente*

*do Iphan no Rio de Janeiro);  
Francisco Livino (chefe do Parque Nacional da Bocaina/ICMBio)  
Mediadora: Daniella Costa (Senai/RJ)*

**12h** Feira de gastronomia e artesanato

**16h** Premiação do concurso cultural Olhares sobre o Patrimônio Fluminense - fotografia e poesia, no alpendre da peixaria

**17h** Apresentação cultural: Canto das Três Raças, com Laura Santos, na janela do coro da Igreja Santa Rita e apresentação do Jongo do Campinho, com projeções de imagens nas fachadas das construções ao redor do Largo

**19h** Encontro de contadores de histórias: Tramando Contos, no Sesc-Paraty



Pôster do evento. Criação de Bruno Correia (Mast).



Acesse o site da  
**SEMANA FLUMINENSE DO PATRIMÔNIO**  
[patrimoniodefuminense.rj.gov.br](http://patrimoniodefuminense.rj.gov.br)

#### ABERTURA DA IV SFP:

Rio de Janeiro

#### REALIZAÇÃO DO IV EPF:

Paraty

● Cidades onde ocorreram eventos por adesão à IV SFP



NEZI HEVERTON

C. DE OLIVEIRA

Assessor técnico da vice-diretoria de Informação e Patrimônio Cultural – Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz.

# PATRIMÔNIO CULTURAL E GRANDES INTERVENÇÕES

A Semana Fluminense do Patrimônio em 2014 (IV SFP) teve como tema central Patrimônio Cultural e Grandes Intervenções. A revitalização da região portuária da cidade do Rio de Janeiro, a realização da Copa do Mundo no país e a escolha da capital fluminense como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, com seus possíveis desdobramentos sobre o tecido urbano, suscitaram a importância de discutir a preservação do patrimônio diante dos impactos decorrentes da realização de grandes eventos e intervenções no território.

A *performance* do coletivo Rainhas Negras abriu a cerimônia de abertura da IV SFP que aconteceu, dessa vez, no auditório do teatro do Centro Cultural da Justiça Federal. Em seguida, foi exibido um vídeo<sup>1</sup> em que dirigentes das instituições organizadoras do evento reafirmaram seu compromisso com o aprofundamento e diversificação do debate sobre o patrimônio.

A mesa de abertura, composta por Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro - Cdurp e responsável pelo projeto Porto Maravilha, e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Flávio Ferreira, procurou instigar o debate acerca dos grandes eventos e intervenções e seus impactos sobre a preservação do patrimônio.

Flávio Ferreira defendeu a presença de representantes da sociedade na elaboração dos projetos de intervenção. Em

sua opinião, entender as demandas de cada comunidade é mais importante do que simplesmente criar marcos regulatórios, feitos, no mais das vezes, ao sabor dos interesses do mercado imobiliário.

Alberto Silva não desprezou o impacto das intervenções sobre o patrimônio, mas destacou as contrapartidas que grandes projetos como o Porto Maravilha podem oferecer em termos de benefícios sociais e melhorias na infraestrutura urbana: sistema integrado de transporte, incentivo a práticas e manifestações culturais autóctones, restauração de prédios históricos e, principalmente, medidas para evitar a gentrificação e garantir a fixação da população local.

Paraty, tombada pelo Iphan em 1958 como Monumento Nacional, foi a cidade-sede do IV Encontro do Patrimônio Fluminense. Situada na Costa Verde Fluminense, abriga inúmeros eventos durante o ano todo e se encontra localizada em região afetada por grandes intervenções: a construção da BR 101, a instalação da Central Nuclear de Angra dos Reis e, mais recentemente, a implantação de polo logístico para exploração do petróleo na Bacia de Santos.

A mesa de abertura, Grandes eventos e sua relação com a vida cotidiana das cidades e os costumes e tradições locais, buscou debater o impacto da realização de eventos no dia a dia das cidades e de seus habitantes, destacando possíveis efeitos, tanto positivos (incremento dos serviços, geração de empregos e oportunidades) quanto negativos (deprecação do patrimônio, poluição sonora e visual, sujeira nos locais públicos, dificuldade de deslocamento).

Os participantes da mesa debateram sobre a realização em Paraty de eventos de grande porte, que proliferaram após a construção da Rio-Santos e têm afetado a dinâmica da vida cotidiana e a

preservação da cultura local.

Cristina Maseda, secretária municipal de Cultura de Paraty, relatou que os eventos foram chegando aos poucos, a partir dos anos 80, e que oxigenaram a vida cultural da cidade. “Foi uma redescoberta de Paraty, que praticava uma espécie de antropofagia, pois pegava o que vinha de fora, adicionava tempero local e revelava um novo produto”. O primeiro a chegar foi o Festival da Pinga, hoje, da Cachaça. A Festa Literária de Paraty – Flip surgiu em 2003, mas não se imaginava, naquele momento, que um evento relacionado à literatura pudesse gerar tanto interesse e alcançar tanta visibilidade. Cristina reconheceu que essas intervenções também trouxeram benefícios: mais oportunidades de trabalho, revitalização da cidade e geração de renda. Por outro lado, a cidade corre o risco de ser apenas um “cenário”: “É por isso que precisamos refletir sobre quais eventos são estratégicos e o que eles deixam de legado para a cidade”.

Para a professora da Universidade Federal Fluminense Helena Catão, a discussão do tema foi oportuna, pois já se cristalizou um consenso a respeito da chegada dos grandes empreendimentos como algo benéfico para a sociedade. Ela, no entanto, advertiu: “Se economicamente o impacto foi importante, o custo também foi alto, pois houve um processo de desterritorialização, principalmente das comunidades tradicionais, com a chegada dos projetos imobiliários, estaleiros e usinas”. Também comentou que até mesmo a instalação de unidades de preservação ambiental, sem o devido cuidado e planejamento, pode levar ao isolamento e exclusão de populações nativas.

Luís Perequê, criador do Movimento do Defeso Cultural,<sup>2</sup> não vê a realização de eventos como problema a ser combatido: “Não sou contra qualquer evento. A Flip, por exemplo, resolveu o grande fantasma da baixa temporada”. Entretanto,

destacou a importância de selecionar os eventos que serão abrigados na cidade e também de revitalizar as festas mais tradicionais, como a do Divino, que hoje, segundo o artista, está perdendo suas raízes culturais, ficando parecida com qualquer festa realizada no país. Perequê também sugeriu ao Iphan a criação de uma salvaguarda da cultura, o que significaria não só registrar ou tomba o patrimônio, mas também oferecer condições para que esse se mantenha: “O evento vai embora e fica o gramado seco. O difícil é fazer coisas que durem e que fiquem para a população. Esse Encontro deve ser a oportunidade de voltar a fazer o dever de casa e refletir se queremos uma cidade de turismo cultural ou de entretenimento. E esse exercício tem que ter relação com o poder público, que hoje atende mais às necessidades do empresário do que às culturais”.

No final da cerimônia de abertura, o público presente pôde degustar a cachaça artesanal produzida na cidade e assistir à apresentação do grupo de ciranda Os Caiçaras, uma manifestação cultural típica da região, e ainda se divertir com o desfile dos Bonecões de Paraty, esculturas gigantes feitas com papel machê que costumam circular nas festas locais, encantando moradores e turistas.

O segundo dia do Encontro começou com a *performance* da artista Ana Maria Pereira, inspirada na etnia indígena Puri e prosseguiu com a mesa Grandes eventos e a preservação das tradições culturais, que procurou discutir a realização de eventos como meio de promoção e difusão das manifestações culturais das comunidades tradicionais.

O cacique Agostinho da Silva, da aldeia guarani Araponga, com 95 anos de idade, comemorou o primeiro convite para participar desse tipo de evento: “Estou contente, pois estou aqui como cidadão”. Ele defendeu maior interlocução entre a comunidade indígena e as lideranças políticas,

relacionando, entre as principais demandas da comunidade, educação, postos de saúde e a preservação do território indígena.

Para o líder caiçara Francisco Ticote,<sup>3</sup> a prioridade é também a manutenção do território. Ele faz parte de um grupo de cerca de 97 famílias, descendentes de europeus, índios e negros, que tentam preservar tradições como a pesca e a agricultura. Ticote afirmou que as próximas gerações não vão conseguir manter as tradições, se não tiverem seu território preservado. Desde a década de 1950, ele revelou, as comunidades vêm sendo removidas de seus locais originais de moradia pela especulação imobiliária e por grandes intervenções, como a Rio-Santos. Hoje, as pressões aumentaram por meio das ações das unidades de conservação ambiental que, sob o pretexto da preservação da natureza, impedem os caiçaras de usufruir livremente de seu território. “Ser caiçara é aprender a utilizar técnicas e tecnologias para se adaptar ao ambiente. Podemos aprender a não derrubar mais árvores para fazer canoas, por exemplo, mas o território é nosso maior patrimônio. Sair dele é perder a identidade”.

Wagner do Nascimento, líder do quilombo do Campinho, admitiu que os eventos podem trazer benefícios, mas questionou: “É bom, mas é bom para quem? Os empresários ganham, os políticos ganham, e o que fica para nós? Para a juventude de Paraty?”. De acordo com Vaguinho, como é mais conhecido, a questão do patrimônio também é crucial nesse debate: “Sem território, não temos povo, não temos cultura, pois a cultura é patrimônio vivo, nosso estilo de vida”. E alertou: “Se não fizermos essas reflexões agora, essas comunidades vão sumir, vão-se extinguir.”

Para sensibilizar o maior número de pessoas sobre os conflitos vividos pelas comunidades tradicionais e fortalecer o movimento de resistência desses povos, o Fórum das Comunidades Tradicionais lançou a campanha “Preservar é Resistir – em

defesa dos territórios tradicionais”.<sup>4</sup> Nas palavras de Vaguinho, “a iniciativa foi pensada para dar mais visibilidade a nossas ações. O objetivo é dialogar de forma diferente com a sociedade, mostrando nossa diversidade cultural, nosso modo de ser e de viver”.

Edmundo Gallo, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz – Ensp/Fiocruz, destacou que há uma ideia enraizada na sociedade de que a ciência é boa para todos: “O interlocutor sempre fala sob um ponto de vista, uma visão de mundo, geralmente, como representante da forma de dominação hegemônica vigente. Não existe conhecimento científico sem uma visão de mundo particular”. O pesquisador salientou ainda que os cientistas devem assumir a responsabilidade de gerar conhecimento, incorporando essa visão crítica da produção científica. No universo do mercado, o que normalmente importa é o valor de troca e o que ele pode efetivamente significar em termos de lucro. Há, assim, grande dificuldade para entender o funcionamento das sociedades tradicionais cujos valores centrais podem ser outros. “O grande desafio é que haja uma compreensão de que uma forma de viver não é menos importante do que a outra. Para essas comunidades, a defesa do território é a defesa da vida. De uma vida em que não se vive só pela perspectiva do capital, mas de forma mais solidária.”

A quem os eventos beneficiam? Essa questão permeou o debate da mesa Grandes eventos como instrumentos de promoção e valorização do patrimônio material, na tarde do segundo dia. O objetivo dessa mesa foi discutir o papel dos grandes eventos na ampliação da visibilidade do patrimônio material (construído ou natural) de uma cidade ou região.

O arquiteto Mauro Munhoz, diretor-geral da Flip, comentou que o evento nasceu da necessidade

de movimentar a economia de Paraty, fora do turismo de veraneio. “A economia do turismo trouxe uma ilusão. Por isso, a ideia de se criar uma economia que não fosse só de veraneio, que tivesse a ver com a cultura de Paraty.” No passado, a cidade tinha espaços de uso coletivo em equilíbrio com os de uso privado. A Flip foi criada levando em conta essa concepção: uso de espaços abertos, acesso livre sem ingresso, programação especial na periferia da cidade e respeito ao patrimônio material e imaterial. Mauro citou como exemplo as atividades ligadas à Flipinha, braço do evento voltado para o público infante-juvenil: “Tentamos passar para as crianças o potencial da dimensão cultural, com trabalhos escolares ligados aos autores homenageados naquele ano”. E sublinhou: “Capacitamos as pessoas da cidade para organizar os eventos a fim de que o controle seja dos paratienses”.

Durante o debate, o caixara Almir Tã<sup>5</sup> apontou o turismo desordenado como o quinto ciclo econômico de Paraty e afirmou que as comunidades tradicionais enfrentam muitos problemas em função disso: “a especulação imobiliária aumentou, e cada casa de caixara que é vendida é menos um para preservar a tradição”. Em relação aos grandes eventos, Almir defendeu que eles beneficiem mais a população que vive fora do centro histórico: “A Flip é um shopping de compra e venda de livros que dinamiza o comércio de Paraty, mas o meu camarão não aumentou, o meu peixe não aumentou. Só o restaurante e a pousada é que aumentaram o preço”. Almir também deu uma sugestão: “Por que na hora de pedir patrocínio, não se pensa em apoiar também as necessidades das comunidades que vivem em Paraty? Poderíamos pensar daqui para diante em como fazer uma Flip com sustentabilidade para os moradores”.

O cientista social e antropólogo Alexandre Corrêa, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, afirmou que sua tarefa seria tentar entender a

lógica social existente nessas tensões. Explicou que a efeméride é um dos motores simbólicos mais potentes da sociedade contemporânea e que caberia ao cientista pesquisar os impactos diretos e indiretos desses eventos comemorativos. Traçando um paralelo com a Copa do Mundo, recentemente realizada no Rio de Janeiro, Corrêa discorreu sobre turismo, economia e capitais simbólicos. “Será que a simpatia e hospitalidade do brasileiro não se conservam exatamente porque não temos um grande fluxo de turismo? É possível que o capital simbólico se desgaste?” Ele defendeu que em Paraty os espaços tradicionais devem ser devolvidos às comunidades a que pertencem: “É isso que vai promover a valorização do patrimônio material e imaterial, que vai preservar a simpatia, o acolhimento e o calor humano”.

Para Sérgio Linhares, diretor de Pesquisa e Documentação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac, um evento pode muitas vezes alterar questões de ordem cultural, natural e até histórica. Atrair gente, de qualquer maneira, seja para turismo ou evento, pode trazer benefícios e problemas: “qualquer evento é bem-vindo, desde que esteja integrado à comunidade com a qual vai lidar e comprometido em manter o ambiente e a paisagem cultural do povo que mora aqui”.

No início da noite, o grupo teatral Companhia Imperial de Paraty apresentou no palco da Casa de Cultura o espetáculo Um passeio na história.

O terceiro e último dia do Encontro começou com a mesa Grandes intervenções e seus impactos no território, tendo como centro do debate a relação entre intervenções de grande porte e as transformações na paisagem da região da Costa Verde.

O pesquisador André Bazzanella<sup>6</sup> comentou que, depois do tombamento feito Iphan em 1958 e, sobretudo, após a elevação à categoria de

“Monumento Nacional” em 1966, turistas do Rio e de São Paulo passaram a visitar a cidade, atraídos pelo que ele chamou de idealização do primeiro contato com um paraíso tropical. Iniciou-se nesse período a troca dos proprietários das terras, passando das mãos das comunidades locais para empresários e latifundiários. Até esse momento, a terra tinha valor de troca, e passou a ter valor econômico. “Tudo isso desestruturou o território tradicional antigo, que passa a sofrer de pobreza rural”. Hoje em dia, ressalta Bazzanella, tenta-se recriar esse território perdido, apoiando-se no discurso hegemônico da conservação da natureza. As unidades de conservação da Serra da Bocaina atuam para realimentar o mito da paisagem da cidade. A relação com a natureza, porém é diversa da visão tradicional: “Paraty tem que decidir se quer ser mito, com todas as suas características preservadas, ou uma cidade, com desenvolvimento econômico, e assumir o ônus dessa escolha”.

O professor Amaury Barbosa, conselheiro do Instituto Histórico e Artístico de Paraty – Ihap, encontra na própria história da cidade uma resposta ao dilema explicitado por André. Paraty significa jazida do mar e concentra várias preciosidades, desde os recursos naturais até aquelas oriundas do trabalho humano. Prova disso é que já passou por vários ciclos de riqueza: ouro, pedras preciosas, açúcar, entre outros. O turismo e a expansão dos empreendimentos fazem parte do ciclo mais recente. Com o interesse, principalmente econômico, surgem as ocupações desordenadas, a marginalização das comunidades tradicionais e a degradação do ambiente.

Buscando estimular a reflexão por meio da análise comparativa, o arquiteto Ivo Barreto<sup>7</sup> apresentou o caso de Alcântara, no Maranhão. Ele mostrou que, assim como a cidade da Costa Verde, Alcântara teve uma história relacionada a ciclos de riqueza e exploração em compasso com os interesses

econômicos da metrópole portuguesa. A dificuldade de acesso também induziu ao isolamento, o que permitiu a preservação do patrimônio cultural e ambiental e a sobrevivência de comunidades tradicionais. Nos anos 80, com a instalação da base aeroespacial, o território passa a sofrer profundas transformações. “A intervenção gerou impacto desmedido na cidade: remoção e realocação de famílias, formação de favelas e palafitas, abandono de agrovilas, desestruturação das comunidades, e esgotamento dos recursos naturais. Em suma, o esfacelamento do tecido social.”

O arquiteto Francisco Livino, chefe do Parque Nacional da Bocaina/ICMBio, apresentou um panorama das dificuldades para preservar a fauna e flora locais. Utilizando imagens de ocupações desordenadas dentro da área de preservação, Livino procurou instigar o debate acerca da complexidade que envolve a manutenção dessas populações e a proteção de uma área que apresenta características únicas do ponto de vista natural e ambiental. “A evolução demográfica a partir de 1970, aumentou o adensamento populacional. Hoje, temos que trabalhar com cuidado, pois as pessoas que estão nesses locais, assim como a Mata Atlântica, são vítimas do abandono do poder público”

À tarde, o evento prosseguiu ao ar livre no Largo de Santa Rita com a realização da Feira de Gastronomia e Artesanato tradicional, que apresentou trabalhos de cestaria e bordado e pratos típicos da região. Em seguida, realizou-se uma visita guiada à Igreja de Santa Rita,<sup>1</sup> que se encontrava em obras de restauração, incluindo suas catacumbas, onde estava em curso uma escavação arqueológica.

Em seguida, o anúncio dos vencedores do concurso cultural de fotografia e poesia Olhares sobre o Patrimônio Fluminense aconteceu numa antiga peixaria próxima ao Largo de Santa Rita.

Ao entardecer, as paredes das casas ao redor do largo transformaram-se em telas de projeção para fotografias premiadas no concurso. O espetáculo foi coroado pela aparição da cantora Laura Santos na janela da Igreja de Santa Rita, de onde apresentou com sua voz possante o “Canto das três raças”.<sup>9</sup> No início da noite, crianças e adolescentes do quilombo do Campinho cantaram e dançaram o jongo.<sup>10</sup> Encerrando a programação, um encontro entre contadores de história – Tramando Contos – trouxe “causos” divertidos e inusitados ao palco do Sesc-Paraty.

Os eventos por adesão aumentaram sensivelmente na edição de 2014 chegando a 139 em 14 municípios. A novidade desse ano foi a chamada pública para realização de apresentações culturais por artistas independentes e grupos culturais. Foram contempladas 12 propostas que receberam um auxílio financeiro para realizar eventos voltados à divulgação ou valorização de práticas, representações, expressões, saberes e técnicas do patrimônio imaterial fluminense.

A edição da IV Semana Fluminense do Patrimônio contou com o patrocínio da Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – Fiotec, por meio do Programa de Fomento à Cultura Carioca da Secretaria de Cultura do Município do Rio de Janeiro, além de apoio financeiro do Sesc e da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Os apoios e patrocínio permitiram, pela primeira vez, a contratação da produção executiva do evento, realizada pelo Centro Afrocarioca de Cinema, que também fez a produção artística dos principais eventos, sob a direção de Biza Vianna. Dessa forma, o aporte financeiro recebido garantiu uma sensível evolução tanto no planejamento como na organização e divulgação da Semana, fazendo da edição de 2014 a mais exitosa em termos de público e ações realizadas. ■

## NOTAS

1. Produzido pela equipe de vídeo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan no Rio de Janeiro.
2. Movimento da sociedade civil em defesa, apoio e fortalecimento da cultura popular de Paraty, tanto em suas manifestações tradicionais como contemporâneas. Foi criado pelo músico, cantor e compositor paratiense Luís Perequê em analogia à ideia do defeso marítimo, período em que os pescadores devem paralisar suas atividades por conta da reprodução das espécies. Seguindo a mesma lógica, ele defende que é preciso tempo para produzir cultura, para que a comunidade conviva e possa vivenciar suas tradições religiosas e culturais.
3. Ticote é também responsável pelo Instituto de Permacultura e Educação Caiçara, que busca ensinar saberes e técnicas tradicionais de construção para a comunidade costeira do Pouso da Caraíba.
4. A Campanha “Preservar é resistir – em defesa dos territórios tradicionais” pretende assegurar o acesso ao território das comunidades tradicionais, avançar na regularização de suas terras, dar visibilidade a seu modo de ser e viver, e implementar políticas públicas diferenciadas ([preservareresistir.org](http://preservareresistir.org)).
5. Líder comunitário da Ilha do Araújo, pescador, artista plástico e escritor.



- 1.** Apresentação do Coletivo de Mulheres Rainhas Negras durante a Abertura da IV SFP no Centro Cultural Justiça Federal, na Cinelândia - Rio de Janeiro. Foto: Oscar Liberal. | **2.** Apresentação dos Bonecões de Paraty durante a Abertura do IV EPF na casa da Cultura de Paraty. Foto: Oscar Liberal. | **3.** Apresentação do grupo Os Caiçaras durante a Abertura do IV EPF na Casa da Cultura de Paraty. Foto: Oscar Liberal. | **4.** Mesa redonda no IV EPF com participação de lideranças de comunidades tradicionais. Cacique Augostinho durante o IV EPF em Paraty. Foto: Oscar Liberal.

## NOTAS

6. Doutor em ciências sociais/Escritório Técnico do Iphan na Costa Verde.

7. Superintendente do Iphan no Rio de Janeiro.

8. Tombada pelo Iphan em 1952, a edificação abriga o Museu de Arte Sacra de Paraty e faz parte do patrimônio histórico e cultural da cidade. A Igreja Santa Rita de Cássia, erguida pela Irmandade de Santa Rita dos Pardos Libertos, congregava "as cores pardas de Paraty". Em vida, os homens pardos participavam dos ofícios e das festas religiosas. Na morte, eram enterrados nas catacumbas do cemitério da Irmandade, ainda existente ao lado da igreja.

9. Imortalizado na voz de Clara Nunes, esse canto melancólico evoca a história de sofrimento das três raças que construíram nossa história.

10. Jongo é dança de origem africana, possivelmente de povo oriundo de Angola, em que participam homens e mulheres. O canto tem papel fundamental, associado aos instrumentos musicais e à dança. Alguns pesquisadores identificam no jongo um precursor do samba. Em alguns locais, o nome pode variar: caxambu, dança do jongo, bambelô, entre outros.



1. Apresentação da peça "Um passeio na história" da Cia. Imperial de Paraty. Foto: Oscar Liberal. | 2. Festa de encerramento do IV EPF no Largo de Santa Rira com apresentação do grupo de jongo do Quilombo do Campinho. Foto: Oscar Liberal. | 3. Festa de encerramento do IV EPF no Largo de Santa Rira com apresentação de Laura Santos com o Canto das três raças da janela da Igreja de Santa Rita. Foto: Oscar Liberal. | 4. Os artistas Ana Pereira e Chico Furlenza, mestres de cerimônia do IV EPF em Paraty. Foto: Oscar Liberal.

Besouro moderno por  
Luana Araujo Ramos  
Carvas Paiva. Comunidade  
Para-Pedro, Irajá,  
Rio de Janeiro - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.

Montanhas por Stella Maris  
Mendonça. Fotografia  
reclassificada do tema  
"Patrimônio da Costa  
Verde Fluminense"  
para "Fatos e Feitos"  
3º lugar, categoria adulto.



Brincando de estudar  
por Maria Aparecida  
Sencades Alves. Paraty - RJ.  
2º lugar, categoria adulto.



Intersecção erudito-popular por  
Adil Guedes do Nascimento  
Junior. Rio de Janeiro - RJ.  
Voto Popular, categoria adulto.

1º lugar,  
categoria adulto.

## subúRBIO

Rita Maria Merlino

subúRBIO

BIO

Vidas quentes

Vidas com nome

Vidas de gentes

Patrimônio de meus patrimônios

subúRBIO

Tem seu Alexandre, seu Murilo, o Bira

Que garante o pão e o conserto

Tem feira e pracinha

Tem trem e bem-te-vi

Vizinha, vizinho, qualquer

Sejam bem vindos

Fique mais um pouco, subúRBIO

2º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto.

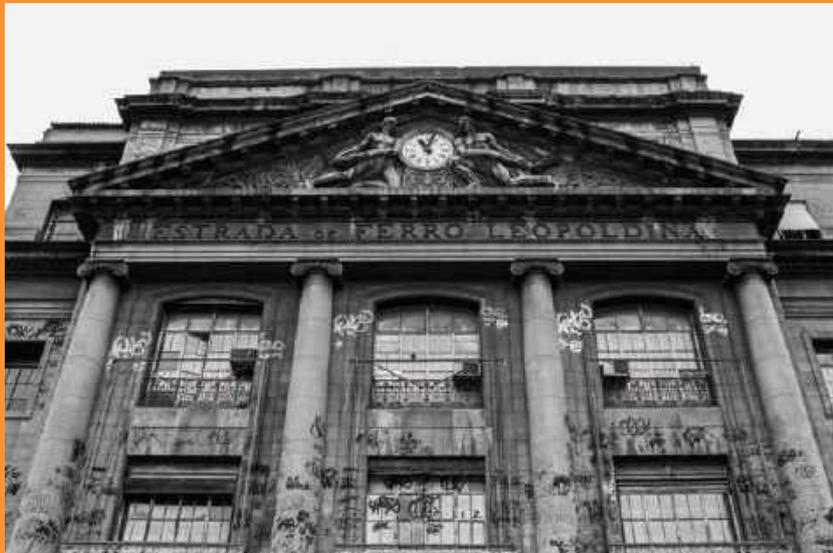
Voto Popular,  
categoria infanto-juvenil

## Instituto de Educação

Rafael Valladão

Salve Instituto! Pavilhão de glória,  
Florão do ensino, emblema da virtude!  
Paço da ativa e brava juventude,  
Seja louvada a tua sublime história!  
E há quanto tempo espelhas, Instituto,  
O carioca esplendor da educação,  
Pois semeias sapiência, e eis teu fruto:  
Teus filhos na vanguarda da Nação!  
Há centenárias primaveras trazes  
Em teus lauréis, o prêmio alvissareiro  
Para a nossa nação, Rio de Janeiro:  
Em anos de gentilhas tão mordazes  
Esplendes jubiloso a tua história,  
Grande Instituto, pavilhão de glória!

# MEMÓRIA TRANSFORMADA

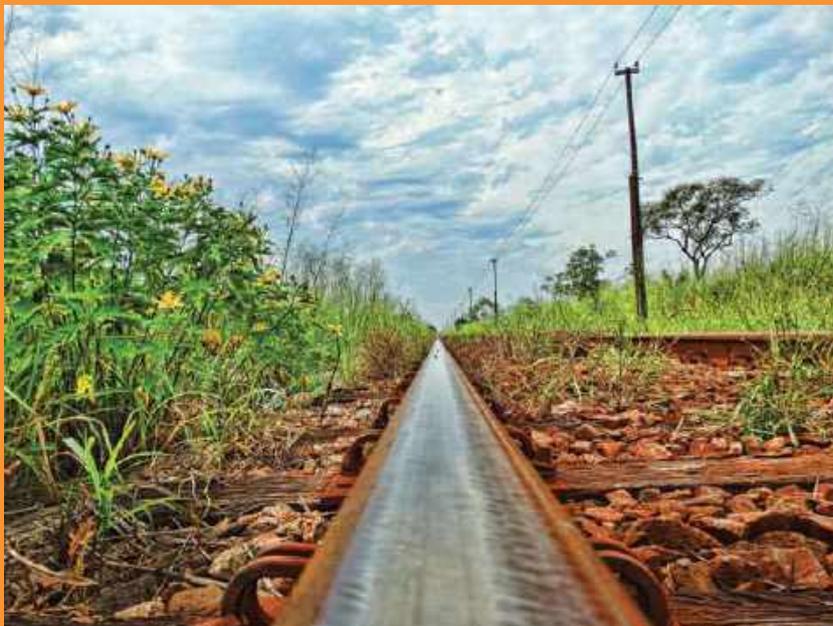


Passado glorioso, presente irrelevante por Diogo Vasconcellos de Almeida. Edifício da Estação (ferroviária) Leopoldina, Rio de Janeiro - RJ. 1º lugar, categoria adulto.



Encontro & contraste por Conceição Aparecida Pessanha Teixeira Lopes. Edifício sobre o Arco do Teles, Praça XV, Rio de Janeiro - RJ. 2º lugar, categoria adulto.

O trilho e a estrada  
por Bruno do Santos Inácio.  
3º lugar, categoria adulto.



Prisioneiros da violência por Adil  
Guedes do Nascimento Junior.  
Museu de Arte  
Contemporânea, Niterói - RJ.  
Voto Popular, categoria adulto.



## Jongo Libertador

Paulo César Cardoso

Nos tempos sombrios de outrora  
De chibata, senzalas e dominação  
Emergía sublime como a Aurora,  
O Jongo: canto e dança de libertação.

2º lugar,  
categoria adulto.

## Porto das Caixas

Araçá Barreto

Nas pedras da rua, o túnel emoldura  
A estação do trem. O tempo passando  
A vida mudando; e o futuro vem.  
O trem fez história, deixou na memória  
A doce saudade. A “Maria fumaça”  
Ruídosa ela passa: Quanta majestade!  
O apito é aviso, na boca o sorriso:  
O “expresso” chegou! No peito a esperança  
Na mente a lembrança, e o tempo passou.  
O tempo presente, do sol o poente  
Na terra o viver. Nos trilhos desertos  
Reverberam ecos do trem a correr.  
Na foto o flagrante de um tempo brilhante.  
Progresso? Tristeza. Na Matriz da Conceição  
A Maria uma oração: Devolva nossa beleza!

3º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto.

1º lugar,  
categoria adulto.

Geografia das favelas leitura de quem vive nela  
Memória de negros fujões que ainda vivem ali  
Presos no passado  
Que não muda seu estado  
E não é solucionado  
O problema do nego fujão  
E por falar em memória é bom lembrar  
Que cidade também é história  
História, de fatos bons e ruins  
Mas não se pode deixar escapar  
A memória do nosso Rio de Janeiro  
Que é de povo hospitaleiro  
Que recebe com sorriso  
Visitante estrangeiro  
Isso é memória pois se grava e não se apaga  
Vira em nós identidade  
Que perdida já se acha  
Na mistura das raças,  
Na cultura do povo  
Na crença e na descrença  
Memória de um povo que busca na sua terra  
crescer, saber e não esquecer que a identidade da sua  
história esta em buscar na memória seus fatos já  
dados e recuperar os omíssos, submíssos  
de um passado em regresso, sem grande progresso  
Mas que hoje muda na velocidade de um cometa  
Muda pra quem tem sede de mudança  
E guarda grande esperança de ser um país de todos.  
um lugar onde a memória jamais se apaga.  
Um lugar onde o povo tem orgulho  
de dizer sou brasileiro e moro no Rio de Janeiro

Paraty refletida por  
Flávia Carmagnanis.  
Paraty - RJ.  
1º lugar, categoria adulto.



Reflexo da história por  
Rafael Mendes Teixeira.  
Paraty - RJ.  
2º lugar, categoria adulto.

Barquinhos de Paraty  
por Sarita Algebaile Bondim.  
Paraty - RJ.  
3º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto.

## A Casa e a Ilhota do Morcego da minha Infância

Lenawaine Barnosa de Mello

Com argamassa e gordura de baleia  
Edificou sua casa em alvenaria  
E em cada canto pediu ajuda da sereia  
Para ornamentar a casa com maestria.  
Lindos morcegos foram esculpidos  
Tão perfeitos pareciam vivos  
E por toda a costa eram ouvidos  
Alto e em bom tom os seus sílvos.  
Na casa e na Ilha Juan habitou  
Por muitos anos de completo sossego  
E dos sílvos ouvidos à noite brotou  
A Casa e a Ilhota do Morcego.

1º lugar,  
categoria adulto.

2º lugar e Voto Popular,  
categoria adulto.

## Paraty

Sérgio Renato de Amorim Rodrigues Bittencourt

Paraty que me faz reviver em sonhos  
a oferta do meu querer,  
Enflorestado deslumbro o nascer,  
vida que jamais pensa em morrer.  
Ó cidade encachoeirada, suas nascentes  
abastecem o coração de sua gente;  
As montanhas agradecem em sinuosas  
trilhas que nos fazem flutuar até  
aos céus chegar.  
Mar transparente, verdejante, cujo mareio  
adormece os viajantes,  
Itinerantes, numa atmosfera contagiante.  
Paraty, notariédade, em breve, Patrimônio  
da Humanidade.

3º lugar,  
categoria adulto.

## DESTAQUE DA IV SFP

# PARTICIPAÇÃO DAS LIDERANÇAS DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS NO EPF

Uma novidade desta edição foi a participação de lideranças de comunidades tradicionais nas mesas do Encontro do Patrimônio Fluminense. Representantes das comunidades caiçara, quilombola e indígena da região da Costa Verde marcaram presença nas palestras e debates do evento.

Entre os convidados estava o cacique Augustinho da Silva, de 95 anos, pajé da Aldeia Araponga da região da Costa Verde. Ele sintetizou em poucas palavras a sua satisfação por fazer parte do evento: “Estou contente, pois estou aqui como cidadão”.

Os desafios enfrentados por essas comunidades para a preservação do seu território e de suas tradições culturais foram o principal eixo das discussões e acabaram motivando a escolha do tema da V SFP: “Território, Memória e Identidade Cultural”.



# COLETIVO RAINHAS NEGRAS

Pela primeira vez, a cerimônia de abertura da SFP pôde contar com um trabalho de direção artística, realizado por Biza Vianna, que garantiu ao evento uma ambiência mais teatral. Com o auditório do CCJF lotado, o público presente prestigiou a apresentação do coletivo “Rainhas Negras”. O espetáculo incluiu leitura dramática de poesias, imagens projetadas no figurino das atrizes e a

encenação de um jogral explicativo sobre os objetivos da SFP. As fotografias e poesias exibidas foram as premiadas no concurso cultural de fotografias e poesias “Olhares sobre o Patrimônio Fluminense” da III SFP. Ao final das falas e do debate, as “Rainhas Negras” voltaram ao palco para apresentar um espetáculo de dança afro-brasileira ao som de tambores. ■



## ANDRÉ BAZZANELLA

Doutor em Ciências Sociais (2013), Técnico em Ciências Sociais do IPHAN lotado no Escritório Técnico da Costa Verde, situado em Paraty/RJ de 2009 a 2015. Superintendente Interino do IPHAN/AM (2008-2009), Chefe da Divisão Técnica do IPHAN/AM (2007-2008), Mestre em História da Arte, com concentração em Antropologia da Arte (1999), Bacharel em Comunicação Visual (1983). Trabalha com a área de Patrimônio Imaterial, tendo supervisionado, orientado e realizado trabalhos com populações, imaginário e saberes tradicionais.

# PARATY, TERRITÓRIO: MITO OU REALIDADE

Antes de falar sobre território e territorialidades, devemos indicar claramente o que norteia as definições que empregaremos ao utilizar esses conceitos. Em primeiro lugar, devemos pensar o território como um espaço determinado cuja noção é construída temporalmente, a partir de determinados processos históricos e em relação a uma experiência de poder que se constrói tendo como base aquele espaço preexistente. Então, faz parte do conceito de território uma relação de poder, ou domínio, sobre um determinado espaço que deve ser necessariamente limitado, ainda que não necessariamente contínuo. Logicamente estamos falando da construção de identidades e alteridades, da construção de espaços em que podemos “ser aquilo que somos”. A posse de um território serve, portanto, como mediador de nossa relação com os outros que conosco partilham a ocupação de um espaço e com aqueles que ocupam outros territórios que nós reconhecemos como diverso, em que medram modos de comportamento que implicam relações diferentes com o espaço e, em última análise, com nossa concepção de individualidade frente ao que nos é exterior.

No entanto, considerando o caráter processual da transformação do espaço em território, podemos considerar não só a flexibilidade de suas fronteiras como sua multidimensionalidade, visto que os espaços são transformados em territórios a partir de determinadas formas de identificação. Isso ocorre em cada território configurado, mas é especialmente evidente quando existem superposições de territórios diversos. Uma praia, que pode ser reconhecida por um determinado grupo como um território tradicional seu, pode ser também o território de diversas outras escalas de poder, como

o poder político, ou ainda de grupos diversos que significam aquele Lugar a partir de suas próprias referências externas ao sítio em questão, desde que haja um interesse no domínio, ou posse, daquele espaço e, por extensão, de seus ocupantes que passam, então, a integrar e dar sentido àquela territorialidade para a criação de uma relação afetiva, que é construída do exterior para o interior daquele território.

Essas diversas escalas de poder têm necessariamente que relacionar-se, o que pode se dar das formas mais brutais, pela simples expulsão de determinados grupos, ou através de uma tensa relação de poder, em busca do estabelecimento de um domínio sobre o significado, e uso, portanto, daquele território determinado. Cabe ressaltar que existe uma diferença singular entre domínio e posse que deve ser levada em consideração, posto que, mesmo garantida a posse, nem sempre é permitido o domínio, criando-se outras relações de territorialidade que levam a um processo lento e gradual de desterritorialização representado pela perda dos sentidos que deram originalmente significado a um determinado território no qual determinado grupo se poderia reconhecer ainda que a partir de perspectivas diversas elaboradas em relação àquela narrativa primordial.

Paraty tem uma história singular resultante do longo período de estagnação e decadência, após ter sido por mais de um século um dos mais importantes portos do Brasil. Esse processo em si poderia ser considerado semelhante ao vivido por outras regiões brasileiras que tiveram seu apogeu conectado a uma determinada atividade econômica, como o café no Vale do Paraíba fluminense, o ouro das Minas Gerais e Goiás; a esse fator, porém, somam-se três outros igualmente importantes: o isolamento geográfico da cidade, cujo acesso era quase exclusivamente feito por via marítima, sua proximidade com as duas maiores regiões

industriais do país, São Paulo e Rio de Janeiro, e a singular beleza cênica de sua geografia. Esta é a posição singular de Paraty, isolada pelas montanhas e pelo mar, que a afastam dos processos econômicos que ocorrem a poucos quilômetros de distância. Entendo que esse “ilhamento” determinou em grande parte o significado dado ao território nesse lugar e vem conduzindo suas relações com o exterior até recentemente, a partir sobretudo dos anos 90, quando um fluxo cada vez maior de outsiders vem fixar-se na região.

Durante seu longo período de decadência, que chegou a reduzir sua população a poucas centenas de habitantes, a cidade, outrora pujante, nunca deixou de tentar sua ligação com o planalto, onde ocorriam as grandes transformações econômicas, e as grandes cidades costeiras. Houve um projeto de ligação ferroviária, que poderia reestabelecer a importância do porto de Paraty, a tentativa de industrializar a região, a implementação de reformas urbanísticas, como a urbanização do largo da Matriz e, a mais importante de todas, a tentativa de reabertura da antiga estrada de ligação com Cunha. Essas iniciativas não lograram vencer os mesmos obstáculos que levaram à criação de alternativas mais viáveis ao Caminho Velho, o Caminho Novo (cuja construção inicia-se em 1698) e variante do Proença (1723), o Caminho Novo da Piedade (início 1725), o Caminho do Tinguá (1750), ainda no século XVIII, e o desvio do café de Paraty para os portos de Angra dos Reis, Jurumirim, Ariró, Mambucaba, Frade, Bracuí, Sítio Forte e a própria povoação de Santos Reis Magos, atual Angra dos Reis, que, em 1865, era considerado o porto mais movimentado do sul do Brasil. Além desses havia ainda os portos de Mangaratiba e Itaguaí.

A prosperidade vivida por Paraty durante os séculos XVIII e XIX, portanto, não pode ser explicada somente por sua relevância como porto, mas provavelmente também por seu

caráter “alternativo” como via de escoamento. Provavelmente isso vai determinar a relação da cidade com seu território e uma vocação histórica para a manutenção da “ilheidade”, através da qual obtinha seu sustento comercial. Ao mesmo tempo, porém, a abolição do tráfico negreiro, seguida da ligação ferroviária entre a capital e o vale do Paraíba iria expor a fragilidade dessa situação, dando início ao longo período de estagnação que levaria à decadência.

Apesar de todos os esforços empreendidos pelas administrações municipais e pela população, esse isolamento persiste e nenhum esforço consegue vencer definitivamente a difícil geografia da região. Curiosamente persistem no século XX os mesmos ditames físicos, mas agora como forças que impedem o desenvolvimento local conectado ao desenvolvimento regional, que levaram ao isolamento de Paraty e sua função particular dentro da economia colonial.

A década de 1940 pode ser entendida como um divisor de águas nessa situação. Na busca de marcos de um passado nacional construído em oposição às origens de uma nacionalidade fundada na relação da civilização com a natureza tropical, movimento que marca a relação da modernidade com o país, o “achamento” da cidade e da região de Paraty revela-se parte de uma nova narrativa nacional que privilegia essa relação fundamental com a terra, expressa singularmente no século XVIII através da adaptação dos modelos europeus às características ambientais do Novo Mundo e do povo que se constituía como uma nação diversa da metrópole. Esse novo modelo privilegiaria, naturalmente, as cidades do interior, distantes dos centros urbanos mais sujeitos às influências europeias, em busca de uma “verdade” nacional supostamente autêntica. Isto estaria claramente exemplificado na monumental Ouro Preto que, além da exuberância de sua arquitetura barroca,

que marca a capacidade do país de reinventar modelos a partir daqueles existentes no além mar, identificava-se com a figura de Tiradentes, elevado a símbolo da revolta nacional contra a opressão da metrópole, da realeza e da família Imperial, descendente direta dos carrascos responsáveis pelo martírio do herói da nacionalidade eleito pela nova república brasileira.

Paraty representa outro lado dessa narrativa. Anos após o tombamento do núcleo histórico de Paraty, em seu conhecido texto de 1962, Lúcio Costa vai resumir o significado do papel que a cidade assume na narrativa brasileira, em termos de arquitetura, como um símbolo da “serena maturidade a que a colônia – impedida de qualquer contato que não fosse com o mundo português – se viu conduzida”, resultando em uma arquitetura simples, regular e despojada”, acolhida, “asilada”, nas palavras do arquiteto, em uma paisagem à qual “se articula com naturalidade” contida entre o fundo de montanha e o ritmo largo e alternado da maré”. Aí está uma ampla visão de Paraty como território, símbolo de uma ideia de origem que a antecede, mas à qual seu casario simples e regular, confrontado com a paisagem, remete como imagem dos primeiros assentamentos no litoral brasileiro e sua interação com a paisagem descoberta. Igual visão, que representaria alegoricamente os primeiros movimentos de povoamento do Brasil e a construção de um imaginário europeu sobre a nova terra, ecoa no testemunho de Lévi-Strauss ao se defrontar no litoral sul fluminense com os “pequenos portos, distantes um do outro uma centena de quilômetros”, onde se “abrigam os pescadores em residências do século XVIII, agora em ruínas e que outrora os armadores, capitães e vice-governadores construíam em pedras nobremente talhadas”, pois para ele seria essa a imagem que “ainda propõe trópicos de sonho”. Desse modo, o Brasil e o mundo descobrem na antiga vila aquele testemunho de uma origem nacional evidenciando os elos que uniriam a região

a uma narrativa onírica construída sobre o contato entre o velho continente e a nova terra.

Esse sítio onírico, porém, localiza-se anacronicamente entre as duas maiores regiões metropolitanas do Brasil. Como tal não poderia ficar isento a pressões externas para sua integração ao ideário nacional de desenvolvimento das décadas de 1950 e 1960. Já no governo Juscelino Kubitschek começam as obras para uma futura rodovia que faria a ligação entre o Rio de Janeiro e Santos. Também na década de 1950 revitaliza-se a antiga estrada ligando Paraty a Cunha, já religando a região ao planalto. O interesse no desbravamento dessa ampla região ainda preservada faz com que troquem de mãos vastas glebas de terras, preservadas ainda ou utilizadas pelas antigas famílias locais para a produção de banana e mandioca. A terra transforma-se em investimento e, de um modo ou de outro, a posse do território muda rapidamente de mãos. Uma nova elite proprietária vem instalar-se na região, passando a ressignificar a terra como investimento, como reserva particular. A estrada litorânea, entretanto, não vem imediatamente, o Brasil passa por um período de instabilidade política e financeira, e as novas elites misturam-se com algumas antigas famílias, adotando usos e costumes, usufruindo da condição de “morar no paraíso”, ao passo que as estruturas sociais rurais, que garantiam os modos de vida dos antigos moradores da zona rural, são confrontadas com uma nova realidade: as terras que, mesmo sendo de posse individual eram de domínio mais ou menos comum, estabelecido através de diversos acordos verbais fechados informalmente, passam a ser escrituradas e particulares, levando a um processo de expulsão dos antigos moradores da zona costeira.

A possibilidade de integração à economia nacional, através principalmente do turismo, fez com que a região se transformasse em alvo de projetos e empreendimentos turísticos ou

de veraneio voltados para uma população de alta renda. Esse movimento atinge também outras porções do território antes praticamente abandonadas, uma vez que passaram a ser reivindicadas tanto por famílias locais, donas das fazendas abandonadas, como pelos novos proprietários, para que pudessem ser parceladas e vendidas em detrimento das áreas em que existiam as comunidades costeiras.

Muitos posseiros foram levados a vender suas terras, tentados por ofertas aparentemente vantajosas, alguns foram enganados assinando termos que supostamente garantiam melhorias para os moradores, mas que eram, de fato, cessões de direitos sobre as áreas ocupadas pelas suas casas. Outros foram simplesmente despejados com a ajuda de homens armados, contratados pelos novos donos que, para os caiçaras, surgiam aparentemente do nada. A disputa pela permanência na terra por parte dos moradores da vila de Trindade é um exemplo da luta das populações locais, mas o conflito repetiu-se e continua repetindo-se, embora de forma menos truculenta, em muitas comunidades do valioso litoral de Paraty.

Em termos de territorialidade, a transferência da posse da terra para pessoas que não habitavam a própria terra tem um significado marcante. Mesmo se anteriormente isso já acontecesse com as terras abandonadas durante o processo de decadência econômica do município, existiam laços tradicionais de conhecimento e familiaridade históricos que uniam moradores e proprietários. Existia no mínimo uma história em comum que deixa de existir na medida em que a terra transforma-se em objeto, em mercadoria transitória cujo destino é trocar de mãos, atraindo novos proprietários, muitos deles veranistas, cuja ligação com o local se dá de forma totalmente diversa daquela praticada pelos antigos ocupantes; o universo representado pelos vastos

espaços transitados passa a ser fragmentado em unidades menores, individualizadas na figura de proprietários ou seus representantes. Comunidades antes estruturadas e sustentáveis, como a do Sono, que chegou a ter população estimada em cerca de 1.500 habitantes nos anos 50, vão sendo reduzidas a pequenas comunidades pobres, com dificuldades para manter sua produção local, enfrentando a quebra de suas estruturas familiares, suas referências com o território e a ameaça de perda de suas casas. Tempos difíceis para os remanescentes desses grupos que resolveram ficar e lutar por seu território. Assim, o arquipélago composto por comunidades e centro histórico, que se relacionavam economicamente e por laços de pertencimento histórico e familiar, foi sendo desfeito com a separação entre área urbana, local privilegiado de moradia, e zona rural, apartada desse centro, esvaziada e enfraquecida.

Duas consequências decorrem desse processo. A primeira delas é o avanço da cobertura florestal sobre as antigas lavouras, enfatizando a paisagem do sítio como representante das primeiras paisagens construídas no encontro do colonizador com a região; a segunda é a necessidade de reafirmação política da resistência. Essa unidade na resistência contra a reserva de terras, assim como a busca de formas de inserção e sustentabilidade que garantissem a permanência em seus locais de origem, encontrou eco na luta pela definição de territórios tradicionais, ainda durante os anos 70, ampliando a diferença entre o rural e o urbano e atestando identidade política à terra como forma de emponderamento dessas comunidades frente ao meio urbano. Assim, uma das consequências imediatas do processo de construção das vias de acesso terrestre a Paraty, principalmente da BR-101, foi a criação de novas territorialidades e a transformação da terra, de uso ancestral para seu uso econômico, e, finalmente, como objeto de afirmação política e identitária.

Percebe-se, porém, que isso promove também uma disputa pelo poder simbólico agregado às atividades locais; internamente no seio da própria sociedade local, e, externamente, entre os diversos grupos interessados no do domínio da carga simbólica associada aos valores que a sociedade hegemônica empresta ao diverso, ao diferente tendo a como fundo o recrudescimento da consciência ambiental e a ampliação das áreas de preservação do patrimônio natural. Entre permanências reais e reconstruções simbólicas que representam uma resistência do grupo contra um contínuo processo de atrofia de suas referências culturais e da incorporação de novos hábitos de sociabilidade, a principal forma de reconhecimento e manifestação passa a situar-se na materialização ou institucionalização de suas formas de expressão ancestrais situadas no passado, muitas vezes existentes apenas na memória. Estas expressões são percebidas, então, como meios através dos quais os indivíduos podem legitimar seu pertencimento ao grupo e seu lugar na sociedade envolvente.

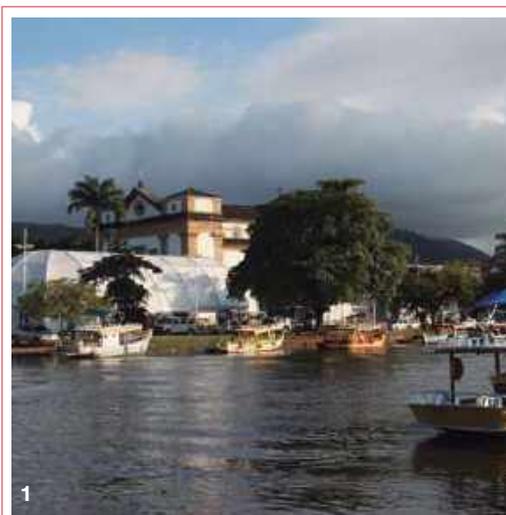
Este talvez seja o dilema de Paraty, posto que, para conseguir manter a cidade agregada a um sentido simbólico que a diferenciaria de outras cidades coloniais brasileiras, deve existir um esforço, feito pelos órgãos de preservação em consonância com a sociedade local, para trabalhar a “autenticidade” do conjunto arquitetônico conectada aos aspectos materiais e imateriais que marcam a relação dialógica da cidade, vista como representação de um espaço mítico, com o presente.

Isso só pode ser conseguido mantendo-se o cenário colonial como lugar de manifestações culturais e formas de sociabilidade que permitam a continuidade da fruição do espaço urbano a partir de sua inserção no meio ambiente da Costa Verde, perpetuando-se a percepção do sítio arquitetônico e paisagístico como última representação do trópico de sonhos percebido

por Lévi-Strauss em sua passagem pela região na década de 1950.

É nesse sentido que podemos dizer que cidade e os agentes envolvidos no binômio preservação e sustentabilidade econômica encontram-se frente ao desafio de ser capazes de propor novas formas de desenvolvimento que integrem em si a percepção onírica do sítio onde se construiu a cidade de Paraty como marca da identidade do Lugar. A opção a esse desafio é assistir a um processo de adequação da cidade a mal controlados processos de desenvolvimento urbano, sujeitos aos ditames de um mercado cujos interesses estão intrinsecamente relacionados

com a transformação do bem em produto. Esta objetivação do bem como produto da indústria cultural passa, porém, pela ênfase na materialidade de seu cenário urbano; na separação entre o sítio e sua inserção no meio ambiente, divididos mercadologicamente entre destinos culturais e destinos naturais, com mecanismos de gestão totalmente separados; na espetacularização das manifestações culturais tradicionais que aí têm lugar e, finalmente, na reinvenção do sítio histórico como espaço cênico, como bairro destinado a abrigar atrações e eventos completamente apartados dos caminhos que levaram à identificação da memória a ser preservada naquele ponto específico da paisagem brasileira. ■



1. Paraty - RJ. Foto: Cristina Coelho | 2, 3 e 4. Premiação da I SFP.



NEZI HEVERTON C. DE OLIVEIRA

Assessor técnico da vice-diretoria  
de Informação e Patrimônio Cultural  
– Casa de Oswaldo Cruz/Fundação  
Oswaldo Cruz.

## A SEMANA EM NÚMEROS

Para além de todas as informações já veiculadas sobre a Semana Fluminense do Patrimônio ao longo dessa publicação, não poderíamos deixar de apresentá-la a partir dos números aferidos em todas as suas edições. Esses números comprovam de forma mais concreta sua abrangência, seja no que diz respeito à participação do público nas diferentes ações promovidas pela organização, seja no que se refere às cidades envolvidas ou às atividades realizadas sob a forma de adesão.

Os dados computados nas realizações das quatro edições da SFP mostram, no geral, um aumento gradativo da participação do público, que se intensificou expressivamente em 2014, ano em que a Semana ganhou mais corpo e se aproximou mais do que se espera dela.

As informações das cerimônias de Abertura da Semana e dos Encontros, realizados a partir de 2012, foram obtidas a partir das listas de presença dos respectivos eventos. Em 2011, como esses eventos aconteceram no mesmo local, de forma encadeada e, portanto, com listas de presença cumulativas, os números não podem ser aferidos separadamente. Sendo assim, para esse ano, os dados disponíveis correspondem ao total de participantes nos dois eventos. Os participantes do concurso de fotografia e poesia “Olhares sobre o patrimônio fluminense” e os eventos por adesão foram computados a partir das inscrições realizadas por meio do site da SFP. O público da mostra de filmes “Memória em Movimento”, que passou a integrar a Semana a partir de 2013, foi extraído dos mapas das sessões.

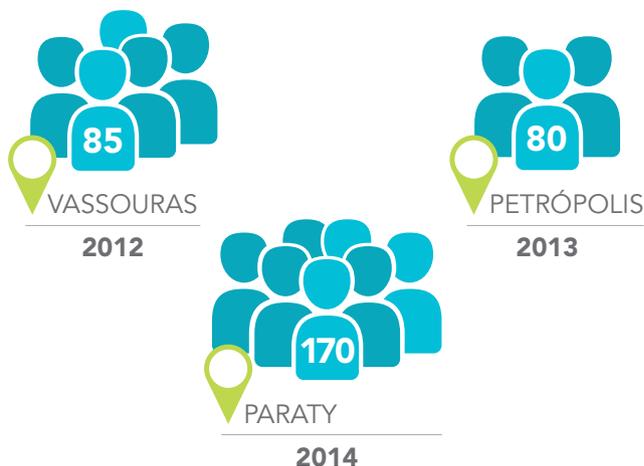
## PARTICIPAÇÃO NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA SFP

Os dados ao lado, a partir de 2012, indicam um aumento crescente do número de participantes nos eventos de abertura da SFP, com maior expressividade em 2014.



## PARTICIPAÇÃO NO ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

A participação nas edições do Encontro se manteve relativamente estável em 2012 e 2013, com sensível redução no segundo ano. Acredita-se que essa redução explica-se em parte pelo fato de o evento ter-se realizado num fim de semana e num local um pouco afastado do centro da cidade. Em 2014, o público presente no Encontro voltou a crescer de forma significativa, representando quase o dobro de participação do ano anterior.



## PARTICIPAÇÃO ACUMULADA NA CERIMÔNIA DE ABERTURA E NO ENCONTRO DO PATRIMÔNIO FLUMINENSE

Como se pode notar pelos números verificados, a participação nos dois principais eventos da Semana espelha a verificada nos mesmos eventos isolados. A queda verificada, de 2011 para 2012, dá-se pelo fato de que em 2011 os dois eventos ocorreram na cidade do Rio de Janeiro que tem maior capacidade de atração de público. A partir de 2012, os eventos passaram a ser itinerantes, principalmente o EPF, e isso contribuiu para a queda inicial. Mas, o que se observa é que, apesar dos deslocamentos gerados pela realização do EPF fora da capital, a Semana vem criando público cativo e despertando cada vez maior interesse da população. Para além da crescente referência que a SFP vem ganhando junto à sociedade fluminense, acredita-se que o aumento significativo de participação em 2014 deve-se à captação de maiores recursos de patrocínio que possibilitaram melhor divulgação e maior diversidade de eventos.





## PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO CULTURAL DE FOTOGRAFIA E POESIA "OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO FLUMINENSE"

O número de inscrições no concurso cultural de fotografias e poesias "Olhares sobre o patrimônio fluminense" atingiu seu ápice na edição de 2012, com 112 inscritos. Nos demais anos, o número de participantes ficou em torno de 60. Acredita-se que problemas no site da Semana que comprometeram a divulgação e as inscrições propriamente ditas foram responsáveis por essa redução.



## PARTICIPAÇÃO NA MOSTRA DE FILMES MEMÓRIA EM MOVIMENTO

A Mostra de Filmes "Memória em Movimento" iniciou 2013 com uma média de 7 espectadores por sessão. Esse número foi reduzido à metade em 2014 apesar do aumento na divulgação. Essa diminuição pode ser explicada pelo número menor de sessões agendadas para escolas e universidades que ainda representam um público mais significativo. Nas duas primeiras edições, a programação quase não incluiu filmes inéditos, apresentando-se como uma mostra retrospectiva que, no primeiro ano, também envolveu seleções temáticas (Mestres da Arquitetura Moderna Brasileira, Etnodoc e Mesa Brasileira). Muitos dos filmes exibidos, incluindo os curtas e médias metragem, já foram exibidos em canais de TV abertos ou a cabo, ou se encontram disponíveis para acesso online via internet.



## PARTICIPAÇÃO NA SELEÇÃO DE APRESENTAÇÕES CULTURAIS

A primeira seleção de grupos culturais aconteceu em 2014, tendo a chamada pública oferecido 16 vagas distribuídas entre 5 diferentes regiões do território fluminense. Foram recebidos 30 projetos, sendo 12 os habilitados: 4 na região do Grande Rio, 1 na Região do Médio Paraíba e Centro Sul, 3 na Região dos Lagos e 4 na Região Norte e Noroeste.



## EVENTOS INSCRITOS POR ADESÃO

O número de eventos inscritos também vem aumentando gradativamente ano a ano. A exceção à regra foi a edição de 2013. A brusca redução no número de inscrições registrada nesse ano pode ser explicada por dificuldades de acesso ao site, que ficou vários dias fora do ar em virtude de uma invasão de hackers. Excetuando-se o ano de 2013, o número de cidades contempladas pelos eventos girou em torno de 14, sendo que em 2014 o número de eventos realizados registrou um aumento expressivo, representando quase o triplo da média dos anos anteriores.

Infelizmente, não temos registros do público presente em cada um dos eventos por adesão. A partir da edição de 2015, buscaremos aferir esses dados, de forma a obter um panorama preciso do impacto desses eventos nos próximos anos.



## EVENTOS POR ADESÃO POR CIDADE

De maneira geral, os dados mostram que a SFP tem alcançado paulatinamente seu objetivo, no que se refere à abrangência no território fluminense; à crescente diversificação de sua programação e ao aumento do número de eventos realizados e público atingido. Mas, para que se possa aferir efetivamente o alcance de sua missão, além dos dados supracitados, é necessário, ainda, avançarmos nos registros tanto do alcance de público dos eventos por adesão quanto nos indicadores da efetiva contribuição da Semana nas diversas esferas da sociedade civil e das instâncias de proteção e gestão do patrimônio cultural.

Espera-se que o aprendizado acumulado e a crescente profissionalização da organização da Semana nos permita produzir cada vez mais informações e, com isso, realizar análises mais precisas e completas sobre os impactos do evento. Essas informações devem orientar a condução das novas edições da Semana, de modo a efetivar continuamente seu principal objetivo que é a sensibilização da população fluminense quanto à importância de preservar e valorizar seus referenciais de identidade cultural.



CIDADE	2011	2012	2013	2014
ANGRA DOS REIS	1	0	0	0
ARARUAMA	2	6	0	11
ARRAIAL DO CABO	7	2	0	0
BARRA DO PIRAI	0	0	0	2
BÚZIOS	1	2	0	6
CABO FRIO	6	6	1	15
CASIMIRO DE ABREU	4	1	0	1
ITABORAÍ	0	0	0	5
ITATIAIA	0	0	0	3
LAJE DO MURIARÉ	0	0	0	3
MACAÉ	0	1	0	0
MAGÉ	0	1	0	0
MAMBUCABA	1	0	0	0
NITERÓI	0	1	0	2
PARAÍBA DO SUL	2	0	0	0
PARATY	2	0	1	3
PETRÓPOLIS	0	1	9	8
QUISSAMÃ	3	2	0	3
RIO BONITO	1	0	0	0
RIO DAS OSTRAS	0	1	0	0
RIO DE JANEIRO	12	21	7	71
SANTA MARIA MADALENA	0	1	0	0
SÃO PEDRO DA ALDEIA	9	2	1	6
TERESÓPOLIS	0	1	0	0
VASSOURAS	0	6	1	0
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>55</b>	<b>20</b>	<b>139</b>









# QUEM É QUEM

Apresentamos todos que, com seus conhecimentos e experiências, colaboraram nos diversos eventos e ações da SFP, desde sua primeira edição, por meio de conferências, participações em mesas redondas e comissões de avaliação, assim como na organização da Semana e desta publicação.

## ADILSON PINTO GIL

Bacharel e licenciado em Ciências Físicas e Biológicas pela UFRJ, bacharel e licenciado em Educação Física e Desportos pela UERJ, pós-graduado em Administração Pedagógica pela UCAM e Mestre em Pedagogia pela UFF, Analista Ambiental do Ibama aprovado no concurso 2002, Chefe do Núcleo de Educação Ambiental da Amazônia Ocidental em 2003, Coordenador de Fauna Silvestre no Ibama no Distrito Federal de 2004 a 2006, e Superintendente Regional do Ibama no Rio de Janeiro de 2008 a 2012.

## ADRIANO NOVAES

Professor no curso de história da Fundação Educacional D. André Arcoverde, de Valença, instituição em que atua também como assessor técnico de preservação de acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Histórica, e chefe do Escritório Técnico Regional Inepac/Médio Paraíba. Coordenou a pesquisa histórica do projeto Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense (2008-2010), quando foram inventariadas 233 fazendas históricas, sob a coordenação técnica do Inepac e Instituto Cultural Cidade Viva.

## ALBERTO SILVA

Diretor-presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) desde dezembro de 2012, empresa da Prefeitura do Rio gestora da operação urbana Porto Maravilha. De 2010 a 2012, como assessor especial da Presidência

da Cdurp, criou e coordenou os programas Porto Maravilha Cidadão e Porto Maravilha Cultural. Formado em ciências sociais, tem pós-graduação em Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Sociologia Urbana e Ciências Sociais no Trabalho em Comunidade.

#### ALEXANDRE CORRÊA

Sociólogo e antropólogo. Doutor em ciências sociais pela PUC/SP (2001). Pós-doutorados em antropologia pela UFRJ (2006) e pela UERJ (2010). Professor da UFRJ/Macaé. Coordenador do Grupo de Pesquisas Crisol. Livros publicados: Patrimônios bioculturais (2008), Festim barroco (2009), Museu mefistofélico (2009) e Teatro das memórias (2013). **lattes.cnpq.br/2963281229506007**

#### ALINE LEAL FERNANDES BARBOSA

Graduada em Jornalismo (2006), mestre em Literatura, Cultura e Contemporaneidade e doutoranda de Literatura, Cultura e Contemporaneidade na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Presta serviços como tradutora, copidesque e revisora para as editoras Record, Ediouro, Intrínseca e Valentina. Escreve a coluna Garimpo da revista DasArtes desde 2008. **lattes.cnpq.br/6663466781638101**

#### ALMIR TÃ

O caiçara Almir Tã é pescador, artista plástico, líder comunitário e escritor paratiense, nascido e criado na Ilha do Araújo. Criou a biblioteca pública Ler é Arte que conta com acervo de mais de três mil volumes. É autor e ilustrador do livro Cultura caiçara, lançado na Festa Literária de Paraty (Flip) de 2012, que discorre sobre os elementos das comunidades que vivem da pesca, como a canoa, o puçá e o remo, além de apresentar lendas típicas e receitas da culinária que vem do mar.

#### AMAURY BARBOSA

Nascido no Vale da Paraíba, em Guaratinguetá, São Paulo, graduado em sociologia e política pela

USP, em letras, pela Anhanguera Uniderp e pós-graduado em Tecnologia Educacional e Ciências Ambientais. Reside em Paraty há 36 anos. Professor na rede municipal e estadual, ocupando vários cargos na gestão pública, foi secretário de Cultura de Paraty e presidente do Comitê Executivo Pró-Unesco Paraty Patrimônio Mundial.

#### AMELIA ZALUAR

Professora e pesquisadora de arte popular. Diretora do Instituto Cultural Casa da Flor e da Comissão Fluminense de Folclore. Autora de diversos artigos atuou nas exposições Casa da Flor (pesquisa, texto e fotografias), que percorreu 52 cidades de 1986 a 2004; Arquitetura de encantamento (idealização, curadoria e fotografias), na Mansão Figner/Arte Sesc-RJ em 2003 e na Casa dos Azulejos, São Pedro da Aldeia/RJ em 2004. Participou do documentário Casa da Flor – do lixo à beleza (roteiro, direção e fotografias) de 2001.

#### ANA PESSOA

Arquiteta, mestre em comunicação e cultura pela ECO-UFRJ, doutora pela mesma faculdade. Iniciou sua trajetória profissional na Cinemateca do MAM, em 1976; em seguida ocupou cargos gerenciais em instituições governamentais: Embráfilme, Fundação do Cinema Brasileiro, Instituto Brasileiro de Arte e Cultura e Funarte. A partir de 1996, integra o quadro de pesquisadores da Casa de Rui Barbosa, tendo assumido em 2003, a diretoria de seu Centro de Memória e Informação. **lattes.cnpq.br/0259346164802727**

#### ANDRÉ BAZZANELLA

Técnico em ciências sociais do Iphan, lotado no Escritório Técnico da Costa Verde, situado em Paraty/RJ de 2009 a 2015. Bacharel em comunicação visual (1983), mestre em história da arte, com concentração em antropologia da arte (1999) e doutor em ciências sociais (2013). Foi Superintendente interino do Iphan/AM (2008-2009) e chefe de sua Divisão Técnica (2007-2008). **lattes.cnpq.br/2477134645614628**

### ANTONIO PASTORI

Pesquisador com carreira dedicada ao setor ferroviário, mestre em economia, administrador de empresas e contador. Foi conselheiro nas empresas Ferronorte, Ferroban e Novoeste, representando o BNDES; é coordenador do Grupo Fluminense de Preservação Ferroviária – GFPPF e membro da Academia Ferroviária de Letras – AFL.

### ANTONIO CARLOS SECCHIN

Graduação em Português-literaturas de língua portuguesa (1973), mestrado em Letras - Letras Vernáculas (1979) e doutorado em Letras - Letras Vernáculas (1982) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro efetivo da Academia Brasileira de Letras e professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuação na área de Letras, com ênfase em literatura brasileira, poesia dos séculos XIX e XX, João Cabral de Melo Neto e literatura contemporânea.

**[lattes.cnpq.br/0641871385506897](http://lattes.cnpq.br/0641871385506897)**

### BEATRIZ KUSHNIR

Graduada em história pela Universidade Federal Fluminense (1989), tem mestrado em história social pela Universidade Federal Fluminense (1994), Doutorado em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas (2001), pós-doutoramento (júnior) junto ao Cemi/Unicamp (2005) e pós-doutoramento (sênior) junto ao Departamento de História/UFF (2007-2008). Diretora-geral do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. **[lattes.cnpq.br/1638018999454609](http://lattes.cnpq.br/1638018999454609)**

### BETH FORMAGGINI

Diretora, roteirista e produtora documentarista. Formada em História pela Universidade Federal Fluminense, especializou-se em documentário e pesquisa audiovisual na Universidade de Roma (Itália). Em 2010, seu curta Angeli 24h, venceu os prêmios de melhor documentário na Jornada da Bahia 2011 e melhor direção de curta-metragem no Recine 2011. Foi historiadora do Departamento de Pesquisa e Documentação do

Inepac. Pesquisadora e curadora de exposições, publicações e mostras de filmes.

### CACIQUE AGOSTINHO

O cacique guarani Karai Tataemy Oka, Agostinho da Silva nasceu em Itapiranga/SC, em 1919. Desde 1988 é o responsável pela Aldeia Araponga, em Paraty, acumulando as funções de pajé e cacique. Sua missão é falar e difundir seus conhecimentos sobre as sementes e importância das plantações para a soberania alimentar e independência dos povos originários do Brasil.

### CARLA MARIA TEIXEIRA COELHO

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense – UFF. Graduada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2003) e mestre em arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006). Arquiteta do Departamento de Patrimônio Histórico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

**[lattes.cnpq.br/6002642586550984](http://lattes.cnpq.br/6002642586550984)**

### CARLOS FERNANDO DE MOURA DELPHIM

Engenheiro-arquiteto pela UFMG, contratado em 1977 para restaurar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em cujo quadro permaneceu até 1985. Trabalhou como coordenador do Departamento de Proteção do Iphan-RJ, Brasília-DF, responsável pelo patrimônio arqueológico e pelos bens culturais tombados em nível federal, sendo atualmente assessor da direção do Iphan no Rio.

**[lattes.cnpq.br/5321722846848596](http://lattes.cnpq.br/5321722846848596)**

### CARLOS FERNANDO DE SOUZA LEÃO ANDRADE

Arquiteto, de 2006 a 2011 foi superintendente regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Rio de Janeiro. Mestre em urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e doutor, também pelo Proureb da FAU/UFRJ (2009). É conselheiro do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU. **[lattes.cnpq.br/6823873414688493](http://lattes.cnpq.br/6823873414688493)**

### CARLOS MACHADO DE FREITAS

Graduado em história pela Universidade Federal Fluminense (1989), com mestrado em engenharia de produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), doutorado em saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1996) e pós-doutorado pelo Programa de Ciências Ambientais da Universidade de São Paulo (2007-2008). Pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. **[lattes.cnpq.br/0204282623531336](http://lattes.cnpq.br/0204282623531336)**

### CARLOS TERRA

Mestre e doutor em Artes Visuais pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes/UFRJ. Atualmente é Professor Associado da Escola de Belas Artes/UFRJ, atuando como seu Diretor. Tem experiência na área de Artes, com ênfase nos estudos da paisagem, atuando principalmente nas seguintes áreas: História da Arte e História dos Jardins. **[lattes.cnpq.br/3515937597874456](http://lattes.cnpq.br/3515937597874456)**

### CARMEN SILVIA MACHADO

Bacharel em ciências biológicas pela Universidade de Brasília, com habilitação em ecologia (1987); mestre em psicossociologia de comunidades e ecologia social – Eicos pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2005), doutora em psicossociologia de comunidades e ecologia social (2010), realizando pós-doutorado pelo mesmo Programa. Atualmente, trabalha no Museu do Meio Ambiente do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro/Ministério do Meio Ambiente. **[lattes.cnpq.br/0170591260764866](http://lattes.cnpq.br/0170591260764866)**

### CÊÇA GUIMARAENS

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1970), mestre em Teorias da Comunicação e da Cultura pela UFRJ (1993), doutora em Planejamento urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (1999) e em Museologia pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (2012). Vice-presidente de relações

culturais do Instituto de Arquitetos do Brasil/RJ e diretora de cultura da direção nacional do Instituto. É membro do conselho consultivo do Iphan.

**[lattes.cnpq.br/0090037095817957](http://lattes.cnpq.br/0090037095817957)**

### CÍCERO DE ALMEIDA

Graduado em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UniRio (1983), mestre em memória social pela mesma universidade e especialista em arquivos e documentação pela Direction des Archives de France (1999). É professor de teoria museológica da UniRio desde 1991, de gestão de coleções e acervos museais do MBA, em gestão cultural da Universidade Candido Mendes (desde 2009) e diretor-executivo do Centro Cultural Justiça Federal. **[lattes.cnpq.br/0668323686360458](http://lattes.cnpq.br/0668323686360458)**

### CLARA MARIA PAULINO CÃO

Possui especialização em História do Século XX e graduação em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2003). Foi coordenadora de Educação Patrimonial do Escritório Técnico do IPHAN na Região dos Lagos e é atualmente assessora de articulação institucional da mesma instituição. **[lattes.cnpq.br/4979759686257428](http://lattes.cnpq.br/4979759686257428)**

### CLAUDIA RODRIGUES CARVALHO

Arqueóloga (Unesa, 1994), doutora em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz (2004); com especialização em paleopatologia (1994) pela Ensp/Fiocruz e mestrado em saúde pública pela mesma instituição (1997). Professora adjunta do Setor de Antropologia Biológica do Departamento de Antropologia e no curso de especialização em geologia do quaternário do Museu Nacional/UFRJ. É diretora do Museu Nacional/UFRJ. **[lattes.cnpq.br/5967619325600027](http://lattes.cnpq.br/5967619325600027)**

### CLAUDIA S. RODRIGUES CARVALHO

Arquiteta pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. Mestre (1997) pelo PRO-

ARQ-FAU/UFRJ, na área de concentração conforto ambiental. Doutora (2006) pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Em 1992 passou a integrar o quadro funcional da Fundação Casa de Rui Barbosa, de cujo Centro de Memória e Informação é diretora substituta desde 2007. **[lattes.cnpq.br/8621006353013998](http://lattes.cnpq.br/8621006353013998)**

#### CRISTINA COELHO

Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade Federal do Espírito Santo (1989), possui especialização em conservação e restauração de edifícios e conjuntos históricos (Cecre/FAU/Ufba, 1993) e mestrado em ciências da arquitetura, na linha de História e Preservação do Patrimônio Cultural (Proarq/FAU/UFRJ, 2003). Desde 2008 faz parte do quadro técnico da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz coordenando o Núcleo de Educação Patrimonial do Departamento de Patrimônio Histórico. **[lattes.cnpq.br/4615565408800088](http://lattes.cnpq.br/4615565408800088)**

#### CRISTINA MASEDA

Formada em jornalismo pela Universidade de Taubaté, com especialização em produção audiovisual, pela Escuela de Imagen y Sonido, La Coruna, Espanha, pós-graduação em estilo documentário e doutorado em meios audiovisuais, pela Universidad de Santiago de Compostela. De 2003 a 2014 trabalhou na Associação Casa Azul como coordenadora do Núcleo de Cultura e Educação, da Flipinha e da FlipZona. Atuou em 2013-2014 como presidente da Associação Paraty Cultural, que faz a gestão da Casa da Cultura de Paraty.

#### CRISTOVÃO FERNANDES DUARTE

Graduado em arquitetura e urbanismo (1983), mestre em urbanismo (1997) e doutor em planejamento urbano e regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Foi técnico do Iphan (1986-2005) e superintendente regional

do Iphan para os estados do Pará e Amapá. Atualmente é professor do Departamento de Urbanismo e Meio Ambiente e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ, exercendo o cargo de coordenador do mestrado profissional em arquitetura paisagística. **[lattes.cnpq.br/2003690673063085](http://lattes.cnpq.br/2003690673063085)**

#### DANIELLA COSTA

Arquiteta e urbanista, com experiência em projetos de preservação e restauro. Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutoranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense. Atualmente faz a coordenação técnica e leciona no Curso de Especialização em Conservação e Restauro de Bens Patrimoniais do Senai/RJ. **[lattes.cnpq.br/9007024837806181](http://lattes.cnpq.br/9007024837806181)**

#### EDMUNDO GALLO

Médico, doutor em ciências e saúde pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2009). É pesquisador associado da Fiocruz e consultor de organismos internacionais e órgãos governamentais. Tem experiência nas áreas de gestão pública, com ênfase em planejamento e gestão estratégica, desenvolvimento sustentável e promoção da saúde. Atualmente coordena o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina. **[lattes.cnpq.br/4880981336688970](http://lattes.cnpq.br/4880981336688970)**

#### ERIKA MACHADO

Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, mestre em preservação do patrimônio cultural PEP/MP - IPHAN. Foi diretora do Escritório Técnico do Iphan na Região Serrana do Rio de Janeiro, professora e coordenadora do curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Católica de Petrópolis, atuando principalmente nos seguintes temas: preservação de patrimônio cultural, gestão de conjuntos urbanos tombados, atividades de educação patrimonial e docência. **[lattes.cnpq.br/4697677157137019](http://lattes.cnpq.br/4697677157137019)**

### FÁBIO GUIMARÃES ROLIM

Formado pela USP/São Carlos, foi professor convidado do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFMS e arquiteto e urbanista do Escritório Técnico do Iphan-Rio de Janeiro. É membro do Iphan-Mato Grosso do Sul desde 2006, tendo integrado a equipe técnica do Projeto Beira-Rio – plano de ações urbanísticas, ambientais e socioeconômicas de requalificação das orlas municipais do rio Piracicaba entre 2002-2005.

### FÁTIMA NASCIMENTO

Graduada em museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (1982), mestre em artes visuais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991) e doutora em antropologia social pela mesma Universidade (2009). É museóloga da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora pós-doc da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pós-doutoranda no Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. [lattes.cnpq.br/5924368295419560](http://lattes.cnpq.br/5924368295419560)

### FELIPE EVANGELISTA ANDRADE SILVA

Graduado em ciências sociais pela Universidade de Brasília (2006) e mestre em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010). Atualmente é técnico em assuntos culturais – antropologia do Instituto Brasileiro de Museus. Atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia dos Estados nacionais, Haiti. [lattes.cnpq.br/6148001722030109](http://lattes.cnpq.br/6148001722030109)

### FERNANDO FERNANDES DE MELLO

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFRJ (1974), mestre (2001) e doutor (2011) em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ. Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Atualmente é Arquiteto da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com experiência na área de Arquitetura e Planejamento Urbano. [lattes.cnpq.br/2278065952087991](http://lattes.cnpq.br/2278065952087991)

### FLÁVIO CORRÊA DE MELLO

Possui especialização em Literaturas Portuguesa e Africana pela UFRJ (2014) e graduação em Letras pela Universidade Veiga de Almeida (2005). Tem experiência na área de Letras e Educação, com ênfase em produção textual, trabalhando com jovens de comunidades pobres e de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Tem dois livros publicados na área de literatura, incluindo poemas e contos em diversas revistas, jornais e antologias literárias. [lattes.cnpq.br/7171666533987193](http://lattes.cnpq.br/7171666533987193)

### FLÁVIO FERREIRA

Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966), mestre em Urban Design pela Harvard University, Graduate School of Design (1981) e doutor em urbanismo pelo Prourb-FAU da Universidade Federal do Rio de Janeiro(2006), onde atualmente é professor. [lattes.cnpq.br/3502409836995797](http://lattes.cnpq.br/3502409836995797)

### FRANCISCO “TICOTE” XAVIER SOBRINHO

Caiçara do Pouso da Cajaíba, é responsável pelo Instituto de Permacultura e Educação Caiçara, o Ipeca, que é um núcleo de ensino e aprendizagem dos saberes e das técnicas caiçaras de construção e permacultura naquela comunidade costeira. É um dos fundadores do Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, responsável pela campanha Preservar é Resistir – em Defesa dos Territórios Tradicionais.

### FRANCISCO LIVINO

Arquiteto urbanista. Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Desde 2008 é chefe do Parque Nacional da Serra da Bocaina, elaborando e conduzindo o Projeto Nova Imagem, com ênfase na consolidação dos três principais “portais turísticos” da Unidade: a Trindade, a Estrada Paraty-Cunha e o Caminho de Mambucaba (São José do Barreiro/SP-Angra dos Reis/RJ).

### GILBERTO VELHO

Graduado em ciências sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (1968). Mestre em antropologia social pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ (1970). Especializado em antropologia urbana e das sociedades complexas na Universidade do Texas, em Austin (1971). Doutor em Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo (1975). Foi professor titular e decano do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ. Faleceu em 14 de abril de 2012 no Rio de Janeiro, aos 66 anos. [lattes.cnpq.br/2359744840519373](http://lattes.cnpq.br/2359744840519373)

### GINA GOMES MACHADO

Bacharel pela Escola de Sociologia e Política e pós-graduada em ciências sociais pela USP. Gerente e consultora de projetos culturais da Linha d'Água Difusão Cultural Ltda. Ex-gerente de projetos da área de Cultura da Vitae – apoio à cultura, educação e promoção social. Consultora e gestora de projetos culturais e representante do Comitê paulista do Escudo Azul.

### GISELE SANGLARD

Graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1994), mestre em Bourse D'études Pour Étudiants Étrangers - Université de Fribourg (1996) e em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2000), doutora em história das Ciências da Saúde - Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz (2005) e doutora (Doutorado Sanduiche) na Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales (2004). É pesquisadora da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. [lattes.cnpq.br/6981544241598363](http://lattes.cnpq.br/6981544241598363)

### HELENA CATÃO HENRIQUES FERREIRA

Doutora em ciências sociais pelo Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Professora adjunta do Departamento de Turismo

da Universidade Federal Fluminense na área de Turismo e Cultura. Coordena o Laboratório de Turismo e Antropologia – Lata, vinculado ao Núcleo de Estudos Socioculturais do Turismo e o Grupo de Pesquisa de Turismo e Cultura (CNPq). [lattes.cnpq.br/4337545097127302](http://lattes.cnpq.br/4337545097127302)

### IVO MATOS BARRETO JÚNIOR

Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal Fluminense, em 2004, com ênfase em patrimônio cultural (Universidade de Sevilha, 2003) e especializado em gestão do patrimônio cultural integrada ao planejamento urbano (Cecil-UFPE, 2010). Atuou na Superintendência do Iphan no Maranhão na gestão dos centros históricos de São Luís e Alcântara. Foi responsável pelo Escritório Técnico do Iphan na Região dos Lagos e, desde julho de 2013 a junho de 2015 foi superintendente do Iphan no Rio de Janeiro. [lattes.cnpq.br/9126229490789930](http://lattes.cnpq.br/9126229490789930)

### JOÃO HENRIQUE DE OLIVEIRA CHRISTOVÃO

Licenciado em história pela Universidade Federal Fluminense (1993), possui especialização lato sensu em história do Brasil pela mesma universidade (2005), e mestre em história pela FFP/Uerj (2011). Lecionou no curso de história da Universidade Veiga de Almeida, campus Cabo Frio (2009-2012). É professor do ensino fundamental e médio na rede privada de Niterói e na rede municipal de Cabo Frio (desde 1998) e Rio de Janeiro (desde 2001). [lattes.cnpq.br/8123969347515027](http://lattes.cnpq.br/8123969347515027)

### JOÃO HENRIQUE BARBOSA

Jornalista, com passagens por jornais e rádios da região Sul Fluminense. Durante a realização da Semana Fluminense do Patrimônio em Vassouras, atuava como assessor de imprensa da Fundação Educacional Severino Sombra, mantenedora da USS. Atualmente é apresentador do programa A Noite é Nossa, na Rádio Barra do Pirai AM. E cursa o quinto período do Curso de História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro modalidade EAD.

### KÁTIA MANSUR

Graduada em geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1981) e doutora pela mesma universidade (2010). Desde maio de 2011 é professora adjunta do Instituto de Geociências/ Departamento de Geologia da UFRJ. Coordenou o Projeto Caminhos Geológicos do Serviço Geológico do Estado do Rio de Janeiro desde sua inauguração em 2001 até 2011. Faz parte da coordenação do Projeto Caminhos de Darwin no Estado do Rio de Janeiro e atualmente é vice-diretora do Museu da Geodiversidade. **lattes.cnpq.br/2321793386300188**

### LEANDRO GOULART

Graduado em agronomia pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2001). Analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade desde 2002 e trabalha desde 2008 no Parque Nacional da Serra dos Órgãos em Teresópolis/RJ, na Coordenação de Proteção **lattes.cnpq.br/8881463065708176**

### LÊDO IVO

Escritor, romancista, ganhador de inúmeros prêmios no Brasil e no exterior, foi eleito em 1986 para a Academia Brasileira de Letras. Recebeu as seguintes condecorações: Ordem do Mérito dos Palmares, no grau de Grã-Cruz; Ordem do Mérito Militar, no grau de Oficial; Ordem do Rio Branco, no grau de Comendador; Medalha Manuel Bandeira; Cidadão honorário de Penedo, Alagoas. Grande Benemérito do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal de Alagoas. Faleceu em 23 de dezembro de 2012 em Sevilha, Espanha, aos 88 anos.

### LIA MOTTA

Graduada em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1975), especializada em conservação e restauração de sítios e monumentos históricos pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978) e mestre em memória social pela Universidade Federal do

Estado do Rio de Janeiro (2000). Atualmente é doutoranda em arquitetura e urbanismo na Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Iphan exerce o cargo de coordenadora geral de Pesquisa e Documentação (Copedoc) e é coordenadora do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural.

### LUCIANE BARBOSA DE SOUZA

Possui graduação em Pedagogia Gestão de Sistemas Educacionais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ (2005). Graduação em Ciências Sociais (UERJ) em andamento. Tem experiência na área de pesquisa, educação, ciências sociais e cultura. Atua principalmente nos seguintes temas: cultura; educação; patrimônio, documentação e preservação da memória; direitos humanos; formação continuada de professores. **lattes.cnpq.br/2654221523193294**

### LUCIENNE FIGUEIREDO DOS SANTOS

Graduada em museologia pela Universidade Estácio de Sá (1990), pós-graduada em administração pública pela Uerj (1999), com extensão em planejamento e gestão de políticas públicas, e mestranda em museologia e patrimônio pela UniRio. Atualmente é assessora chefe do sistema estadual de museus da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.

### LUÍS PEREQUÊ

Nascido e criado na zona rural de Paraty-RJ, captou e traduziu em suas canções a cultura e o modo de viver do caiçara, bem como as transformações sociais advindas da construção da BR-101 e do ciclo turístico, que sucede essa obra. Fundou o Silo Cultural José Kleber, espaço de valorização da cultura caiçara, tradicional e contemporânea. Criou o Movimento do Defeso Cultural, com propósitos que se assemelham ao do defeso marítimo.

### LUIZ CARLOS BORGES

Doutor em linguística pela Unicamp, é historiador da ciência do Museu de Astronomia e Ciências

Afins, onde desenvolve estudos na área de astronomia cultural, tendo como objeto a cosmologia e o sistema astronômico dos Guaranis do Rio de Janeiro e Espírito Santo. É professor do Curso de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, convênio UniRio/Mast, no qual leciona disciplinas e desenvolve pesquisa sobre patrimônio cultural e suas relações com a sociedade. **[lattes.cnpq.br/4452796093237238](http://lattes.cnpq.br/4452796093237238)**

#### MADU GASPAR

Graduada em ciências sociais pela Universidade Federal Fluminense (1976), mestre em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984), doutora em arqueologia pela Universidade de São Paulo (1991) e pós-doutora pela University of Arizona (1998). Atualmente é professora colaboradora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora nível 1B do CNPq do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e membro do corpo editorial da Cadernos do Leparq – textos de antropologia, arqueologia e patrimônio. **[lattes.cnpq.br/1449793816030638](http://lattes.cnpq.br/1449793816030638)**

#### MÁRCIO FERREIRA RANGEL

Graduado em museologia (1995), mestre em Memória social (2000), ambos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em história das ciências pela Fundação Oswaldo Cruz/COC (2006). Atualmente é pesquisador associado do Museu de Astronomia e Ciências Afins, professor adjunto da Escola de Museologia (UniRio) e professor do mestrado em museologia e patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/Museu de Astronomia e Ciências Afins. **[lattes.cnpq.br/8746315302380257](http://lattes.cnpq.br/8746315302380257)**

#### MARCOS JOSÉ PINHEIRO

Doutor em engenharia de produção na Coppe/UFRJ, graduado em engenharia elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, especializado em administração industrial e engenharia econômica pela UFRJ, e mestre em engenharia de produção pela Coppe. Tecnologista

sênior da Fundação Oswaldo Cruz, foi vice-diretor de Gestão e Desenvolvimento (2006-2010) da Casa de Oswaldo Cruz, da qual, desde 2010, é vice-diretor de Informação e Patrimônio Cultural. **[lattes.cnpq.br/7762182748800639](http://lattes.cnpq.br/7762182748800639)**

#### MARCUS GRANATO

Graduado (1980) em engenharia metalúrgica e de materiais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro; mestre (1993) e doutor (2003) em engenharia metalúrgica e de materiais pela Coppe/UFRJ, é tecnologista sênior do Museu de Astronomia e Ciências Afins, atuando no cargo de coordenador de museologia e professor do curso de mestrado profissional em Preservação de Acervos da C&T, e vice-coordenador e professor do Programa de Pós-graduação (mestrado e doutorado) em Museologia e Patrimônio (UniRio/Mast). **[lattes.cnpq.br/0488653952117827](http://lattes.cnpq.br/0488653952117827)**

#### MARGARETH APARECIDA CAMPOS DA SILVA PEREIRA

Graduada em arquitetura e urbanismo pela FAU-UFRJ(1978) e em urbanismo pela Université de Paris VIII (1979), DEA em études urbaines (1984) e doutora (1988) pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (1984). Realizou seu pós-doutorado na França (Institut d'Urbanisme de Paris e na École des Hautes Études en Sciences Sociales) e na Inglaterra (Centre for Urban History da University of Leicester) em 2004. Desde 1999 é professora do Prourb da Universidade Federal do Rio de Janeiro. **[lattes.cnpq.br/1191928245616986](http://lattes.cnpq.br/1191928245616986)**

#### MARIA REGINA DOS SANTOS

Professora formada pela Universidade de Taubaté, com especialização em gestão de processos de comunicação pela Universidade de São Paulo, presidente do Instituto Elpidio dos Santos e do Conselho de Gestão do Patrimônio Cultural de São Luiz do Paraitinga/SP.

#### MARIA REGINA MATTOS

Arquiteta, doutora em restauração de monumentos

e centros históricos pela Universidade de Roma e especialista em restauração arquitetônica pela Universidade de São Paulo; ex-coordenadora de Projetos e Obras de Restauração do Theatro Municipal do Rio de Janeiro; ex-chefe do Centro de Documentação da Fundação Theatro Municipal do Rio de Janeiro; ex-supervisora de Obras do Núcleo de Restauração de Bens Históricos e Culturais de Niterói; ex- diretora-geral do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – Inepac.

#### MARIA ROSA CORREIA

Mestre em memória social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010), especialista em marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (1994), graduada em administração de empresas pela Faculdades Integradas Bennett (1988), é funcionária do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na Superintendência do Rio de Janeiro, onde trabalha na área de educação patrimonial, e membro do Comitê de Educação e Ação Cultural do Conselho Internacional de Museus e da Rede de Educadores em Museus. [lattes.cnpq.br/7186218898102388](http://lattes.cnpq.br/7186218898102388)

#### MARIA TERESA BANDEIRA DE MELO

Graduada em história pela Universidade Federal Fluminense (1984), mestre em comunicação e cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994) e doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (2007). Atualmente é diretora do Departamento de Gestão de Acervo do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e pesquisadora associada do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF. Possui experiência na área de arquivos históricos e documentação e desenvolve pesquisas sobre imagem, ciência e saúde pública, fotografia e cultura visual. [lattes.cnpq.br/2819717980386515](http://lattes.cnpq.br/2819717980386515)

#### MAURÍCIO VICENTE FERREIRA JR

Bacharel em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Master of Arts – Museum Studies pela State University of New York (com

bolsa de estudos do CNPq). Pesquisador do Instituto Brasileiro de Museus do Ministério da Cultura e diretor do Museu Imperial desde 2008. Professor de história do Brasil e história da arte na Universidade Católica de Petrópolis e professor de cultura brasileira na Universidade Estácio de Sá, Campus Petrópolis. [lattes.cnpq.br/6833733135649975](http://lattes.cnpq.br/6833733135649975)

#### MAURO MUNHOZ

Arquiteto, mestre em arquitetura pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (2003). A pesquisa para sua dissertação de mestrado, intitulada A Borda D'Água de Paraty: revitalização urbana sustentável a partir de seus espaços públicos de Borda D'Água levou à criação da Associação Casa Azul, organização da sociedade civil de interesse público, que desenvolve projetos nas áreas de arquitetura, urbanismo, educação e cultura. É diretor-geral da Flip.

#### MEDORO DE OLIVEIRA SOUZA NETO

Padre, graduado em licenciatura plena em letras pela Faculdade de Filosofia de Valença/RJ (1977), especializado em filosofia pela ISI/RJ (1978). Pela PUC/RJ, bacharel (1981) e mestre (1986) e doutor (1994) em teologia. Desde 1981 atua como docente na cadeira de teologia em várias instituições, lecionando atualmente no Instituto Franciscano de Petrópolis/RJ. Foi pároco de Valença (1998-2010), onde acompanhou o processo de restauração da catedral, e desde 2010 atua na Paróquia de São José Operário, Três Rios/RJ.

#### MESTRE CHONCA

Wilson Luiz da Silva é o único mestre carpinteiro naval que domina o processo de construção/restauro das canoas de “boçarda” de dois e quatro remos. Aprendeu a profissão observando, escutando e participando dos pequenos restauro, reforma e construção com os mais antigos mestres, como, o seu Manoel “Passarinho” e o seu “Juca Cardoso”, de Arraial do Cabo, e com seu João, de Cabo Frio. Em 2011, recebeu o Prêmio de Mestres

e Grupos das Culturas Populares, Chamada Pública n. 027/2010, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro. Não há outro mestre naval atuante, em sua modalidade, na cidade de Arraial do Cabo.

#### MÔNICA ROCIO NEVES

Graduada em arquitetura e urbanismo pela UFMG (1995), mestre em restauro – Conservation Studies: Historic Buildings and Palaces / Institute of Advanced Architecture – pela University of York (2001) e doutora em urbanismo pelo Prourb/UFRJ (2010), com bolsa sanduíche na École Nationale des Ponts Chaussées (França). Atualmente é arquiteta e urbanista do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. **lattes.cnpq.br/6940779765936251**

#### NARA AZEVEDO

Graduada em história pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979), mestre em sociologia e antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1993) e doutora em sociologia pelo IUPERJ (2000). Pesquisadora titular da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, onde ingressou em 1986, e foi sua diretora no período de 2005 a 2013. Docente do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde (COC/Fiocruz). **lattes.cnpq.br/3249924512812105**

#### NEZI HEVERTON CAMPOS DE OLIVEIRA

Graduado em comunicação social com habilitação em cinema pela Escola de Comunicações e Artes da USP e mestre em comunicação (estudos dos meios e da produção midiática) pela Escola de Comunicações e Artes da USP. É assessor técnico da Vice-direção de Informação e Patrimônio Cultural da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Foi um dos curadores da I e da II Mostra de Filmes “Memória em Movimento”. **lattes.cnpq.br/7311069514315675**

#### NILCEMAR NOGUEIRA

Doutoranda em psicologia social (Uerj), mestre em bens culturais e projetos sociais (FGV).

Coordenadora de Projetos do Centro Cultural Cartola. Foi presidente da Fundação Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Desenvolve programas e projetos socioeducativos no Museu do Samba Carioca. Responsável no Rio de Janeiro pelo programa de salvaguarda do samba carioca.

**lattes.cnpq.br/4500732102090681**

#### OSCAR HENRIQUE LIBERAL DE BRITO E CUNHA

Graduação em Fotografia pela Universidade Estácio de Sá e Pós-Graduação em Fotografia e Imagem, Memória e Comunicação pela Universidade Cândido Mendes. Participou de cursos avançados de laboratório fotográfico e na área de documentação documental. Responsável, desde 2005 pelo Laboratório Fotográfico da Coordenação Geral de Pesquisa e Documentação e Referência -COPEDOC/DAF-IPHAN-RJ.

#### PAULO ELIAN

Doutor em história pela Universidade de São Paulo, pesquisador e diretor da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Formado em história pela PUC-Rio, possui experiência na área de arquivologia com passagens pelo Arquivo Nacional e Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, do qual foi diretor. É professor permanente do Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **lattes.cnpq.br/3208337271858261**

#### PAULO KNAUSS

Doutor em história, professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro do Comitê Brasileiro de História da Arte. Foi diretor geral do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro no período. Desde 07 de outubro de 2015 é Diretor do Museu Histórico Nacional. Dedicar-se ao estudo das relações entre história, memória e patrimônio cultural, pesquisando história da arte pública e história de acervos. **lattes.cnpq.br/9236533842481264.**

#### PAULO PARRILHA FIGUEIREDO FILHO

Carioca, nascido em 1967, arquiteto e urbanista, formado na Universidade Santa Ursula em 1991. Chefe do Escritório Técnico do IPHAN na região do Médio Vale do Paraíba entre 2004 e 2012. Desenvolve atualmente projetos de restauração do patrimônio cultural no estado do Rio de Janeiro.

#### PAULO SÉRGIO BARRETO

Mestre em sociologia da cultura pela Universidade Estadual de Campinas (1994); especializado em ecoturismo no Senac de Águas de São Pedro/SP (2001); aperfeiçoado em administração cultural na Fundação Getúlio Vargas/SP (1995); bacharel em ciências sociais (sociologia) pela UFRJ/ Universidade de Brasília (1990). Coordena, junto com o mestre carpinteiro naval Chonca, as oficinas de restauro naval no “estaleiro” da Praia Grande.

**[lattes.cnpq.br/6669512669124236](http://lattes.cnpq.br/6669512669124236)**

#### PEDRO HENRY CROSS

Professor, historiador, voluntário na Associação em Defesa dos Mananciais do Alcobaça e coordenador do projeto Histórias da Floresta do Alcobaça: resistência comunitária, autonomia na gestão dos recursos naturais e preservação ambiental. **[lattes.cnpq.br/0365998189126410](http://lattes.cnpq.br/0365998189126410)**

#### RAPHAEL DAVID DOS SANTOS FILHO

Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1977), especializado em planejamento urbano e regional (Cepuerj, 1981), mestre em planejamento urbano e regional (UFRJ, 1986) e doutor em ciências (UFRJ, 2007). É coordenador acadêmico do Curso de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades Integradas Silva e Souza. **[lattes.cnpq.br/8814018980513947](http://lattes.cnpq.br/8814018980513947)**

#### REGINA ABREU

Doutora em antropologia social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Museu Nacional), pós-doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Atuou como

pesquisadora visitante do “Institut de Recherche Interdisciplinaire sur les Enjeux Sociaux-IRIS”, especializada em “Recherches en Sciences Sociales” (Ehess); professora-associada da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. **[lattes.cnpq.br/3730365381262450](http://lattes.cnpq.br/3730365381262450)**

#### RICARDO GOMES LIMA

Bacharel e licenciado em ciências sociais pelo Instituto de Ciências Humanas e Filosofia/UFRJ (1978). Mestre em artes visuais/antropologia da arte pela Escola de Belas Artes/UFRJ (1993). Doutor em antropologia cultural pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/UFRJ (2006). Professor adjunto do Instituto de Artes/Uerj (desde 1995). Assumiu em janeiro de 2008 a direção do Departamento Cultural e do Ecomuseu Ilha Grande da Uerj. **[lattes.cnpq.br/2096097551458276](http://lattes.cnpq.br/2096097551458276)**

#### RITA DE ALMEIDA

Graduada em Comunicação Social pela Faculdade da Cidade. Especialista em Gestão e Restauro Arquitetônico pela Universidade Estácio de Sá. Desenvolveu projetos culturais na Prefeitura Municipal de Itaperuna e no Governo do Estado do Rio de Janeiro, nas Secretarias de Educação e de Cultura/Inepac. Atualmente é assessora técnica em patrimônio cultural da Secretaria de Estado de Agricultura e Pecuária.

#### ROSANA NAJJAR

Graduada em arqueologia pela Universidade Estácio de Sá (1983), especializada em arqueologia pelo Museu Nacional/UFRJ (1988), mestre em arqueologia pela Universidade de São Paulo (2001) e doutora em arqueologia pela Universidade de São Paulo (2005). Arqueóloga do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional desde 1983, onde atualmente é diretora do Centro Nacional de Arqueologia. **[lattes.cnpq.br/2045065460597283](http://lattes.cnpq.br/2045065460597283)**

### SERGIO LINHARES DE SOUZA

Mestrando em gestão cultural e projetos sociais, no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas; pós-graduado em educação pela Uerj (metodologia do ensino superior e tecnologia educacional); graduado em história pela Faculdade de Humanidades Pedro II (1975). Atualmente é diretor de Pesquisa e Documentação do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro.

**[lattes.cnpq.br/3192394609492856](http://lattes.cnpq.br/3192394609492856)**

### SÍLVIA HELENA ZANIRATO

Doutora em história pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Professora do curso de gestão ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-graduação em Ciência Ambiental e em Mudança Social e Participação Política, ambos da USP.

**[lattes.cnpq.br/7528395569826025](http://lattes.cnpq.br/7528395569826025)**

### SILVIA PUCCIONI

Graduada em engenharia civil pela Universidade Católica de Petrópolis, mestre em arquitetura pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em arqueologia pelo Museu Nacional da UFRJ. Especializada pela Universidade de Roma. Servidora aposentada do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e docente do Curso de Mestrado Profissional do CECRE UFBA.

### STELLA MARIS CERMEÑO MENDONÇA

Pesquisadora do Inepac - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, jornalista, tradutora e professora de línguas. Durante cinco anos, coordenou a Biblioteca Estadual Alfredo Machado e o Núcleo de Oficinas e Eventos da Biblioteca Pública do Estado (atual Biblioteca Parque do Estado do Rio de Janeiro), promovendo oficinas de

leitura em português, espanhol e francês, além de espetáculos de música, debates e encontros com escritores e contadores de histórias.

### VAGNER DO NASCIMENTO

(Vaguinho do Campinho) – Representante da família Nascimento no Quilombo do Campinho da Independência, em Paraty, é o presidente da Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho. Liderança comunitária, é um dos fundadores do Fórum de Comunidades Tradicionais Indígenas, Quilombolas e Caiçaras de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, responsável pela campanha Preservar é Resistir – em Defesa dos Territórios Tradicionais.

### VALDEVIR SOARES DOS SANTOS

Sobrinho-neto do artista Gabriel Joaquim dos Santos, que construiu a Casa da Flor, monumento tombado pelo Inepac e exemplo de arquitetura espontânea, localizada em São Pedro da Aldeia, cidade situada a 136km do Rio de Janeiro. Dedicou seus dias a manter vivas a memória e a obra do seu tio.

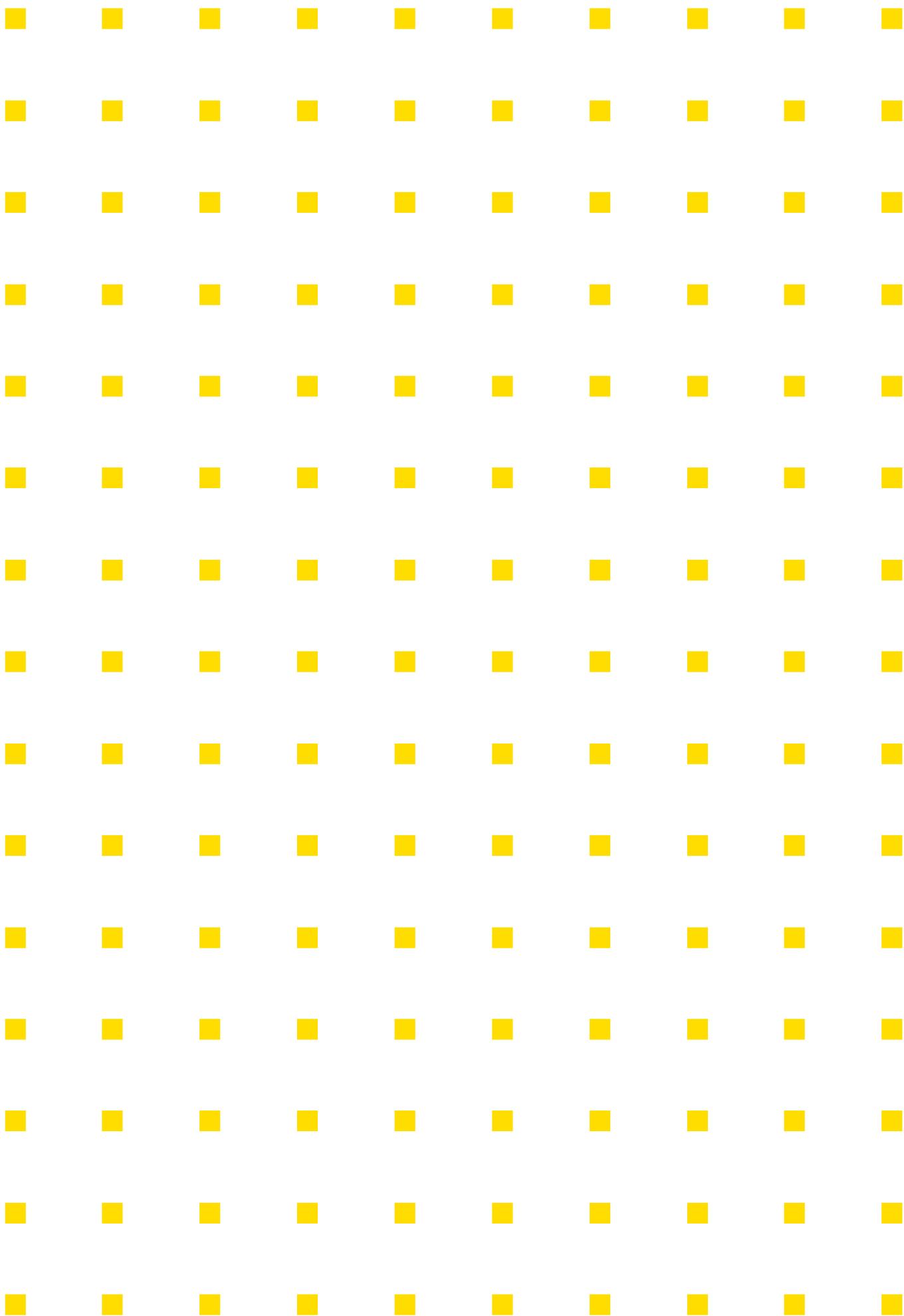
### VERA SABOYA

Superintendente da Leitura e do Conhecimento da Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, responsável pelas bibliotecas do estado, incluindo as bibliotecas-parque, como a de Manguinhos, inaugurada em abril de 2010, com novo conceito, mais acolhedor. Também está à frente do projeto de novas políticas para as bibliotecas do estado.

### ZÉ ALAILTON

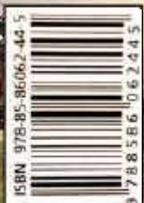
Fotógrafo, foi diretor de iluminação e fotografia da Rede Globo de Televisão e presidente da Ong Olhar do Mangue. Trabalhou com iluminação de shows e peças teatrais, escreveu sobre o universo fotográfico e é light designer de espaços.

**[vimeo.com/zealailton](https://www.vimeo.com/zealailton)**



Este livro foi editado pela  
In-Fólio - Produção Editorial,  
Gráfica e Programação Visual,  
para a Semana Fluminense do Patrimônio e  
impresso na Grafitto Gráfica e Editora,  
na cidade do Rio de Janeiro,  
no quarto trimestre de dois mil e quinze.





Esta publicação é fruto das edições já realizadas da Semana Fluminense do Patrimônio, que aconteceram anualmente entre 2011 e 2014, e tem a finalidade de divulgar e valorizar o patrimônio cultural e natural fluminense, nelas apresentado e representado em diferentes formas de comunicação e expressão: conferências, mesas-redondas, exposições, visitas guiadas, apresentações culturais, filmes, feiras e oficinas.

Além de apresentar o processo de criação da Semana, incluindo sua idealização, constituição, trajetória, seus atores e parceiros envolvidos, a presente publicação traz ao longo de seus capítulos relatos e registros dos eventos realizados e artigos com reflexões sobre o tema de cada edição.

Em destaque, o registro do patrimônio fluminense, reconhecido ou não oficialmente, e retratado em fotos e poesias pela população para o concurso cultural "Olhares sobre o patrimônio fluminense".

Espera-se, assim, atrair os olhares não apenas para o que se propõe aqui divulgar, mas, também, e principalmente, para as diversas manifestações e representações da memória e do patrimônio, material e imaterial, presentes no território fluminense.

Instituições Organizadoras:



Patrocinadores:



Gestão Cultural:

